



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**VIGILÂNCIA E CONTROLE: ATUAÇÃO DO SNI SOBRE A COMUNIDADE
ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (1964–1985)**

ELISSANDRA MARIA COSTA DIAS

JOÃO PESSOA - PB

2021

**VIGILÂNCIA E CONTROLE: ATUAÇÃO DO SNI SOBRE A COMUNIDADE
ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (1964–1985)**

ELISSANDRA MARIA COSTA DIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História,
do Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, da Universidade Federal da Paraíba -
UFPB, em cumprimento às exigências para
obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D541v Dias, Elissandra Maria Costa.

Vigilância e controle : atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964 - 1985) / Elissandra Maria Costa Dias. - João Pessoa, 2021.
256 f. : il.

Orientação: Paulo Giovani Antonino Nunes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ditadura militar - Brasil. 2. SNI (Serviço Nacional de Informações). 3. Universidades - Vigilância. 4. UFPB - Governo militar. I. Nunes, Paulo Giovani Antonino. II. Título.

UFPB/BC

CDU 321.64(81)(043)



Ata nº 247 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do mestrando ELISSANDRA MARIA COSTA DIAS, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de 2021, às 14 horas e 30 minutos, em sessão realizada por videoconferência, devido à situação de excepcionalidade decorrente da pandemia de COVID-19 e das medidas tomadas para impedir sua disseminação, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, o Comunicado n. 01/PRPG/UFPB, a Portaria CAPES n. 36/2020, a Nota n. 00102/2020/DEPJUR/PFUFUPB/PGF/AGU, a Portaria PRPG/UFPB n. 2/2021, a Portaria PPGH-UFPB n. 7/2021 e as Normativas do PPGH-UFPB de 28 de abril de 2020 e retificadas em 24 de setembro do mesmo ano, que tratam das defesas virtuais durante a quarentena, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria da mestranda **ELISSANDRA MARIA COSTA DIAS**, matrícula **20191006570**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa HISTÓRIA E REGIONALIDADES, conforme encaminhamento do Professor TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA, Coordenador do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho do mestrando foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES** (UFPB – Orientador e Presidente da sessão), **RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA** (UFPB – Examinador Externo ao Programa) e **MONIQUE GUIMARÃES CITTADINO** (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu por meio da plataforma Google Meet, no endereço eletrônico <https://meet.google.com/jxw-ntqh-ecd>, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente **PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou ao mestrando para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado *“Vigilância e Controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964 – 1985)”*. Concluída a



apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi encerrada temporariamente a sessão pública para que a Comissão se reunisse em outra sessão virtual secreta e viesse deliberar sobre a defesa do trabalho final da mestranda. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:

A banca avaliadora considera que o trabalho contempla as exigências de uma dissertação em nível de mestrado, sendo uma importante contribuição para a historiografia, na temática da ditadura militar brasileira e suas relações com as universidades públicas, em especial com a UFPB, destacando, principalmente a riqueza da pesquisa empírica, articulada com a teoria e a produção bibliográfica referente ao tema. Pela qualidade da redação e pela relevância das questões discutidas, recomenda a publicação, após a incorporação das recomendações da banca.

Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADO**. Deve a secretaria do PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA, Coordenador do PPGH, lavrei a presente ata que vai assinada apenas pela presidente da banca, conforme Retificação das Normativas do PPGH-UFPB para Defesas Virtuais durante a pandemia de COVID-19, efetuada pelo Colegiado do Programa em 24 de setembro de 2020.

João Pessoa, 01 de outubro de 2021.

Orientador

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

AGRADECIMENTOS

Ao final desse longo e nem sempre fácil processo externo, minha gratidão.

Agradeço a minha mãe, minha *mainha*, meu amor. Obrigada por ser calma e fortaleza; por sempre acreditar em mim mais do que eu mesma; por me ensinar a sempre procurar fazer o bem. Sua fé é professora. Agradeço a Deus por ter conseguido e em todo tempo ter nos dado forças para enfrentarmos tudo juntas.

Às minhas irmãs Laura e Thaíse e à minha sobrinha-irmã Alexandra. Eu as amo imensamente. O amor, amizade e respeito que existe entre nós me fortalece, tornando tudo muito mais leve. Obrigada por tanto. Aos meus irmãos Niedja e Júnior. Sentir que vocês torcem por mim enche meu coração de alegria; agora que estamos próximos quero levá-los sempre comigo.

Ao meu companheiro Kennedy. Com você aprendi tantas coisas que não saberia resumir. Obrigada por ser amigo, por ser presente, por ser amor. Sem seu constante incentivo tudo teria se tornado infinitamente mais difícil. Eu te amo.

Agradeço muito ao meu orientador Paulo Giovani. Grata por ter me acolhido na pesquisa, me apresentado o tema e me guiado com tanta sabedoria, empatia e calma. Ter o senhor como orientador foi um presente que a UFPB me deu.

Aos professores Monique Cittadino e Rodrigo Freire por contribuírem com seus conhecimentos para a pesquisa.

À minha grande amiga Jéssica Araújo. A personagem Anne Shirley costuma se referir às pessoas especiais conhecidas ao longo da vida como “almas gêmeas” ou “almas irmãs”, e você é isso para mim. Não canso de dizer o quanto sou grata por ter te conhecido.

Agradeço aos meus amigos de longa data, Alana e Henrique. Nossa amizade é preciosa.

Ao meu grupinho “Ser”, a presença e apoio de cada um foi e continua sendo fundamental. Com vocês, tudo se torna muito mais leve. Feliz em ter a sorte de encontrar pessoas como vocês no meu caminho.

A cada um da turma 2019 do PPGH, eu não poderia estar em melhor companhia. Vocês são incríveis. Em especial agradeço a Alexandre, Abrahão, Fabiana e Cássio por terem me acolhido de forma tão carinhosa e respeitosa. Cada um de vocês porta uma empatia e sensibilidade sem igual.

Aos professores do Departamento de História da UFPB, e a cada funcionário que facilita de forma gigante a vida dos alunos.

Agradeço àqueles que integraram e construíram a UFPB.

Por fim, agradeço à CAPES pelo incentivo financeiro e possibilidade de realizar pesquisa.

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender como ocorreu a vigilância exercida sobre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos demais órgãos de informações (OI), especialmente da Assessoria de Segurança e Informações da UFPB (ASI/UFPB), durante a Ditadura Militar (1964 – 1985). Para tanto, esta pesquisa faz uso, como fonte primária, dos documentos integrantes do Fundo SNI – Agência Recife e dos documentos da ASI/UFPB, que em 2016 foram entregues à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) e hoje encontram-se sob a guarda do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo. Os documentos em questão foram produzidos no decorrer da permanência de governos de natureza autoritária, e, portanto, são caracterizados como “documentos sensíveis”, pois estiveram inseridos na lógica de produção que serviu a repressão. (BAUER; GERTZ, 2013, p. 178). De maneira a cruzar as informações contidas na documentação oficial e de melhor entender os processos que constituem a temporalidade analisada, utilizaremos de alguns dos depoimentos de membros da UFPB, que foram concedidos em audiências públicas à CEVPM-PB. Em relação aos caminhos teóricos, esta pesquisa se encontra inserida no campo da nova história política e, junto a isso, emprega o conceito de “cultura política”, pois se tenciona identificar os modos de proceder dos órgãos de informações na UFPB, através do conhecimento de quem eram os vigiados e quais eram as correntes políticas que estiveram sob vigilância. Visamos, deste modo, demonstrar como a ditadura, por meio de órgãos a seu serviço, tanto na UFPB, quanto nas demais universidades, perseguiu, vigiou e censurou pessoas e ideias. Para uma compreensão mais sólida, incluímos esta pesquisa na Linha: História e Regionalidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB).

Palavras-chave: Ditadura Militar, SNI, Universidades

ABSTRACT

This work aims to understand how the surveillance exercised over the Universidade Federal da Paraíba (UFPB) occurred through the Serviço Nacional de Informações (SNI) and other information agencies (OI), especially the UFPB Assessoria de Segurança e Informações (ASI/ UFPB), during the Military Dictatorship (1964 - 1985). Therefore, this research uses, as a primary source, the documents that are part of the SNI Fund – Agência Recife and the documents of the ASI/UFPB, which in 2016 was delivered to the Comissão da Verdade e Preservação de Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) and today it is under the custody of the Paraíba Democracy Memorial, located at the Fundação Casa de José Américo. The documents in question were produced during the permanence of authoritarian governments, and, therefore, are characterized as “sensitive documents”, as they were inserted in the logic of production that served the repression. (BAUER; GERTZ, 2013, p. 178). In order to cross the information contained in the official documentation and to better understand the processes that constitute the analyzed temporality, we will use some of the testimonies of UFPB members, which were granted in public hearings to CEVPM-PB. Regarding the theoretical paths, this research is inserted in the field of new political history and, along with that, it employs the concept of "political culture", as it is intended to identify the ways of proceeding of the information agencies in the UFPB, through the knowledge of who were being watched and which political currents were under surveillance. We aim, in this way, to demonstrate how the dictatorship, through agencies at its service, both at UFPB and at other universities, persecuted, watched and censored people and ideas. For a more solid understanding, we have included this research in the Line: History and Regionalities of the Programa de Pós-Graduação em História of Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB).

Keywords: Military Dictatorship, SNI, Universities

LISTA DE ABREVIATURAS

1º Gpt E Cnst – Primeiro Grupamento de Engenharia e Construção
15º RI – Décimo quinto Regimento de Infantaria
7ª CJM – Sétima Circunscrição Judiciária Militar
7º RM – Sétimo Regimento Militar
IV EX – Quarto Exército
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AC – Agência Central
ACE – Arquivo Cronológico de Entrada
ADUFPB – Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informação
AP – Ação Popular
ARE – Agência Recife
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASI – Assessorias de Segurança e Informação
CA – Centro Acadêmico
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEPS – Centro de Estudos e Pesquisa Sociais
CEPLAR – Campanha de Educação Popular na Paraíba
CIE – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DOI – Destacamento de Operações de Informações
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSI – Divisão de Segurança e Informações
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
EsNI – Escola Nacional de Informações

FAFI – Faculdade de Filosofia
IPM – Inquérito Policial Militar
LSN – Lei de Segurança Nacional
MD – Movimento Docente
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação
Oban – Operação Bandeirantes
OI – Órgãos de Informações
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PNI – Plano Nacional de Informações
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna
SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SSP/PB – Secretaria de Segurança Pública da Paraíba
SSP/PE – Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
URNE – Universidade Regional do Nordeste
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA REFERENTE À ESTRUTURA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES E REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR	66
FIGURA 2 - PRONTUÁRIO SOBRE EDVALDO DE SOUZA DO Ó	146
FIGURA 3 - “FICHA SINTÉTICA – LDB”	128
FIGURA 4 - INFORMAÇÃO Nº 75/AESI/UFPB	129
FIGURA 5 - ANEXO SOBRE MARIA SALETE VAN DER POEL	170
FIGURA 6 - CONCLUSÕES SOBRE O LIVRO: HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL	189
FIGURA 7 - INFORMAÇÃO Nº 13219/ARE/SNI.....	198
FIGURA 8 - ANTECEDENTES DE ESTUDANTE VIGIADO	209
FIGURA 9 - DADOS SOBRE ERALDO FERNANDES DOS SANTOS	216
FIGURA 10 - ATUAÇÃO DA LIBELU	230
FIGURA 11 - PROCESSO ELEITORAL DCE/UFPB/1982.....	235
FIGURA 12 - – CALOURADA UNIFICADA/83	237

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - “A INTERVENÇÃO MILITAR NA UFPB”	101
QUADRO 2 - PROFESSORES ESTRANGEIROS E MILITÂNCIA NO CAMPUS II	137
QUADRO 3 - PROFESSORES REINTEGRADOS NA UFPB.....	150
QUADRO 4 - LISTA DE CONTRATADOS COM REGISTROS NEGATIVOS	220

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O APARATO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES	27
1.1 Criação e atuação dos órgãos de informações	27
1.2 Expansão e reformulação.....	44
1.3 Escalada da repressão	47
1.4 A comunidade de informações.....	54
1.5 Órgãos de informações e a abertura política.....	67
 CAPÍTULO 2: CONTROLE NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O CASO DA UFPB.....	 80
2.1 A educação superior como alvo	80
2.2 O caso da UFPB.....	92
2.3 Dirigentes universitários.....	103
2.4 Contratações	126
2.5 Professores.....	133
2.6 ADUF/PB	151
2.7 O caso da professora Maria Salete Van Der Poel	165
2.8 Funcionários	171
 CAPÍTULO 3: ESTUDANTES SOB A VIGILÂNCIA DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES	 175
3.1 O golpe e a perseguição ao setor estudantil.....	175
3.2 Vigilância aos estudantes da UFPB	189
3.3 Vigilância no contexto da abertura	222
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 241
REFERÊNCIAS.....	244

INTRODUÇÃO

A recente disponibilização de documentos oriundos dos órgãos de informações e segurança do regime militar para pesquisa proporcionou a pesquisadores a possibilidade de efetuarem considerações acerca da complexa estrutura e modo de operar de órgãos que serviram no apoio à repressão havida no Brasil durante a ditadura militar. É desse contexto de disponibilização e análise do funcionamento de todo um sistema de informações e segurança, que pesquisas como esta podem ser desenvolvidas.

O decreto 5.584 de 18 de novembro de 2005¹, estabeleceu que os documentos produzidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Serviço Nacional de Informações (SNI) e Comissão Geral de Investigações (CGI), que se encontravam até então sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), deveriam ser recolhidos ao Arquivo Nacional até a data de 31 de dezembro de 2005. Com o recolhimento, que autorizou ao Arquivo Nacional a posse de tais documentos, foi possível examinar com mais profundidade e propriedade a extensa estrutura organizativa dos órgãos de informações e segurança; um passo de grande importância para o campo das pesquisas sobre a ditadura militar e no que concerne ao direito à memória e justiça.

No que diz respeito ao estado da Paraíba², o acesso a documentos oriundos dos órgãos de inteligência e informação que operaram durante a ditadura militar foi autorizado por meio do decreto n. 31.816, de 29 de novembro de 2010, e assinado pelo então governador José Targino Maranhão. O decreto abrange a documentação oriunda dos órgãos ligados às “Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado, às unidades de inteligência das polícias Civil e Militar do Estado e às assessorias de informação dos órgãos e entidades da Administração pública estadual” (FERREIRA, 2014, p. 267).

¹ Decreto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5584.htm. Acesso em outubro de 2019. Sobre a questão, é importante ressaltar que a luta pela abertura e análise dos arquivos provenientes dos órgãos da ditadura já vinha sendo travada desde o final da década de 1970, sobretudo por meio do empenho dos familiares de mortos e desaparecidos, como expõe os autores Isahq; Franco e Souza (2012).

² Sobre a disponibilização de documentos oficiais relativos à ditadura no estado da Paraíba, ver: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. “Ditadura militar na Paraíba: documentos e memórias”. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.) **Golpe civil-militar e Ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 262-285.

É a partir desses importantes marcos, tanto a nível nacional, quanto a local, e principalmente a partir do estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade³, bem como da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB)⁴, que as recentes pesquisas sobre o modo de agir do Serviço Nacional de Informações nos variados setores da sociedade civil paraibana encontram apoio.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), principal órgão presente na estrutura do aparato de informações, foi criado em 13 de junho de 1964.⁵ Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI funcionou como um produto derivado da Doutrina de Segurança Nacional.⁶ A rapidez com que foi criado o órgão demonstra como a aplicação de seu projeto e dimensão já era algo planejado, visto que seu idealizador estudava a necessidade de um órgão desse tipo desde os anos 1950 (FICO, 2001, p. 40).

Assim, a existência de um serviço que se encontrava diretamente subordinado à presidência, e que, de acordo com Antunes (2001), tencionava cuidar das atividades ligadas à informação e contrainformação, tornava mais eficaz o levantamento de informações sobre pessoas e entidades que representassem perigo ao governo. Dessa

³ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada através da lei 12528/2011 e instituída no dia 16 de maio de 2012, durante o mandato da presidente Dilma Rousseff, tendo encerrado as atividades em dezembro de 2014, ano que foi publicado um relatório final com o balanço das pesquisas empreendidas. A CNV teve como objetivo investigar, de modo a esclarecer, crimes, mortes, desaparecimentos e demais medidas autoritárias aplicadas por membros do Estado de 1946 a 1988. Com isso, as ações e crimes cometidos durante a ditadura militar figuraram nas pesquisas feitas pela Comissão. Mais sobre a CNV, ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V. 1, 976p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em agosto de 2018.

⁴ A Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba foi criada através do decreto nº 33.426, de 31 de dezembro de 2012, durante a gestão do governador Ricardo Vieira Coutinho. De forma semelhante à Comissão Nacional, a Comissão Estadual objetivou “buscar, por todos os meios de provas, o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica na edificação do Estado Democrático de Direito” (CEVPM-PB, 2017, p. 43). Mais sobre a Comissão Estadual, ver: PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final**/ Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, 748p.

⁵ Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm. Acesso em outubro de 2019.

⁶ Segundo Carlos Fico (2001), a “Doutrina de Segurança Nacional”, que esteve presente no projeto de idealização do SNI, foi elaborada ainda durante o processo de “conspiração” que desencadeou o golpe dado em 1964, através da influência de órgãos como a Escola Superior de Guerra (ESG), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, ver: BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), p. 13-42.

forma, o Serviço estruturou-se em um Sistema Nacional de Informações (SISNI) em 1970, sendo o SNI seu principal órgão. A partir dessa nova estruturação, o SISNI contou com órgãos setoriais,⁷ a exemplo dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, que junto a outros órgãos configuravam uma verdadeira comunidade⁸ de informações. É desse contexto de nova estruturação que é criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), as Divisões de Segurança e Informações (DSI) – ligadas aos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI).

No que se refere às Assessorias Especiais de Informações (AESI),⁹ estas surgiram a partir de 1971, foram implantadas em universidades e em alguns órgãos da administração pública. Dentro da complexa estrutura que integrava o SISNI, as AESIs estavam subordinadas às Divisões de Segurança e Informações (DSI)¹⁰ dos Ministérios Civis. Importa nesta pesquisa atentar para a DSI subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), visto que as AESIs operantes nas universidades se encontravam ligadas ao ministério em questão.

As AESIs presentes nas universidades eram órgãos subordinados à reitoria e tinham a função de assessorar os reitores em assuntos relativos à segurança e informação. Todavia, por vezes, as Assessorias serviram de canal para os pressionar e controlar as reitorias, importando muito mais munir o Estado autoritário de informações referentes às universidades e seus membros, do que assessorar os reitores. (MOTTA, 2008, p. 45).

⁷ Além dos órgãos setoriais, os Sistemas de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM), os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares também faziam parte do SISNI. É importante frisar que essa ampliação e nova estruturação contou com um Plano Nacional de Informações (PNI), aprovado pelo Decreto no 66.732, de 16 de junho de 1970, que tinha a função de dar diretrizes aos órgãos de informações. Decreto disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em outubro de 2019.

⁸ O termo “comunidade” é encontrado, por exemplo, em documentos do SNI.

⁹ Chamadas inicialmente de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), as Assessorias também foram chamadas, posteriormente, com uma nova reformulação a partir de 1975, de Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Como ambas as siglas são recorrentes tanto na documentação analisada quanto nas bibliografias existentes sobre o tema, utilizaremos as duas nomenclaturas ao longo do texto.

¹⁰ As Divisões de Segurança e Informações (DSIs) são oriundas do processo de ampliação do SNI e do aproveitamento das antigas Seções de Segurança Nacional (SSN), órgão criado no governo de Eurico Gaspar Dutra e integrante do Conselho de Segurança Nacional. Sobre isso, ver: FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 158.

Quanto à Universidade Federal da Paraíba (UFPB),¹¹ esta esteve entre as primeiras no que toca à utilização de serviços de informações. Logo nos primeiros momentos após o golpe dado em 1964, a comunidade acadêmica da UFPB sofreu com a intervenção de um novo reitor alinhado com o regime, o que ocasionou a saída do então reitor Mário Moacyr Porto. O alinhamento do professor de medicina, ex-oficial do Exército e reitor da UFPB de 1964 até 1971, Guilardo Martins Alves, com as forças golpistas, é considerado ao tentar compreender o pioneirismo da UFPB nesse sentido, já que a universidade possuiu um Serviço de Segurança e Informações (SSI) anterior à emergência do Plano Nacional de Informações (PNI) e das demais AESI a partir da década de 1970, como concluiu Cittadino (1993).

Diante do que foi exposto, esta dissertação pretende delinear alguns pontos relativos a questões que circundam o objeto estudado, buscando evidenciar como a Universidade Federal da Paraíba figurou em documentos produzidos pelos órgãos de informações. Para isso, objetiva-se compreender, a partir de análise documental e bibliográfica, as formas de operar dos órgãos de informações da ditadura em relação às instituições federais de ensino superior, sobretudo a UFPB, de 1964 a 1985.

Junto a isso, buscamos identificar quais sujeitos e correntes políticas foram alvos de vigilância, bem como os motivos que levaram à implementação e atuação de órgãos de informações nas universidades. Não tencionamos apenas examinar os casos de vigilância ocorridos na UFPB de forma isolada, pois entendemos que o objeto permite ser analisado em uma escala maior, visto que o monitoramento às universidades era uma realidade em todo o Brasil.

A documentação analisada permite a construção de uma análise que consiga abordar professores, estudantes e demais funcionários, dado o conteúdo dos materiais documentais que foram analisados. A respeito disso, é importante pontuar que as principais fontes que servem de base a esta pesquisa são os documentos do Fundo SNI – Agência Recife.¹² Este acervo passou por processo de organização e digitalização,

¹¹ Universidade nascida sob a Lei nº 1366 de 02 de dezembro de 1955, tendo origens que remontam à criação da primeira escola isolada de nível superior, a Escola de Agronomia do Nordeste, em 1934 no município de Areia; posteriormente foi federalizada através da Lei nº 38685 de 13 de dezembro de 1960. Ver: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES David (Orgs.). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006, p. 25-42.

¹² A Agência Recife, também chamada de Agência Pernambuco, estava localizada em Recife. Segundo o pesquisador Dmitri Felix do Nascimento, mais precisamente no prédio dos Correios da cidade. Sobre isso, ver: NASCIMENTO, Dmitri Felix. O Serviço Nacional de Informações (SNI): O Sindicalismo em

sendo entregue em 2016 à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), e hoje encontra-se sob a guarda do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo. Com mais de sete mil documentos, neste conjunto documental encontram-se fichas relativas aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, considerando que a referida Agência era responsável por produzir e circular informações entre os demais órgãos de informações (OI) sobre os estados mencionados¹³.

Com a entrega destes documentos à CEVPM-PB, iniciaram-se, ainda em 2016, as primeiras pesquisas relativas à documentação. Para tanto, foi criado, na Universidade Federal da Paraíba, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o projeto: “A sociedade civil sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba (1964 – 1985)” sob a orientação do professor doutor Paulo Giovani Antonino Nunes. Com isso, desde 2016, pesquisas estão sendo realizadas com intuito de compreender como setores da sociedade civil figuraram nos materiais produzidos pelos OIs. Desse modo, nossa pesquisa teve início em 2017, ainda no curso de graduação, com a finalidade de dar continuidade ao projeto mencionado.

As informações encontradas a respeito do estado da Paraíba, em forma de prontuários, juízos sintéticos e pedidos de busca, dizem respeito a partidos políticos, políticos e militantes de esquerda, movimentos sociais do campo, imprensa, sindicatos, manifestações artísticas, universidades e atividades diversas tidas como subversivas. Destacamos que o Fundo SNI – Agência Recife conta com mais de sete mil documentos relacionados aos chamados “Estados da Área”, contudo, esta pesquisa procura direcionar a análise para as informações encontradas em documentos que se referem à UFPB.

Não divergindo de outros arquivos originários dos órgãos de repressão e informação, onde quantidade considerável dos documentos não existem mais¹⁴,

Pernambuco como alvo (1964-1967). Revista Crítica Histórica: Os 50 anos do Golpe Civil-Militar, Alagoas, v. 10, p. 113-155, 2014.

¹³ Além dos arquivos provenientes da Agência Recife, outras agências espalhadas pelo Brasil, bem como a Agência Central, foram responsáveis por montar um grande acervo de documentos, acumulando “milhares de documentos sob a forma de microfichas produzidas pelo Estado durante os anos de 1964 a 1985, atingindo, aproximadamente, nove milhões de páginas de textos” (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 22).

¹⁴ No livro: “Lugar Nenhum: Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura”, o jornalista e pesquisador Lucas Figueiredo traz dados sobre o processo de ocultação e “limpeza” nos arquivos da ditadura. Segundo o autor: “O SNI decidira destruir os prontuários biográficos comprometedores, mas

especialmente aqueles produzidos nos anos iniciais do regime, no arquivo da Agência Recife, identificamos uma larga produção de documentos a partir do ano de 1979, se estendendo até 1988, dado a permanência da atuação do SNI após o término do regime militar. Tal fato não prejudicou o andamento da pesquisa na tarefa de compreender como os órgãos de informações vigiavam setores da sociedade paraibana, tendo em vista que a troca e arquivamento de informações entre órgãos era uma prática recorrente, estando presente nestas trocas, por vezes, informações que datam de momentos anteriores à produção de determinado informe, encaminhamento etc.

Parte considerável das fontes averiguadas vem das fichas produzidas pelo SNI, dado a importância que este órgão ocupava na comunidade de informações. No entanto, alguns dos documentos que a Assessoria de Segurança e Informações da UFPB (ASI/UFPB) produziu ou circulou de 1970 a 1980 e que tivemos acesso, são aproveitados para a pesquisa. Os documentos em questão, que contabilizam um total de 116 páginas, se encontram nos arquivos da CEVPM-PB.

A partir da análise dos materiais produzidos ou direcionados através da ASI/UFPB, foi possível identificar documentos que datam do início da década de 1970, momento em que algumas universidades, principalmente aquelas onde havia uma afinação dos dirigentes com os interesses do regime, se organizavam para receber as ASI. Esta documentação permitiu analisar o funcionamento da ASI/UFPB quanto ao monitoramento de processos de contratação de professores e funcionários e atividades estudantis e docentes, bem como a troca de informações relevantes entre assessorias e demais órgãos que integravam a “comunidade de informações” da ditadura.

De forma a compreender com amplitude o que foi proposto, não nos apegamos apenas à fonte oficial, posto que, “nunca confiar numa única fonte é um dos mandamentos da profissão de historiador” (BECKER, 2001, p. 30). Assim, utilizaremos, na medida do possível, além do aporte bibliográfico, alguns dos depoimentos de membros da comunidade acadêmica da UFPB que sofreram algum tipo

não havia ordem expressa para eliminar outros tipos de documento. Portanto, em 1989, parte do acervo do Serviço Nacional de Informações começou a ser destruída, com o objetivo de ocultar provas, mas parte foi preservada. As Forças Armadas seguiram por um caminho semelhante: destruição de alguns acervos, ocultação de outros. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, assim como fizera o SNI, passaram um pente-fino em seus arquivos antes de iniciar a operação limpeza” (FIGUEIREDO, 2015, p. 52).

de repressão, sendo os depoimentos em questão concedidos à Comissão Estadual da Verdade (CEVPM-PB) através de audiências públicas e oitivas¹⁵.

A documentação produzida pelos órgãos de informações e segurança traz importantes informações sobre o passado, todavia, tais órgãos eram comprometidos com o regime autoritário, e apenas este fato já é suficiente para se atentar ao que os vigiados têm a dizer. Acerca do testemunho oral, destacamos:

O testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória, o que obriga o historiador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como as relações entre escrita e oralidade, memória e história, ou tradição oral e história; o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres [...] São histórias de movimentos sociais populares [...] versões menosprezadas [...] (FERREIRA, 2012, p. 171)

Com o auxílio dos testemunhos concedidos à CEVPM-PB, pudemos compreender de forma mais ampla o contexto em que a UFPB, enquanto Instituição de Ensino Superior, bem como jovens estudantes e professores universitários, estiveram inseridos, percebendo com isso, como os meios utilizados pela ditadura para neutralizar “ações subversivas” tiveram efeitos sobre a comunidade universitária. Desse modo, o relato de memória contribuiu de maneira esclarecedora no que toca à compreensão do contexto social e fases que compõem o período, considerando que:

A memória, segundo escrito básico do termo, é a presença do passado. [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (ROUSSO, 2006, p. 94).

Ainda no que toca às fontes, é importante ressaltar que os arquivos que foram produzidos por governos autoritários e repressivos, tratados normalmente como fazendo parte de produções de caráter secreto, integram o que é conhecido por “documentos sensíveis”; isto porque o conjunto de documentos trabalhados estão inseridos na lógica de produção que serviu à repressão, acrescentando a esses documentos mais cuidado no

¹⁵ O trabalho desempenhado pela CEVPM-PB contabilizou um total de 24 audiências públicas e 22 oitivas, abarcando o período de junho de 2013 a fevereiro de 2017, resultando disso, um total de 69 pessoas ouvidas.

trato, pelo fato desses materiais afetarem, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados. (BAUER; GERTZ, 2013, p. 178).

No Brasil, o período referente ao primeiro governo de Getúlio Vargas (1930–1945) e à Ditadura Militar (1964–1968), caracteriza uma produção mais acentuada de documentos que concernem a governos de natureza autoritária, e, diante disso, compreendemos a necessidade de que se haja cuidado e rigor no trato de documentos produzidos e encaminhados por mecanismos de informações durante regimes repressivos, já que estes materiais “possuem indiscutível valor informacional, seja como instrumentos de apoio para que os responsáveis pelos crimes cometidos sejam responsabilizados, seja como instrumentos indispensáveis à pesquisa histórica.” (THIESEN, 2013, p. 8)

Acerca da importância social e histórica desses arquivos e documentos, é importante pontuar ainda:

[...] esses arquivos possuem uma especificidade intrínseca, chamada por alguns pesquisadores de “efeito bumerangue”: os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações a seus direitos. Tais arquivos, absolutamente necessários para o exercício das atividades repressivas, se convertem, no novo regime, em instrumento social insubstituível para conformar novas relações sociais. (BAUER; GERTZ, 2013, p. 178).

Quanto ao material bibliográfico, esta pesquisa se apoia em uma extensa bibliografia acerca da montagem e atuação da comunidade de informações; a exemplo de obras como: *SNI e ABIN: uma leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do século XX*, da pesquisadora Priscila C. B. Antunes (2001); *SNI: como nasceu, como funciona*, da jornalista Ana Lagôa (1983); *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, do historiador Carlos Fico (2001); *A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar*, da pesquisadora Fabiana de Oliveira Andrade (2014) e *Ministério do Silêncio: A história do serviço Secreto brasileiro de Washington Luís a Lula*, do jornalista Lucas Figueiredo (2005).

Acerca da atuação dos órgãos de informações, o material organizado pelo Arquivo Nacional, cujo nome é: *A escrita da repressão e da subversão*, dos autores

Vivien Ishaq, Pablo E. Franco e Tereza E. de Sousa (2012), contribuiu de forma significativa no que toca a compreensão da tipologia documental dos arquivos os quais analisamos. Consideramos ainda as pesquisas que estão sendo desenvolvidas sobre as ações dos órgãos de vigilância no estado da Paraíba, por parte do professor Paulo Giovani Antonino Nunes¹⁶ e das pesquisadoras Maria Tereza Dantas Bezerra Soares¹⁷ e Olga Larissa Veiga¹⁸ Ferreira, bem como dos pesquisadores Victor Albuquerque dos Santos¹⁹ e Matheus Pereira da Costa²⁰.

Já no contexto da vigilância e repressão às universidades, destacamos: *As universidades e o regime militar, cultura política brasileira e modernização autoritária*, do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014); *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*, do professor Luiz Antônio Gama (1988); *Estado Militar e Educação no Brasil: (1964–1985) um estudo sobre a política educacional*, do sociólogo José Willington Germano (1992); *Subversivos: Ditadura, Controle Social e Educação superior no Brasil (1964–1988)*, do professor Jaime Valim Mansan (2014) e *Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964–1987)*, tese de doutorado da pesquisadora Ludmila Gama Pereira (2016).

Sobre o contexto repressivo e o desenrolar da ditadura, destacamos as leituras de *Estado e Oposição (1964–1964)*, de Maria Helena Moreira Alves (1984); *1964: a Conquista do Estado*, de René Dreifuss (1981) e o *Relatório Final da Comissão da Verdade* (2014). Referente ao estado da Paraíba, frisamos como importantes leituras os artigos presentes no livro: *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba* (2014), os escritos referentes ao golpe e ditadura dos professores Paulo Giovani Antonino Nunes, Monique Cittadino e Lúcia Guerra, além do *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e*

¹⁶ Sobre o tema do SNI, ver: NUNES, Paulo Giovani Antonino. **A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985).** *Saeculum: As Ditaduras Militares no Brasil e no Cone Sul: História, historiografia e memória*, João Pessoa, v. 39, p.19-36, 2018.

¹⁷ Sobre o tema, ver: SOARES, Maria Tereza Dantas B. **A política paraibana vigiada políticos e militantes sob os olhos do SNI.** Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

¹⁸ Sobre o tema, ver: FERREIRA, O. L. V. **“Onde termina a justiça social e começa a subversão?”.** Dissertação (Mestrado em História) - PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

¹⁹ Sobre o tema, ver: SANTOS, V. A.. **A imprensa sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre a imprensa na Paraíba (1979–1985).** In: XVIII Encontro Estadual de História, ANPUH-PB, 2018, João Pessoa. *História: Desafios do Ensino, da Pesquisa e da Extensão no Tempo Presente*, 2018.

²⁰ O pesquisador Matheus Pereira da Costa desenvolve pesquisa acerca da vigilância do SNI aos sindicatos na Paraíba e desenvolveu trabalho de conclusão de curso cujo título é: “A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o movimento sindical paraibano (1979 – 1987)”.

Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017) e o *Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa* (2020).

Os objetivos desta pesquisa se aproximam do campo renovado da história política, mediante o uso do conceito de cultura política. Acreditamos que para compreender de forma mais ampla as questões políticas que estiveram presentes no recorte histórico analisado, assim como identificar práticas políticas que impulsionaram a vigilância no âmbito das universidades, se faz necessário situar a pesquisa a partir de aportes teóricos e conceituais que sirvam de auxílio no processo de construção de uma análise.

Os historiadores da terceira geração dos *Annales*, Jacques Le Goff e Jacques Julliard estiveram entre os precursores no processo de renovação da história política, colaborando, através de seus escritos,²¹ com a importância do político na construção de narrativas históricas. Embora tenham mantido postura crítica a uma história política dita tradicional, os autores indicaram a possibilidade de renovar a partir de pressupostos que se distanciem de uma narrativa que priorize apenas o fato e a curta duração. A postura crítica dos autores é compreendida ao considerarmos que, até meados de 1929/30, predominou a existência de narrativas reconhecidas como tradicionais ou metódicas.

Falcon (1997) mostra que a historiografia metódica, predominante no século XIX, endossou um discurso histórico próprio que tencionava distinguir verdade histórica da ficção literária, a partir de uma clara e rígida separação entre dois tipos de fatos: os que podem ser tomados como comprovados, e os falsos, de comprovação impossível. Esta busca pelo verdadeiro e cientificamente comprovável ajudou a elevar a história política, tida como factual, ao seu apogeu.

Nesse sentido, grande parte das produções tidas até aquele momento, e principalmente durante o século XIX, davam ênfase ao poder e conquistas exercidas pelo Estado. A historiografia metódica, portanto, proporcionou suporte para que o campo da história política ficasse conhecido por ser elitista, parcial e demasiadamente narrativo. Entretanto, as críticas aos métodos, fortalecidos através da *Escola dos Annales*, pelo marxismo e por outros campos como o da história social, contribuíram para que, a partir do século XX, a história política, considerada positivista, não exercesse mais predominância na historiografia.

²¹ Os textos em questão são: “A política será ainda a ossatura da história?”, de Jacques Le Goff, e “A Política”, de Jacques Julliard, que foram publicados na França em 1971 e 1974, respectivamente.

Com isso, o retorno ao campo do político torna-se uma possibilidade real, dessa vez, considerando uma ampliação de abordagens como forma de compreender a complexidade que compõem as sociedades e seus diversos sujeitos.

É importante mencionar que o processo de rejeição ao tradicional em sua forma demasiadamente factual, bem como o de renovação dos estudos de história política, não diz respeito apenas às reflexões propostas por autores franceses, como René Rémond, Serge Berstein e Jean François Sirinelli, principalmente a partir da década de 1980. Segundo Barros (2012), apesar da rejeição de uma perspectiva do político tradicional em favor de uma historiografia que passava a privilegiar o âmbito econômico-social ter sido um fenômeno recorrente em toda historiografia ocidental, tal fenômeno apresentou intensidades e ritmos diferenciados.

É nesse sentido que podemos destacar, ainda na década de 1960, o trabalho de autores como Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawn e Christopher Hill, historiadores integrantes da Escola Inglesa, que já elaboravam reflexões historiográficas que tratavam de combinar o Social, a Política e a Cultura. Com isso, novos objetos se abriram à análise historiográfica, especialmente ao considerar questões que permeiam as lutas de classes, muito presentes nos escritos e análises de historiadores da Escola Inglesa. Os estudos sobre a classe operária colaboraram com o processo de ampliação de enfoques acerca dos diversos aspectos da vida humana, proporcionando uma análise que levasse em conta noções políticas para além daquelas enfatizadas pelos metódicos.

Seguindo essa lógica, podemos destacar a emergência de eventos, movimentos sociais e acontecimentos políticos que se fizeram presentes e marcaram a conjuntura política durante o século XX, que além de demandarem análises a partir de perspectivas renovadas, traziam à tona a importância do campo político para o social. Em relação à ampliação da noção de política nas sociedades contemporâneas, cabe salientar:

No domínio das determinações extra-historiadoras, Jacques Julliard insistia, já em 1974, num fenômeno de progressiva ampliação da noção de política em função do peso cada vez maior nas sociedades contemporâneas de uma esfera política dilatada (“política econômica”, “política cultural”, “política familiar”, etc.). Mais recentemente (Pour une histoire politique), René Rémond constrói por sua vez um raciocínio familiar: o retorno da história política resulta da história próxima, que demonstrou a autonomia e o lugar preponderante do político em numerosos domínios, tanto pela irrupção do acontecimento nos devires coletivos (por exemplo, o impacto das guerras), quanto pelo crescimento do campo da intervenção dos

Estados ou pela politização cada vez maior de questões outrora apolíticas. (BALMAND, 2018, p. 344).

Para que se compreenda o processo de renovação da história política, é indispensável que se considere a interdisciplinaridade, seus desdobramentos e reflexos na historiografia política. Como assinala Rémond (1996, p. 29), “É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que precisa para respirar.”

Portanto, o renovo do campo em questão, buscou estabelecer diálogos com áreas como a Linguística, Ciência Política, Filosofia, Psicologia e Antropologia, bem como se aproximar e se apropriar de conceitos como, por exemplo, conceitos marxistas (hegemonia, intelectuais tradicionais e orgânicos), assim como conceitos provenientes da historiografia inglesa e de outros campos e correntes historiográficas, como o da história cultural e história social.

De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objetivo da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento. (RÉMOND, 1996, p. 29).

Ainda segundo René Rémond (1996, p. 26), a renovação a qual salientamos foi provocada por rediscussões em torno dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. Junto a isso, a redescoberta da importância do político contribuiu para que o conceito se tornasse mais amplo, alargando, portanto, as concepções existentes acerca da ação política para além do Estado e das elites políticas.

Assim, tornou-se característico da nova história política a inserção de novos setores e personagens entendidos como sujeitos da história, bem como a compreensão da pluralidade de ritmos inseridos na curta, média e longa duração.

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as

mudanças de tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores que os regimes políticos ou as mudanças na identidade de detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas. (RÉMOND, 1996, p. 16).

A concepção de tempo histórico enfatizada pelo autor foi fundamental para que novos estudos fossem inseridos no horizonte político, estudos esses que “...dariam enfim à história política uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos” (JULLIARD, 1995, p. 185). Considerando a ampliação de pesquisas e de objetos, bem como a relevância da interdisciplinaridade, fazendo um diálogo com o campo da história cultural, o emprego do conceito de “cultura política” é inserido na pesquisa como um aporte na busca de identificar práticas e comportamentos e ainda perceber permanências, ou não, de determinados comportamentos políticos.

Inicialmente desenvolvido, em sua forma acadêmica, no campo das ciências sociais norte-americanas durante os anos de 1950 e 1960, o conceito de cultura política passou a ser utilizado pelos historiadores a partir da década de 1970, em um processo de análise de determinados eventos e conjunturas políticas.

Antes de ocorrer a apropriação e adaptação desse conceito pela historiografia, cabe mencionar que, de forma geral, a utilização e entendimento de cultura política, ainda no campo das ciências sociais, remonta aos escritos dos autores Gabriel Almond e Sidney Verba.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005), estes trabalhos conformaram um modelo “comportamentalista” do que significa uma cultura política, visto que, os autores citados desenvolveram meios para classificar em tipologias as culturas políticas presentes em uma sociedade, marcadas por três tipos básicos: cultura política paroquial, de sujeição e participativa.

É importante frisar que no entendimento de Motta (2009), tal modelo comportava uma definição de cultura política pensada em termos de espaço nacional, permeada por implicações etnocêntricas, já que o último tipo básico correspondia à “meta a ser alcançada pelos povos em atraso na corrida pela democracia, e quando em combinação com estruturas políticas democráticas, davam origem à cultura cívica.” (MOTTA, 2009, p. 17).

Em razão do caráter centrado em etapas da metodologia, a estrutura elaborada sofreu críticas no interior das ciências sociais acerca de seu uso. Todavia, apesar das críticas, o conceito passou a ter lugar na historiografia, mais enfaticamente durante as décadas de 1980 e 1990, convergindo com as reflexões acerca da renovação da história política e com a presença do paradigma culturalista.

Assim, ganham destaque no processo de resignificação do conceito, os historiadores franceses Serge Berstein e J. F. Sirinelli. Para o primeiro, cultura política, no entendimento dos historiadores, abrange:

[...] um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história. (BERNSTEIN, 2009, p. 31).

E, para Ângela de Castro Gomes:

[...] a categoria cultura política foi definida como “um sistema de representações complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração. (GOMES 2005, p. 31)

O conceito em questão também pode ser compreendido segundo a seguinte lógica explicativa:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21).

Dessa forma, é viável compreender e notar a existência de práticas políticas predominantes, que no entendimento de Motta (2009), são advindas, muitas vezes, de vetores sociais que são responsáveis pela reprodução de determinadas culturas políticas, a exemplo da família, partidos, instituições educacionais e sindicatos, que acabam por exercer uma influência determinante.

É mediante a relação estabelecida entre a nova história política e a conceituação historiográfica de cultura política que esta pesquisa será construída. Ao se buscar identificar quais inclinações políticas estiveram presentes nas práticas cotidianas e de organização dos vigiados, por meio da verificação dos documentos e do exame de depoimentos, é possível perceber quais traços de práticas políticas estiveram inseridos entre os investigados e quais os que motivaram a produção de informações pelos órgãos de vigilância.

Além disso, é importante atentar para a compreensão dos traços próprios e presentes na trajetória política brasileira. Ao perceber a importância das práticas marcantes na política nacional, através da utilização do conceito de cultura política, podemos entender de forma mais ampla a ascensão e permanência de um regime militar no Brasil, identificando quais permanências ou rupturas relacionadas aos valores e comportamentos se apresentam nesse período. E, ao lado disso, compreender as relações entre o governo autoritário e as universidades.

Partindo desse entendimento, ressaltamos o autoritarismo e a construção de uma mentalidade anticomunista como traços marcantes na política brasileira, traços que permaneceram e se manifestaram fortemente durante o período que corresponde à ditadura militar brasileira. E foi de conformidade com uma lógica autoritária e anticomunista que os órgãos de informações trabalharam fortemente no que se refere à coleta de informações pertinentes aos interesses do regime vigente. Atuantes em repartições públicas federais, os campi universitários também contaram com a presença de órgãos de vigilância.

Assim, ressaltamos que o autoritarismo presente e sentido na ditadura militar iniciada em 1964 não se configura como um elemento criado a partir do momento em questão. No Brasil, sua trajetória peculiar difere em muitos sentidos das de outros países da América Latina e é fortemente marcada por golpes e abusos de poder, o que colabora para que o elemento em questão seja facilmente percebido nas práticas políticas do Estado; fragilizando, portanto, o alcance pleno da democracia.

Usado como meio de manter a ordem e o interesse de classes dominantes, o autoritarismo encontra raízes ainda da formação colonial e escravocrata do país, apontando permanências desde então. A herança autoritária é materializada através de

práticas mandonistas, violentas e intolerantes, que refletem a manutenção de privilégios de determinadas elites.²²

Além de se configurar como um meio de manter a ordem através do Estado, o autoritarismo reverbera nas relações sociais cotidianas, como aponta a socióloga Marilena Chauí (2012, p. 158). Segundo a autora:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando e obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre o que julgam iguais, são de — parentesco, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou do cooptação e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Em suma: micropoderes capilarizam toda a sociedade, de sorte que o autoritarismo da e na família se espalha para a escola, as relações amorosas, o trabalho, a mídia, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, e vem exprimir-se, por exemplo, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor (coração da ideologia capitalista) e na naturalidade da violência policial (CHAUÍ 2012, p. 158)

No entanto, Motta (2014), realça que além do autoritarismo, as práticas de conciliação também se constituíram como característica do regime o qual nos referimos; e, diante disso, analisar a relação entre universidades brasileiras e ditadura nos permite visualizar como se deram tais práticas.

Na cultura política brasileira, as instituições e relações impessoais são objeto de desconfiança e ceticismo, enquanto os laços pessoais e familiares são valorizados e respeitados. Em outros termos, é frequente os atores colocarem no primeiro plano as relações pessoais, deixando para o segundo lugar compromissos políticos e afinidades ideológicas. No caso dos meios acadêmicos, esse aspecto é marcante, pois muitos de seus membros tinham laços pessoais ou familiares com integrantes do governo e mesmo das Forças Armadas. Assim, características peculiares da sociedade brasileira, altamente elitizada e com recursos educacionais e culturais concentrados nos estratos superiores, geraram situações em que lideranças acadêmicas esquerdistas e próceres do Estado militar pertenciam aos mesmos

²² Sobre as práticas de autoritarismo a partir de uma perspectiva histórica, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

grupos sociais, o que implicava, muitas vezes, laços de parentesco, amizade ou convivência escolar anterior. (MOTTA, 2014, p. 292).

Nesse mesmo sentido, podemos frisar o projeto de modernização implantado nas universidades brasileiras pelo regime militar, que também esteve inserido na lógica do autoritarismo, visto que o novo governo se utilizou da necessidade de reformas nas universidades. Diante da imposição modernizadora, acordos foram feitos com entidades estrangeiras como a United States Agency for International Development (USAID), programas de pós-graduações foram criados, bem como o sistema departamental. Contudo, tal impulso modernizador se viabilizou de maneira repressiva, como lembra Cunha (2007), e teve uma dupla dimensão, como expõe Motta (2014): uma construtiva e outra destrutiva, pois, ao passo que o Estado implementava reformas, prendia e perseguia professores e estudantes.

Em relação a UFPB, a documentação analisada e a própria história da universidade nos mostram que os pilares: modernização e autoritarismo também estiveram presentes durante a ditadura. A necessidade de apurar informações sobre os posicionamentos políticos e ideológicos dos integrantes da UFPB fazia parte da inclinação anticomunista predominante nas agências de informações, principalmente se considerarmos que o comunismo representava, segundo os militares, uma ameaça à democracia e à estabilidade do país. A respeito disso:

O anticomunismo forneceu aos agentes de repressão uma razão de ser e um sentido de missão, ao apontar o alvo principal que deveriam mirar. Assim, eles atuaram na tentativa de impedir a contratação de professores marxistas, bloquear a circulação de textos e ideias socialistas e também evitar os contatos culturais com países do bloco soviético. [...] Anticomunismo não significa apenas um conjunto de opiniões divergentes em relação a um projeto político, mas um movimento, uma causa que mobilizou aderentes fervorosos, crentes que a salvação do país (e do mundo) dependia da repressão ao comunismo. (MOTTA, 2012, p. 134).

Atrelado a isso, a cultura conservadora, também predominante, servia de motivação no processo de levantamento de informações e vigilância; era necessário, segundo alguns dos documentos averiguados, que os integrantes e, sobretudo, os recém ingressos na UFPB, apresentassem um perfil alinhado com o bom funcionamento da universidade.

Buscando compreender as motivações que estiveram inseridas nas práticas de vigilância no campo da Educação Superior, essa dissertação está organizada em três

capítulos. No primeiro, buscamos situar o contexto em que os órgãos de informações da ditadura se estruturaram e se consolidaram no apoio à repressão, dando ênfase na relevância que o Serviço teve para a permanência e manutenção dos militares no poder. Não há como analisar a montagem e atuação do SNI sem relacioná-lo com os processos políticos em voga no momento do seu surgimento e também ao longo de sua existência, por isso, procuramos expor aspectos relacionados à conjuntura política envolta no surgimento e ampliação dos OIs.

No capítulo dois, buscamos situar os documentos que versam sobre a Universidade Federal da Paraíba presentes no Fundo SNI - Agência Recife e nos materiais produzidos pela ASI/UFPB. Para tanto, procuramos compreender como a UFPB esteve inserida no contexto da repressão e modernização aplicada às universidades no período da ditadura, atentando para como os órgãos de informações atuavam na instituição.

Como a documentação analisada trata da comunidade acadêmica de forma ampla, dando nota sobre as ações de discentes, docentes e demais funcionários, organizamos o segundo capítulo de modo que fosse enfatizado aqueles documentos que trazem dados de dirigentes universitários, pró-reitores e professores; extraindo e cruzando informações levantadas nos documentos com as fontes bibliográficas e com alguns dos relatos provenientes de depoimentos. Desse modo, foi possível situar discussões e situações, além de perceber como os órgãos de informações se organizavam.

No capítulo três, procuramos direcionar a discussão para considerações acerca da vigilância empreendida a estudantes, especialmente ao movimento estudantil que contou com integrantes da UFPB, atividades organizadas por estudantes, bem como o monitoramento praticado em relação a processos de escolhas de líderes de entidades estudantis, eventos organizados pela comunidade universitária e provas de vestibulares. Todos estes pontos se relacionam com uma conjuntura nacional onde, em outras instituições, estudantes também sofreram com as arbitrarias intervenções praticadas pelo regime e pelos órgãos de segurança e informações.

CAPÍTULO 1: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O APARATO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

1.1 Criação e atuação dos órgãos de informações

Saindo dos limites de suas atribuições tradicionais, as Forças Armadas se incluem na política brasileira, mediante golpe, em 1964. A intervenção e desempenho de funções políticas por parte da instituição militar, contudo, não é inaugurada em 1964, remontando, até mesmo ao processo que finalizou o período monárquico e inaugurou a República no Brasil.²³ Como proposto por René Armand Dreiffus e Otávio Soares Dulci (2008), as Forças Armadas passaram por um processo de reformulação político-ideológica e reformulação institucional, que proporcionou a legitimação do intervencionismo no sistema político, acrescentando, desse modo, uma espécie de “poder moderador” às Forças Armadas.

A legitimação referida foi fundamentada, sobretudo, na Doutrina de Segurança Nacional, gestada pela Escola Superior de Guerra (ESG), assim, “O intervencionismo militar, em princípio fora de questão, seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a juízo da instituição militar, os limites da legalidade” (DREIFFUS; DULCI, 2008, p. 138). Fundamentada a necessidade de intervencionismo militar, o movimento formado em 1964 dá início a uma ditadura que perdurou durante duas décadas.

Dessa forma, em 01 de abril de 1964, no Brasil, ascende um novo governo, chegado ao poder através de um golpe civil-militar.²⁴ Durante a vigência do regime, em que figuras militares se alternaram na presidência, medidas de cunho repressivo, que

²³ Sobre a recorrência da participação das Forças Armadas na política brasileira, ver: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo, Todavia, ed. Atualizada e Revisada, 2019 e FERREIRA, Oliveira S. **Forças Armadas, para quê?** São Paulo, GRD, 1988.

²⁴ Utilizamos o termo “ditadura civil-militar” por acreditarmos que o processo que desencadeou o golpe de 1964 não foi idealizado apenas por militares, apesar da efetiva liderança por parte destes. Assim, consideramos o que expõe René A. Drefuss (1981) no que se refere à participação no golpe de 1964 da elite intelectual que integrava o complexo IPES/IBAD, de políticos conservadores e liberais, bem como de setores ligados a burguesia industrial. Entretanto, é de conhecimento que não existe total concordância no campo da historiografia quanto ao uso da nomenclatura “civil” para se referir ao processo que instaurou a ditadura no Brasil, visto que, o debate levanta questões referentes aos abusos do revisionismo. Nesse sentido, ao observamos a complexa estrutura que fez parte do aparato repressivo, em especial o de vigilância, concordamos com a afirmação de que houve uma ditadura essencialmente militar, no entanto, a participação civil no que tange ao apoio ao golpe e à posterior ditadura, não pode ser anulada, ainda mais quando levamos em consideração o anticomunismo como fator aglutinador. Sobre esse debate, ver: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Santa Catarina: **Revista Tempo & Argumento**. V. 9, Nº 20, 2017: 05-74.

tiveram como objetivo a consolidação do golpe e o dismantelamento das forças de oposição foram aplicadas, com maior ou menor força, em diferentes momentos e fases que caracterizaram o governo.

Nesse sentido, como forma de cumprir objetivos e potencializar o projeto de “limpeza” que o país supostamente necessitava, foi montado um forte aparelho de repressão em que a censura, a vigilância e a perseguição eram frequentes. Dentro da estrutura repressiva, foi criado e consolidado o Serviço Nacional de Informações (SNI); principal responsável por atividades ligadas à produção e circulação de informações durante a ditadura.

O Serviço Nacional de Informações, principalmente após o processo de ampliação ocorrido a partir de 1970, tratou de levantar, produzir e circular informações acerca de diversos segmentos da sociedade civil, a exemplo da comunidade universitária, partidos políticos, militantes de esquerda, sindicatos, movimentos sociais, etc. Apesar dos órgãos de informações a serviço da ditadura não desempenharem comprovadamente funções relativas a torturas e prisões, estes serviram no apoio a tais práticas, visto que a produção e posse de informações possui grande valia na estrutura de regimes autoritários que utilizam da violência e da censura como prática recorrente.

A criação e atuação dos órgãos de informações estiveram inseridas no contexto de articulação e chegada dos militares ao poder, onde aparatos repressivos foram largamente utilizados a partir do momento que o chamado “Alto Comando da Revolução”, que tinha por líder o general Arthur da Costa e Silva, passou a dar as diretrizes políticas no país após o golpe. A chegada dos militares à presidência ocasionou a retirada do presidente João Goulart, se ancorando na justificativa de manter a segurança interna e a democracia ante a ameaça subversiva vinda das forças de esquerda. As investidas orquestradas pelo comando em questão resultaram na posse de um novo presidente da República: Ranieri Mazzilli, no dia 2 abril. Entretanto, a posse de Ranieri Mazzilli foi apenas formal, compreendendo que o poder estava, efetivamente, nas mãos do Alto Comando da Revolução.

Além da admissão de um novo presidente pelo poder Legislativo e Judiciário, o novo governo já contava com o reconhecimento dos Estados Unidos²⁵ e de setores da

²⁵ A escalada do conflito que dividiu o mundo em dois blocos opostos, nos quais superpotências disputavam a liderança diante do mundo recorrendo a uma corrida armamentista e nuclear, explica o

população civil. Apesar dos focos de resistências liderados pelas esquerdas, a opção de não empreender resistência, especialmente a armada, por parte de João Goulart diante do golpe, atestou que não haveria um conflito armado com o objetivo de assegurar a permanência do presidente no poder.

O golpe que se propunha parecer uma intervenção momentânea face à crise política e econômica que se apresentava desde o início da década de 1960, encontrou respaldo na justificativa de que no Brasil havia uma ameaça comunista e que tal ameaça se concretizaria caso o presidente João Goulart permanecesse no poder, já que para as forças golpistas, o presidente, legalmente constituído, bem como seus apoiadores, eram fortemente afinados com os países que integravam o bloco socialista. Logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, que levou Goulart a assumir a presidência, militares conservadores tentaram impedir a posse do novo presidente, levando à organização da Campanha da Legalidade, orquestrada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul.

O perfil do presidente preocupava as elites que temiam ter seus privilégios diminuídos e, com isso, cuidaram para que a atuação de João Goulart enquanto presidente fosse diminuída através da adoção do parlamentarismo que vigorou entre 1961 e 1962. Assim, o presidente governou sob severa tensão, não apenas por parte da elite conservadora, mas também de setores de esquerda que aguardavam um posicionamento efetivo do presidente em favor de suas demandas.

O quadro se agravou ao se aproximar 1964, e diante disso, João Goulart propôs reformas de base estrutural que previam uma maior comunicação com as classes populares. Dentre as reformas estariam a agrária, a educacional, a fiscal, a urbana e a eleitoral. Tais reformas foram anunciadas em 13 de março de 1964, no Comício da Central do Brasil, também conhecido por Comício das Reformas, no Rio de Janeiro. O

apoio prestado por parte dos Estados Unidos no processo político que culminou no golpe de 1964 no Brasil. Os conflitos sociais presentes na América Latina, local visto como vulnerável a um avanço comunista, poderiam desencadear uma onda de movimentos reivindicatórios. Ainda se tratando da influência dos Estados Unidos em relação à política interna dos países latino-americanos após a Revolução Cubana, cabe salientar a Operação Brother Sam, que foi formada para prestar apoio ao processo do golpe liderado pelos militares no Brasil. Cogitando a possibilidade de resistência diante da deposição de João Goulart, a operação foi deflagrada no dia 31 de março de 1964, contou com o apoio do embaixador Lincoln Gordon e consistiu no envio de tropas e materiais bélicos. Com o sucesso da intervenção militar brasileira e a decisão de Goulart de não incentivar resistência temendo uma guerra civil, o apoio prestado pelos Estados Unidos via Operação Brother Sam não foi necessário. Mais sobre isso, ver: FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo - O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

referido comício contou com a participação de cerca de 150 mil pessoas, dentre elas, estudantes e membros de entidades sindicais. O evento serviu para que o presidente afirmasse o propósito de cumprir as reformas de base junto à população, o que gerava, em consequência, uma aproximação mais nítida com os setores da esquerda.

O caráter nacional-reformista contido nas falas de João Goulart durante o comício ocasionou reações por parte da oposição, empreendidas através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, entidades femininas, a exemplo da Campanha da Mulher Pela Democracia (Camde) e da União Cívica Feminina, contando ainda com o apoio de políticos conservadores e de empresários. As manifestações ocorreram em diversas cidades do Brasil, no entanto, as que receberam mais atenção aconteceram em grandes capitais como São Paulo²⁶ e Rio de Janeiro.

Ainda se tratando dos fatores que colaboraram no processo de chegada dos militares ao poder, não se pode desconsiderar o papel de destaque que organizações como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) possuíram ao produzirem críticas em forma de propaganda anticomunista. O Ipes começou a ser articulado ainda em 1961 e contou com a participação de empresários e militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). De forma semelhante, o Ibad, fundado em 1959, antes mesmo de Goulart ascender à presidência, também contava com a participação de empresários em sua estrutura e seguia a tônica antirreformista, colaborando no empreendimento de uma campanha política e ideológica que garantiria a continuação dos privilégios e interesses políticos e sociais da burguesia industrial. Para Dreifuss (1981), os oficiais militares, diretores de corporações multinacionais e os demais integrantes do bloco em formação eram intelectuais orgânicos que faziam parte de uma elite orgânica, tomando por base o conceito *gramsciano* de elite orgânica.

Apesar da conspiração que foi organizada entre militares e civis, representados por segmentos formados por integrantes da classe média, clero conservador, banqueiros, políticos, advogados, pequenos empresários, economistas, etc., para derrubar o presidente e refrear a influência das propostas da esquerda naquele momento, o desenrolar do que provavelmente haveria após o desempenho positivo do movimento liderado pelo general Olympio Mourão Filho ainda não era claramente definido.

²⁶ Nesta capital a Marcha ocorreu antes mesmo do golpe, no dia 19 de março, acontecendo as demais após a chegada dos militares ao poder.

Justificativas ancoradas na instabilidade política e econômica que o país atravessava não faltaram. Junto a isso, o sentimento anticomunista que norteava o temor face a um suposto quadro generalizado de subversão e corrupção, unia os segmentos que, por motivações variadas, se colocavam contra o governo Goulart.

No entanto, os conspiradores que integraram as forças golpistas não faziam parte de um grupo em que os pressupostos eram absolutamente ou majoritariamente organizados e uniformes. Conservadores e liberais que estiveram presentes durante o regime nutriam visões díspares no que tangia ao modo de governar. O regime inaugurado em 1964 teria, diante disso, que incorporar em sua estrutura mecanismos para manter o mínimo de coesão e de base legal que garantisse a sustentação do novo governo.

Nesse sentido, os discursos elaborados pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada oficialmente em 1949 através da Lei Nº 785, de 20 de agosto de 1949²⁷, e apoiada pelos Estados Unidos, corroboraram na criação da Doutrina de Segurança Nacional e serviram no processo de construção de bases que sustentassem o regime. A ESG se encontrava diretamente subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e tinha como função: “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”²⁸. Além disso, a ESG atuou “junto a um grupo social restrito, de formação universitária obrigatória, composto por pessoas pertencentes à burocracia estatal e privada” (OLIVEIRA, 1987, p. 53).

A Doutrina de Segurança Nacional, cujo impacto ideológico norteou os objetivos das ações dos militares, foi fundamental na criação e manutenção dos órgãos de segurança e informações que estiveram a serviço da ditadura. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984), a DSN corresponde a um corpo teórico e ideológico abrangente, que permitiu “diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” (ALVES, 1984, p.

²⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L785.htm>. Acesso em fevereiro de 2020.

²⁸ Trecho do Art. 1 da Lei nº 785/49. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11693688/artigo-1-da-lei-n-785-de-20-de-agosto-de-1949>>. Acesso em fevereiro de 2020.

35), reunindo teorias de guerra utilizadas largamente pelo regime e órgãos de informações²⁹.

É importante também que se situe a referida doutrina no contexto Guerra Fria, compreendendo que foi neste período que questões relacionadas à segurança nacional, ameaças externas e internas, traduzidas no binômio: segurança e desenvolvimento, ficaram mais nítidas. Ainda nesse contexto, a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, representava temor para alguns e esperanças para outros. No Brasil, para os que cultivavam o temor, a revolução ocorrida em Cuba era encarada como um claro sinal que isto poderia aqui acontecer, principalmente pelo surgimento e atuação de organizações como as Ligas Camponesas no Nordeste e da Ação Popular (AP). Com isso, estaria em risco a economia, a segurança, o progresso e a ordem, bem como a moral no país.

Dado o golpe, a promulgação do Ato Institucional Nº1 (AI-1)³⁰, ocorrida no dia 09 de abril de 1964, serviu para o que pôde ser entendido, segundo a análise feita por Maria Helena Moreira Alves (1984), como a institucionalização de um aparato que legitimasse a “revolução”, limitando drasticamente os poderes do Congresso Nacional e, em contrapartida, aumentando os do Executivo, destacando a permissão de cassar mandatos eletivos.³¹ Dessa forma, o AI-1 lançava as bases para os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e o apoio legal para a chamada “Operação Limpeza”. Tal operação ganhou força, assim como os IPMs, que ambicionavam investigar a vida de civis e

²⁹ Se destaca nesse sentido a “Guerra Psicológica” que consiste em: “Violência organizada ‘dirigida com a mente’. Emprego planejado da propaganda e da exploração emocional com o objetivo de influenciar opiniões, atitudes e comportamentos de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiarem a consecução dos objetivos nacionais. Sistematização da violência; guerra conduzida psicologicamente. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos da BRANBSB AA1. LGS. 0001” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 160).

³⁰ “Composto de 11 artigos, o AI-1 era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que, ‘a revolução, investida no exercício do Poder Constituinte, não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública’, o AI-1 determinava em seu artigo 2º que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República. O mandato presidencial se estenderia até 31 de janeiro de 1966, data em que expiraria a vigência do próprio ato.”. CALICCHIO, Vera. **Atos Institucionais**. In: Verbetes CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>> Acesso em agosto de 2018.

³¹ Segundo o que propõe Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 63), as cassações de mandatos tiveram duas funções: uma de intimidar o Congresso mediante o “efeito demonstrativo” do que ocorreria aos que se rebelassem, e outra de reduzir as chances de coalizão parlamentar entre os dois importantes partidos: O PSD e o PTB, que foram antigos logo na primeira lista de cassados do AI-1.

militares, identificando os possíveis envolvimento com atividades consideradas subversivas.

O AI-1 foi “editado pelo Comando Supremo da Revolução (CSR) sob o fundamento de que a ‘revolução’ se legitimava por si própria, sem a participação do Congresso Nacional ou de nenhuma outra instância de representação política” (CNV, 2014, p. 935, V. 1). Os instrumentos de coerção utilizados pelo regime atingiram, assim, pessoas em todo o Brasil, inclusive da esfera militar, já que não se limitou a expurgos e perseguições em organismos políticos e burocráticos (ALVES, 1984, p. 58).

As repressões ocorridas com o advento do Ato Institucional Nº 1 e da “Operação Limpeza” alcançaram os partidos políticos, com ênfase no controle empreendido aos políticos que possuíam ligações com a esquerda e partidos que partilhavam de princípios socialistas; atingiram o Congresso, através das sumárias cassações de mandatos e constante vigilância; e visaram destituir movimentos e entidades sociais, a exemplo da União Nacional dos Estudantes (UNE), que terminou por atuar na clandestinidade. As intervenções como modo de enfraquecer as oposições foram recorrentes também em sindicatos por meio de invasões, fechamentos, perseguições e prisões.

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). [...] Milhares de pessoas foram presas. Segundo a embaixada norte-americana, nos dias seguintes ao golpe, prenderam-se em torno de 5 mil pessoas, e a ocorrência de brutalidades e torturas foi comum, especialmente no Nordeste. (CNV, 2014, p. 98; V.1).

As medidas tomadas nesse primeiro momento demonstram com clareza que havia o objetivo comum entre os que conspiraram em favor do golpe, de desarticular as tentativas de projetos reformistas. Nesse sentido, não foi coincidência que os principais atingidos por meio das cassações e demais medidas tivessem aproximações com perspectivas reformistas. Além disso, fez parte dos objetivos que visavam a desarticulação:

[...] o segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite política e intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. [...] Para os

camponeses havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas políticas estaduais. (NAPOLITANO, 2014, p. 71).

Para manter a tônica de uma intervenção que se deu no sentido de salvar a pátria de um inimigo, era necessário manter a aparência de legalidade. Em vista disso, apesar de desrespeitada, a Constituição de 1946 foi inicialmente mantida, na tentativa de manter uma imagem legal e constitucional perante a sociedade. Diferente de outras ditaduras que vigoraram na América Latina, a ditadura militar ocorrida no Brasil procurou manter instituições democráticas, como o Legislativo e o Judiciário, durante todo o período de vigência, mesmo que sob controle do Executivo. Embora o sistema pluripartidário tenha sido extinto de 1965 a 1979, a permanência de um partido tido como oposição também demonstrou preocupação em manter a aparência de um regime minimamente comprometido com a legalidade.

No entanto, as manobras para neutralizar a ação e romper com as liberdades individuais dos opositores ocorriam nos bastidores, tornando os Atos Institucionais mecanismos normativos que autorizavam as ações do regime, fornecendo, assim, respaldo para que o presidente pudesse manter no Congresso aqueles que o apoiariam. A presença de um colégio eleitoral, em que os representantes foram escolhidos pelo povo, reforçava ainda mais a imagem de legalidade do regime. Desse modo, a ditadura ganhou formas por meio de diversas transformações e alterações nos mecanismos legais que regiam a sociedade, alterando em benefício próprio a estruturação jurídica, constitucional e partidária.

O Ato Institucional nº 2 surgiu face ao resultado das eleições ocorridas em 1965, na qual a oposição alcançou vitória em cinco estados, mais expressivamente em Minas Gerais e no estado da Guanabara. Neste Ato, é possível perceber a adição de mais alterações significativas na estrutura política e jurídica do país, que atestavam a necessidade de as esferas em questão caminharem conforme a lógica militar. Sobre o Ato Institucional nº 2, destacamos como se deu as alterações propostas:

O AI-2 permitiu a edição de atos complementares aos atos institucionais e leis, além de decretos-lei sobre matéria de segurança nacional (no início, apenas durante o recesso do Congresso Nacional). Promoveu-se uma intervenção direta na estrutura do Judiciário: suspenderam-se as garantias dos juízes de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, e aumentou-se o número de ministros do STF de 11 (número fixado pelo Decreto no 19.656/1931) para 16,

dividindo-se a corte em plenário e três turmas de cinco ministros cada uma. Ampliou-se a competência da Justiça Militar sobre os civis – antes prevista para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou as instituições militares – aos crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares; estabeleceu-se que a competência da Justiça Militar nesses crimes deveria prevalecer sobre qualquer outra definida em leis ordinárias; impôs-se o julgamento prévio, pelo Superior Tribunal Militar (STM), dos HC impetrados pelos acusados desses crimes; e extinguiu-se o foro privilegiado de governadores de estado e de seus secretários. (CNV, 2014, p. 936, V.1).

Apesar de ser considerado como partidário da ala “moderada” do regime, o governo Castelo Branco foi caracterizado pela adoção de Atos Institucionais, como visto no trecho acima, e de uma nova Constituição (1967) que serviu de instrumento repressivo às diversas organizações políticas e sociais que se opuseram ao golpe.

Embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 3 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a Nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira. A Comissão Geral de Inquérito esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs que alimentavam mais o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziam resultados efetivos. Na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo Castelo. Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos durante o governo Castelo, concentrando cerca de 90% das 1230 sanções feitas a militares ao longo do regime. (NAPOLITANO, 2014, p. 73).

Como exposto, no governo Castelo Branco, as alterações provenientes dos Atos Institucionais não cessaram com o AI-1 e AI-2, existindo ainda, um terceiro Ato, o AI-3, baixado em 5 de fevereiro de 1966, que modificou a disposição sobre eleições a nível estadual e municipal, estabelecendo eleições indiretas para governadores e nomeação para prefeitos de capitais. Ainda em 1966, surgiram os partidos que deram sustentação ao sistema bipartidário previsto pelo AI-2: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Apenas no período de 1964 a 1969 foram editados 17 Atos Institucionais principais e 104 atos complementares.

É desse contexto que surge o Serviço Nacional de Informações (SNI), que permaneceria atuante até o ano de 1990. A existência de um serviço que se encontrava diretamente subordinado à presidência e que objetivava cuidar das atividades ligadas à informação e contrainformação, tornava mais eficaz o levantamento de informações

acerca de pessoas e entidades que representassem perigo ao governo. Dessa forma, o Serviço estruturou-se em um Sistema Nacional de Informações (SISNI), em 1970, sendo o SNI seu principal órgão.

Anteriormente à criação do SNI, expressões do que apontariam para um futuro serviço secreto já se delineavam no Brasil. Segundo o jornalista e pesquisador Lucas Figueiredo (2005), em novembro de 1927, durante o governo do presidente Washington Luís, ainda no período da República Velha (1889–1930), foi instituído o Conselho de Defesa Nacional, criado mediante o decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927³², sendo responsável por tratar de questões relativas à defesa nacional. Isso demonstra que a presença de órgãos responsáveis por tratar de questões da segurança nacional não era nova.

O Conselho de Defesa Nacional “era um órgão de caráter consultivo que se reunia ordinariamente duas vezes por ano e tinha função de estudar e coordenar as informações sobre “todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da pátria” (ANTUNES, 2001, p. 42–43). Também estava apoiado no direito de investigar a vida pessoal de adversários políticos do presidente e de espionar operários em greve. Além disso, “é possível afirmar que esta foi a primeira instituição pública do país destinada, exclusivamente, ao levantamento e processamento de informações para embasar as ações estratégicas do Poder Executivo” (ANDRADE, 2014, p. 18).

O Conselho de Defesa Nacional sofreu algumas modificações a partir de 1934, com Getúlio Vargas; todavia, o estado embrionário do serviço secreto permanecia. As alterações, nesse sentido, giraram em torno da nomenclatura, que passou a ser Conselho Superior de Segurança Nacional e do complemento de funções, a exemplo da introdução da Comissão de Estudos da Defesa Nacional e da Secretaria de Defesa Nacional. É dessas alterações que surgem as Seções de Defesa Nacional ligadas a cada ministério, que foram incorporadas posteriormente à estrutura do Sistema Nacional de Informações (SISNI). A Constituição elaborada em 1937, de caráter autoritário, dando respaldo ao Estado Novo, proporcionou uma nova alteração na nomenclatura do Conselho. Assim:

³² Decreto nº 17.999 de 29 de novembro de 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-norma-pe.html>. Acessado em fevereiro de 2020.

O Decreto-lei nº 4.783 de 1942³³, responsável pela regulamentação do Conselho, inseriu e regulamentou órgãos complementares ao Conselho, como a Comissão de Estudos, a Secretaria Geral, as Seções de Segurança dos Ministérios Civil e, por fim, a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. O Conselho de Segurança Nacional era composto pelos Ministros de Estado e Chefes de Estado Maior do Exército e da Marinha e, posteriormente, com o surgimento da Força Aérea, incorporou-se, também, o Chefe da Aeronáutica. (ANDRADE. 2014, p. 20–21).

É fundamental considerar o contexto da Guerra Fria na criação de órgãos de informações que tiveram como propósito neutralizar a ação de inimigos, tendo em vista que, as transformações ocorridas após o fim da Segunda Guerra Mundial ocasionaram a organização de serviços de inteligência em diversos países³⁴, dentre estes, o Brasil. Ao redor do mundo, órgãos de caráter secreto foram criados ou melhorados.

De acordo com Antunes (2001), considerando a dinâmica internacional referente à organização de serviços de inteligência que “obrigou a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua segurança nacional, reformulando e criando suas agências de inteligência, de acordo com suas perspectivas ideológicas”, concluiu-se que no Brasil, a Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional não correspondia de forma eficaz quanto ao preparo ante a essa nova dinâmica internacional. Diante disso, se fazia necessário a criação de um órgão que estivesse preparado para tratar de informações sensíveis e pertinentes à segurança nacional de forma organizada, com vistas a amenizar as deficiências do Conselho de Segurança Nacional. Em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra, mediante o decreto-lei 9.775, de 6 de setembro de 1946, fracionou a estrutura da Secretaria Geral em três seções:

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1946, o presidente Dutra fracionou a estrutura da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional em três seções. Cada uma seria encarregada de

³³ Decreto-Lei nº 4.783 de 05 de outubro de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4783-5-outubro-1942-414893-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em fevereiro de 2020.

³⁴ Temos como exemplos: a conhecida Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência) - CIA, nos Estados Unidos da América, criada no ano de 1947. No bloco oposto, se tem, na União Soviética, o Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (Comitê de Segurança do Estado), criado em 1954. Em Israel, o Mossad – Instituto de Inteligência e Operações Especiais / Ha-Mossad Le Modiin Ule-Tafkidim Meyuhadim, criado em 1949. Na Alemanha, o BND – Serviço de Inteligência Federal / Bundesnachrichtendienst, criado em 1956. Na França, o Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage (Serviço de Documentação Exterior e de Contra-Espionagem) – SDECE, criado em 1944.

“organizar os Planos Industrial e Comercial, Político Interno e Econômico relativos ao Plano de Guerra”.

A 2ª Seção ganhou a responsabilidade de “organizar e dirigir o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações – SFICI”. O novo órgão ingressou na estrutura do Conselho de Segurança Nacional e passou a ter o encargo de tratar das informações no Brasil, sobretudo após sua etapa de reestruturação, a partir de 1958.³⁵

O SFICI em questão se refere ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, criado também em 1946. Ainda segundo Priscila Antunes: “Foi a primeira vez que se estabeleceu no país, oficialmente, a preocupação com a contra-espionagem e a contra-informação, não obstante a efetivação do SFICI, como órgão produtor de informações, somente viria a ocorrer quase doze anos depois, durante o governo Juscelino Kubitschek” (ANTUNES, 2001, p 45).

A respeito das atribuições iniciais do SFICI, Andrade (2014, p. 34–35) afirma que anterior a sua ativação durante o governo Juscelino, o SFICI possuía uma essência militarizada, e entre as suas funções cabia o levantamento de informações relevantes no caso de guerra, mas que, apesar disso, e de fazer parte da Secretaria Geral do Conselho de Segurança, o Serviço não contava com uma estrutura eficaz de organização, administração e doutrina. Já no que tange à ativação do SFICI³⁶, no governo Juscelino Kubitschek, esta decorre da conjuntura de acirramento de tensões geradas pela Guerra Fria.

A influência exercida pelos Estados Unidos fez parte desse processo, visto que havia um compromisso de se criar no Brasil um serviço nos moldes da CIA (Central Intelligence Agency). A criação de uma agência de informações desse tipo no Brasil ambicionava atender aos interesses norte-americanos de exercer influência sobre a América Latina.³⁷ Desse modo, o SFICI passou a ter suas funções melhoradas através dos regimentos internos que buscavam tratar de questões relacionadas à segurança interna e externa.

³⁵ Disponível em: <http://www.abin.gov.br/institucional/historico/1946-servico-federal-de-informacoes-e-contra-informacoes-sfici/>. Acesso em março de 2020.

³⁶ Que teve suas funções potencializadas por meio do Decreto nº 44.489-A, de 15 de setembro de 1958. Posteriormente, um outro regimento foi aprovado por meio do Decreto 45.040 de 06 de dezembro de 1958, para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, em que esta teria a função de buscar informações pertinentes à Segurança Nacional; com isso foi criada a Junta Coordenadora de Informações. Dessa forma, percebe-se a preocupação em melhorar a estrutura que regia o Serviço de informações em relação à 1946 e à 1927.

³⁷ Conclusão exposta por Priscila Brandão Antunes (2001) ao se referir à entrevista do General Rubem Bayna Denys (1998). Rubem Bayna Denys, ao lado do também general Humberto Melo, foi um dos responsáveis pela ativação do SFICI.

Outra função do SFICI era o apoio ao Grupo de Estudos e Planejamento (GEP), criado pelo Decreto n.º 45.040, de 06 de Dezembro de 1958, com as seguintes finalidades: promover ou realizar os necessários estudos de todos os problemas relativos à Segurança Nacional, elaborar as diretrizes governamentais relativas aos problemas encontrados e opinar sobre quaisquer assuntos ligados à Segurança Nacional.

Com uma estrutura reduzida, em comparação a que vai ter o Serviço Nacional de Informações (SNI), e sem verbas próprias, o SFICI era composto por uma chefia e mais quatro subseções: exterior, interior, operações e segurança interna. No decorrer dos anos de existência do SFICI a preocupação com os problemas internos superou as inquietações com o que ocorria para além das fronteiras brasileiras (QUADRAT, 2012, p. 25).

De acordo com a autora citada, após a edição dos decretos que serviam de regimento interno para o funcionamento do SFICI, a preocupação com os problemas internos superou as preocupações relativas à segurança externa. Dessa maneira, já no referido período, o combate à ameaça comunista, em face principalmente da Revolução Cubana, pode ser apresentado como um fator que estimulou a presença de um maior cuidado em relação à segurança interna, ao temer que o movimento ocorrido em Cuba mobilizasse as esquerdas no Brasil.

A conjuntura social e política da época, marcada pelo crescimento da inflação e por busca de soluções para demandas de trabalhadores, especialmente os do campo, e de estudantes abertos a ideias revolucionárias, tornava propício o cenário para que adeptos de perspectivas políticas comunistas estimulassem a organização de uma revolução. Assim, “o Estado brasileiro, temeroso de mobilizações da esquerda em território nacional, atribuiu ao SFICI o encargo de identificar e neutralizar possíveis infiltrações cubanas e comunistas” e, “acordados com os interesses norte-americanos, as operações do SFICI aumentaram na medida em que voltaram suas atenções mais intensamente nos líderes comunistas do PCB e seus prováveis levantes comunistas” (ANDRADE, 2014, p. 38–39).

A partir desse contexto, de acordo com Lucas Figueiredo (2005), o SFICI passou por um processo de profissionalização de seus agentes e padronização de métodos, momento em que foram adicionados manuais que visavam capacitar os agentes de informações e criar uma linguagem comum entre eles. Entre os manuais desse período estiveram o *Glossário de informações*, em janeiro de 1960, seguido de *Noções sobre Operações Clandestinas*, de abril de 1960, e da *Instrução particular que regula o funcionamento da Subseção de Operações (SSOP)*, de 15 de setembro de 1960.

Ainda se tratando do SFICI, questionou-se a sua eficiência enquanto serviço de segurança. O Serviço descobriu articulações conspiratórias contra o governo, e, apesar do trabalho no que concerne às descobertas em questão, por vezes, as informações se perdiam antes de chegarem ao presidente, dado o fato do Serviço não ter autonomia para entrar em contato com João Goulart diretamente. (FIGUEIREDO, 2005, p. 114). Assim, esse argumento demonstra a ineficiência e inoperância do SFICI enquanto serviço de informação, o que contribuiu para a queda do então Presidente. No entanto, a declaração do coronel Ary Pires (1960), contida no livro “História da Atividade de Inteligência” do autor Lúcio Sérgio Oliveira, exposta por Priscila Brandão Antunes, demonstra que o SFICI era um serviço bem estruturado e em condições de atender as demandas da realidade brasileira.

Diante disso, Antunes propõe a seguinte reflexão:

Acreditamos ser difícil estabelecer o grau de eficácia do SFICI. Entretanto, a principal questão a ser considerada em relação à atuação do Serviço no começo da década de 1960 é a interesse de quem a agência funcionava. Não se justifica a hipótese da queda do governo Goulart em função da ineficiência do SFICI. O golpe estava sendo articulado principalmente por militares, ainda que contasse com grande apoio da sociedade civil e eram militares os que praticamente monopolizavam a atividade de inteligência do país. Cabe refletir se o serviço era realmente ineficiente ou se não seria de seu interesse manter o governo alheio a uma parte de sua produção de informações. (ANTUNES, 2001, p. 50–51)

Ademais, é importante destacar que as expressões e mecanismos de inteligência criados antes de 1964 não contaram com um aparato estrutural tão complexo e atuante, e também, não estiveram ligados diretamente ao presidente da República, como foi o caso do SNI. Assim, compreende-se que o SFICI foi considerado ineficaz diante dos objetivos propostos pelo novo regime, o que serviu de estímulo para a criação de um serviço que fosse verdadeiramente operativo.

Dessa forma, o general Golbery do Couto e Silva³⁸, um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, recomendou a criação de um novo serviço de informações, cujo objetivo era auxiliar o regime que havia ascendido ao poder, sendo o próprio Golbery o seu principal idealizador. Em face das dúvidas que haviam relativas à

³⁸ Golbery havia chefiado o gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, após a posse do Presidente Jânio Quadros, em 1961, o que lhe conferia conhecimento e experiência acerca de questões relativas à informação.

eficácia do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), e para alinhar a atividade de inteligência à nova conjuntura política e internacional, a proposta de Golbery de se criar um “Serviço de informações, centralizado, bem-dotado de meios e recursos, valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda espécie” (SILVA, 1955, p. 195), veio a ser útil no processo de consolidação da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela ESG, bem como para o combate da subversão.

Esse novo mecanismo de informações ficou conhecido como o Serviço Nacional de Informações (SNI), agora vinculado diretamente à Presidência da República e não mais subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, como havia sido o SFICI. Embora não mais vinculado ao CSN, era função do Serviço colaborar com o Conselho nos assuntos de segurança nacional.

A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em todas as questões afetas à Segurança Nacional. Declarava que seu principal objetivo seria coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna. Na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto quase tão importante quanto o do próprio Executivo. (ALVES, 1984, p. 72–73).

O nascente Serviço Nacional de Informações (SNI) reaproveitou o que foi deixado pelo extinto SFICI, tendo em vista que arquivos, manuais, informações e toda a estrutura ligada ao modo de funcionamento formado por “milhares de fichas de funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores de imprensa, signatários de manifestos políticos, entre outros”³⁹, foi repassada para o SNI. Dessa forma, o SNI, no momento de sua fundação, já contava com informações relevantes acerca da segurança interna do país.

Entre as funções do SNI, caberiam:

- a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;
- b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais;

³⁹ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/exposicoes/64-galeria-de-exposicoes/na-teia-do-regime-militar-o-sni-e-os-orgaos-de-informacao-e-repressao-no-brasil-1964-1985/101-o-servico-secreto>. Acesso em março de 2020.

c) proceder, no mais alto nível, à coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho;

d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.⁴⁰

Encarregado de assessorar, estabelecer, proceder e promover, o SNI atuou como um dos principais órgãos criados com o golpe. Através de seus tentáculos, os principais setores da sociedade estiveram vulneráveis à atuação do Sistema, como veremos.

Era proporcionado ao chefe do SNI o *status* de Ministro de Estado, tendo sua aprovação sujeita ao Senado Federal, o que evidenciava como o Serviço, ao longo de sua existência, se tornou um órgão bastante estruturado e relevante para a consolidação de um Estado autoritário. Assim, em termos hierárquicos, o chefe do SNI estava submetido apenas ao Presidente da República. O Art. 9º da lei referida previa que “Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para a instalação do SNI e seu funcionamento em 1964”. Como se vê, a verba destinada ao funcionamento do SNI era alta, além disso, o Serviço possuía autonomia financeira, contando com recursos vindos de fontes secretas. O SNI, na condição de serviço subordinado à Presidência da República, tornou-se o serviço “mais autônomo do que em qualquer outro regime autoritário moderno na América Latina (STEPAN, 1986, p. 21 apud REZNIK, 2004, p. 26).

Em relação ao alcance considerável que o SNI atingiu, se entende que a abrangência da cobertura do Serviço se dava por meio de uma Agência Central, localizada no Distrito Federal, e por Agências Regionais, espalhadas entre as principais cidades do Brasil, haja vista o decreto que proporcionava ao SNI a criação de agências regionais. Como o Decreto nº 55.194 de 10 de dezembro de 1964 fornecia justificativa para que o Serviço criasse quantas agências fossem necessárias ao seu funcionamento, outras foram criadas em algumas das capitais do país, a exemplo de Recife, Belo Horizonte e São Paulo. No Serviço, ainda era inclusa uma Secretaria Administrativa e uma Inspeção Geral de Finanças. O aparato de organização, investimentos e

⁴⁰ Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.

coordenação, proporcionou ao SNI largas condições de atuação nos estados da federação.

A Agência Central era a responsável pelo processo de triagem da grande massa de informações que eram recolhidas pelo SNI. De acordo com o decreto 55.194, compreendia uma chefia, uma Seção de Informações Estratégicas, uma Seção de Segurança Interna, uma Seção de Operações Especiais. À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhes fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizadas com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar a segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados. [...] (ANTUNES, 2001 p. 53–54).

O panorama que a autora exhibe, diz respeito à organização do Serviço após a edição do Decreto nº 55.194, de 10 de dezembro de 1964, que transferiu a Agência Central para o Distrito Federal, visto que, a Agência Central, antes desta se encontrar localizada em Brasília, esteve localizada no Rio de Janeiro. Além disso, foi designado como chefe da Agência Central o então coronel João Baptista Figueiredo.

Já as Agências Regionais deveriam agir em conformidade com a Agência Central, e junto a isso, com os serviços de repressão localizados em cada estado, para que houvesse, dessa forma, um funcionamento efetivo de coleta de informações e cumprimento de objetivos. As Agências Regionais possuíam uma estrutura de funcionamento semelhante ao que expõe Priscila Antunes ao tratar da Agência Central. No entanto, ainda segundo a autora, as agências localizadas em capitais estratégicas, dispunham de um quadro de efetivos reduzido, contando com a participação de militares, principalmente do Exército, e de civis que desempenhavam funções específicas, como a de escrivão.

Além de todo o esforço do regime brasileiro em montar um Serviço de fato operacional, a influência norte-americana foi sentida nesse processo através de negociações com a CIA. Quanto a isso, Fabiana Andrade expõe:

Após ser nomeado para a chefia do SNI no dia 25 de junho de 1964, Golbery recorreu ao auxílio norte-americano para a montagem do novo órgão. No mesmo ano de sua criação, o Serviço começou a negociar com a CIA, resultando no acordo oral intitulado de “Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o

Serviço de Informações Americano”. A partir daí os Estados Unidos se comprometeram em “fornecer pistas operacionais” a respeito da subversão para o Serviço e, em troca, o SNI também forneceria à CIA informações coletadas sobre a ação esquerdista em território nacional. O agente da agência norte-americana designado para vir ao Brasil foi Stephen Creane, que se disponibilizou para auxiliar na articulação do novo órgão. A proximidade do chefe do SNI e do agente estadunidense levou a discussões cujos temas abrangiam desde assuntos relacionados à infiltração comunista na América Latina, ao projeto da Lei de Segurança Nacional no Brasil, até o palpite para que determinadas escutas telefônicas ilegais não fossem desativadas. (ANDRADE, 2014 p. 55).

De acordo com o exposto pela autora, é notório o esforço dos Estados Unidos em colaborar, através da montagem de órgãos de informações, com os esforços de regimes militares na América Latina no propósito de encontrar meios para combater possíveis infiltrações comunistas na sociedade.

1.2 Expansão e reformulação

Durante a existência do Serviço Nacional de Informações, nota-se que este passou por numerosos processos de reformulações e ampliações; a partir de 1967, e principalmente durante a década de 1970, as reformas na estrutura do SNI, com vistas a ampliar o alcance e melhorar as formas de funcionamento, ficam mais nítidas. Destarte, as reformulações ocorridas no Serviço a partir desse período consolidam a estrutura dos órgãos de informações e o consequente apoio à repressão. Nesse sentido, os anos iniciais do SNI podem ser compreendidos como um período em que o Serviço agiu no sentido de coletar informações dos variados setores da sociedade, para que assim, fosse se estruturando um *Sistema* de informações ainda mais amplo e atuante, como veio a ser posteriormente.

Ainda se tratando dos anos iniciais de atuação do SNI, como explica Carlos Fico (2001, p. 42), o Serviço foi criado quando os ditos “castelistas” estavam no poder e a linha-dura agia de forma assistemática. E, embora tenha havido tentativas de expandir as atribuições do SNI nesse período, incumbindo-lhe prerrogativas de propaganda política, tal ideia foi rejeitada por Castelo Branco por não querer comparações entre o SNI e o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939. Ainda segundo o autor, o próprio Golbery veio posteriormente a identificar-se com os castelistas, tornando-se, inclusive, inimigo da linha-dura.

Ao discutir a montagem do SNI, Élio Gaspari (2002) expõe frase dita por Golbery do Couto e Silva vinte anos após criado o Serviço: “Nós éramos meia dúzia de gatos pingados”, se referindo ao início da atuação do SNI, que contava ainda em 1964 com um quadro reduzido, formado essencialmente por militares e alguns civis, como já foi exposto. E, de acordo com Gaspari, o que começou com os vinte gatos pingados, transformou-se ao longo dos anos em uma vasta rede de informações. A comunidade de informações que foi formada e consolidada na década de 1970, reunia, além do próprio SNI, os serviços de informações das Forças Armadas, as divisões de informações estruturadas em cada Ministério existente, as Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social e os serviços de informações da Polícia Militar.

Vale ressaltar que, considerando as demandas da “linha-dura”, foi defendido pelo general Costa e Silva, antes mesmo deste chegar à presidência, que a área de informação fosse reformulada, como frisa o jornalista Lucas Figueiredo (2005). Desse modo, para o general, o SNI ainda estava longe de possuir o necessário para combater de fato as esquerdas e a subversão, especialmente a armada, e, por isso, era imprescindível que o Serviço se redesenhasse como forma efetiva de reação, como foi feito.

Levando em consideração a complexidade da rede de informações que foi formada com o processo de ampliação, destaca-se a existência das Divisões de Segurança e Informações (DSI), que são oriundas do processo de ampliação do SNI e do aproveitamento das antigas Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis, que eram órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, operando desde 1930. Durante o governo de Costa e Silva, sob a influência do também militar Jayme Portella de Mello, Ministro-chefe da Casa Militar, as Divisões de Segurança e Informações passaram a ser coordenadas pelo SNI. Segundo o decreto que designou a transformação das Seções em Divisões de Segurança e Informações, cabia agora:

I

– No que se refere à Segurança Nacional:

- a) fornecer dados e informações necessárias à formulação, pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional do conceito estratégico;
- b) colaborar na formulação dos Planos Particulares de Segurança relativos ao Ministério a que pertença, com base das diretrizes gerais de planejamento expedidas pelo Conselho de Segurança Nacional;
- c) executar o Plano Particular elaborado, propondo ao Ministro de Estado respectivo as medidas convenientes;

d) colaborar no planejamento executivo da Mobilização Nacional, cadastrando recursos necessários ao fortalecimento do Poder Nacional.

II

– No que se refere às Informações Nacionais:

- a) fornecer dados e informações necessários à elaboração do Plano Nacional de Informações, a cargo do Serviço Nacional de Informações;
- b) colaborar, fornecendo elementos necessários e complementares, na formulação do Plano Particular de Informações, decorrente do Plano Nacional, para o setor de ação do Ministério a que pertença;
- c) cooperar na execução desses Planos e em outros encargos determinados por aquele Serviço no campo das informações.⁴¹

As Divisões de Segurança e Informações estiveram, assim, ligadas aos Ministérios civis que compunham o governo, e deveriam agir em consonância com o decreto que designava suas funções. As DSIs, como órgãos complementares, faziam parte, portanto, de uma complexa estrutura hierárquica e organizativa que formava a comunidade de informações, colaborando e munindo os respectivos ministérios de informações pertinentes ao Estado.

A função das DSIs girava em torno de assessorar os ministérios nos assuntos referentes à segurança, sendo geralmente, os diretores dessas divisões, oficiais reformados das Forças Armadas. Aliado a elas, estavam as chamadas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que inseridas em repartições públicas e universidades federais, desempenharam papel crucial na circulação de informações. De acordo com Lucas Figueiredo (2005, p. 158), as DSIs e ASIs funcionavam no mesmo espaço físico dos órgãos públicos a quem eram ligadas e tentavam cultivar um clima de mistério em torno de suas ações, mantendo segredo sobre como suas atividades eram feitas e até mesmo colocando placas em suas portas que diziam: “Proibido pessoas estranhas ao Serviço”.

O SNI, em princípio e em essência, é tido como um órgão que ambicionava munir a presidência quanto a serviços de inteligência, informações e contrainformações, sendo arriscado afirmar que este órgão foi absolutamente responsável por toda a repressão praticada por meio de operações de segurança. Embora, não se descarte por completo a possibilidade de que o Serviço tenha se envolvido de alguma maneira em atividades de cunho repressivo, especialmente após montado o sistema de segurança em

⁴¹ Decreto 60.940 de 4 de julho de 1967.

que o SNI fornecia dados de indivíduos considerados alvos, facilitando dessa forma os casos de prisões, torturas e assassinatos. A isso se soma as largas atribuições que o serviço possuía, a influência sobre as decisões presidenciais, bem como o fato de não haver uma instância reguladora, em forma de órgão fiscalizador acima do Serviço de informações.

Nesse sentido, de acordo com Carlos Fico (2001, p. 81), o SNI possuía uma larga margem de atuação em assuntos variados, pois os órgãos de informações que estavam sob sua superintendência se encontravam inseridos em diversos níveis e áreas da administração pública. Todavia, em relação aos órgãos ligados aos ministérios militares, o SNI exercia apenas ação de cunho normativo, doutrinário e de direção, não lhe cabendo a fiscalização da ação de seus órgãos, o que não responsabilizaria o SNI pelas ações repressivas envolvendo torturas e mortes praticadas por órgãos que não estavam na alçada de seu controle.

Pensamento parecido expõe Lucas Figueiredo ao afirmar que o SNI passou à história com o estigma de um órgão que realizou operações que envolveram torturas, desaparecimentos e mortes. No entanto, ao menos a rigor, isso não ocorreu, “o Serviço não encostava num único fio de cabelo dos subversivos. Sua função era outra: alimentar com dados a comunidade de informações, ou seja, entregar os inimigos do governo numa bandeja, aos encarregados diretos da repressão”⁴² (FIGUEIREDO, 2005, p. 221).

1.3 Escalada da repressão

Ainda no governo Castelo Branco, foi aprovada a Constituição de 1967, que veio a vigorar, de fato, a partir do governo do general Artur da Costa e Silva. A nova Constituição ampliava o raio de atuação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que foi fortalecido e ampliado através da gestão do chefe do Gabinete Militar de Costa e

⁴² Apesar da afirmação dos autores, destacamos a informação trazida no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), que expõe o caso do artista Tenório Júnior, desaparecido na Argentina no dia 19 de março de 1976. De acordo com o relatório, o pianista foi preso no país em que se encontrava por estar vestido com roupas ‘diferentes’, além de possuir barba e cabelo grande e apresentar semelhanças físicas com um líder dos Montoneros” (CNV, 2014, p. 352, V.II). O relatório conclui ainda que o Serviço Nacional de Informações (SNI) interferiu no caso, solicitando interrogatório do preso na busca de informações sobre artistas considerados subversivos. Apesar de não ser encontrado nenhum registro suspeito, inquérito ou investigação sobre Francisco Tenório Júnior, este foi executado “com autorização dos agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) do Brasil, enviados, em 1976, para realizar operações em Buenos Aires, conforme comprova documento da Armada Argentina” (CNV, 2014, p. 353, V. II).

Silva, Jayme Portella de Mello. A Constituição de 1967 proporcionou, assim, maiores responsabilidades ao Conselho. Junto a isso, a Constituição em questão transformava a Lei de Segurança Nacional⁴³ em fundamento do Estado autoritário.

A Constituição de 1967 cuidou de reforçar os princípios da Lei de Segurança Nacional⁴⁴, que substituíra a Lei 1.802 de 05 de janeiro de 1953⁴⁵, e era influenciada agora pela perspectiva endossada pela Escola Superior de Guerra no que se refere à Doutrina de Segurança Nacional, ao incorporar à lei as noções de “guerra revolucionária” e “segurança interna”, demonstrando o reforço da influência dos setores da linha-dura do regime, que consideravam moderadas as medidas tomadas por Castelo Branco no que tangia ao tratamento com os considerados subversivos.

Além da nova Constituição, que fornecia grandes poderes ao presidente da República e das demais medidas de cunho autoritário, em 13 de dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional de nº 5, já no governo do general Artur da Costa e Silva. O segundo presidente militar após o golpe de 1964, chega à presidência em 15 de março de 1967, via eleições indiretas, em que foi candidato único, tendo como vice-presidente o advogado Pedro Aleixo. Com Costa e Silva, a Constituição de 1967 começa a de fato vigorar, e junto a isso, se tem início a política econômica desenvolvimentista que lança as bases para o “milagre econômico” ocorrido durante a ditadura.

Além de movimentos encabeçados pelos setores políticos⁴⁶, o ano de 1968 foi marcado por manifestações de grupos de oposição ao regime no Brasil e por estudantes

⁴³ A Lei de Segurança Nacional tem suas origens no ano de 1935, quando foi promulgada⁴³, e tinha por objetivo definir crimes contra a ordem política e social, transferindo para uma legislação de caráter especial os crimes considerados relativos à segurança do Estado. A LSN foi aprovada no Congresso Nacional diante de um contexto de radicalização política, em que setores da direita e da esquerda se organizavam em movimentos, a exemplo da Ação Integralista Brasileira, liderada por Plínio Salgado e que possuía inclinações fascistas, e a Aliança Nacional Libertadora (ALN), liderada por Luís Carlos Prestes, possuidora de inclinações à esquerda. A LSN foi aperfeiçoada nos anos seguintes pelo governo Getúlio Vargas, e mesmo após o fim do Estado Novo, a Lei de Segurança Nacional permaneceu presente nas Constituições que se seguiram.

⁴⁴ Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em fevereiro de 2020.

⁴⁵ Lei 1.802, de 05 de janeiro de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1802.htm. Acesso em fevereiro de 2020.

⁴⁶ Como exemplo de movimentação da classe política, ainda no governo Costa e Silva, temos uma tentativa de formar uma frente de oposição chamada “Frente Ampla”, com a participação de Carlos Lacerda, João Goular e Juscelino Kubitschek desarticulada em 1968. A Frente Ampla, surgida no ano de 1966, consistiu em um movimento que reuniu membros da classe política, que, apesar das divergências, haviam sido prejudicados com a crescente militarização do Estado, sobretudo, após a emergência do AI-2, onde foi estabelecido o bipartidarismo. Com o bipartidarismo e a política de cassações de mandatos, onde

que se mobilizavam em prol de questões próprias do campo da educação. Diante dessa realidade, os protestos espalhados pelo Brasil ocorriam com o objetivo de se alcançar o retorno pleno à democracia, levando assim, estudantes e demais opositores do regime a se articularem em forma de greves e passeatas de cunho reivindicatório.

É desse contexto a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, que teve sua vida interrompida em 28 março de 1968, durante confronto entre policiais militares e estudantes no Restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. O feito gerou comoção, estimulando estudantes de todo Brasil a enfrentarem as arbitrariedades praticadas pelo Estado autoritário. Dessa forma, a morte de Edson Luís se constituiu como um episódio chave para que estudantes tomassem as ruas.

Entre os protestos ocorridos, destaca-se também a “Passeata dos Cem Mil”, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968. O ato político em forma de passeata ganhou esse nome em virtude do número aproximado de pessoas que compareceram ao ato. A manifestação contou com a presença de estudantes, que exigiam do governo respostas frente às demandas estudantis e demonstravam descontentamento com a ameaça de privatização, bem como revolta diante da morte do estudante Edson Luís. O movimento contou, juntamente, com a participação de intelectuais, artistas, religiosos, operários e populares. Mesmo diante da ameaça de repressão, os manifestantes não se intimidaram, fazendo do ato a maior passeata de rua desde 1964 até aquele momento. O objetivo do ato consistiu em demonstrar a insatisfação existente em relação às medidas tomadas pelo regime; assim, slogans como “Abaixo a ditadura”, “Libertem nossos presos”, “Universidade para o povo” e “Contra a censura”, foram vistos nos protestos.

o objetivo era de neutralizar a participação da oposição nas decisões parlamentares, a Frente Ampla é criada com a função de ser um espaço em que se pudesse fazer política para além do que havia sido estabelecido pelos militares. Nesse sentido, reivindicavam o retorno do pluripartidarismo e eleições diretas, apesar de se constituir como um espaço aberto, onde foi possível reunir membros que professavam diferentes concepções políticas. Ainda em 1967, Carlos Lacerda viajou até o Uruguai para encontrar João Goulart e, dessa forma, divulgarem nota conjunta acerca da Frente, no entanto, tal atitude não foi bem aceita pelos militares, o que estremeceu ainda mais a relação entre Lacerda e as forças do governo. A Frente Ampla ganhou notoriedade, sendo realizado comícios em 1968 que evidenciavam uma aproximação com o movimento estudantil que tomava as ruas com protestos diante das medidas arbitrárias aplicadas pelos militares. Em abril desse mesmo ano, diante da notoriedade que a Frente Ampla estava ganhando, o movimento foi considerado ilegal. Mais sobre isso, ver: DAVALLE, Regina Aparecida. **A Frente Ampla: Um fenômeno de crise e deslocamento de repressão (1966-1968)**. 1989. [90] f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

As manifestações estudantis de rua vinham acontecendo desde 1966, com a repressão policial, mas foi em 1968 que amadureceu a rebelião estudantil [...] O primeiro grande conflito de rua de 1968 surgiu em torno do restaurante Calabouço, que foi invadido a tiros pela polícia em 28 de março. Resultado: vários feridos e um morto, o secundarista Edson Luís de Lima Souto. [...] Compareceram ao enterro milhares de pessoas, enquanto no resto do país houve passeatas de protesto. [...] Em abril e maio, ocorreram novas manifestações públicas [...] nos sindicatos de trabalhadores esboçavam-se movimentos de contestação, dos mais moderados aos mais radicais. [...] Em junho, o movimento estudantil ganharia novamente as ruas, atingindo seu ápice em todo o país. Ocorriam greves, ocupações de faculdades, passeatas etc. [...] No dia 26 de junho, teve lugar a Passeata dos Cem Mil, em que estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares tomaram as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a repressão policial às manifestações contra a ditadura. (RIDENTI, 2002, p. 150 –151).

Devido a notoriedade que a Passeata dos Cem Mil⁴⁷ ganhou, o governo optou por não reprimir o movimento. Uma comissão com representantes da sociedade civil foi organizada com o objetivo de se direcionar ao presidente e expor reivindicações relacionadas ao fim da censura, libertação de presos políticos e pautas educacionais. Contudo, apesar dos protestos, as reivindicações exigidas na passeata não foram atendidas.

O combate à subversão já se configurava com pauta das forças reacionárias antes da efetivação do golpe, assim, as manifestações e passeatas ocorridas durante o ano de 1968 deram aos militares justificativas para o decreto do ato, baseado na necessidade de se empreender luta contra a subversão e a radicalização que se materializava através das passeatas e greves que deixavam explícitas a busca por justiça e direitos.

Além das justificativas advindas das manifestações organizadas por setores da sociedade civil, a possível perda de apoio entre esferas relevantes da sociedade, que outrora demonstraram maior adesão aos militares, como a Igreja, Imprensa e até mesmo o Parlamento, poderia fragilizar o governo. Diante disso, a adoção de um Ato Institucional que fornecesse apoio amplo ao presidente serviu como alternativa para o

⁴⁷ Além da referida passeata, temos o caso de operários que também se organizaram em forma de greves em razão da política econômica, pautada pelo arrocho salarial proposto pelo regime. Como exemplo, temos a greve ocorrida na cidade de Contagem, em Minas Gerais. A greve envolveu o parque industrial da cidade durante o mês de abril de 1968, tendo como pauta questões relacionadas a demissões de operários e atraso de salário, reunindo cerca de 15 mil trabalhadores e resultando em conquistas parciais. Nesse mesmo sentido, operários da cidade de Osasco, em São Paulo, especialmente da fábrica metalúrgica Cobrasma, seguiram o exemplo de Minas Gerais e reuniram no Primeiro de maio de 1968 cerca de 1000 operários na Praça da Sé, em São Paulo, onde trabalhadores fizeram discurso enfocando demandas do operariado e contra o regime militar. Com isso, greves por parte dos operários foram iniciadas, todavia, as forças da repressão agiram no sentido de combater de forma enérgica e sufocar o movimento, não muito diferente do que ocorria com os estudantes e com os demais setores da sociedade.

regime, especialmente para os que já desejavam o aumento de poderes de ação diante da conjuntura social e política do momento⁴⁸.

O AI-5 expressou de maneira clara o quão autoritário era o governo dos militares, sendo o ato considerado um “golpe dentro do golpe”. É certo, portanto, que o AI-5 define o momento mais obscuro do regime, visto que, o referido Ato Institucional aprofundava as limitações e censuras já presentes, fazendo com que as liberdades políticas e individuais se encontrassem ainda mais suprimidas. O AI-5 fornecia maiores poderes ao Executivo, conferia ao presidente da República amplos poderes, como de autorizar “o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele” (CNV, 2014, p. 100, V. 1). Além disso, o documento em questão concedia ao governo federal a permissão para interferir em assuntos de estados e municípios, nomeando interventores. Dessa forma, o AI-5 é considerado o mais rígido dos Atos Institucionais decretados. Em resumo, o AI-5 tinha poder de:

- 1) Fechar o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais e municipais;
- 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal;
- 3) direito de suspender por 10 anos os direitos políticos dos cidadãos e restituição do “Estatuto dos Cassados”;
- 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal;
- 5) direito de remover ou demitir juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade;
- 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967;
- 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção;
- 8) suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional;
- 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares;
- 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares, e finalmente
- 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional Nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da

⁴⁸ O discurso do deputado Márcio Moreira (MDB) proferido no dia 3 de setembro de 1968 serviu de estopim para que o Ato fosse baixado. A fala do deputado, dentre outras coisas, denunciou o autoritarismo e violência que vinha sendo praticada em relação a estudantes e demais grupos de oposição, bem como, estimulou o boicote aos desfiles do 7 de setembro. Em decorrência disso, que havia sido entendido como uma grave ofensa à honra das Forças Armadas, foi feito o pedido para punição do deputado à Câmara dos Deputados, no entanto, no placar de 216 a 141 votos, os deputados que votaram negaram a suspensão da imunidade parlamentar de Márcio Moreira Alves. Assim, temendo o isolamento político, o AI-5 foi editado. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 128), a Constituição de 1967 havia confirmado o direito à imunidade parlamentar. Caso passado o prazo para o estabelecimento dos poderes extraordinários previstos pelo AI-2, os parlamentares só poderiam ser julgados com a autorização da Casa a qual pertencessem.

República assinasse decreto específico para revogá-lo. (ALVES, 1984, p.131).

Com isso, o regime alcançava plenitude, tendo respaldo para o cumprimento de ações de cunho repressivo. O item referente à suspensão de garantia de habeas corpus nos casos de crimes contra a Segurança Nacional reforçava a vigilância, censura e repressão a grupos e indivíduos tidos como subversivos. Dessa forma, as restrições ao campo Judiciário facilitava a possibilidade de prisão sem que houvesse uma acusação formal, dificultando a defesa diante da violência do Estado. Assim, o AI-5 proporcionou a utilização irrestrita do aparato de segurança e repressão, estimulando censura, violência psicológica e torturas. Como consequência, o Congresso Nacional foi fechado, bem como Assembleias Legislativas em todo o Brasil durante quase um ano. Prisões, torturas e mortes foram efetuadas; além da cassação de mandatos parlamentares e a elaboração de uma nova Lei de Segurança Nacional.

A nova Lei de Segurança Nacional⁴⁹ que emergiu com o AI-5, não diferente do que havia em 1967, mantinha a preocupação com o “inimigo interno”, reforçando a Doutrina de Segurança Nacional. A LSN de 1969 foi a lei relacionada à segurança nacional que teve mais tempo de duração durante a ditadura. E, para consolidar ainda mais os objetivos propostos pelo AI-5, a Lei de Segurança Nacional agora previa prisão perpétua e pena de morte em casos de crimes que comprometessem a segurança nacional⁵⁰.

A introdução da pena capital, dessa vez com o propósito de punir crimes relacionados à segurança interna, fez parte do processo de militarização do Estado⁵¹,

⁴⁹ Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaoriginal-1-pe.html> Acesso em março de 2020.

⁵⁰ A LSN passou a vigorar a partir do período que uma Junta Militar assumiu a presidência em decorrência do afastamento de Costa e Silva por motivos de saúde.

⁵¹ Fez parte também do processo de militarização do Estado, a censura prévia, que surge como mais um mecanismo de controle. A Lei de Imprensa, já existente desde fevereiro de 1967, cumpria o papel de controle sobre os meios de comunicação, todavia, após o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional, surge o Decreto-Lei nº 1077, de 21 de janeiro de 1970, que restringia ainda mais o campo da liberdade de expressão se utilizando de critérios políticos e morais. Para Maria Aparecida Aquino (1999), a edição do AI-5 foi o marco para o estabelecimento de uma censura política lentamente institucionalizada. Com isso, a censura prévia buscou regulamentar a produção referente à imprensa escrita, cinema, livros, teatro, televisão, música e rádio. Em nome da Segurança Nacional, a censura tornou-se hábito, sendo notório nesse processo o elemento moral em relação às proibições, visto que a preservação dos costumes esteve como pauta. Desse modo, produções artísticas, jornalísticas e editoriais estavam sujeitas a cortes, alterações e punições em caso de não cumprimento das recomendações. Para reforçar a institucionalização da censura, foi criada em 1972, como órgão oficial, a Divisão de Censura de Diversões Públicas, que atuou até 1988. A referida Divisão ganhou esse status em 1972, visto que o

uma vez que a justificativa esteve pautada na necessidade de proteger o país de ameaças terroristas que visavam desestabilizar a ordem e a segurança.; assim, a noção de “guerra interna” e “guerra revolucionária” justificava o implemento das medidas em questão. Nesse sentido, não se pode desconsiderar o fato de que o ano de 1969 foi pautado por tensões no campo político e social, a exemplo da crise sucessória⁵² que sobreveio após o afastamento de Costa e Silva, bem como as ações organizadas e apontadas como terroristas por parte de grupos de esquerda como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)⁵³. As ações dos grupos em questão foram largamente utilizadas como justificativas para o implemento de medidas

Serviço de Censura de Diversões Públicas já existia desde 1940. Subordinada ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, teve como objetivo a função de reprovar ou aprovar conteúdos, estabelecendo normas e padrões a serem seguidos. De acordo com o Regulamento da Divisão de Censura de Diversões Públicas, conforme citado por Oliveira e Resende, estavam sujeitos ao exame censório: Através dos instrumentos de censura que foram criados para cercear as liberdades individuais e exercer controle, segundo dados expostos por Zuenir Ventura (1988, p. 285) “cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas” foram censurados durante a vigência do AI-5. Sobre isto, ver: OLIVEIRA, Eliane Braga; RESENDE, Maria Esperança de. **A censura de diversões públicas no Brasil durante o Regime Militar**. Dossiê: Autoritarismo, Repressão e Memória. Dimensões, Universidade Federal do Espírito Santo, Vol. 12 – Jan/Jun 2001; AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência**: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru – EDUSC, 1999. Aquino, Maria Aparecida. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.) **Minorias silenciadas. História da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial; Fapesp, 2002; FICO, Carlos. “**Prezada Censura**”, **cartas ao Regime Militar**. Rio de Janeiro: Revista Topoi 05 julho-dezembro de 2002; KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores**: do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004; MARCELINO, Douglas Áttila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

⁵² Com o afastamento de Costa e Silva, a previsão constitucional seria que o vice, Pedro Aleixo, assumisse o posto, todavia, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) decidiu que este não assumiria, assim, foi editado o Ato Institucional nº 12 em 1º de setembro de 1969, que dispusera sobre o exercício temporário das funções presidenciais por parte dos Ministros da Marinha, do Exército da Aeronáutica. A Junta Governativa Provisória governou o Brasil de 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro do mesmo ano. Ato Institucional nº 12, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm Acesso em março de 2020. Sobre o período em questão, ver: CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente**. 2ª ed., Porto Alegre: L&PM, 1979 e MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: UFSCar, 1995.

⁵³ Dentre as ações que serviram de justificativa para a reintrodução da pena de morte e prisão perpétua, estão os atos qualificados como terroristas empreendidos por grupos de esquerda organizada, a exemplo de atos como assaltos a bancos e sequestros, estes, compreendidos como forma de negociar a liberdade dos presos que eram ligados a grupos de esquerda. Entre os sequestros que mais repercutiram na mídia no período esteve o do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick. Apesar de se tratar de um momento político delicado, tendo em vista a transição para uma Junta Militar de caráter provisório, foi decidido que os presos políticos seriam soltos em troca da liberdade do Embaixador. Sobre a temática, ver: CODARIN, Higor. **O MR-8 na Luta Armada**: as armas da crítica e a crítica das armas. São Paulo, 2019. GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979, GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5 ed. São Paulo, Ática, 1998.

autoritárias e extremas⁵⁴. Assim, dentre os crimes avaliados como passíveis de morte, estavam:

[...] estreitamento de relações com outro país, visando provocar guerra contra o Brasil; tentar submeter a soberania nacional a país estrangeiro; sabotagem de instituições brasileiras comprometendo a segurança nacional; prática de ato violento contra autoridade na pessoa de chefe de governo estrangeiro; promoção de insurreição armada visando mudar a Constituição brasileira por meios violentos; prática de guerra revolucionária ou subversiva; atos de terrorismo; violência contra quem exercesse autoridade por motivo de inconformismo ou facciosismo político. Este mesmo diploma legal estabelecia, no capítulo V, o modo como seriam julgados os crimes puníveis com a pena capital. (MOREIRA, 2010, p. 65).

Com o AI-5 e o quadro de maior repressão que se inaugurou, foi encontrado o respaldo legal e justificativas ainda mais profundas para combater as atividades de oposição, sufocando-as com o auxílio da censura e dos órgãos de informações.

O Ato Institucional nº 5, portanto, viria como decorrência do processo de maturação da linha dura, cada vez mais convencida de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão. Os episódios de radicalização política, especialmente, foram utilizados como ‘prova’ da necessidade de um sistema de segurança rigoroso [...] (FICO, 2001, p. 64).

1.4 A comunidade de informações

Emílio Garrastazu Médici, terceiro militar após o golpe de 1964, que assumiu a presidência da República em 1969, após a morte do então presidente Costa e Silva⁵⁵, havia chefiado o Serviço Nacional de Informações de 1967 a 1969. Médici foi indicado

⁵⁴ Sobre o contexto exposto, segundo Moreira (2010), durante a ditadura, apenas dois casos de processos abertos no Tribunal Militar contra presos políticos tiveram desfechos de condenação de réus à pena capital, que foram os casos de Theodomirom Romeiro dos Santos, integrante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), na Bahia, e o que tramitou em São Paulo, envolvendo militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ambos no ano de 1971. No que se refere ao caso de Theodomirom, este, ao tentar resistir à prisão, acabou por assassinar o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima. Após grande repercussão e recurso ao Tribunal Superior Militar, sua pena foi comutada para perpétua e posteriormente foi alterada para 30 anos. Já no que concerne ao segundo processo, que envolveu quatro réus pertencentes à VPR: Carlos Lamarca, Diógenes Sobrasa de Souza, Gilberto Faria Lima e Ariston de Oliveira Lucena, os réus estavam sendo acusados do pelo sequestro e homicídio do tenente Alberto Mendes Júnior, em 1970. A pena de morte foi solicitada para os quatro integrantes, no entanto, de forma semelhante ao primeiro caso, a pena foi alterada. Sobre o caso, ver: CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. **Theodomirom: os limites da mídia e da anistia** – a imprensa baiana e o primeiro condenado à morte na República. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador: 2000; e SILVA, Angela M. D. da. **Ditadura militar e repressão legal**: a pena de morte rediviva e o caso Theodomirom Romeiro dos Santos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro: 2007.

⁵⁵ Poucos meses após o afastamento provisório, Costa e Silva foi acometido de um ataque cardíaco que o levou a óbito em 17 de dezembro de 1969.

pelo Alto Comando das Forças Armadas e assumiu a presidência com homologação do Congresso, em meio ao contexto de radicalização do regime e tentativas de sufocamento da luta armada.

Como representante e atendendo as expectativas da linha-dura, o governo Médici é marcado pela censura, perseguição e repressão, sendo considerado o mais radical ao combate à subversão. Ao lado disso, a trajetória presidencial de Médici foi marcada pela consolidação do “milagre econômico brasileiro”⁵⁶, pela construção de obras como a Transamazônica, Ponte Rio-Niterói e Hidrelétrica de Ilha Solteira, pela criação do projeto de alfabetização Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e por propagandas em forma de slogans que reforçavam o patriotismo, como por exemplo, a conhecida frase: “Brasil, ame-o ou deixe-o.”

Quanto à chefia do Serviço Nacional de Informações, Médici assumiu o cargo em substituição a Golbery do Couto e Silva em 1967, onde permaneceu durante dois anos. Como conta Fabiana Andrade (2014, p. 61), sob a direção de Médici, o SNI esteve também voltado ao estudo da política, economia e sociedade no país; não sendo apenas um órgão vinculado à busca e análise de informações. Tal realidade só pôde ser concretizada em razão do recrutamento da elite intelectual presente nos quadros das Forças Armadas, que assumiu a função de assessoria técnica do SNI. O Serviço, dessa forma, exercia influência no governo Costa e Silva no que se refere a assuntos administrativos durante a chefia de Médici.

Por já ser um conhecedor do funcionamento do serviço de informações, o governo Médici foi marcado também pelo fortalecimento e ampliação da atuação desse setor, que culminou na criação de um Sistema Nacional de Informações – SISNI.

Foi no decorrer do governo Médici que as funções e prerrogativas do SNI aumentaram significativamente e se verificou sua militarização. Cresceu a tal ponto que se transformou na quarta Força Armada, embora não uniformizada. Foi o órgão de repressão mais importante, dentro e fora do Brasil, tendo agências em cada Ministério, empresa estatal e privada, universidade, governo estadual e municipal. (COIMBRA, 2000, p. 12).

⁵⁶ Sobre o milagre brasileiro, ver. PRADO, Luiz Carlos Delorme.; EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp 207-241.

A concepção de “guerra revolucionária” foi bastante estimulada após o decreto do AI-5. Era necessário combater os inimigos e seus meios que se configuravam como ameaça. Dessa forma, o preparo de um serviço de inteligência e informação que de fato fosse operante era urgente e imprescindível. No final da década de 1960, o Serviço já ultrapassava os pressupostos de funcionamento estabelecidos inicialmente, pois não se tratava, apenas, de reunir dados indispensáveis ao presidente, mas de interagir com a polícia política e com um sistema de segurança que buscava se aperfeiçoar sob a noção de “guerra interna” (FICO, 2001, p. 76).

O SNI é caracterizado por sua importância durante todo o período da Ditadura, porém, não se articulou sozinho, principalmente após o endurecimento do regime. Existiram outros mecanismos de informação e inteligência que colaboravam com o governo, a fim de desarticular a ação dos inimigos. Como exemplo, temos: o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1957; o Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967; e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), reformulado em 1970, e a Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1971.

Com a criação do Sistema Nacional de Informações – SISNI, em 1970, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares, os Subsistemas de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) e, inclusive o próprio SNI, passou a integrá-lo, sendo, então, seu principal órgão e o grande responsável por manter o governo informado. Dessa forma, a parceria entre órgãos formaria uma “comunidade de informações”, que teve como meta o melhoramento e ampliação do processo de coleta e troca de informações, abrangendo os órgãos que colaboravam com a segurança interna. A formação da comunidade de informações proporcionou um maior controle sobre a administração pública e no que diz respeito ao desmonte de grupos de guerrilha urbana e rural.

Como mencionado acima, a estrutura do SISNI incorporava os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis e Militares. Quanto ao primeiro, estavam centrados nas Divisões de Segurança e nas Assessorias Especiais de Segurança e Informações. Já quanto aos setores ligados aos Ministérios Militares, destacam-se o CIE, pertencente ao Exército, e ainda junto a esse Ministério, a 2ª Seção do Estado Maior do Exército (2ª/EME); o CENIMAR, ligado à Marinha, que ainda contava com a

Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20); e o CISA, órgão da Aeronáutica que também contava com uma Seção de Informações do Estado Maior da Aeronáutica (2ª EMAer). Além dos mencionados, os Ministérios Militares possuíam uma estrutura de órgãos de informações em unidades e escritórios pertencentes a cada uma das corporações, como pontua Fico (2001).

Entre os órgãos setoriais que serviam à comunidade, apesar das diferenças existentes em cada um, é possível que tenha havido uma espécie de princípio colaborativo que unia os setores no combate ao “inimigo comum”. Todavia, o bom funcionamento da comunidade de informações dependia do relacionamento entre os ministros das três forças armadas “e dos comandantes militares com os chefes dos serviços de informações de cada força. Relacionamento que, indicam os comandos paralelos e o confuso fluxo de informações, não se desenvolveu de forma consensual” (ANTUNES, 2001, p. 191). Nesse sentido, Carlos Fico aponta que:

Todos os sistemas mencionados compunham a ‘comunidade de informações’, ou como queira, o SISNI, as diversas comunidades de informações, que se distinguiam pela área de atuação (um estado, um conjunto deles, um país estrangeiro) ou pela inserção na esfera civil ou militar. Mais do que um rótulo, a expressão era um conceito designador de um modo de atuação que supunha a colaboração e lealdade entre os pares, através do forte sentimento corporativo. (FICO, 2001, p. 94).

A colaboração e a articulação, mesmo que nem sempre desenvolvida de forma consensual, foi fundamental no processo de desarticulação da luta armada no Brasil. Os serviços secretos ligados aos Ministérios Militares, a exemplo do Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), trabalharam arduamente na luta contra a oposição; desenvolvendo estratégias repressivas que iam além da informação; formando, desse modo, uma rede de polícia política. Assim, se compreende que a especialidade dos serviços secretos das Forças Armadas não era de fazer presos, e sim de exterminar o inimigo. (FIGUEIREDO, 2005).

Ainda em relação aos órgãos de informações concernentes às três Forças Armadas, destaca-se o CENIMAR, em virtude do seu pioneirismo, que remonta ao ano de 1957⁵⁷. Além do pioneirismo, ele ganha destaque devido a sua competência, larga produção de informações e descrição com as suas fontes. Após 1968, como parte

⁵⁷ Decreto nº 42.687, de 21 de novembro de 1957.

integrante da comunidade de informações, o CENIMAR passa a ter suas funções redirecionadas para o âmbito da segurança nacional e combate ao “inimigo”.⁵⁸

O CIE também teve papel fundamental na comunidade de informações, especialmente durante o governo Médici, e surgiu da necessidade de se criar no Exército um órgão que tratasse de forma coordenada informações acerca de questões internas. Criado durante o governo Costa e Silva, no ano de 1967, mediante o Decreto 60.664, estava diretamente subordinado ao Chefe do Estado Maior do Exército, e posteriormente, veio a estar subordinado ao Ministério do Exército. Criado com o objetivo de combater a subversão, o CIE foi o centro de informações que mais se empenhou na desarticulação da luta armada, contando em seus quadros com um maior número de pessoal. Para tanto, o CIE, que funcionava nas instalações do Ministério da Guerra, contava em seus quadros com militares que possuíam habilidades relacionadas à fotografia, microfilmagens e escutas telefônicas (ANTUNES, 2001, p. 65–66).

Havia em 1968, o Núcleo de Serviço de Informações e Segurança (N-SISA) que, posteriormente, transformou-se no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), em maio de 1970, tendo em vista as demandas de melhoramento e a ampliação da atividade de informação. O objetivo do CISA era de desenvolver atividades de informações e contrainformações que interessassem à segurança nacional, possuindo um regulamento que diferenciava “informações internas” de “segurança interna”, supondo a necessidade de ambas as atividades. (FICO, 2001, p. 91).

⁵⁸ Sobre o CENIMAR, ver: ANTUNES, Priscila. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, pp. 62-65. A autora comenta sobre a atuação do CENIMAR, destacando as atividades do serviço em relação ao combate das forças de esquerda no país após a aprovação de uma nova estrutura para o Ministério da Marinha através do Decreto 62.860 de 18 de junho de 1968 e, posteriormente, do Decreto 68.447 de 30 de março de 1971, em que o CENIMAR, até então subordinado ao Estado Maior da Armada, passa a ser subordinado diretamente ao Ministro da Marinha, intensificando, assim, o combate à subversão. O jornalista Lucas Figueiredo, no livro *“Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da Ditadura”*, descreve traços da produção de informações do CENIMAR, tendo em vista que o autor teve acesso a um conjunto de microfilmes do Serviço. Diante disso, o autor expõe: “Tanto no campo da coleta e da análise de informações quanto no da repressão, o CENIMAR atuaria com competência acima da média, reconhecida inclusive por seus congêneres. Nessa segunda área, era inigualável seu know-how para plantar espiões e colher informantes às organizações de esquerda (dedicadas ao não à luta armada), tendo sido responsável pelo desmantelamento, por dentro, de inúmeros grupos de subversivos. [...] O CENIMAR era uma máquina de moer com muitos tentáculos – todos eles, dependentes de seu gigantesco banco de dados, um dos melhores, senão o melhor, das Forças Armadas. O arquivo ficava na sede do serviço secreto da Marinha, na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Os militares que trabalhavam no arquivo do CENIMAR recebiam, produziam, cruzavam, despachavam e catalogavam uma infinidade de papéis sigilosos. Eram homens com ‘conhecimento dos fatos mais importantes da vida política do país, arquivando-os para futuras consultas’, conforme explicava um documento interno do próprio órgão. Preservar o arquivo secreto da Marinha era uma das funções daqueles agentes, uma tarefa hercúlea, dada a vasta quantidade de informações armazenadas pelo CENIMAR.” (FIGUEIREDO, 2015, p. 18-20).

No que se refere ao trato das informações relacionadas às operações militares, estas eram tratadas pelos órgãos que integravam os Subsistemas de Informações Estratégicas Militares – SUSIEM, que era coordenado pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), constituída pela 2ª seção do EMFA, pela subchefia de Informações do Estado-Maior das Armada (M-20), 2ª seção do Estado-Maior do Exército, Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer) e também pelo Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores (CIEx/MRE).

Considerando a concepção de “guerra interna” e o intenso combate aos subversivos, surge, em 1970, o Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN, que foi consolidado mediante a edição de diretrizes que tratavam questões ligadas ao planejamento de políticas de segurança interna. Originário das demandas dos setores radicais do regime militar que, apesar das constantes ampliações, atribuições e poderes, ainda consideravam o SNI um serviço incompleto no que toca à segurança, o SISSEGIN foi instituído para atuar com eficiência, acelerando o processo de “limpeza” em face da suposta lentidão e fragilidade das políticas estaduais e da Justiça.

A motivação que permeou a montagem do sistema de segurança interna residuiu na necessidade de um maior controle policial, visto que, para a linha-dura, era necessário a elaboração de um sistema forte e efetivo diante da ameaça subversiva. Com a organização do SISSEGIN, o sistema de segurança é reforçado, cabendo ao ministro do Exército a responsabilidade de direção das ações repressivas. Excetuando as informações do SNI, que cabiam a Agência Central, as questões relacionadas à repressão estavam a cargo dos CODIs - Centro de Operações e Defesa Interna e dos DOIs - Destacamento de Operações Internas. As instâncias em questão agiam em parceria com as polícias estaduais e federais e sob a coordenação do Ministro do Exército.

Foram tomadas várias providências para a implantação do SISSEGIN, inclusive o encaminhamento de orientações específicas a todos os governadores estaduais e a reunião, em Brasília, de todos os secretários de segurança pública, chamada de “Seminário de Segurança Interna”, para as devidas instruções. Conforme estabeleciam as diretrizes, em cada um dos comandos militares da área deveriam ser criados os seguintes órgãos: um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso

denominado comandante de “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais. (FICO, 2001, p. 120–121)

Como exposto acima, o sistema relacionado à segurança interna contou com organizações que visavam o desmonte de atividades contrárias ao regime, sendo articulada, portanto, uma rede de órgãos, a exemplo do Conselho de Defesa Interna (CONDI), Zonas de Defesa Interna (ZDI) e Áreas de Defesa Interna (ADI), que tinham como objetivo facilitar a coordenação e cooperação por área no que tange à defesa interna. Nesse sentido, destaca-se a Operação Bandeirantes (OBAN), que serviu de inspiração para a criação do sistema CODI-DOI e teve grande importância para a estruturação do sistema de segurança que foi organizado.

Criada em 1º de julho de 1969, por meio de ato solene que contou com a presença de figuras importantes do âmbito militar e civil do estado de São Paulo, a Operação Bandeirantes se tratou de uma organização que apesar de contar com o apoio oficial, não era normatizada por nenhum instrumento legal da época (FICO, 2001, p. 116). Assim, o funcionamento normativo da OBAN se dava por meio de um conjunto de medidas administrativas internas, como aponta Mariana Joffily:

A constituição do novo órgão repressivo deu-se sob o signo da ambiguidade. Fundado em ato que contou com a presença de importantes autoridades civis e militares, não foi institucionalizado formal e juridicamente, restringindo-se a um conjunto de medidas administrativas internas. Objetivando coordenar o combate contra a “subversão”, entrava com frequência em conflito com outras forças coercitivas. Embora fosse diretamente comandado pelo Exército, exercia funções de polícia política. O funcionamento da Operação Bandeirante repousaria permanentemente sob essa dicotomia legalidade/ilegalidade, o que lhe conferia dinamismo e flexibilidade em suas atividades repressivas. Em outras palavras, no que diz respeito aos seus fundamentos, o órgão estava ancorado na sólida estrutura do Exército, contando com todo o suporte das mais altas patentes. Os métodos empregados – tortura, invasão de domicílio, assassinatos – eram ilegais mesmo dentro da lógica da legislação autoritária erigida pelo regime militar, entretanto, utilizados com a aquiescência dos superiores hierárquicos, embora não assumidos publicamente, pelo desgaste que tal opção acarretaria à imagem das Forças Armadas e do governo. O sólido apoio logístico aliado à implícita autorização para agir clandestinamente – portanto, sem a necessidade de prestar contas – permitiam-lhe uma grande liberdade de atuação. (JOFFILY, 2008, p. 34).

Como exposto pela autora, a ausência de instrumentos legais que serviam para exercer função normativa sobre a OBAN permitiu que a operação, guiada pelo

propósito de obter informações e neutralizar ações, se utilizasse em larga escala em suas atividades de mecanismos de busca, de capturas, interrogatórios, bem como de meios repressivos, inclusive ligados a torturas físicas e assassinatos. Estaria se consolidando, desse modo, a estrutura que serviu de base para a organização do SISSEGIN, que, de semelhante modo, não esteve ancorado em leis ou decretos, mas sim em diretrizes de cunho sigiloso respaldadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

Ainda de acordo com Mariana Joffily (2008, p. 40), em quase um ano de funcionamento da Operação Bandeirantes, o saldo contabilizado incluía feitos relevantes do ponto de vista das forças repressivas, a exemplo da desorganização da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares), completa desestruturação da Ala Vermelha do PC do B, da Frente Armada de Libertação Nacional e da Frente Estudantil Pela Luta Armada. Junto a isso, ainda se tem a efetuação de prisão contra os principais líderes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Constatada a eficiência da OBAN, decidiu-se ampliar seu modelo, de forma que fosse constituída não apenas em São Paulo, mas agora a nível nacional, uma rede que interligasse as forças policiais com as Forças Armadas. Com isso, a repressão política praticada até 1968, que cabia principalmente às Secretarias de Segurança Pública e aos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) de cada estado, passou a ser coordenada pelo Exército.

Funcionando com membros das três Forças Armadas, bem como com representantes das Polícias Militar, Civil e de agentes do SNI, os CODIs eram unidades de comando responsáveis pela parte de planejamento, articulação e coordenação de medidas relacionadas à defesa interna. O propósito da organização contar com integrantes de setores variados diz respeito à necessidade do repasse de informações que cada área encontrasse no exercício de sua função, colaborando, nesse sentido, para um funcionamento mais eficaz do sistema de segurança. Além disso, os CODIs se encontravam dirigidos pelo chefe do Estado Maior do Exército, apesar desse fato não implicar necessariamente em uma clara subordinação das demais forças ao Exército.

Subordinado aos CODIs, existiam os DOIs, que eram instâncias possuidoras de um caráter mais operacional, no sentido da ação e de um caráter também móvel, se adaptando às condições que surgissem. De forma semelhante aos CODIs, os DOIs

recebiam apoio do Exército e das polícias para o cumprimento de ações, sendo comandados por um tenente-coronel. Com isso, cada CODI passou a funcionar com um ou mais Destacamento de Operações e Informações que, devido a sua função prática, era encarregado de executar o que havia sido planejado pelo CODI, se articulando com os DOPS e DPF. Acerca da atuação do DOI/CODI e seus agentes:

[...] A incorporação pelos agentes do DOI de seu papel como repressores era favorecida pelo uso de disfarces. Os integrantes de esquadrões de caça, assalto e assassinato do DOI muitas vezes usavam capuzes sobre o rosto durante a operação. Muitos agentes do DOI/CODI também se acostumavam a usar perucas e barbas, verdadeiras ou postiças: um ex-agente de informação contou que, quando começou a trabalhar nesse setor, deixou crescer barba e cabelos, para ter a certeza de que, quando em missão, ‘raramente seria identificado ou percebido como policial’. (HUGGINS, 1998, p. 190–194).

Ao descrever o modo de operar do DOI/CODI, Martha Huggins ainda afirma que a prática de tortura e assassinato executada pelos órgãos de segurança da ditadura havia aumentado e se institucionalizado, se tornando, no início da década de 1970, em instrumentos regulares utilizados pelos agentes do Estado a serviço da repressão. Com isso, os mecanismos de repressão e vigilância se fortaleciam, estando ainda longe de finalizarem as funções as quais foram designados.

Ainda no que diz respeito à expansão e reformas na estrutura da comunidade de informações, em junho de 1970 foi criado um “Plano Nacional de Informações” (PNI), de iniciativa da Agência Central do SNI. Este plano procurava organizar e regular os fluxos de informações, definindo quais eram as missões e funções que deveriam ser cumpridas por todos os órgãos de informações, estabelecendo nesse sentido, quais eram as prioridades do Serviço.

O primeiro Plano Nacional de Informações foi elaborado na gestão do general Carlos Alberto Fontoura, que era responsável pelo Serviço na época. Além disso, o Plano foi elaborado com a colaboração de diversas pessoas, inclusive civis. O Plano Nacional de Informações era sempre atualizado no âmbito do SNI, levando em consideração as necessidades de informações da Presidência e dos Ministérios. A elaboração de uma “Doutrina Nacional de Informações” também era responsabilidade que o PNI atribuía ao SNI; todavia, a formulação da doutrina em questão ficaria a cargo da Escola Nacional de Informações que seria formada em 1971.

O Plano Nacional de Informações lançava as diretrizes relacionadas ao funcionamento geral dos órgãos de informações, contudo, os demais sistemas que faziam parte do SISNI deveriam redigir seus respectivos planos setoriais para serem aprovados pelo SNI. Foi nesse período que o sistema passou a incluir o termo “contrainformação”, que, de forma geral, se compreende como uma tentativa de identificar e sufocar as atividades de informações daqueles que são considerados inimigos.⁵⁹

Considerando a demanda do Plano Nacional de Informação (PNI) de elaboração de uma Doutrina Nacional de Informações que fosse empregada por todos os órgãos do SISNI e por seus respectivos agentes, bem como a expansão do SNI, que gerou uma maior necessidade de “mão de obra”, era necessário que houvesse um centro de formação especializado em técnicas de informação e inteligência, para que, desse modo, se cumprisse de forma eficaz as muitas atribuições que foram legadas ao Serviço.

Ainda em 1965, tendo em vista a necessidade de preparo e qualificação dos agentes inseridos nos quadros do recém-fundado SNI, foi criado no governo Castelo Branco um curso de informações, ofertado para militares na Escola Superior de Guerra⁶⁰, em que, inicialmente, versava sobre “conceitos, planejamento estratégico, análise comparativa de serviços secretos estrangeiros, a necessidade de o governo ter um sistema forte de informações, entre outras temáticas” (ANDRADE, 2014, p. 75).

Com o recrudescimento do regime, o curso, a partir de 1967, passou a incorporar de forma mais frequente em seu material didático questões relativas à subversão e à lógica de organização de grupos opositores, assim como métodos de extinção de organizações. Contudo, ainda de acordo com o pensamento de Fabiana de Oliveira Andrade, não eram todos os funcionários do SNI que possuíam acesso à oportunidade

⁵⁹ No livro “*Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*”, o jornalista Aírton Baffa descreve como estava definida a atividade de contrainformação pela comunidade de informações. Através da apostila “NA-09-Controle”, editada pelo SNI em 1973, o autor destaca que, embora a natureza da atividade de contrainformação fosse majoritariamente defensiva, medidas “ativas e passivas-simulação e obstrução” eram adotadas. Com isso, as atividades de contrainformação praticadas pela comunidade de informações brasileira, em resumo, se destinavam a garantir a segurança dos segredos de interesse ao país; preservar o sigilo das informações; neutralizar e dificultar a atividade adversa de informações; apontar os agentes adversos, assim como as atividades de espionagem, sabotagem, subversão e terrorismo a eles vinculadas; conhecer a estrutura de informações adversa; desinformar os órgãos de informações adversas e identificar as ações adversas de natureza psicológica, em particular as de propaganda que objetivassem influenciar a opinião pública ou enfraquecer a moral nacional. (BAFFA, 1989, p. 24).

⁶⁰ O curso de informações ofertado pela ESG foi criado em 1958 por meio do Decreto nº 43. 810 de 29 de maio, sendo desativado em 1960, retornando apenas em 1965 através do Decreto nº 55. 791 de 23 de fevereiro.

de receber o preparo via ESG, o que mostrava a carência de um centro voltado para as especificidades da área de informação.

Isto posto, no ano de 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI).⁶¹ A EsNI estava subordinada ao Chefe do SNI, e integrou em seus quadros militares e civis que recebiam os devidos preparos relativos às técnicas voltadas para área de informação. Criada durante o governo Médici, a Escola nasceu com base na experiência de um grupo de cerca de doze oficiais que estiveram no exterior, sendo inspirada em serviços secretos de países como os Estados Unidos, Alemanha e Israel. Entre os oficiais enviados para o exterior destaca-se o general Ênio Pinheiro, que foi designado como o responsável pela criação da EsNI. Além disso, a Escola formava, por ano, cerca de 120 pessoas, sendo 90 delas civis. (FICO, 2001, p. 82).

A EsNI atendia a já antiga necessidade de coordenação entre os órgãos, de adoção de uma linguagem técnica comum e de qualificação de pessoal. Acerca da doutrina voltada especificamente para os órgãos de informações, se faz necessário atentar para o fato de que tal doutrina urge da necessidade de se criar uma base teórica e prática comum entre os órgãos de informações, para que, assim, os agentes recebessem melhor preparo técnico, visando o desempenho de suas funções. Em termos doutrinários, os órgãos de informações, até aquele momento, não funcionavam com base em uma doutrina própria, mas sim de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional gestada pela ESG.

Entre as atribuições da EsNI se encontravam: a) preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contrainformações do Sistema Nacional de Informações; b) cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações; c) realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações.⁶² O decreto ainda previa que ficaria a cargo do Presidente da República nomear como diretor da EsNI algum oficial general da ativa das Forças Armadas, general de brigada ou equivalente, dando ênfase também na padronização das atividades de formação na área de inteligência.

Além disso, a Escola foi instalada em Brasília, contando com uma estrutura e equipamentos modernos para a época; absorveu o curso de inteligência ministrado na

⁶¹ Por meio do Decreto nº 68.448/71 de 31 de março de 1971.

⁶² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971-456468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em abril de 2020.

ESG, parte do acervo e dos professores considerados mais capacitados e especializados no trato com informações.

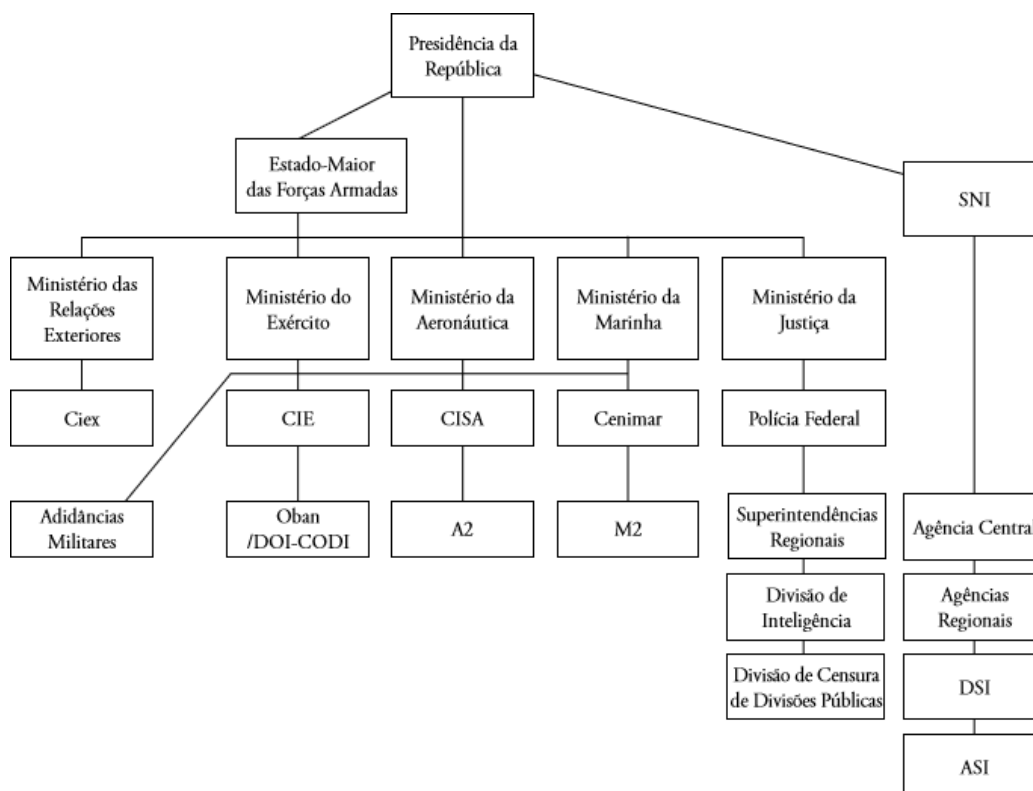
Ademais, a inclinação anticomunista era algo presente no preparo dos matriculados que decidiam ingressar na escola de informações, como ressalta Lucas Figueiredo (2005, p. 225) ao dizer que os cursos ofertados pela EsNI eram permeados por uma forte doutrina anticomunista. Segundo o autor, os matriculados nos cursos tinham aula de segunda a sexta-feira em período integral, com no máximo 30 alunos, sendo obrigatório o treinamento de tiros e estudar pelo menos uma dentre as sete línguas estrangeiras oferecidas pelo curso. Ainda se tratando dos cursos da EsNI, Samantha Viz Quadrat (2012) afirma que na EsNI existiam três cursos de diferentes níveis: A, B e C. Os cursos poderiam ser destinados a militares e civis, tendo o objetivo de formar quadros para chefias de seções de informações, agentes e analistas.

A autora ainda enfatiza que além dos cursos, a Escola oferecia estágios na área de Informações (analista; auxiliar de analista); de contrainformações (contraespionagem, criptologia, auxiliar de criptologia, análise de propaganda adversas); de operações (chefe de seção de operações, adjunto de seção de operações, operação de informações, entrevista, auxiliar de entrevista, etc.). Com isso, a comunidade de informações passou a contar com uma quantidade significativa de formados nos cursos oferecidos pela Escola, que formou agentes até 1990.

A Escola Nacional de Informações, através de seus cursos e estágios, não preparou apenas os quadros para a formação de um sistema de informações no sentido técnico, mas também contribuiu para o cumprimento de uma função ideológica, que objetivava formar um contingente de intelectuais pró-regime preparados para atuar na defesa da manutenção da ordem social defendida pelo regime autoritário (MANSAN, 2015, p. 97).

A partir da década de 1970, as atividades de informações tornam-se mais complexas, especialmente após ser elaborado o Plano Nacional de Informações e depois da articulação dos diversos órgãos de informações e segurança. O quadro abaixo, que foi retirado do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 113, V. 1), permite compreender e melhor visualizar a complexidade da estrutura de informação e repressão montada durante a Ditadura Militar:

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA REFERENTE À ESTRUTURA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES E REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR



Fonte: Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014, p. 113, V. 1).

Como é possível enxergar no organograma acima, o serviço de informações no Brasil, centrado, de início, apenas na figura do SNI, expandiu-se e transformou-se em um verdadeiro Sistema que incluiu em sua estrutura diversos outros órgãos que juntos, ambicionaram a eliminação de tudo aquilo que fosse contrário aos propósitos da “Revolução de 1964”. Inicialmente, o SNI não possuía vínculos com o sistema de repressão baseado na censura e em uma polícia política; o fortalecimento do sistema de informações, bem como a criação de um efetivo sistema de segurança, que juntos formaram uma rede de repressão e combate à subversão, veio a ser efetivado e consolidado após 1968.

No entanto, o apoio à produção e circulação de informações mostra a ligação que havia entre os órgãos de informações e os de segurança. A informação, portanto, se constituiu como essencial no processo de desmantelamento de grupos de oposição e à prática de vigilância que se instituiu no país. A informação, nesse sentido foi utilizada e “compreendida como o escopo/matéria para a estruturação e organização da vigilância,

possibilitando o mapeamento social, as ações restritivas e coercitivas, bem como a classificação da sociedade e os expurgos necessários” (LONGHI, 2014, p. 96). Dessa forma, o combate à subversão e o atendimento aos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional configuraram-se como os pilares que estimularam o fortalecimento e parceria entre o sistema de informações e segurança após o AI-5.

1.5 Órgãos de informações e a abertura política

Após dez anos do golpe militar, o general Ernesto Geisel assume a Presidência da República no dia 15 de março de 1974. Com ele, foi iniciado o projeto de “distensão”, seguida de uma abertura “lenta, gradual e segura” pelo general João Batista Figueiredo. Diante desse cenário, onde pela primeira vez o governo apontava para uma possível abertura política, esforços são feitos para compreender as causas que originaram e os fatores que contribuíram para o início e o desenrolar do processo que culminaria com o fim do regime autoritário.

Apesar do aceno com medidas de descompressão, a abertura não se concretizaria e “nada seria feito até que se apagasse ‘o espírito de contestação de minorias trêfegas e transviada’ que perturbavam a vida do país” (FIGUEIREDO, 2005, p. 239). O processo de abertura é marcado, portanto, por paradoxos, conciliações, avanços e retrocessos; o que demonstra os traços mais característicos de práticas políticas recorrentes nos processos políticos brasileiros.

O que estava posto, era um retorno à democracia baseado em um modelo de uma “democracia forte”, que admitia a previsão da adoção de uma série de medidas liberalizantes, como a suspensão gradual da censura aos veículos de comunicação, reestruturações no que concerne à representatividade política e a revogação de algumas das medidas de cunho repressivo, que permaneciam ainda em atividade. Entretanto, era necessário que essa parcial flexibilização não saísse do domínio dos militares.

Segundo o que aponta Maria Helena Moreira Alves (1989), as políticas do estágio de “distensão” não configuravam grande perigo para o Estado de Segurança Nacional, e o período da “distensão” permaneceu nos limites da Doutrina de Segurança Nacional, configurando-se mais como um ciclo de liberalização do que como uma efetiva transição para a democracia.

A crise econômica que ocasionou o declínio do “milagre econômico” brasileiro e a vitória do democrata Jimmy Carter nas eleições dos Estados Unidos, em 1976, alterou a postura de apoio às ditaduras na América Latina e são compreendidos como possíveis fatores que serviram de influência no processo de transformações políticas (SILVA, 2003). Dessa forma, o fator econômico, que serviu como um gerador de crise e esvaziamento do sentido da permanência dos militares, aumentando as demandas e pressões, influenciou a conjuntura social e política que contribuiria para o fim da vigência do regime. Como assinala Luis Werneck Vianna (1983, p. 77), “Com o fim do chamado ‘milagre econômico’, o Estado como gestor geral da classe dos capitalistas foi compelido a desatender e sacrificar interesses estabelecidos, não compatíveis com a nova situação da economia”.

Diante desse cenário, é importante atentar para a conjuntura que proporcionou o processo de distensão e abertura. O regime iniciado em 1964 havia cumprido o objetivo principal de afastar João Goulart e “arrumar a casa”. Com isso, a permanência dos militares no poder por mais tempo poderia ocasionar um maior desgaste interno, visto que, apesar das constantes intervenções militares na política brasileira ao longo da história do país, a politização das Forças Armadas, sobretudo a longo prazo, poderia ameaçar sua coesão interna.

Nesse sentido, um dos fatores que explica, ao menos em parte, o processo de distensão, se relaciona com as contradições e conflitos na cúpula dirigente do regime. Com Geisel, os castelistas retornam ao poder e as intenções distensionistas, agora alimentadas nas figuras do Presidente e do Ministro-chefe do gabinete civil, Golbery do Couto e Silva, encontram possibilidades de concretização.

Todavia, ainda no governo Geisel, em 1975, o documento “Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964”, produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), de número 209, e protocolado pela Agência Central sob o número 10.971, destacou a visão que os órgãos de informações possuíam em relação à abertura, que deveria ser feita sob controle e vigilância aos ainda considerados subversivos e inimigos, como é possível visualizar nos seguintes trechos:

Por tática, não se deve ir frontalmente contra a *abertura* em público, pode-se aproveitar dela o que é positivo. Mas deve-se cerceá-la, com habilidade, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas [...]

A abertura pode realizar-se com o setor de comunicações, mas sempre sob controle. Dever-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida in loco por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação [...]

Neste início de opção feita pelo governo – o começo da abertura – dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores nacionais ou não, lhe assacam, ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais e outros abusos de poder? Isso não viria a desmoralizar chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 1964? [...]

O inimigo ainda existe, não mais sob a forma de assaltos a bancos, mas realizando trabalhos de conscientização das massas, crescendo, consertando seus erros, e esperando nova forma de tomada de poder. [...]

Na tranquilidade da política reinante poderíamos crer em sua extinção, mas sabemos que não, pois o momento é de retomada de força de ambos os lados. Não depreciemo-lo, continuemos atentos, estejamos prontos para combater suas novas técnicas, formas e apresentação para continuarmos vencendo-o (Informe nº 209 apud BAFFA, 1989, p. 51–64).

Através do informe exposto, é possível visualizar que a perspectiva que alimentava a noção de uma guerra interna ainda não havia se esvaído por completo e que a autonomia dos órgãos de informações, de igual forma, ainda era presente, alimentando as queixas e intenções daqueles que não estavam de acordo com a distensão. A falta de coesão interna, corrobora com a hipótese que a distensão não foi resultante de um projeto organizado, pautado por etapas previamente articuladas, como afirma Maria Celina D'Araújo (1995, p. 39) ao dizer que: “podemos caracterizar a abertura como um projeto, que se iniciou pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças”. Assim, o governo teria que lidar ao longo do processo que levaria à abertura, com os conflitos de ordem interna, crises econômicas e a articulação de movimentações sociais e políticas.

Maud Chirio (2012) reforça a perspectiva de que Geisel não chegou à presidência com um projeto organizado de democratização, e que a distensão foi parcialmente improvisada, o que não gerou anulação da ditadura. A historiadora também contesta a visão a respeito da marca deixada na memória coletiva que se refere a Geisel como um democrata, oponente ao regime. Para a autora, a política de Geisel consistiu em uma tentativa de institucionalização da “revolução”, através de um sistema político duradouro e permeado por ideais autoritários, se tratando, assim, “de um antigo

projeto autoritário de conciliação com as reformas liberais que o governo Castelo Branco já tentara implantar: a elaboração de um sistema político híbrido, securitário e elitista” (CHIRIO, 2012, p. 172). Assim, para manter a governabilidade, Geisel mantém o bipartidarismo, assim como a permanência do AI-5.

A descompressão do regime seria pautada, além das crises já salientadas, por contradições e recuos, especialmente diante dos resultados positivos alcançados pelo MDB nas eleições de 1974, onde a propaganda eleitoral aparece como um fator relevante. Assim, emergem desse contexto, instrumentos como a Lei Falcão⁶³, que restringia em grande escala o acesso à mídia por parte dos candidatos, e o “Pacote de abril”, de 1977, que consistiu em um conjunto de medidas político-eleitorais impostas mediante um Congresso fechado, o que evitou a rejeição das propostas, garantindo assim, a interrupção do avanço do MDB e o fortalecimento da ARENA. Desse contexto de reformas, em outubro de 1978, pouco antes do fim do mandato, Geisel, mediante a emenda constitucional nº 11, aprovou a lei que revogaria o AI-5, marcando mais uma vez como ambíguo o período em que se situa a distensão.

A partir de 1979, o processo distensionista é mantido e aprofundado, compreendido agora como uma abertura, mesmo que esta ainda estivesse sob os parâmetros de uma “democracia forte”, “lenta, gradual e segura”, o que evidenciava claramente o jogo do controle militar. Neste mesmo ano, a presidência é ocupada pelo general João Batista Figueiredo, indicado pelo agora ex-Presidente, Ernesto Geisel, assegurando que a “linha-dura” não interferisse novamente no processo de sucessão. A escolha de Geisel em relação a Figueiredo e a permanência de Golbery no cargo de chefia do gabinete civil demonstrava o alinhamento do governo iniciado em 1979 com os ideais de liberalização. Contudo, as crises que se fizeram presentes no governo anterior, não cessaram, e é nesse momento que acontecimentos de grande relevância ocorrem no cenário político, a exemplo da implementação da Lei de Anistia⁶⁴ e a volta do pluripartidarismo.

A explicação para a abertura política não se restringe aos conflitos internos, próprios dos militares, que gestou uma “passagem pelo alto”, em que a abertura decorreu pura e simplesmente das decisões dos membros do alto escalão do regime em

⁶³ Lei nº 6339, de 1º de julho de 1976.

⁶⁴ Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979.

um processo de conciliação entre as elites, sem considerar as pressões em formas de demandas que se faziam presentes na sociedade e no cenário político. Assim, a conjuntura que proporcionou a abertura também foi marcada pela revitalização dos movimentos sociais, sentida mediante a ação de entidades e pessoas que se empenharam no sentido de alargar o espaço de atuação na política, construindo, dessa forma, movimentos de resistência e luta democrática.

Assim, estariam entre os sujeitos que empregaram forças no caminho para a transição democrática, o movimento estudantil, que buscava se rearticular reorganizando suas entidades; setores da Igreja Católica, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e figuras como Dom Paulo Evaristo Arns; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o MDB.⁶⁵

Apesar dos apontamentos para uma possível flexibilização, ainda no governo Geisel, até a revogação do AI-5, a repressão continuava se apresentando como uma prática presente, especialmente a grupos mais acirrados de oposição ao regime, seja no cenário urbano ou rural; enquanto estes sofriam repressão, outros, considerados como “elite oposicionista”, puderam participar das atividades políticas.

De acordo com Alves:

Os setores da elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI, e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionamento à legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas. Ao nível da política formal, estavam entre suas exigências o dismantelo do Aparato Repressivo, a elaboração de uma nova Constituição e a modificação do modelo econômico. (ALVES, 1989, p 225).

Como já exposto, é durante o mandato de João Batista Figueiredo que a Lei de Anistia é sancionada, fato compreendido como relevante para a efetivação da transição. Embora a anistia fosse bandeira de luta de entidades como o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), Comitês Brasileiros Pela Anistia (CBAs) e de estudantes, intelectuais

⁶⁵ A atuação de políticos do MDB no processo de redemocratização deve ser analisada com cuidado, tendo em vista que: “O MDB abrigava em seu interior, uma grande variedade de correntes políticas, algumas francamente fisiológicas e reacionárias (como a corrente ‘chaguista’, ligada ao político carioca Chagas Freitas), e, por isso mesmo, recebia a alcunha de ‘saco de gatos’. No entanto, apesar disso, sua estrutura partidária foi aproveitada por um grupo de deputados mais identificados com as posições de esquerda, que criaram o movimento dos ‘autênticos do MDB’” (ARAÚJO, 2007, p. 335).

e movimentos internacionais, a lei que foi sancionada em 1979 evidencia o caráter conciliatório presente na política brasileira ao incluir o perdão a integrantes do Estado autoritário que cometeram abusos, o que garantia aos agentes da repressão a segurança de que não seriam punidos por seus atos.

A Lei de Anistia abriu caminho para importantes mudanças que concretizariam o fim do regime em 1985, como o fim do bipartidarismo⁶⁶, que ocasionou alterações no sistema partidário brasileiro, levando a ARENA a transformar-se no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse sentido, estiveram inseridos na nova conjuntura partidária o recém-formado e moderado Partido Popular (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) inaugurado por Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha como base o novo sindicalismo paulista.

Dessa forma, se pretendia com a reforma, segmentar a oposição, todavia, o plano não surtiu o efeito desejado, uma vez que a oposição foi favorecida nas eleições de 1982, apesar das manobras empreendidas com o “Pacote de Novembro”, que ambicionavam fortalecer o PDS, sucessor e herdeiro da ARENA diante do avanço da oposição. Assim:

Em resposta a essa situação, o governo imporia um novo conjunto de reformas eleitorais, em novembro de 1981, o Pacote de Novembro. As principais medidas instituídas foram a proibição de coalizões eleitorais para evitar a aliança entre partidos de oposição nas eleições de 1982, a obrigatoriedade de cada partido apresentar seus próprios candidatos em todos os níveis eleitorais e a vinculação de votos, um sistema pelo qual o eleitor é forçado a escolher candidatos do mesmo partido para todos e cada um dos níveis de representação, de vereador a governador. [...]

Apesar de todos os artifícios utilizados pelo governo, as eleições de 1982 trouxeram ganhos consideráveis para a oposição (DINIZ, 1985, p. 248).

A partir de 1983, o processo de erosão do regime torna-se mais evidente, com o agravamento da crise econômica que caracterizou uma brusca reversão no curso de crescimento do país. Dessa maneira, o “mito” do milagre econômico brasileiro ruía. Com esse quadro, se tem o aumento do desemprego e da pobreza. A classe média também foi atingida pela recessão e as estratégias adotadas pelo governo não geraram efeitos positivos na produção econômica, o que preparou o campo para protestos

⁶⁶ Lei Nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979.

organizados pelas classes trabalhadoras que foram fortemente atingidas com as políticas salariais seguidas pelo regime. Sobre as medidas tomadas pelo regime, Maria Helena Moreira Alves comenta:

O Decreto-Lei Nº 2.045 limitava a 80% do INPC expurgado os reajustes salariais de todos os trabalhadores, independentemente das faixas a que pertencessem. Todos os salários, sem exceção, sofreriam um corte imediato de 20% em relação à variação mensal do INPC, após agosto de 1983. Os mais prejudicados eram os que ganhavam até 7 salários mínimos. A redução da vantagem dos salários dos trabalhadores de empresas estatais foi introduzida em mais outro decreto, de número 2.036. A indignação da opinião pública ante as diferentes medidas constantemente tomadas pelo governo explodiu em greves de grandes proporções durante o mês de julho. No dia 6 de julho 1.100 trabalhadores da refinaria estatal de Paulínia, perto de Campinas, no estado de São Paulo entraram em greve em protesto contra o Decreto Nº 2.036, que não só reduzia consideravelmente os direitos dos empregados das empresas estatais como baixava os níveis de emprego no setor (ALVES, 1984, p. 299).

O contexto exposto abriu caminho para que o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB/MT, direcionasse ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 5, que restabelecia as eleições diretas para presidente. A proposta impulsionou o início da campanha das “Diretas Já”, que reuniu diversos setores da sociedade, articulando a mobilização popular, atuação de parlamentares e de partidos, formando deste modo, o caráter suprapartidário e heterogêneo da campanha, como enfatiza Lucília de Almeida Neves Delgado:

A “campanha pelas diretas já” constituiu-se em movimento suprapartidário, que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar em torno da bandeira de retorno das eleições diretas para presidência da república. Dentre os partidos oficiais que participaram da campanha destacaram-se: o PT, o PMDB e o PDT, que formaram o “Comitê Nacional Partidário Pró Diretas”. O PCB e o PC do B também contribuíram para difusão do movimento. Inúmeras organizações da sociedade civil também estiveram presentes nas mobilizações de rua. Dentre elas destacaram-se, a UNE, a OAB, a ABI, o CONCLAT, a CNBB e a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. A principal característica da campanha pelas “diretas já” foi seu caráter heterogêneo e sua despersonalização. De fato, a frente suprapartidária que coordenou, junto com entidades da sociedade civil, aquela importante campanha cívica era formada por partidos com diferentes programas e diferentes trajetórias (DELGADO, 2007, p. 3).

Apesar da notória expressividade, a campanha não logrou vitória imediata, recebendo, no dia 25 de abril de 1984, 298 votos, quantidade que não era suficiente para

a aprovação da emenda. Contudo, “A defesa das eleições indiretas transformou-se numa posição sem nenhum respaldo social, contribuindo para o isolamento de seus adeptos” (DINIZ, 1985, p. 249). Contrariando as expectativas relacionadas a eleições diretas e esgotamento por completo das estruturas autoritárias deixadas pelo regime, o fim do governo Figueiredo foi marcado por indícios de uma conciliação de interesses para as eleições que se seguiam, em que a Frente Liberal e o PMDB, deram origem à “Aliança Democrática”, lançando para a candidatura à presidência o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves e, como seu vice-presidente, José Sarney, tendo este último integrado os partidos da UDN, ARENA e PDS.

Quanto à agência da comunidade de informações, o projeto de abertura teria que, inevitavelmente, levar em consideração os órgãos de segurança. “Geisel, não podendo nem desejando extingui-los, precisava, ao menos, controlá-los” (FICO, 2001, p. 211). Nesse sentido, como aponta Carlos Fico, o controle seria feito de forma que apenas as operações legais fossem executadas; eliminando assim, a tortura e os assassinatos de presos políticos. No entanto, em 1974, o CIE dava nota sobre as atualizações da “Operação Marajoara”⁶⁷, nome que ficou conhecida a operação montada para desorganizar a guerrilha do Araguaia, em que aqueles que sobraram eram presos e mortos. Assim, “Geisel chegara prometendo a abertura. Seu governo, porém, começava com o CIE empilhando e escondendo cadáveres, enquanto o SNI os contabilizara” (FIGUEIREDO, 2005, p. 240).

O projeto de abertura teria que lidar, portanto, com a máquina de informações e segurança que foi montada, com o “monstro” que Golbery criara. Tentando solucionar o impasse, o Presidente nomeou o general João Baptista de Figueiredo para a chefia do SNI; uma manobra que tentava acalmar os radicais do Serviço, ao mesmo tempo que mantinha um maior controle sobre eles. Destarte, a nomeação do general João Batista Figueiredo, que acompanhou de perto a repressão, representou a garantia de que não haveria revanche por parte da linha-dura, mas sim, facilidade de controle dos radicais, já que o novo chefe era conhecedor das táticas dos “medicistas”. Além disso, a conjuntura que estava se delineando garantiria proteção aos duros da comunidade, na medida em que protegessem o governo.

⁶⁷ Algumas das atualizações da Operação em 1974 foram relatadas através do Informe nº 1/74, como evidencia Lucas Figueiredo (2005, p. 239).

Acontecimentos relacionados a torturas e mortes praticadas pelo Estado eram recorrentes na década de 1970, mesmo diante de um cenário que parecia propício à abertura. A repercussão desses casos poderia prejudicar o governo Geisel, rompendo com a caracterização de precursor das medidas liberalizantes. Dentre os acontecimentos que obtiveram maior notoriedade, estão a morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, em condições semelhantes e ocorridas no DOI-CODI de São Paulo. Os assassinatos reforçam a perspectiva da força de atuação dos órgãos de segurança e informações durante a vigência do regime.

Diante da repercussão das mortes, o então Presidente Geisel, tratou de exonerar o comandante do II Exército, o General Ednardo D'Ávilla Mello, alegando, com isso, que limites ultrapassados pelos órgãos de informações não eram compactuados pela cúpula militar. Todavia, apesar do empenho compartilhado também pelo presidente sucessor, João Baptista Figueiredo, em manter os órgãos de repressão dentro dos limites cabíveis, o aparato continuou atuando e contando com o respaldo da Lei de Segurança Nacional. Além de executarem as mortes, os órgãos de segurança, em face da repercussão, sobretudo do caso Herzog, se articularam no sentido de sustentar a versão que o jornalista havia cometido suicídio, levando o SNI a produzir informes nesse sentido, o que evidencia a colaboração do sistema de informações com a repressão.

Com o início do processo distensionista, seguido de abertura, a comunidade passou a sentir-se ameaçada. A luta armada e o “inimigo comunista” já não representavam o perigo de outrora, porém, temendo a diminuição de poderes e até mesmo a desativação dos serviços de segurança e informações, a linha-dura do regime, presente nos órgãos, passou a articular estratégias quanto a “mostrar serviço”. Esta era uma maneira de manter o controle e de se autopreservar, uma vez que, somado ao temor de extinção, a comunidade de informações teria que se precaver diante das denúncias por parte da sociedade civil quanto aos crimes cometidos pelo Estado que começavam a se tornar recorrentes com o anúncio das medidas liberalizantes.

As estratégias de permanência, por vezes exageradas, demonstravam o temor da desarticulação e da desimportância dos serviços diante do retorno pleno à democracia. Dentre os acontecimentos oriundos das estratégias e do envolvimento de serviços de

segurança, destacam-se os atentados aos prédios da ABI, em 1976⁶⁸, e da OAB, em 1980⁶⁹. Os atentados planejados com a intenção de desestabilizar a abertura servem como reforço à tese de que os órgãos de segurança agiam com autonomia (FICO, 2001), indo de encontro à lógica de abertura. O terror se configurou como a razão de ser dos ocorridos em questão, já que não havia como provar a existência de um perigo real, a comunidade trabalhou no sentido de fabricar “inimigos”.

Com isso, atentados se tornaram recorrentes, principalmente a bancas de jornais que vendiam materiais considerados subversivos. Assim, se compreende que a ação de grupos terroristas de direita não havia cessado com a abertura, e o silêncio dos órgãos de segurança diante de um risco para a Segurança Nacional se configurava como um indício de que os atos terroristas tinham relação com a comunidade de segurança e informações (FIGUEIREDO, 2005, p. 311).

O caso Riocentro, ocorrido em 1981, também se destaca nesse período. Reunindo nomes importantes da Música Popular Brasileira, o show em homenagem ao Dia do Trabalhador, no Rio de Janeiro, foi alvo da ação terrorista dos órgãos de segurança, todavia, a tentativa fez vítimas os próprios agentes do DOI-CODI do I Exército, o que levou ao fracasso o que seria um atentado em grandes proporções. Para evitar um maior desgaste da imagem do governo perante a sociedade, a comunidade de informações tratou de atribuir a tentativa a grupos subversivos de esquerda.

O temor visualizado nas estratégias exageradas já mencionadas, revela que a abertura representava a possibilidade de diminuição do espaço de atuação destinado aos serviços de informações. No entanto, durante a vigência do governo do general Figueiredo, e após ser empossado como chefe do SNI, o também general Otávio Medeiros, existe um reforço no serviço, como salienta Carlos Fico:

[...] é preciso lembrar que o SNI foi bastante reforçado durante a gestão do general Otávio Medeiros, justamente no governo Figueiredo, consolidador da abertura [...]. Como explicar, então, que o general-presidente responsável pela fase final da abertura estivesse investindo tanto no SNI? A explicação provavelmente decorre do fato de que seria relativamente mais simples justificar a necessidade de um órgão central de informações – comum em diversos países

⁶⁸ O ato terrorista destruiu todo o 7º andar do edifício-sede da instituição, onde funcionavam o Conselho, os serviços administrativos e a Presidência. Informação disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/historia/fatos-que-marcaram-a-abi/>. Acesso em abril de 2020.

⁶⁹ Este último vitimou a secretária da presidência do Conselho Federal da OAB, Lyda Monteiro da Silva.

democráticos – do que um sistema de segurança. [...] (FICO, 2001, p. 216).

Ainda sobre o investimento no SNI:

O SNI também ganhou um moderno estúdio de TV, onde Figueiredo gravava seus pronunciamentos à nação. [...] O SNI investiu ainda na área de informações. Equipamentos de última geração foram importados, como gravadores de rolo Akay e microfones minúsculos do tipo Spike Mike (FIGUEIREDO, 2005, p. 297).

De acordo com o exposto acima, mesmo diante de um novo contexto, ainda houve o reforço de investimentos em serviços de informações, caracterizando, com isso, a relevância desse tipo de instrumento durante toda a Ditadura Militar. A abertura, naturalmente, ocasionaria a diminuição do aparato de informações, todavia, o que se percebe durante o período é o “inchaço” do Serviço, onde funcionários mais antigos davam “um jeito” de incluírem seus parentes, como assinala Lucas Figueiredo (2005, p. 271).

Se aproximando o fim do mandato de João Baptista Figueiredo, nomes que respondessem aos interesses da comunidade precisavam ser apontados, e dessa forma, a comunidade de informações já trabalhava a candidatura do então chefe do SNI, Otávio Medeiros. Contudo, a interferência e esforços do Serviço não foram suficientes diante da conjuntura política e social que se desenhava e apontava para outros nomes e rumos.

Ainda segundo Fico (2001), alguma transformação no SNI somente se deu no governo José Sarney (1985–1990) e durante a chefia do general Ivan de Souza Mendes (1985–1990); período em que o órgão deveria focar na segurança externa. O cenário de transição, marcado pela ausência de punição a agentes do Estado que cometeram crimes, não levou ao fim do Serviço, que continuou a desempenhar atividades de vigilância a nomes e entidades consideradas suspeitas. A extinção do Serviço Nacional de informações ocorreu apenas no ano de 1990, após a eleição do presidente Fernando Collor de Mello.

Alguns anos depois, em 1999, foi criada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A criação da ABIN corresponde à tentativa de amenizar o estigma negativo que a atividade de informações adquiriu ao longo da existência do SNI e da comunidade de informações, aderindo ao termo “inteligência” em sua nomenclatura.

De acordo com Marco Aurélio Chaves Cepik, existe uma definição ampla que trata da atividade de *inteligência* como toda informação coletada e organizada para atender as tomadas de decisões de um coletor qualquer. Entretanto, trazendo para um âmbito mais restrito, *inteligência* significa segredo ou informação secreta. Na visão do autor, essa definição mais restrita deve ser levada em conta desde que se considere uma segunda dimensão da definição, que é mais analítica e que diz que *inteligência* se difere da mera informação devido a sua capacidade explicativa e preditiva.

Seguindo a lógica da diferenciação, Priscila Brandão Antunes (2001), explica que se faz necessário distinguir o que significa atividade de *inteligência* de atividade de informação. Para a autora, de modo geral, a atividade de *inteligência* diz respeito a certos tipos de informações relacionadas à segurança do Estado, bem como as atividades que são desempenhadas para obter ou impedir que outros países e organizações tenham acesso a essas informações.

No Brasil, o termo *inteligência* passou a figurar no debate político após 1990, período em que o SNI foi extinto e deu-se início ao planejamento de um novo serviço que não carregasse a identidade negativa que foi legada pelo Serviço Nacional de Informações ao longo de sua existência.

Em decorrência da associação do SNI com o autoritarismo e repressão praticados durante o regime militar, a atividade de informações confundiu-se com a segurança nacional, posto que o combate a “subversão”, encontrada, sobretudo, em setores de esquerda, impulsionou a ampliação da atividade de informações, levando, como já foi discutido, à criação de órgãos de informações por parte das Forças Armadas. Todavia, apesar da proximidade entre *inteligência* e segurança, esta, segundo os modelos teóricos que definem *inteligência*, não deveria fazer parte da atividade, mas apenas configurar-se como um dos usuários dela.⁷⁰

Quanto ao receio da sociedade em ser a nova agência uma espécie de sucessora do SNI, o historiador Luís Reznik afirma:

No dia 8 de maio de 2000 foi criado o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. Com isso, veio à tona a discussão acerca da

⁷⁰ Sobre as definições, ciclos e o caráter teórico dos campos da inteligência e informação, ver: ANTUNES, Priscila. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, pp. 15-37 e CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização**. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 2001.

Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criada em 7 de dezembro de 1999, após dois anos de discussão no Congresso Nacional. A imprensa vinha alardeando o receio de a Abin vir a ser o sucedâneo direto, nos métodos objetivos, do extinto Sistema Nacional de Informações (SNI). O general Alberto Cardoso, em longa entrevista à Folha de S. Paulo de 10 de maio, defendeu o caráter absolutamente democrático da Abin e do subsistema a ela vinculado. Apresentava quatro argumentos para sustentar a sua afirmação. Em primeiro lugar, a existência de um controle externo das atividades não ser voltado contra um inimigo interno [...] seria o segundo argumento. Os objetivos do sistema de segurança pública estariam voltados para o combate ao crime e à violência, particularmente o crime organizado. Em terceiro lugar, sublinhava as diferenças entre a Abin e o SNI, já que objetivos e contextos seriam diferentes. (REZNIK, 2004, p. 23).

Por fim, a preocupação exposta acima reflete e reforça as grandes dimensões que o Serviço Nacional de Informações, bem como a comunidade de informações e segurança tomaram durante a ditadura, montando estratégias de repressão e constante vigilância que atingiram direta e indiretamente indivíduos e grupos no Brasil. No novo contexto, o caráter democrático e o distanciamento da luta contra um “inimigo interno” havia de ser reforçado. Diante disso, compreendemos os motivos que levaram o novo órgão montado em 1999, a buscar por um distanciamento da associação com as atividades de informações praticadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

CAPÍTULO 2 – CONTROLE NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O CASO DA UFPB

A escalada repressiva desencadeada, pós-golpe de 1964, atingiu duramente a educação. Os denominados movimentos de educação e cultura popular [...] foram todos fechados ou mutilados e muitos de seus participantes presos e cassados. As universidades foram objetos de intervenção militar. Este foi o caso da Universidade de Brasília (UnB), por três vezes ocupada por tropas militares. Ainda em 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) nomeou, por razões diversas, reitores pró-tempore nas seguintes instituições: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal Fluminense). Na Universidade Federal da Paraíba, o reitor Mario Moacyr Porto foi destituído de suas funções em 14. 04. 1964, pelo coronel Artur Duarte Candal da Fonseca [...] mediante intervenção na referida instituição (GERMANO, 1992, p. 148).

2.1 A educação superior como alvo

O panorama exposto pelo professor e sociólogo brasileiro, José Willington Germano, no livro “Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)”, reflete, em resumo, as primeiras ações repressivas empreendidas logo após o golpe no campo educacional, sobretudo, nas universidades. Estas se configuraram como alvos primordiais dos militares, pois para estes, as instituições universitárias haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e recrutamento para as esquerdas, além de se constituírem como um dos focos principais da ameaça comunista (MOTTA, 2014).

Com base nesta crença, que impulsionou a criação de mecanismos coercitivos na área da educação, a vigilância às universidades e àqueles que as integravam, ganha força, levando o segmento universitário a estar na mira investigativa do Serviço Nacional de Informações (SNI), figurando de forma frequente nos materiais produzidos pela comunidade de informações durante os anos que abarcam a ditadura militar no Brasil.

Quanto à influência de afinações políticas à esquerda entre membros da comunidade universitária brasileira, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) expõe que estas se faziam presentes no ambiente universitário desde o fim dos anos 1950, principalmente entre os estudantes. Uma possível explicação para essa notória afinação política, reside no impacto entusiasmante da vitoriosa Revolução Cubana e, junto a isso, no

crescimento dos movimentos sociais no Brasil que procuravam se articular politicamente. Isto posto, a Operação Limpeza, iniciada logo após o golpe, não tardou no objetivo de desarticular, no âmbito universitário, a influência política em questão. Logicamente, apesar da afinação percebida, foi criada, por parte das forças golpistas, uma narrativa exagerada e conspiracionista, abrindo caminho para o implemento de dispositivos repressores e propostas baseadas em soluções autoritárias, pois, ao passo que construía a imagem do inimigo, o regime, indiretamente, construía a sua (MANSAN, 2014, p. 220).

Nesse sentido, o pesquisador Jaime Valim Mansan (2014), discute, através dos discursos proferidos por Castelo Branco e Costa e Silva, referentes ao campo da educação, a construção da imagem do regime via desqualificação de indivíduos, ideias e setores classificados como inimigos. Um dos exemplos citados pelo autor reflete a necessidade de caracterizar o governo deposto como estimulador da subversão, o que, por conseguinte, reforçava a narrativa de que a educação no Brasil necessitava passar por um processo de “limpeza”.

É de conhecimento de todos a grave e lamentável situação que a Revolução encontrou no setor da educação, onde o poder público não pecou apenas pela *omissão*, mas também pela *complacência* e, por vezes, pela *ação deletéria*. Era com a própria *orientação*, com o *apoio ostensivo* e, mais do que isso, com a *ajuda perdulária do Ministério da Educação e Cultura*, que se desenvolvia uma obra de *agitação e subversão*. (AGÊNCIA NACIONAL, BOLETIM DIÁRIO À IMPRENSA, 23/JUN/ 64 Apud MANSAN, 2014, p. 220).

Apesar do movimento estudantil se notabilizar como grupo duramente perseguido nos momentos iniciais da Ditadura, alguns professores universitários também aparecem na lista de detentos do período, indicando que a repressão não se limitou ao corpo estudantil. Vale frisar que as repressões não atingiram os docentes e funcionários das universidades em totalidade, pois nem todos eram alinhados com os grupos perseguidos, e alguns demonstraram simpatia ao golpe. As ideias de esquerda que conquistavam jovens universitários nem sempre possuíam o mesmo impacto entre os professores; sendo inclusive, encontrados nos meios acadêmicos fortes laços com valores conservadores. Todavia, no geral, o corpo docente pendia politicamente para o centro. (MOTTA, 2014, p. 25).

A partir da inclinação conservadora presente entre alguns dos integrantes das universidades brasileiras, se compreende o entusiasmo e o apoio prestado ao golpe. O

temor que as esquerdas ganhassem mais espaço contribuiu para que professores e demais intelectuais apoiassem a deposição de João Goulart, bem como os expurgos havidos no meio acadêmico. Assim, entre os apoiadores do golpe, destaca-se Zeferino Vaz, professor da USP, e Eremildo Vianna (UFRJ). É desse contexto que surgem nomes de intelectuais universitários que colaboraram com a ditadura no sentido de fornecer quadros para a administração do regime.⁷¹

É do contexto oriundo da “limpeza ideológica”, que partem as invasões aos centros universitários, como foi destacado anteriormente. Começando por Brasília, a UnB, ocupada por três vezes pelas tropas da Polícia Militar e do Exército, representa de forma clara a perseguição havida a esse segmento. Para as forças reacionárias, incluindo as presentes no âmbito universitário, a recém-criada universidade era considerada um antro de comunistas por aglutinar em seus quadros profissionais ligados à esquerda, a exemplo de Darcy Ribeiro e Oscar Niemayer.

Também é emblemático do período as invasões ocorridas na USP, onde a violência foi fortemente utilizada, especialmente nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com isso, inicia-se, na USP, uma espécie de “caça às bruxas”, incitada pelo Reitor Gama e Silva, que instaurou, desse modo, um “processo, absolutamente inédito na história da Universidade, de terrorismo cultural interno promovido pelo próprio Reitor” (ADUSP, 2004, p. 17). A “caça às bruxas” tornou-se prática nas universidades, tendo a motivação ideológica e política como base. No entanto, o oportunismo e os conflitos pessoais entre professores também contribuíram para o apoio ao regime e aos expurgos havidos.

As ocupações nas universidades, na tentativa de cumprir com o objetivo de limpar ideologicamente o referido campo, acabaram por prender e afastar professores e estudantes. No entanto, não é fácil precisar dados acerca das prisões direcionadas a indivíduos ligados aos meios acadêmicos no primeiro fluxo repressivo. Embora os

⁷¹ Segundo José Willington Germano (1992, p. 155), saíram da USP os Ministros da Justiça do período de 1968 a 1974, a saber: os ex-reitores Luís Antônio da Gama e Silva e Alfredo Buzaid; saindo da USP ainda, toda uma plêiade de tecnocratas de segundo e terceiro escalões. Outras universidades também forneceram quadros para o regime, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que legou para o cargo de Ministro da Educação o ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda, durante o governo Castelo Branco; da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) saíram mais dois Ministros da Educação: Raymundo Muniz de Aragão (governo Castelo Branco) e Eduardo Portella (governo Figueiredo). Da Fundação Getúlio Vargas, se destaca o Ministro da Fazenda do governo Geisel, Mario Henrique Simonsen e Carlos Geraldo Langoni, Presidente do Banco Central na gestão de Geisel. Dos centros privados, se destaca a Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, com a professora Esther de Figueiredo Ferraz, que ocupou o Ministério da Educação e Cultura no governo Figueiredo.

registros mostrem a efetuação de prisões por todo o Brasil, se há um maior destaque a profissionais e intelectuais das universidades de grande porte⁷². Além disso, a violência atingiu de forma superior estudantes e suas respectivas entidades que sofreram invasões e intervenções em todo o Brasil.

Nesse primeiro momento, as reitorias de universidades existentes sofreram intervenções do regime autoritário, tal intervenção teve como objetivo aumentar o controle e facilitar o processo de vigilância, colaborando, dessa forma, com os expurgos. Embora não tenha sido regra, é importante destacar que houve a substituição de diretores e reitores por militares ou apoiadores do golpe em algumas das universidades existentes, como já foi lembrado. O número baixo de intervenções é explicado ao se considerar duas perspectivas: uma primeira, que evidencia a boa recepção do golpe por parte da maioria dos dirigentes, mostrando que estes eram alinhados com as prerrogativas do regime e bem-vistos pelos militares, e uma segunda, que atribui aos setores moderados do regime, que, por vezes, optavam por negociar a criar um ambiente excessivamente violento (MOTTA, 2014, p. 38).

Além da justificativa ideológica, o novo governo se utilizou da necessidade de reformas nas universidades, que de fato eram precisas, para exercer controle sobre estas. Com isso, “os militares apropriaram-se de algumas ideias lançadas por progressistas e reformistas, mas as adaptaram e, sobretudo, as aplicaram de maneira autocrática e elitista” (MOTTA, 2014, p. 12). Destacamos os acordos que foram feitos com a iniciativa privada e entidades estrangeiras, a criação de programas de pós-graduações, a substituição do modelo de cátedras pelo sistema departamental bem como a expansão do número de vagas.

O impulso modernizador em questão se viabilizou de maneira repressiva, prendendo professores e estudantes; contudo, cuidou de inserir reformas importantes. Um dos objetivos presentes na face repressiva era o de exercer controle político e ideológico nas instituições de ensino; retirando de cena as figuras indesejáveis, na tentativa de eliminar o exercício da crítica social e política, objetivando com isso, obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o projeto de dominação do

⁷² De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 29), dentre os intelectuais que integravam os quadros de professores universitários em São Paulo, Minas Gerais e Brasília, que figuraram nos registros de prisões da época, estiveram, por exemplo: Mario Schenberg, Florestan Fernandes, Isaías Raw, Thomas Maack, Simon Schwartzman, Henrique de Lima Vaz, Celson Diniz, Perseu Abramo, Hélio Pontes, José Pertence.

Estado militar (GERMANO, 1992, p. 143). A respeito do caráter duplo da interferência militar no campo universitário:

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. [...] No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon. (MOTTA, 2014, p. 15).

As reformas iniciadas, bem como as políticas implementadas nos setores educacionais como um todo, se inserem num contexto em que o Estado assume traços ditatoriais, a economia apresenta crescimento em momentos específicos e os interesses do capital prevalecem enormemente sobre as necessidades de trabalho (GERMANO, 1992, p. 141). Ainda de acordo com o pensamento do autor, a imposição de reformas e políticas educacionais não ocorreu sem contradições e nem sem os limites impostos pela própria realidade e pela correlação de forças sociais que se defrontaram face a defesa de seus interesses.

Desse modo, apesar de necessárias, o modo como foram impostas as reformas no campo educacional despertou conflitos, é esse o caso dos acordos MEC-USAID. Os referidos acordos traçados entre O MEC e a United States Agency for International Development (USAID), ligada ao governo americano, abrangia não somente o setor universitário, mas todos os níveis de ensino. A receptividade do MEC em relação a interferência norte-americana no campo educacional brasileiro, se deu em um momento em que se verifica a disposição imperialista dos Estados Unidos na política educacional dos países situados na América Latina. Assim, o enfraquecimento das forças anti-imperialistas após o golpe de Estado facilitou a interferência e os acordos com agências americanas.

O relatório elaborado por Rudolph Atcon⁷³, técnico da Agency for International Development (AID), lançou diagnósticos e propostas que serviriam de base para os acordos e as reformas no campo da educação. Dentre as reformulações propostas pelo Relatório Acton (1966), estiveram definições que, de acordo com Justina Iva de A. Silva, lançariam:

as diretrizes que deveriam ser seguidas no ensino superior, dentre as quais, a modificação da universidade, dotando-a de modelo empresarial privado [...] incluindo desde a criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, até a elaboração de um ‘Manual sobre o planejamento integral do campus universitário’ (SILVA, 1989, p. 137).

Junto a isso, a lógica do Relatório Acton esteve carregada da necessidade de disciplinar o corpo estudantil e docente, desestimulando protestos e reforçando, por conseguinte, a hierarquia e a autoridade. As recomendações oriundas do Relatório Acton foram incorporadas ao acordo MEC-USAID, e de forma geral, nos vários acordos celebrados entre o MEC e a USAID nos diferentes níveis educacionais. Havia ainda o estímulo ao treinamento de educadores e estudantes nos EUA, de forma a melhor expandir a lógica imperialista, bem como a do ensino norte-americana entre os países subdesenvolvidos localizados na América Latina.⁷⁴

Ainda tratando de relatórios, uma Comissão Especial, formada mediante o Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, com aval no Ministro da Educação, Tarso Dutra, estabeleceu entre seus objetivos planejar e propor medidas que possibilitassem a melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor da educação.⁷⁵ Da comissão, criou-se um relatório intitulado de “Meira Matos”, em homenagem ao presidente do grupo: o coronel Carlos de Meira Matos, que pertencia aos quadros da ESG e do IPES, evidenciando a influência de integrantes desses segmentos no setor educacional brasileiro naquele momento.

⁷³ Rudolph Acton já havia “cooperado” com diversos países da América Latina no que toca ao campo educacional, tendo, inclusive, feito um outro relatório no ano de 1958, intitulado: “Anteprojetos de concentração da política norte-americana na América Latina na reorganização universitária e sua integração econômica”, alterado depois para: “The Latin American University”, que foi adotado como manual básico da USAID no que se refere ao campo da educação latino-americano. (SILVA, 1989, p. 137)

⁷⁴ Segundo Justina Iva A. Silva (1989, p. 141): “Os Acordos MEC/USAID para o ensino superior, assinados respectivamente, em junho de 1965 e junho de 1966, foram formalmente suspensos em dezembro de 1968, em consequência dos embates travados contra ambos por professores, estudantes, lideranças religiosas e políticas”.

⁷⁵ Decreto nº 62.024/67, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: maio de 2020.

Umas das conclusões mais pertinentes contidas no Relatório diz respeito à situação de escolha de reitores, relacionada, de acordo com as conclusões da Comissão, com a crise de autoridade nas universidades, decorrentes dos princípios genéricos sobre ampla autonomia administrativa e disciplinar conferida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Não diferindo do que era proposto pelo Relatório Acton e dos acordos MEC/USAID, o Relatório Meira Matos recomendava medidas que viessem a ser implantadas no tocante a cobranças de taxas no ensino superior, eliminando, desse modo, o ensino superior público e gratuito (SILVA, 1989, p.143). Acerca das propostas do Relatório Meira Matos:

O Governo Costa e Silva, em 1967, criou uma Comissão Especial voltada para a análise, planejamento e execução de diretrizes governamentais no setor estudantil, a qual elaborou o “Relatório Meira Matos”. Dentre suas conclusões, sugeria que a nomeação dos reitores e diretores ficasse a cargo do Presidente da República, independentemente da indicação pelas escolas, pois isto lhes daria mais autonomia para agirem conforme os preceitos do Governo Federal, uma vez que eles não estariam comprometidos eleitoralmente com a comunidade acadêmica. (CITTADINO, 1993, pp. 9–10).

Em meio as manifestações estudantis que marcaram o ano de 1968, foi criado o grupo de trabalho que ficou responsável por idealizar o projeto de reforma para o ensino superior. Tanto a instauração da Comissão Meira Matos, quanto a criação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU)⁷⁶, em julho de 1968, são frutos da interferência do comando político-militar nas questões relativas à educação. A pressão estudantil, a divisão entre os professores, bem como a ausência de um comando efetivo por parte do MEC na adoção das reformas pretendidas, facilitou a criação de mecanismos que favorecessem a implantação das reformas.

O lema: “segurança com desenvolvimento” está diretamente ligado à dupla dimensão em que se pautou a gerência do regime nas universidades: ao passo que modernizava, também reprimia. Nesse caso, era necessário modernizar de forma acelerada para favorecer o desenvolvimento científico e tecnológico do país, diminuindo a disparidade e dependência em relação a outros países, visto que, “a

⁷⁶ De acordo com a pesquisadora Ludmila Gama Pereira, foram indicados para comporem o GTRU (1968) nomes como: “Roque Spencer Maciel de Barros, Newton Sucupira, Fernando Bastos de Ávila, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Fernando Ribeiro de Val, Valnir Chagas, Joao Carlos Moreira Bessa (estudante), Haroldo Leon Peres (deputado), Paulo Bouças (estudante) e os ministros da época: Luiz Antonio da Gama e Silva (Justiça), Tarso Dutra (Educação), Antônio Delfim Netto (Fazenda) e Joao Paulo dos Reis Velloso (Planejamento). Cabe destacar que Fernando Bastos Ávila foi conferencista no fórum “Educação que nos convém” promovido pelo IPES” (PEREIRA, 2016, p. 44).

concepção que permeou todo o relatório do grupo de trabalho envolveu a universidade e sua relação com a produtividade, a racionalização de suas atividades e a preparação técnica e profissional para o mercado” (PEREIRA, 2016, p, 45).

Contudo, o desenvolvimento pautado pela segurança também entra em conformidade com o objetivo de conter o “perigo vermelho” presente entre estudantes e professores. Modernizar as universidades e, por conseguinte, atender velhas demandas, também se configurou como uma maneira de manter a comunidade acadêmica afastada das armas da militância política de esquerda, e junto a isso, canalizar a “energia” dos jovens universitários para as atividades puramente acadêmicas. Se tratava, portanto, de reformar para desmobilizar. Acerca de alguns dos objetivos pretendidos com a reforma e expostos no relatório do GTRU, se tem o seguinte:

Do primeiro ponto de vista, a reforma tem objetivos práticos e tende a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos. Para tanto impõe-se a metamorfose de uma instituição tradicionalmente acadêmica e socialmente seletiva num centro de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão industrial brasileira. (BRASIL, 1968, pp. 20–21).

O sociólogo Florestan Fernandes, ao discutir sobre a intencionalidade das propostas do GTRU, ressaltou a afinação tecnocrata e burocrática que distanciava o meio acadêmico das classes populares, bem como não tornava a universidade um lugar autônomo e onde verdadeiramente predominasse o pensamento crítico. Para o autor:

Apesar das belas frases, que evocam a universidade como “uma vontade e um espírito originários de seu próprio ser”, que falam dela como uma “universidade atuante” ou crítica e que reputam ser essencial sua “organicidade de estrutura” o que prevalece, nas sugestões práticas, e uma visão atomizada, instrumentalista e oportunista, de um imediatismo contraproducente. Na verdade, o GT não se preocupou, de fato, com a universidade nem com o problema de como orientar a reforma universitária para chegarmos as suas variantes brasileiras efetivas; a sua focalização reduziu-se, de maneira clara, a certas preocupações centrais, que fazem da “universidade brasileira” mera agência do ensino superior (FERNANDES, 1975, p. 222).

Em resumo, de acordo com José Willington Germano (1992), a Reforma Universitária dos militares incorporou de forma desfigurada aspectos que já se constituíam como antigas demandas de estudantes e da comunidade acadêmica como

um todo. Atrelado a isso, acresceu recomendações já elaboradas por meio de integrantes da ESG/IPES, do Relatório Acton, dos assessores da USAID⁷⁷, e das demais comissões que objetivavam propor modificações no ensino superior brasileiro. Conceitualmente, a reforma traçada pelo regime autoritário tomou por base o estabelecimento e um vínculo direto entre educação e mercado; trabalho, educação e produção e a ideologia da segurança nacional (GERMANO, 1992, p. 173).

A onda repressiva vinda da Operação Limpeza atingiu a comunidade acadêmica mediante a perseguição via Inquéritos Policial-Militares (IPMs), Comissão Geral de Investigações (CGI)⁷⁸, atuação dos próprios dirigentes universitários afinados com o regime, bem como instauração de inquéritos administrativos como solução dada pelo MEC no processo de identificação de subversivos. No entanto, a repressão a estudantes e professores endureceu após a edição do Ato Institucional nº 5. Com isso, a partir de 1969, as punições aos estudantes, que tinham por objetivo silenciar e amedrontar, bem

⁷⁷ Para Luiz Antônio Cunha (1988), em “A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior”, se faz necessário relativizar o peso que a USAID teve sobre a Reforma Universitária de 1968, pois para este, a influência exercida foi menor do que se é atribuído. No entanto, isto não quer dizer que não tenha havido influência e absorção das propostas dos agentes da USAID. Seguindo essa mesma lógica, Rodrigo Patto Sá Mota defende a ideia de que as propostas da USAID perderam a força com a chegada de Costa e Silva à presidência, visto que este nutria afinidades políticas com integrantes de grupos nacionalistas de direita das Forças Armadas, o que ocasionava descompasso com a perspectiva estimulada no governo anterior: a aproximação com os interesses americanos. No que toca às universidades propriamente, estas tomaram para si traços “americanizados” decorrentes da modernização, a exemplo da criação do sistema departamental e estabelecimento de cursos de pós-graduação; todavia, as universidades não incorporaram o modelo em totalidade, considerando que ainda permaneceram financeiramente e politicamente dependentes do Estado e o projeto de privatização não vigorou de fato.

⁷⁸ A Comissão Geral de Investigações (CGI) foi criada em duas ocasiões. Na primeira vez, mediante o decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, teve como objetivo regulamentar a investigação sumária prevista no artigo sétimo do AI-1, assim como, acelerar o que era previsto no ato referido em relação à cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. Nesse primeiro momento, a Comissão estava ligada à Presidência e tinha o prazo definido de seis meses para atuar. Com isso, a CGI era responsável por fazer as investigações necessárias relativas ao funcionalismo público, o que atingia as universidades. Sobre o segundo momento da CGI: “Criada pelo Decreto-lei nº 359 de 17 de dezembro de 1968, integrando a estrutura do Ministério da Justiça, tinha o objetivo de promover investigações sumárias para o confisco de bens de todos aqueles que tivessem enriquecido ilicitamente no exercício do cargo, emprego ou função pública da administração direta e indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios. Teve seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 64. 203, de 17 de março de 1969, e foi extinta pelo Decreto nº 82. 961, de 19 de dezembro de 1978” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 94). Do contexto de comissões criadas com o objetivo de investigar, a pesquisadora Ludmila Gama Pereira, ao fazer um estudo sobre a atuação dos órgãos de informações e a repressão havida na Universidade Federal Fluminense (UFF), comenta que: “Na Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), foi criada a Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB) presidida pelo general Arcy da Nobrega Rocha; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi criada a Comissão Especial de Investigação Sumária, presidida pelo General Jorge Cesar Garrastazu Teixeira; na Universidade de São Paulo foi criada uma comissão especial a mando do reitor Gama e Silva. Finalmente, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ e a partir de 1965, Universidade Federal Fluminense-UFF) foi criada a Comissão de Inquérito da UFERJ, presidida pelos professores Paulo Macedo (catedrático da faculdade de Odontologia) e Aloysio de Melo Leitão (Diretor do Colégio Universitário)” (PEREIRA, 2016, p. 127).

como os expurgos aos docentes, retornaram com maior força e de maneira ainda mais arbitrária. Dentre as razões explicativas para o endurecimento das práticas repressivas nas universidades, estão as manifestações estudantis que haviam adquirido força e expressividade, bem como, segundo a visão do regime, uma possível “falta de autoridade” por parte dos dirigentes universitários quanto a adoção e cumprimento de medidas punitivas.

Uma outra hipótese para o recrudescimento dos dispositivos repressivos nos meios acadêmicos possui relação com o crescente autoritarismo que agora poderia aplicar uma versão mais profunda dos expurgos que foram aplicados em 1964. No primeiro ciclo repressivo, dado as denúncias acerca da evasão de pesquisadores e o planejamento desenvolvimentista do regime, alguns setores do governo e da administração universitária elaboraram iniciativas para fazer retornar alguns professores e pesquisadores emigrados (MOTTA, 2014, p. 85); contudo, o AI-5 desfez os esforços outrora empreendidos, causando, com isso, prejuízos às instituições de ensino superior.

Como consequências das práticas decorrentes do AI-5, o expurgo de 1969 atingiu universidades em todo o Brasil, aposentando, demitindo e afastando integrantes da comunidade universitária.⁷⁹ Entretanto, o pesquisador Jaime Valim Mansan, ao fazer um estudo acerca do afastamento sumário de professores na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), afirma que o AI-5 foi a porta de entrada para outros dispositivos repressores nos estabelecimentos de ensino. Desse modo, considera-se o AC-39⁸⁰, AC-75⁸¹ e o DL- 477.⁸² Para o autor, os AI-5 e a legislação complementar geraram uma significativa inflexão nas práticas repressivas e de controle ideológico no campo educacional brasileiro, visto que versavam sobre suspensão de direitos políticos,

⁷⁹ Os afastamentos e aposentadorias nem sempre se deram de forma organizada e, de forma geral, tiveram um impacto maior nas universidades do eixo Rio-São Paulo, apesar de também terem ocorrido em universidades e estabelecimentos de ensino fora deste eixo, como aponta o historiador Rodrigo Patto Sá Mota; o autor ainda comenta que entre os nomes saídos nas listas dos expurgados de 1969 estiveram: as historiadoras Maria Yedda Linhares e Emília Viotti da Costa, a antropóloga Marina São Paulo de Vasconcellos, e os sociólogos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Na área de Medicina: Isaías Raw, e na de Economia: Paul Singer.

⁸⁰ Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-39-20-dezembro-1968-367805-norma-pe.html>. Acesso em: maio de 2020.

⁸¹ Ato Complementar nº 75, de 20 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-75-69.htm. Acesso em: maio de 2020.

⁸² Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaoriginal-1-pe.html>. Acesso em maio de 2020.

remoção e aposentaria de funcionários públicos e definição das limitações da atuação de discentes e docentes. Nesse sentido, em relação aos professores do ensino público, chama atenção o AC-75, que proibia:

[...] ‘todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público’ tivessem incorrido ou viessem a incorrer em faltas que tivessem resultados ou viessem a resultar ‘em sanções com fundamento em Atos Institucionais’ de lecionar ou mesmo [...] de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto na União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional. (Ato Complementar nº 75 apud MANSAN, 2009, p. 169).

Além disso, colaboraram com os expurgos comissões criadas com o propósito de investigar, a exemplo da Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec). A Cismec desempenhou papel fundamental no processo repressivo. Criada em janeiro de 1969, teve a função de reunir dados de professores e funcionários. A criação desse órgão apresenta relação com o AC-39, considerando que ambos tratavam de apresentar ao presidente os nomes daqueles servidores que seriam aposentados via AI-5. A “matéria-prima” da Cismec se constituía das informações recebidas de outros órgãos de vigilância, tais como: o SNI, CENIMAR, CIE, DSI/MEC, o que colaborava com o processo de investigação e com a troca de informações entre comissões (MANSAN, 2014, p. 101).

Percebe-se, assim, que a perseguição à comunidade universitária se aprofundou após 1968, gerando um impacto superior ao de 1964. Apesar disso, embora os expurgos ocorridos apresentem motivações políticas e ideológicas, centradas em pressupostos anticomunistas, a “limpeza” nas universidades, principalmente em relação aos pesquisadores e professores ali encontrados, foi menor do que poderia ser, até mesmo ao se comparar com outras ditaduras ocorridas em países vizinhos; o que não isenta, logicamente, o impacto negativo que o afastamento sumário acarretou à esfera intelectual e científica do país.

Após o empenho em “limpar” as universidades do perigo que as esquerdas representavam, principalmente durante os anos de 1969 e 1970, e após anunciado o início da distensão política, de acordo com Motta (2014), não houve mais expurgos em massa nas universidades. Depois desta fase, os órgãos de informação iriam dedicar-se a

monitorar os professores suspeitos e bloquear contratações de indivíduos considerados perigosos. O monitoramento por meio dos órgãos de informações também servia para observar e fiscalizar atividades de alunos e funcionários.

Seguindo a lógica de aperfeiçoamento do sistema de informações e do aumento da vigilância por meio do AI-5, foram instituídas nas universidades as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI ou ASI)⁸³, que visavam assessorar o SNI nos campi, levantando informações a respeito dos perfis de professores, alunos e funcionários; alertando sobre possíveis “subversivos” e precavendo as universidades diante da ameaça comunista.⁸⁴ Com a existência de um órgão que pudesse monitorar de perto os integrantes e as decisões das universidades, o controle da circulação da informação seria mais eficaz, sabendo que ao invés do gabinete do reitor, um órgão diretamente submetido à DSI/MEC trataria de assuntos sigilosos.

As Assessorias eram, então, parte integradora do sistema de vigilância pois, além de desempenharem papel crucial no levantamento de informações, direcionavam e circulavam informações de suas respectivas DSI, funcionando como um “canal hierárquico”. Nesse sentido, as AESIs presentes nas universidades colaboravam no processo de triagem ideológica ao tratarem de levantar informações consideradas relevantes sobre a comunidade universitária. A partir da instalação desses órgãos, “o papel do MEC seria vigiar as atividades universitárias (sejam elas atividades estudantis e/ou congressos acadêmicos) e punir diretamente, por exemplo, através dos expurgos” (PEREIRA, 2016, p. 133).

Reformulações e ampliações fizeram parte dos órgãos de informações ao longo de sua existência, como se sabe, e o surgimento das Assessorias de Segurança e Informações estiveram inseridas nesse processo. Conforme Carlos Fico (2001), os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios, autarquias ou fundações e empresas estatais; ou seja, as ASIs eram subdivisões das Divisões de Segurança e Informações (DSI) que, por sua vez, assessoravam cada ministério civil. Nesse sentido, as

⁸³ Criadas através do decreto 67.325 de 2 de outubro de 1970, que estabeleceu o funcionamento das DSI. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: maio de 2020.

⁸⁴ As Assessorias de Segurança e Informações (ASI) não atuaram apenas no âmbito das universidades e demais níveis e instituições de ensino. Apesar de terem exercido um papel relevante no apoio à repressão, as ASI se fizeram presentes em fundações e empresas públicas, tais como: Telebrás, Petrobrás, Correios, dentre outras (ISHAQ, FRANCO; SOUZA, 2012, p. 61).

Assessorias de Segurança e Informações presentes nas universidades, ligadas à DSI do Ministério da Educação e Cultura (MEC), cumpriam as recomendações impostas e atuavam como uma espécie de braço da comunidade de informações nas universidades.

Outro ponto fundamental que demonstra o papel importante das Assessorias no fortalecimento do sistema montado diz respeito às trocas de informações havidas entre as próprias assessorias e entre outros órgãos que integravam a comunidade de informações, assim “a colaboração entre as ASI/AESI que atuavam em instituições de educação superior e as polícias estaduais era significativa, e tanto os DOPS forneciam informações às assessorias quanto o inverso” (MANSAN, 2014, p. 96).

2.2 O caso da UFPB

Para que se compreenda a repressão ao campo da educação na Paraíba e a atuação dos órgãos de informações, especialmente na UFPB, é necessário situar a universidade no contexto das repercussões que o golpe e o desenrolar da ditadura tiveram no contexto local. Em relação ao estado da Paraíba, a ditadura militar instaurada buscou dismantelar não somente as organizações estudantis e destituir dirigentes e professores de suas funções, mas também os movimentos sociais, organizações partidárias e políticos que se alinhavam com as demandas “subversivas”.

No início da década de 60⁸⁵, a Paraíba passava por um processo em que grupos de trabalhadores se organizavam em forma de sindicatos em prol de melhores condições de vida e trabalho, contando com o apoio de grupos estudantis, setores da Igreja e da Imprensa,⁸⁶ em um período onde as elites locais disputavam e controlavam o poder.⁸⁷ É

⁸⁵ Anos finais do período trabalhista, que foram marcados por mobilizações de trabalhadores urbanos e rurais no estado da Paraíba. O conceito trabalhista é aqui utilizado de acordo com a perspectiva de autores que utilizam o termo para tentar explicar e compreender a organização de trabalhadores no período, bem como o apoio a projetos que objetivavam atender suas reivindicações. Compreendemos que o conceito busca se contrapor ao conceito de populismo no que se refere ao período em questão. Sobre essa questão, ver: **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.; FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59–124.

⁸⁶ Com isso, nasceram organizações sindicais com a finalidade de atender reivindicações de trabalhadores, a exemplo da Comissão Intersindical (COSINTRA) e, a partir desta, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); Pacto de Unidade e Ação (PUA). À medida que o movimento sindical se organizava: o movimento estudantil secundarista e universitário, a Associação Paraibana de Imprensa (API), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e Juventude Universitária Católica (JUC) (NUNES, 2014, p. 82).

⁸⁷ Desse contexto de disputas envolvendo oligarquias locais e lutas sociais, destacam-se quatro partidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Sobre a estrutura e composição partidária e ideológica desses

desse contexto, por exemplo, que se organizaram as Ligas Camponesas na Paraíba⁸⁸, no ano 1958, na cidade de Sapé. As Ligas acabaram ganhando notoriedade devido à expansão e luta por demandas de trabalhadores rurais diante do quadro de exploração que havia no estado. Contudo, face ao controle oligárquico e militar presente em estados do Nordeste, as Ligas foram duramente reprimidas, seus líderes assassinados e demais integrantes perseguidos pelas forças policiais que atuavam em favor do regime e das elites oligárquicas.

No cenário urbano, grupos de trabalhadores e estudantes também se organizaram, sobretudo após a repressão empreendida pelo governador Pedro Moreno Gondim⁸⁹ ao movimento de estudantes secundaristas e universitários que se mobilizou contra o desrespeito à lei da meia passagem e ao evento que ficou conhecido como a “Chacina de Mari”. Aliado a isso, a nomeação de oficiais afinados com grupos

partidos a nível local, ver: CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945–1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

⁸⁸ As Ligas Camponesas, surgidas primeiramente em Pernambuco, no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão/PE, foram associações que reuniram trabalhadores rurais. Estenderam-se do estado de origem para outras localidades, como Paraíba, Goiás e Rio de Janeiro; inclusive, a Liga localizada em Sapé ganhou notoriedade em razão do número expressivo de membros, que chegou a ter cerca de 10.000 e foi considerada a maior do Brasil, tendo seu líder, João Pedro Teixeira, assassinado em 1962 a mando de forças políticas locais. Na Paraíba, as Ligas receberam apoio de setores da imprensa, educação, parlamentares progressistas e Igreja. As Ligas Camponesas exerceram um trabalho notável de 1955 a 1964; todavia, com o golpe as Ligas foram desarticuladas, no entanto, os ideais que se faziam presentes entre os trabalhadores não desapareceram, e continuaram a influenciar a formação de sindicatos de trabalhadores rurais posteriormente. Sobre o contexto de criação, atuação, ligações políticas e ideais das Ligas, ver: AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; BENEVIDES, Cezar, **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.; PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba: História e Memória**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015; MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira: como o Herói Camponês**. Campina Grande, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2010.; RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba**. Campinas: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2000.; RANGEL, Maria do Socorro. **Territórios de confronto – Uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas**. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

⁸⁹ Pedro Gondim foi governador da Paraíba em 1958, pelo PSD, onde exercia o cargo de vice, e em razão do afastamento do então governador Flávio Ribeiro Coutinho (UDN), acabou assumindo. Novamente foi governador, dessa vez por ter vencido as eleições de 1961, e agora pelo PDC, onde permaneceu até 1966. Para ser eleito, contou com o apoio da UDN, no entanto, não deixou de contar com o apoio das forças populares e de esquerda, que formaram a base do seu governo nos anos iniciais; com isso, a pressão das forças antagônicas exercia pressão sobre o governo. Com o AI-5, seu mandato de deputado federal pela ARENA foi cassado. Sobre o governo Pedro Gondim, ver: CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945–1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998 e ZENAIDE, Hélio. “Pedro Gondim: ascensão e declínio de uma liderança popular”. IN SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter (Orgs.) **Poder e Política na Paraíba. Uma análise das lideranças**. 1960–1990: API/A União, 1993, pp. 131–134. Sobre a cassação de seu mandato de deputado federal, ver: NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964–1969)”. In **Saeculum – Revista de História**, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, pp. 285–304.

conservadores para importantes órgãos de segurança do estado também fez parte das ações empreendidas durante o governo em questão.

Até 1963, Pedro Gondim mantinha uma boa relação com a classe trabalhadora do estado, mesmo diante das crescentes mobilizações, manteve uma posição de tolerância, tentando permanecer de modo que não desagradasse nem os interesses das elites dominantes nem os dos trabalhadores. No entanto, ao se aproximar o ano 1964, as mobilizações lideradas por trabalhadores, grupos de esquerda e estudantes se intensificaram, causando embates com os interesses dos grupos dominantes, e com isso, a pressão sobre o governo aumentou.

A utilização da repressão contra as mobilizações sociais havidas no estado confirma o esgotamento da posição adotada pelo governo e o alinhamento ao reacionarismo. Diante disso, o que se percebe é “o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas em consequência dos acontecimentos dos primeiros meses do ano” (CITTADINO, 2014, pp.29–30). Desse modo, na ausência de resistência ao golpe que se desenhava e na falta de posicionamento em favor das classes populares, as forças golpistas encontraram apoio no estado para empreenderem medidas provenientes da repressão.

Acerca das primeiras ações após o golpe no estado da Paraíba, Paulo Giovani Antonino Nunes destaca:

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo o Brasil, várias pessoas também foram denunciadas nos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino – políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, funcionários públicos etc. – acusadas de subversão e ligações com o Partido Comunista Brasileiro. Também foram denunciadas lideranças das Ligas Camponesas, como João Alfredo Dias e Elizabeth Teixeira, do movimento sindical urbano, como Luis Hugo Guimarães e Antônio Fernandes de Andrade e do movimento estudantil, como José Rodrigues Lopes (NUNES, 2014, p. 106).

A repressão iniciada foi sentida logo no imediato pós-golpe, embora grupos tenham tentado empreender resistência, as forças em favor do golpe exerceram controle sobre a situação. Com isso, a Associação Paraibana de Imprensa (API) foi invadida, bem como a CEPLAR; mandatos de parlamentares foram cassados, entidades estudantis sofreram intervenções e prisões foram efetuadas no meio urbano e rural. Apesar da

repressão ter atingidos vários setores, ganhou expressividade o aniquilamento das Ligas Camponesas, já que estas eram consideradas uma afronta aos grandes proprietários de terras (NUNES, 2014, p. 97).

Ao longo da vigência da ditadura militar, a perseguição e vigilância a partidos políticos, setores da Igreja Católica, movimentos sociais e demais grupos e pessoas que se configuravam como alvos, se fez presente no estado da Paraíba. As primeiras ações empreendidas com o golpe demonstraram a necessidade de desarticular movimentos que portavam expressividade popular. No entanto, a perseguição e vigilância não se esgota com as primeiras ações efetuadas, sendo fortemente sentidas após 1968, e foi diante desse cenário que o campo da educação, principalmente o do ensino superior no estado, se encontrou.

Assim, a vigilância se efetuou no campo do ensino superior da Paraíba como uma prática, contribuindo, dessa forma, para a execução de atos de exoneração de professores, intervenção nos órgãos de representação estudantil e impedimento de contratos de funcionários e de matrículas de estudantes. Partindo disso, a documentação produzida pelos órgãos de informações durante toda a existência e atuação destes nas entidades de ensino do estado, nos permite analisar a percepção que os órgãos a serviço de ditadura possuíam acerca da comunidade universitária.

Voltando ao caso das AESIs presentes nas universidades, estas nasceram do contexto de demandas que ambicionavam a facilitação da comunicação com as universidades, já que “durante quatro anos, a DSI/MEC não teve órgãos de informação e/ ou segurança com os quais pudesse se comunicar dentro das universidades. Por isso, todo comunicado era feito diretamente à reitoria da universidade” (PEREIRA, 2016, p. 124). Dessa forma, as assessorias foram criadas a partir de 1971⁹⁰ através da aprovação do Plano Setorial de Informações do MEC. No entanto, em algumas universidades, dado o contexto da rebeldia universitária de 1968, já existiam agências de informação funcionando nas reitorias que eram mais “entrosadas” com órgãos de segurança.

Em razão disso, reitorias de instituições como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ganharam destaque no processo de comunicação com órgãos de

⁹⁰ Com o funcionamento das AESI também foram criadas as Assessorias Regionais de Segurança Informações (ARSI), pensadas para fazer mediação entre a DSI/MEC e as AESI universitárias, no entanto, de acordo com Ludmila Gama Pereira (2016), se pode presumir que as ARSIs era apenas mais um instrumento de informação da DSI/MEC e não um mecanismo mediador.

segurança e presença de agências de informações. Além disso, vale frisar que ao longo da década de 1970, todas as universidades federais existentes contavam com a colaboração de assessorias de informações, assim como algumas estaduais e órgãos ligados ao MEC, como a Capes e o CNPq, que estava submetido a forte controle militar, chegando a ter um general como presidente. (MOTTA, 2014, p. 199).

Devido à necessidade do regime em manter as universidades sob vigilância, é importante ressaltar que entre as universidades que dispuseram de serviços de segurança e informações anterior ao ano de 1970, quando foi aprovado o Plano Nacional de Informações (PNI), destaca-se a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que desde os momentos iniciais do golpe contou com um Serviço de Segurança e Informações (SSI) (CITTADINO, 1993). Em 1970, o Serviço passou por “uma completa reestruturação tendo em vista as instruções da DSI/MEC, e para atender a ampliação de suas atribuições (Ofício nº 3/SSI/UFPB –Circular, de 5/1/1/1970 apud CEVPM-PB, 2017, p. 169).

Além de estar entre as precursoras na utilização desse tipo de instrumento, a UFPB possuiu uma AESI considerada atuante e modelo na primeira metade dos anos 1970, em função do seu regimento interno organizado. Tal hipótese encontra respaldo ao levar em conta o pioneirismo da UFPB em assuntos relacionados à informação e segurança, além de ter sido encontrado nos arquivos da ASI da Universidade Federal Fluminense (ASI/UFF) o regimento da AESI/UFPB, o que nos faz concluir que este serviu de modelo para outras assessorias. (PEREIRA, 2016, p. 134)⁹¹.

Era comum que as assessorias fossem comandadas por militares, todavia, isto não proibia a indicação de civis para o comando⁹². No caso da AESI/UFPB, chefiada, inicialmente, pelo professor e ex-sargento do Exército, Ediláudio Luna de Carvalho, o autor Jaime Valim Mansan (2016) expõe que, em maio de 1971, Luna de Carvalho encaminhava à reitoria da UnB uma cópia do regimento interno da assessoria que chefiava, por ordem do reitor Guilardo Martins Alves “a título de colaboração”, na medida em que aquela assessoria teria sido ‘organizada como plano pioneiro, de conformidade com a orientação ministrada pela Divisão de Segurança e Informações do

⁹¹ Além da pesquisadora Ludmila Gama Pereira, esta hipótese é confirmada pelos pesquisadores Jaime Valim Mansan e Rodrigo Patto Sá Motta.

⁹² Acerca da chefia das assessorias, o candidato a chefe deveria ser alguém de confiança, comprometido com a Doutrina de Segurança Nacional e ter obrigatoriamente ensino superior para ser indicado pelo reitor e ter aprovação da DSI/MEC. Quanto aos chefes de outras seções, estes não necessitavam de ensino superior e eram escolhidos pelo chefe da AESI mediante aprovação do reitor (PEREIRA, 2016, p. 136).

Ministério da Educação e Cultura” (Regimento Interno da AESI/UFPB apud MANSAN, 2016, p. 94).

O professor Ediláudio Luna chefiou a AESI/UFPB durante os reitorados de Guilardo Martins Alves (1964 –1971) e Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (1971–1975).⁹³ No reitorado seguinte, onde Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque assumiu o cargo, Ediláudio foi substituído. Sobre a passagem de Luna de Carvalho, Lynaldo, em entrevista concedida ao Projeto História da UFPB/Núcleo de Documentação e Informação História Regional, disse o seguinte:

Quer dizer, ela funcionava muito, a Paraíba foi uma das Assessorias que mais funcionavam, tinha o Ediláudio, nunca mais vi, não sei onde é que ele anda, mas era um aluno de Farmácia e Sargento do Exército que depois foi professor e foi Assessor de Segurança do Reitor Guilardo, e participou daquele processo de afastamento de alunos e de professores, aquela coisa todinha, e continuou com o dr. Humberto, [...] agora eu não, disse logo a Orlando que ia ser meu vice, “Orlando, você vai assumir por 3 meses”, [...], eu só lhe peço uma coisa, afaste o Ediláudio [...], eu quero chegar lá com essa área limpa” (FERREIRA; FERNANDES 2006, p. 105).

Dentre as diretrizes e competências contidas no regimento da ASI/UFPB, consta a necessidade de “coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, consoante com as instruções emanadas da DSIEC e do Reitor da UFPB”; “acompanhar o desenvolvimento da política nacional no seu amplo sentido”, “desenvolver o serviço de contrainformações nos diversos campos ao seu alcance, tais como: teatro, rádio, cinema, revista, etc” e “informar sobre assuntos que transcendem a esfera da universidade”. Aprovado em março de 1971 pelo reitor Guilardo Martins Alves, o regimento também destacava:

I – No que se refere à Segurança Nacional:

a) Coletar dados necessários aos estudos e planejamentos relativos à Segurança Nacional, particularmente aos que se referem à mobilização nacional, de conformidade com a orientação recebida da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura.

⁹³ De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB (2017, p. 172), embora Ediláudio Luna de Carvalho tenha exercido chefia na AESI/UFPB durante os reitorados citados, houve algumas substituições esporádicas, como é o caso que ocorreu em agosto de 1970, em que ocupou temporariamente o seu lugar o professor Tarcísio de Miranda Burity, como consta no Ofício nº 2 – Circular da ASI/UFPB, de 13 de agosto de 1970. Ainda sobre Ediláudio, o Relatório Final da CEVPM-PB (2017, p. 175) ressalta que o professor em questão também chefiou a Assessoria Especial de Informática da Grande Loja Maçônica da Paraíba, em 1981, que teve por objetivo, semelhante a AESI/UFPB, de elaborar informações sobre os sócios que integravam o setor.

- b) Realizar outras missões e tarefas atribuídas pelo Reitor, coerentes com a finalidade do órgão.

II – No que se refere às informações e contrainformações:

- a) coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, consoante com as instruções emanadas da DSI/MEC e do reitor da UFPB;
- b) produzir informações:
 - necessárias às decisões do Reitor da UFPB,
 - para atender as determinações contidas no Plano Setorial de Informações (PSI);
- c) encaminhar à DSI/MEC as informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no PSI, e em documento especial, aquelas que, pelo Princípio da Oportunidade, devem ser do conhecimento dos clientes principais da DSIEC;
- d) obter informações que caracterizam os antagonismos atuais ou potenciais, existentes na área de influências da Universidade, bem como os grupos de pressão que os explorem e que possam afetar a execução da Política Ministerial;
- e) estudar e dar parecer sobre assuntos inerentes às atribuições do órgão, quando lhe forem submetidas pelo Reitor da UFPB;
- f) executar outras missões referentes à Segurança Nacional e às informações que lhe forem atribuídas pelo Reitor. (Regimento Interno da AESI Apud Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 169).

Mediante as recomendações expostas, relativas ao funcionamento da assessoria, nota-se a necessidade de seguir as diretrizes impostas pela DSI/MEC, o que reforça a perspectiva de comunicação entre órgãos, conforme já foi exposto. De acordo com Ludmila Gama Pereira (2016), o primeiro ponto, relativo à Segurança Nacional, referia-se às cartilhas criadas pela DSI/MEC para a orientação dos responsáveis pelas assessorias. Esses materiais versavam, segundo a autora, sobre a subversão estudantil e como a universidade deveria posicionar-se frente a isso, utilizando das concepções de “guerra interna”. Além de seguir recomendações e encaminhar informações, o regimento também recomendava a produção de informações pertinentes às decisões do reitor, bem como a obtenção de informações que caracterizassem os conflitos em forma de “antagonismos”, fossem atuais ou potenciais, e registros sobre os grupos de pressão que pudessem dificultar a implantação da política do regime nas universidades.

Ainda conforme o regimento elaborado para a AESI/UFPB, as Assessorias de Segurança e Informações dispunha de uma estrutura de funcionamento na qual havia um chefe coordenador, que também era representante, e duas seções; uma de informações e outra administrativa. A respeito da primeira, esta poderia “eventualmente enviar informantes para áreas onde haveria o que eles chamam de ‘antagonismos’ ou ‘conflitos

com a política ministerial” (PEREIRA, 2016, p. 135). Já no que concerne à área administrativa, a AESI cuidava de assuntos relacionados a arquivos, documentos e setor financeiro.

Embora nem todas as assessorias espalhadas pelo país funcionassem de forma plenamente igual, as ASIs operavam com alguns servidores, funcionando em salas da própria reitoria. Além disso, tinham a finalidade de auxiliar os reitores das universidades, estando subordinadas aos mesmos no que se refere a assessorá-los em assuntos relativos a informações. Por mais que as assessorias tivessem a finalidade de auxiliar os reitores, estando subordinadas a estes, serviam, muitas vezes, para pressionar e exercer controle sobre a própria reitoria (MOTTA, 2014, p. 198).

O regimento da AESI/UFPB evidencia de forma organizada como um órgão integrante da comunidade de informações deveria agir no campo da educação superior, dando suporte à repressão⁹⁴. Quanto à comunidade acadêmica da UFPB, a repressão inicial praticada pelo novo governo residiu no afastamento do Reitor Mário Moacyr Porto do cargo, que foi substituído pelo interventor, professor de Medicina e também militar, Guilardo Martins Alves; assim como na prisão de professores e estudantes.⁹⁵

Afastado mediante decreto pelo Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, Artur Duarte Candal da Fonseca, os militares locais afirmaram possuir evidências do envolvimento do então reitor com a esquerda no que toca a prestar apoio a atividades de comunistas, facilitar o proselitismo de esquerda, financiar viagens de jovens estudantes a URSS e fazer publicações subversivas. De acordo com os órgãos de informações, Mário Moacyr Porto: “Foi agraciado com uma comenda de honra da União Internacional de Estudantes, cuja sede é Praga” (ACE 85837/75, Fundo SNI, AN-Coreg, apud MOTTA, 2014, p. 42). Com isso, nota-se que não era necessário possuir e reunir muitas provas que de fato confirmassem o envolvimento de determinado indivíduo com as “forças subversivas”; ao mínimo sinal de descompasso com o regime, dirigentes, professores e estudantes poderiam sofrer as penalidades impostas pelos autoritários.

⁹⁴ Não se tem registros que informem sobre a existência de assessorias em escolas particulares da Paraíba, no entanto, o Relatório Final da CEVPM-PB ressalta que havia uma preocupação com esse setor, presente, por exemplo, em ofício enviado à direção do Colégio Nossa Senhora das Neves, em que se solicita lista completa contendo nomes dos professores que integram os quadros da instituição e a atitude destes em relação aos ideais revolucionários.

⁹⁵ Enviado como interventor em 14 de abril de 1964, Guilardo Martins Alves exerceu o cargo de reitor até julho de 1971, após ser eleito pelo Conselho Universitário.

José Willington Germano (1992), ao comentar sobre a intervenção de reitores pro-tempore nas universidades após o golpe, menciona trecho de entrevista cedida ao jornal *Tribuna do Norte* pelo reitor destituído de suas funções, em que este relembra os momentos em que foi afastado. Segundo Porto, “o clima da universidade, com prisão de estudantes, demissão de professores, etc, tornou-se pesado, sombrio. Os ‘cristãos novos’, isto é, os revolucionários adesistas, multiplicaram-se em zelo e diligências para ‘mostrar serviço’ às autoridades militares” (Porto, 1989, apud GERMANO, 1992, p. 148).

Ainda no que se refere à intervenção na UFPB, Motta afirma:

O novo reitor foi considerado ocupante temporário do cargo pelo MEC e também pelo CFE, que enviou ofício recomendando a eleição de lista tripartite para normalizar a situação. Guilardo Martins Alves se mostrou atento às demandas repressivas, mas também hábil para angariar apoios, inclusive externos à universidade, e com isso conseguiu garantir sua eleição pelo Conselho Universitário. [...] (MOTTA, 2014, p. 43).

De acordo com Monique Cittadino (1993), Guilardo Alves, que havia sido eleito pelo Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI), ainda em 1964, foi reconduzido ao cargo de reitor em 1967, onde permaneceu sete anos à frente da Universidade, colaborando com uma gestão caracterizada por obras e investimentos, mas também por perseguições e expurgos políticos, sobretudo após 1968. Segundo a autora, durante o segundo ciclo repressivo, ainda sob o comando de Guilardo, foram afastados dezenas de estudantes em fevereiro de 1969, dias antes da promulgação do dispositivo repressivo 477. Desse modo, assim como em outras universidades, o recrudescimento das práticas punitivas aos movimentos de oposição se fez presente na UFPB⁹⁶. A permanência de Guilardo Martins Alves como reitor foi de grande relevância no processo de expurgos de professores e exclusão de alunos envolvidos com práticas consideradas subversivas, bem como a implantação e facilitação das transformações desejadas pelos reformadores a serviço do regime no ensino superior.

Ao comentar dos impactos decorrentes da violência institucional que a gestão universitária recebeu com o golpe, Maria de Nazaré Tavares Zenaide (2014) expõe em resumo, no quadro a seguir, a oficialização do autoritarismo na universidade, como assinala a autora, através de documentos identificados por Cittadino (1993):

⁹⁶ No Nordeste, ao que parece, os estados mais afetados no segundo ciclo repressivo, com a prática de exclusão de alunos e expurgos de professores, foram Paraíba e Pernambuco. Inclusive, na UFPB, houve o maior expurgo de professores da região (MOTTA, 2014, p. 158).

QUADRO 1: “A INTERVENÇÃO MILITAR NA UFPB”

DATA	A intervenção na UFPB
14 de abril de 1964	Afastamento do Reitor Mário Moacyr Porto, com base no Ato Adicional do Comando Militar e nomeação do interventor, ex-oficial do exército, professor de Medicina Guilardo Martins Alves.
08 de maio de 1964	1ª. Reunião do CONSUNI após a intervenção.
15 de maio de 1964	Aviso nº 916/1964 do MEC, credenciando do interventor para o exercício pro-tempore da reitoria (1964–1967).
Ofício 03/881/1969	Ofício do interventor ao Comandante da Guarnição Federal, declarando fidelidade ao processo deflagrado pelos militares, especificando as medidas tomadas.
Circular da Reitoria	Circular dirigida aos interventores dos Diretórios Acadêmicos (DA) visando a normalização administrativa e a reorientação das organizações estudantis.
Ofício Reservado No. 05 de 25 de fevereiro de 1969	Punição ad referendum do CONSUNI, Processo 31.260, que foi homologado por unanimidade pelo CONSUNI.

Fonte: Cittadino, 1993 apud Zenaide, 2014, p. 365.

Com isso, se vê que a interferência militar não poupou a UFPB das medidas autoritárias adotadas com o golpe nas instituições de ensino superior, inaugurando um processo que envolveu, além do afastamento do reitor, vigilância a diretores de centros, “censura política nos conteúdos e métodos educativos, alteração nas ações de pesquisa e extensão, fiscalização e controle de informação, perseguição de dirigentes, do movimento estudantil, de docentes e servidores, obrigando-os a viverem na clandestinidade” (ZENAIDE, 2014, p. 365).

Examinando o caso da UFPB, percebemos que além de tratar questões relativas à administração, a ASI/UFPB, em parceria com os demais OIs no estado, buscava, emitia e direcionava impressões e recomendações, elaborando: listas de alunos e professores subversivos; resumos detalhados de eventos que ocorriam nas dependências da universidade e fora dela, sobretudo aqueles que eram categorizados como portador de conteúdo e palestrantes esquerdistas; balanço sobre o processo de escolha de representantes das entidades estudantis e docentes; longos históricos relatando ligações políticas suspeitas; vida pessoal daqueles que figuraram nos OIs, dentre outros casos.

A partir da documentação em questão, iremos analisar como a Universidade Federal da Paraíba apareceu nos órgãos de informações. Contudo, primeiro iremos evidenciar alguns pontos relativos à pesquisa feita nos documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife. De forma geral, dentre os 5.536 documentos digitalizados disponíveis, encontramos uma quantidade relevante de informações que tratam do campo da educação superior. Em relação à UFPB, cerca de 150 documentos tratam de forma direta e indireta sobre a universidade e seus membros.

Alguns desses documentos trazem como assunto principal o nome do membro da comunidade universitária ou o nome do evento o qual se vigiava. Neste tipo de documento, as considerações expressas versam diretamente sobre a Universidade. Porém, foi possível identificar em documentos que tratavam de outras temáticas como assunto principal, nomes de estudantes e professores da UFPB.

O recorte temporal que adotamos se refere ao período correspondente à ditadura militar no Brasil. Tomando por base tal recorte, todos os documentos encontrados são denominados como ACE – Arquivo Cronológico de Entrada⁹⁷. Dentro dos ACEs encontrados referentes a UFPB, diferentes tipos de documentos foram identificados, como o informe⁹⁸, a informação⁹⁹ e o juízo sintético¹⁰⁰. Embora a tipologia dos documentos produzidos pela repressão traga algumas diferenças, de modo geral, no que

⁹⁷ “[...] o ACE era constituído por documentos pertinentes a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI, reunidos em um mesmo dossiê. Foi adotado obrigatoriamente por todas as agências do órgão, representando uma unidade de arquivamento para fins arquivísticos. [...] A crítica estabelecida para o sistema impunha que o documento principal do ACE a ser implantado possuísse, obrigatoriamente, os seguintes dados: indicativo numérico; nome ou sigla do órgão de origem; data de elaboração; assunto e difusão. [...] Fontes do verbete: SNI, BRANBSB, caixa 09, 66, 67, 68, 74” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 60).

⁹⁸ Ao analisar o arquivo do Fundo SNI – Agência Recife, a pesquisadora Maria Tereza Dantas B. Soares caracteriza da seguinte forma o tipo “informe”: Este é composto por diversos documentos, com destaque para a presença de prontuários sobre os indivíduos; recortes de jornais sobre entrevistas e/ou matérias jornalísticas sobre os políticos e/ou suas ações; ficha registro dos vigiados; e demais documentos informativos sobre ações e posicionamentos políticos. Podiam ser documentos mais robustos no tocante à quantidade de páginas, de anexos e de informações em geral, de forma que observamos que eram utilizados para se encaminhar prontuários e os vários documentos que pudesse existir sobre um indivíduo. Em sua grande maioria são iniciados pelo termo “consta que”, discorrem acerca de um estado de dúvida acerca de algo ou alguém (SOARES, 2020, pp. 100-101).

⁹⁹ “Conforme entendimento da Escola Nacional de Informações (EsNI) expresso em uma apostila para a formação de agentes de informação, datada de 1972, definiu-se informação como o conhecimento objetivo sobre qualquer ato ou fato, elaborado com um determinado fim. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos. BRANBSB AA1. LGS. 005.” (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 177). A partir dessa definição, se compreende que o documento tipo “informação” traz consigo uma definição mais precisa.

¹⁰⁰ De acordo com Carlos Fico (2001, p. 98), o documento tipo ficha e juízo sintético foi bastante utilizado pela comunidade de informações, sobretudo na década de 1970. O juízo sintético deveria informar um juízo ou avaliação geral do cidadão. Assim, continha expressa a posição ideológica do investigado, posição face a “revolução de 1964” e possíveis atividades subversivas.

concerne à UFPB, a intenção dos órgãos de informações ao produzirem e circularem documentos, era manter em vigilância a comunidade acadêmica.

2.3 Dirigentes universitários

Começaremos neste momento a análise acerca da vigilância que os órgãos de informações exerceram sobre a Universidade Federal da Paraíba, iniciando com os casos que tratam dos reitores e demais dirigentes universitários que figuraram nos documentos que hoje integram o Fundo SNI – Agência Recife. Os documentos que relatam a vigilância aos dirigentes mostram que os OIs estavam interessados em acompanhar as movimentações daqueles que ocupavam cargos de direção, observando, desse modo, as decisões tomadas e atentando para as inclinações políticas dos vigiados.

Como se sabe, as reformas ocorridas no ensino superior alteraram a configuração universitária, e no caso do processo de escolha de reitores, não foi diferente. Como assinala Monique Cittadino (1993, p. 11): “o reitor e vice-reitor passaram a ser escolhidos a partir de uma lista sêxtupla, composta de nomes indicados pelo Conselho Universitário, sendo a representação estudantil nos colegiados reduzida para 1/5 do total de seus membros”. Contudo, apesar de toda alteração nas disposições referentes ao cargo em questão, que excluía uma participação efetiva dos estudantes e facilitava, com isso, a escolha de nomes alinhados com os interesses autoritários, aqueles que assumiam a função de reitor não escapavam dos olhos vigilantes das Assessorias de Segurança e Informações. Curiosamente, mesmo a ASI/UFPB estando submetida à reitoria, os documentos analisados mostram que reitores e demais dirigentes da UFPB tiveram seus passos vigiados pelos agentes de informações à serviço da ditadura.

Iniciando pelo ACE Nº 3667/82, esse arquivo cronológico de entrada é composto por 09 páginas, onde contém o ENCAMINHAMENTO Nº 121/19/ARE/82, e dentro do encaminhamento há o PRONTUÁRIO Nº 00038 como principal documento. Ambos, encaminhamento e prontuário, trazem já no cabeçalho o nome completo de Guilardo Martins Alves como assunto principal, o que mostra que os OIs estiveram interessados diretamente na figura do ex-reitor. O encaminhamento em questão data de 14 de outubro de 1982 e foi produzido pela Agência Recife. Além de se tratar de uma figura afinada com os interesses dos militares, chama atenção o ano de produção do

material: 1982, período em que a abertura “lenta, gradual e segura” já estava posta. No entanto, mesmo após os dois grandes ciclos repressivos e o anúncio da abertura, as ASIs continuaram desempenhando monitoramentos em algumas universidades, como foi o caso da UFPB.

Como foi salientado, por vezes, indivíduos favoráveis às medidas autoritárias não deixaram de figurar entre os vigiados, como é o caso de Guilardo Martins. Embora este tenha sido o único documento encontrado que trata exclusivamente do reitor em questão, chama atenção o conteúdo das informações presentes. O encaminhamento traz um detalhado histórico da vida de Guilardo, (tipo de documento bastante recorrente, como se verá), indo de 1968 até 1976, dando ênfase nas ações deste durante o período em que foi reitor da UFPB. Além do histórico, o encaminhamento traz dois recortes do jornal “Correio da Paraíba”, onde consta foto e comentários sobre Guilardo Martins. O histórico ressalta pontos positivos para os órgãos de informações:

1965: Nomeado Reitor da Universidade da Paraíba, após a revolução de Mar/64, imprimindo uma ação moralizadora na Reitoria, apesar da grande oposição do ex-Reitor MÁRIO MOACYR PORTO e seu bando subversivo integrado pelos professores OTAVIO SA LEITÃO FILHO, OSVALDO TRIGUEIRO DO VALE, JUAREZ DE PAIVA, RONALD DE QUEIROZ FERNANDES e funcionários: JONAS CABRAL DE MELO e JOSÉ MARIA TORRES e VÁRIOS ESTUDANTES.

1968: Magnífico Reitor da Universidade da Paraíba, Dr GUILARDO MARTINS acaba de promover a si mesmo e a mais de 126 professores, à categoria de Professor Catedrático e efetivos, baseado no dispositivo que mandou efetivar os professores catedráticos interinos; tudo de acordo com a Constituição Federal 1967, Art 150 parágrafo 30 e 177 e parágrafo 22. (ARE_ACE_3667/82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Nesta primeira parte, vemos que o golpe ocorrido em 1964 é tratado como uma revolução – termo recorrente também em outros documentos analisados. Além disso, os OIs confirmam que a intervenção de Guilardo Martins Alves teve o objetivo de imprimir uma “ação moralizadora” na reitoria, apesar da oposição feita por parte daqueles considerados subversivos, a exemplo do reitor deposto, Mário Moacyr Porto. Além disso, de acordo com o documento, na época em que foi reitor, Guilardo se utilizou das recomendações disponíveis na Constituição de 1967.

A ação moralizadora iniciada com o golpe, e continuada com a intervenção na universidade, evidencia um dos traços mais marcantes de cultura política relacionado ao período analisado. As perseguições e vigilância ocorridas a partir de 1964 mostravam que o fator moral era um dos pressupostos que motivava os monitoramentos. Tal constatação encontra apoio tanto nos próprios documentos da repressão quanto nos depoimentos daqueles que foram alvos da vigilância no ambiente acadêmico.

Entretanto, o prontuário examinado não evidencia apenas os pontos tidos como positivos na trajetória do reitor, mostrando que até mesmo o responsável pela “ação moralizadora” na UFPB teve atitudes consideradas suspeitas aos olhos dos OIs:

1968: O Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba que foi posto naquela Universidade como interventor logo após a Revolução, com o fito de corrigir distorções e apurar irregularidades, muito pouco ou quase nada fez neste sentido. As coisas ali não modificaram muito. E passados os primeiros momentos da Revolução, e proclamado reitor pela Congregação, Dr. GUILARDO tem se cercado cada vez mais de elementos da esquerda, que tomaram posição e ocupam cargos chaves. Haja visto no Departamento Cultural da Universidade acha-se nas mãos de reconhecidos comunistas JUAREZ DA GAMA BATISTA e JOSÉ RAMOS. É o departamento que manipula maior soma de verbas à Universidade. O Sr. JUAREZ DA GAMA BATISTA é cidadão de vida excusa, passador de cheques sem fundos, tendo em determinada época vendido terrenos que pertenciam a sua genitora e irmão, várias pessoas o mesmo terreno. - Durante a crise estudantil desta Capital o Reitor GUILARDO MARTINS mostrou-se omissos e fracos, procurando fazer uma política de apaziguamento, mas sem atitude definida. Quando da ocupação do restaurante universitário da Lagoa, tratou de pôr ônibus à disposição dos universitários, para irem tomar café, almoçar e jantar na cidade universitária, quando naquela cidade não estava havendo aulas por determinação dos próprios estudantes. Acarretando despesa de gasolina e promovendo ambiente para as reuniões de estudantes que chegaram até a planejar e a trazerem daquela cidade nos ônibus barras de ferro para enfrentarem a polícia. (ARE_ACE_3667/82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Alguns pontos chamam atenção no trecho exposto, a começar pela parte que diz que Guilardo foi posto no cargo para corrigir distorções e apurar irregularidades, e que pouco ou quase nada fez nesse sentido. A partir disso, podemos inferir que, de acordo com o julgamento do funcionário que redigiu o histórico do reitor, as ações moralizantes objetivadas pela nova gestão não foram suficientes, visto que Guilardo Martins “tem se cercado cada vez mais de elementos da esquerda, que tomaram posição e ocupam cargos chaves”. Não foi incomum encontrarmos documentos que tratassem as

ações repressoras como insuficientes, atestando que a universidade carecia, para alguns, de atitudes mais enérgicas no combate ao inimigo interno. Uma das motivações para a ampliação e transformação do SNI em um verdadeiro Sistema de informações foi igualmente a suposta necessidade de mais combate e vigilância diante de um quadro de avanço das forças inimigas. Se o Sistema seguiu essa lógica pós AI-5, dentro das universidades não seria diferente.

Existia, de acordo com o trecho, um temor da possível aproximação do reitor com nomes que representavam perigo. Como de costume, a desqualificação foi posta em pauta contra um dos nomes citados. Variados documentos buscaram desqualificar moralmente determinados alvos, e a motivação para isso poderia estar na própria cultura política conservadora, assim como em motivações pessoais que partiam de indivíduos que forneciam informações, verdadeiras ou não, sobre seus desafetos aos órgãos de informações. Além disso, para os OIs, o reitor se mostrou omissos e fracos, aderindo a uma política de apaziguamento diante da “crise estudantil” de 1968, corroborando, dessa forma, com a rebeldia entre os estudantes. Este trecho coloca em evidência a visão que os OIs tinham ou passariam a ter daqueles reitores que não cumprissem com o esperado. Ao mínimo sinal de colaboração com estudantes que se rebelavam, críticas eram lançadas nos materiais produzidos pela vigilância.

O Reitor tem criado UMA série de departamentos em detrimento das faculdades já criadas, com isto pulveriza as verbas e as cadeiras das faculdades que ficam sem material e meios para ministrar as aulas práticas. Tem verdadeira mania de trazer gente das universidades do Sul para vir implantar novos serviços a peso de ouro. (ARE_ACE_3667/82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A criação de “uma série de departamentos em detrimento de faculdades já criadas” também foi apontada como uma crítica à administração do reitor, o que é curioso, dado que a Reforma Universitária previa que a estrutura departamental fosse implantada. Provavelmente, no momento da escrita do histórico, o funcionário responsável por redigir não demonstrasse simpatia ao projeto de reforma.

Outrossim, cabe salientar o trecho que comenta acerca da “verdadeira mania” de trazer gente das universidades do Sul para “vir implantar novos serviços a peso de ouro”. Essa afirmação, já no momento do reitorado de Guilardo Martins Alves, mostra que a presença de profissionais de outras regiões e países, contratados, segundo este e

outros documentos que tratam dessa questão, a preços altos, é caracterizada de forma recorrente nos documentos analisados. Nem sempre a contratação de professores “estrangeiros” foi bem-vista na UFPB, seja por parte dos OIs ou por parte de outros professores que já atuavam na universidade. Nos reitorados que se seguiram, a problemática com os professores estrangeiros se torna ainda mais presente, até por ser uma das consequências das reformas implantadas na UFPB.

Um outro reitor que figurou nos órgãos de informações do SNI e ASI/UFPB foi Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Nomeado em 1975, esteve como reitor da UFPB de 1976 até 1980. De acordo com Motta (2014), Lynaldo seguiu os passos de Guilardo Martins Alves no que se refere a expansão da universidade. O projeto de crescimento da UFPB liderado por Lynaldo proporcionou este destaque, construindo, assim, uma imagem positiva nacionalmente, apesar “de algumas críticas que circularam no meio acadêmico, contra a gestão de Lynaldo Cavalcanti, devido ao fato de, na ânsia de crescimento da instituição, ele ter criado alguns cursos de graduação e pós-graduação frágeis e imaturos” (NUNES, 2018, p. 25). Ao comentar sobre o reitorado de Lynaldo, Nunes (2018) aponta:

[...] durante a gestão deste houve um crescimento do corpo docente e discente, sendo que os alunos passaram de 1.625 em 1964 a 5.620 em 1971. Lynaldo Cavalcanti deu continuidade e ampliou o ritmo dessa expansão, ajudando a transformar a UFPB em uma das principais universidades do Nordeste e uma das maiores do país, com 21 mil alunos e 2.600 professores, em 1980. No entanto, este mudou parcialmente a orientação repressiva da reitoria da UFPB, interessado em atrair profissionais competentes e dinâmicos para a universidade, independente das convicções políticas (NUNES, 2018, p. 25).

Para se efetivar o projeto de crescimento da universidade, se fez necessário que professores e funcionários qualificados passassem a integrar os quadros da UFPB, o que contribuiu, em alguma medida, para que o crivo ideológico se apresentasse de forma mais amena em momentos específicos. Assim, a gestão de Lynaldo “se caracterizou pela flexibilidade e tolerância ideológica, pois contratou muitos professores ‘suspeitos’ aos olhos dos órgãos de segurança, que consideravam o novo reitor leniente em relação aos riscos à ‘segurança nacional’” (NUNES, 2018, p. 25). A contratação de professores com registros políticos suspeitos não escapou aos olhos dos OIs, fazendo com que a “dor de cabeça” dos agentes repressivos aumentasse nos anos seguintes, visto que as contratações feitas colaboraram fortemente com o crescimento da área de ciências humanas e sociais da universidade (MOTTA, 2014, p. 236).

Sobre Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, foram encontrados sete ACEs que tratam direta e indiretamente do reitor. Entre os ACEs, chama atenção o de número 0007/79, que trata diretamente do reitor. Dentro do ACE, contém um documento do tipo informação de Nº 1097/119, de 26 de dezembro de 1979. Essa informação, ao que consta no documento, foi criada em referência a um TELEX de nº 2219/119 da Agência Recife, de 04 de dezembro do mesmo ano. De forma geral, a informação produzida traz dados de antecedentes e de atividades do reitor, no entanto, além dessas informações, o ACE traz um juízo sintético sobre Lynaldo Cavalcante, em que consta posições e ligações políticas.

a. Posição: Democrática, em que pese algumas de suas atitudes serem entendidas por setores mais radicais como muito liberal, alinhando-se entre elas o fato de, em 1971, quando Diretor da Escola Politécnica de CAMPINA GRANDE/PB, haver convidado o banqueiro e ex-Prefeito cassado daquela cidade, NEWTON VIEIRA RIQUE, a proferir conferência naquele estabelecimento de ensino, abordando tema de sua livre escolha.

b. Ligações políticas

Pertence ao grupo do ex-Governador JOÃO AGRIPINO FILHO, considerado o líder dos dissidentes arenistas da PARAÍBA.

c. Atitude face à Revolução de 31 Mar 64: Indefinida.

d. Atividades subversivas: Não há registros (ARE_ACE_0007/79 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

O tipo de documento exposto acima figura de forma recorrente entre os materiais produzidos pelos órgãos de informações em relação ao campo da educação na Paraíba. Normalmente, quando se trata de juízo sintético, o interesse dos OIs estava em expor informações sobre as possíveis ligações e posicionamentos políticos que o investigado possuiu anteriormente ou que possuía, provavelmente, no momento da produção da informação. Além disso, no juízo sintético constam detalhes relativos à atitude da pessoa investigada diante da chamada “revolução” de 1964, registros de atividades subversivas, eficiência e probidade administrava, no caso dos funcionários públicos.

Como se vê no trecho selecionado, de acordo com o órgão de informação, Lynaldo Cavalcanti possuía atitude “indefinida” sobre 1964 e posição política considerada democrática, embora algumas de suas atitudes fossem entendidas por setores mais radicais como “muito liberal”. Tal posição leva o nome do reitor a aparecer de forma frequente nos documentos analisados, sempre tendo suas atitudes descritas e

algumas vezes expostas de forma negativa. Em relação às ligações políticas do reitor em questão, o juízo sintético evidencia que Lynaldo fazia parte do grupo do ex-governador da Paraíba, João Agripino Filho, caracterizado pelo documento como líder dos dissidentes arenistas. Quanto a isso, os informes e informações produzidos, sobretudo quando se tratava de figuras consideradas importantes para os OIs, buscavam levantar dados e ligações passadas tidas como pertinentes.

No juízo sintético ainda consta:

Probidade administrativa: Contratou vários professores com registros negativos e de tendências esquerdistas. Sua administração vem sendo combatida, face a algumas atitudes assumidas, consideradas prejudiciais à UFPB. É criticado pela sua política de contratação de professores estrangeiros e de outras Universidades brasileiras, com elevados salários. Mantém bom relacionamento com os seus superiores. Entretanto, há reclamações quanto à distância que procura estabelecer com os seus subordinados.

f. Eficiência profissional e funcional: Dotado de extraordinária capacidade de trabalho, elevado espírito público e grau de dedicação aos problemas afetos A sua função, sendo reconhecidos os seus méritos em projetar a UFPB como uma das mais modelares instituições do ensino superior do País, o que vem conseguindo fazer com êxito.

g. Conduta civil: Possui boa conduta civil e moral, nada constando que o desabone (ARE_ACE_0007/79 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Neste trecho, críticas e elogios são feitos a Lynaldo Cavalcante. Começando pelos pontos positivos, Lynaldo é descrito no documento como “dotado de extraordinária capacidade de trabalho”, o que era muito bem-visto perante a lógica que deu o tom às reformas universitárias; os empenhos empreendidos pela administração em questão são reconhecidos e considerados como positivos. Um dos traços marcantes na área da educação superior após o golpe foi a associação entre universidade e a lógica capitalista do avanço técnico. Assim, a colaboração do reitor com as reformas desejadas pelos militares não poderia deixar de ser reconhecida e elogiada. Todavia, no que toca às críticas, o reitor é acusado, no tópico “probidade administrativa”, de contratar vários professores com registros negativos, bem como professores estrangeiros e de outras universidades com elevados salários; atitude tida como prejudicial à universidade.

Ao falar da substituição do professor Ediláudio Luna de Carvalho pelo general Nogui Villar Aquino na chefia da ASI/UFPB, Lynaldo mostra que este se “revelou

muito compreensivo e me ajudou bastante nessa luta que foi a expansão do corpo docente, sem levar muito em conta os antecedentes políticos” (FERREIRA; FERNANDES 2006, p. 105). Entretanto, a questão da contratação de professores esquerdistas e estrangeiros aparece de forma frequente em outros documentos produzidos pela ASI/UFPB e o SNI; como é o caso do ACE Nº 2203/81.

Esse ACE contém um pedido de busca (PB) que, basicamente, se configurava como um tipo de material no qual “um setor do sistema de controle solicitava, a um órgão de vigilância específico, dados de um indivíduo, grupo, organização ou entidade [...] os pedidos de busca poderiam servir também para solicitar outros tipos de apoio, como em pedidos de colaboração entre diferentes segmentos da estrutura repressiva” (MANSAN, 2014, p. 114). No caso do ACE que estamos analisando, o PEDIDO DE BUSCA Nº 040/17/AC/77 diz respeito à solicitação feita pelo SNI, mediante Agência Recife, acerca do reitor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque. Como resposta, a INFORMAÇÃO Nº 923 diz o seguinte:

Após buscas realizadas, está agência informa o seguinte:
O reitor da UFPB tem dado atenção especial a professores estrangeiros, muitos dos quais são contratados como “professores visitantes” recebendo salários elevados. Do mesmo modo foram contratados diversos elementos oriundos de outros Estados e mesmo de Campina Grande/PB. No que se refere aos professores estrangeiros, são contratados com vantagens especiais por forças de “Convênios” celebrados entre a UFPB e universidades de outros países, e com isto, as estatísticas da UFPB apresentam um desenvolvimento e crescimento fictício, sem resultados práticos. Esses professores estrangeiros, em sua maioria não falam a língua portuguesa, necessitando de tempo para adaptação, o que acarreta grandes despesas. (ARE_ACE_2203/81- Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A resposta fornecida ao PB evidencia o fato de que a contratação de professores estrangeiros não era bem-vista pelos OIs; é tanto que a informação fornecida como resposta remeteu à Agência Recife uma lista com os nomes dos professores de fora, também chamados de “alienígenas”. Em 1982 existiam cerca de 141 professores estrangeiros na UFPB, que além de cargos de docentes, desempenhavam funções de direção, coordenação em cursos de pós-graduação e chefia de departamento. Cerca de 90% desses profissionais haviam sido contratados na gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (CEVPM-PB, 2017, p. 499). Muitos dos professores contratados sofreram

perseguições e dificuldades em razão da condição em que se encontravam¹⁰¹, aparecendo sempre nas informações produzidas pela ASI, como se verá mais adiante.

Após trazer as informações a respeito da contratação de professores estrangeiros por parte do Reitor, a informação pontua algumas questões relacionadas ao “crescimento desordenado” da UFPB, como coloca o documento. Esse crescimento desordenado estaria desorganizando as atividades básicas da Universidade, a exemplo das supostas deficiências nas aulas práticas. Além do já posto, a informação relata que a transferência da Reitoria para o Campus Universitário antes do término das obras, veio acarretar problemas administrativos, o que estaria ocasionando o atraso do pagamento de salários de professores. Com isso, alguns professores estariam tecendo críticas à gestão do reitor, especialmente no que tange ao “problema das substituições de coordenadores de cursos e de chefes de departamentos”. Caso essas afirmações tenham sido verdadeiras, isto mostra como os agentes a serviço da repressão e vigilância desempenhavam papel colhendo e recebendo informações pertinentes.

Ainda sobre Lynaldo Cavalcanti, o ACE 3738/82 mostra que nos OIs já constavam informações antes deste ocupar o cargo de reitor da UFPB. Neste ACE, contém um informe (Nº 2908/82) e um prontuário (Nº 00251) que trata de Edvaldo de Souza do Ó. Contudo, apesar do foco girar em torno deste último, que também faz parte dos dirigentes de instituições de ensino que foram vigiados, o prontuário em anexo também traz um informe sobre Lynaldo, na época em que este exercia a função de Diretor da Escola Politécnica de Campina Grande¹⁰². O informe, na verdade, se trata de um trecho retirado de uma carta de esclarecimento escrita, de acordo com o

¹⁰¹ Sobre o caso dos professores estrangeiros na UFPB, ver: ALEM, Silvio Frank. *Oligarquia e Universidade: o obscurantismo na defensiva*. In: ADUFPB-JP. **Democratização da UFPB X Obscurantismo, Xenofobia e Demissões**. João Pessoa, 1980.

¹⁰² Criada através da Lei nº 792 de 1952, a Escola Politécnica foi a primeira instituição de ensino superior a se efetivar na cidade de Campina Grande, nela foi criado o curso de Engenharia Civil, e mediante o decreto nº 33. 386 de 14 de julho de 1953, foi autorizado o funcionamento da Escola. Entre os professores fundadores estiveram: Edvaldo de Souza do Ó e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Em 1970, a Escola foi incorporada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e somente em 2002 tornou-se a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mais sobre a Escola Politécnica, ver: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David. (Org.). **UFPB 50 Anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006, p. 105; LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande. Uma experiência de desenvolvimento no Nordeste**. Campina Grande: Tecnal, s/d; SOUZA DO Ó, Edvaldo de. **Politécnica. Primeira Escola Superior de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda., s/d. TORRES, José Valmi Oliveira. **ESCOLA POLITÉCNICA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE CAMPINA GRANDE COMO PÓLO TECNOLÓGICO (1952–1953)**. Campina Grande, UFCG: 2010. Dissertação de Mestrado – UFCG.

documento¹⁰³, por Edvaldo de Souza do Ó, no ano de 1969, em que ao direcionar esclarecimento ao Presidente da Subcomissão de Investigação da Paraíba, relata o seguinte:

O Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, atual Diretor da Escola Politécnica, do Campina Grande, sempre esteve aliado à subversão conforme se comprovará com uma vista sobre o seu passado, com o advento da Revolução procura criar, sob todos os meios, uma personalidade diferente, para não perder a sua posição e ainda mais, para fortificá-la, face às medidas que a Revolução começara a tomar contra os subversivos, [...] voltou-se contra o Reitor Guilardo Martins e contra a sua administração na Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, passando a criticar em todos os lugares, abertamente, as atitudes do Reitor, especialmente no caso do afastamento de professores e alunos subversivos, considerados por ele, professor Lynaldo, uma medida arbitrária do Reitor (ARE_ACE_3734/82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Não atentando para as motivações que levaram a possíveis desavenças havidas entre as duas figuras vigiadas, este trecho foi ressaltado em razão de seu conteúdo. Como se vê, os órgãos de informações consideravam relevantes as informações que eram fornecidas mediante esclarecimentos, anexando ao ACE tudo aquilo que era tido como proveitoso. Ao longo da análise deste e de outros documentos, foi possível perceber a quantidade de informações compartilhadas por pessoas a respeito de outras, o que contribuiu para a montagem de dados informativos sobre os alvos. Assim, desavenças e inimizades no ambiente universitário permearam os OIs de informações, fossem estas verdadeiras ou não.

Para que a informação fosse compartilhada, era necessário que houvesse motivação para tal coisa. As motivações poderiam ser originárias não apenas de desentendimentos entre pares, mas também de interesses em benefícios que o compartilhamento poderia gerar. É neste ponto que recorreremos novamente ao conceito de cultura política. De acordo com Motta (2014), práticas provenientes de uma cultura política autoritária se apresentam fortemente no período da ditadura. Contudo, não foi apenas a prática do autoritarismo que se fez presente no período analisado; a

¹⁰³ No prontuário (00251) do ACE consta o seguinte sobre a carta enviada: “Em 1969, o nominado endereçou carta ao Presidente da SCGI/PB, versando sobre infiltração de elementos subversivos nos meios universitários. Uma carta com 10 (dez) fls, datada de 26 Ago 69” (ARE_ACE_3734 - Fundo SNI – Agência Recife).

colaboração e a conciliação são exemplos de práticas recorrentes nas universidades. A volta de alguns dos pesquisadores afastados pelo regime aos quadros das universidades antes da Lei de Anistia, a permanência de docentes e discentes possuidores de registros negativos mostra alguns dos traços que salientamos. Embora a vigilância, repressão e censura fosse uma realidade para aqueles que eram alvos, em determinadas situações, foi possível fazer “acordos” e conciliar. O caso que destacamos diz respeito à fala de uma das figuras que mais foram desqualificadas pelos OIs: Edvaldo do Ó, como se verá. Porém, de acordo com o trecho, provavelmente em troca de algum benefício ou motivado por desavenças, existiu a colaboração com os órgãos de vigilância por parte de Edvaldo.

No descrito, é reforçada a perspectiva de que Lynaldo, aparentemente, possuía posicionamentos contrários aos da agenda da repressão quanto a expurgos e contratação de professores, como também é percebido através de outros documentos. No entanto, o fato de dirigentes de determinados estabelecimentos de ensino superior figurarem nos arquivos da vigilância e até mesmo receberem a alcunha de “subversivo”, não significa, necessariamente, que, de fato, estiveram ao lado da luta estudantil e docente no que tange às arbitrariedades impostas às universidades.

O reitor José Jackson Carneiro de Carvalho¹⁰⁴ também foi alvo da produção de informações dos OIs. José Jackson entrou para os quadros da UFPB na condição de docente, em 1965. Com o recrudescimento do regime e o segundo ciclo repressivo que se abateu sobre as universidades, foi afastado em 1968 e não teve seu contrato renovado, sendo reintegrado apenas em 1979, pela Lei de Anistia (NUNES, 2018, p. 26).

A trajetória de José Jackson na Reitoria da UFPB iniciou-se em 1981, quando foi nomeado vice-reitor durante o reitorado de Berilo Ramos Borba.¹⁰⁵ Posteriormente,

¹⁰⁴ Nascido em 28 de novembro de 1940, no município de Caiçara, no estado da Paraíba, foi Reitor da Universidade Federal da Paraíba entre 25 de setembro de 1984 e 25 de setembro de 1988. Anterior a isso, foi professor da Faculdade de Filosofia (FAFI), de 1965 a 1968, quando foi afastado; Pró-Reitor de Graduação (08/08/1980 a 21/05/1981) e ocupou o cargo de Vice-Reitor (22/05/1981 a 16/04/1983). Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/paginas/reitores/jose-jackson-carneiro-de-carvalho>. Acesso em: junho de 2020.

¹⁰⁵ Berilo Ramos Borba, nascido em 08 de março de 1935 no município de São João do Cariri, no estado da Paraíba, na UFPB, foi professor titular de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande (1976); Chefe do Departamento de Ciências Sociais do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (01/08/1972 a 07/10/1976); Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (1977 a 1979); Diretor do Departamento Pessoal (1979); Reitor (14/08/1980 a 13/08/1984) e Pró-Reitor para

deixou o cargo de vice-reitor para assumir a função de Secretário de Educação do estado da Paraíba na gestão do governador Wilson Braga (PDS) (NUNES, 2018, p. 27), retornando na condição de reitor no ano de 1984. Apesar de ter iniciado trajetória na reitoria na década de 1980, seu nome esteve presente antes disso nos registros dos órgãos de informações, tendo em vista que integrou os quadros da universidade desde 1965. Sobre José Jackson Carneiro de Carvalho, foram encontrados onze ACEs que tratam direta ou indiretamente acerca das ações deste. Entretanto, procuramos focar, inicialmente, naqueles arquivos cujo foco principal é o investigado.

Para isso, iremos iniciar a análise do Arquivo Cronológico de Entrada de Nº 6366/84. Dentro deste ACE se encontra a INFORMAÇÃO Nº 246/19/84, de 28 de setembro de 1984, cujo assunto é: “NOMEAÇÃO E POSSE DO NOVO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)”, de origem da ASI/UFPB, em referência ao TELEX Nº 287/19/83 e difundida pela Agência Central do SNI. Junto a isso, ainda se faz presente no ACE a cópia do PRONTUÁRIO Nº 52 (produzido pela ASI/UFPB) e uma Ficha Individual. Desse modo, nota-se como os órgãos de informações estiveram preocupados com a nomeação do novo reitor, solicitando e enviando as informações necessária do alvo. De forma semelhante, as informações e dados de muitos daqueles que ocupavam cargos de dirigentes, eram recém-contratos ou figuraram nos registros como “elemento subversivo”, também percorriam o mesmo caminho.

No prontuário produzido pela ASI/UFPB, conta um robusto cabeçalho com dados pessoais de José Jackson e, logo abaixo, um longo histórico que vai de agosto de 1968 até setembro de 1984, momento antes da sua posse como reitor da UFPB. Nos dados referentes ao ano de 1964, o histórico evidencia a participação como “implicado” de José Jackson na série de manifestações estudantis que ocorriam na cidade de João Pessoa, culminando na “ocupação do prédio da ex FaFi”. De acordo com o prontuário, a participação de José Jackson nos eventos mencionados teve relação com a solidariedade que o clero progressista prestou aos estudantes envolvidos nos protestos que ocasionaram “grande perturbação da ordem pública”, sendo “necessário a intervenção do Exército”.

Ainda em relação ao ano de 1968, o prontuário relata que o investigado foi convidado pela turma concluinte do curso de Filosofia para ser homenageado entre nomes de “Che Guevara, Pe. Juarez Benício, Rui Gomes Dantas etc.” (ARE_ACE_6366). Em face disso, os órgãos de informações consideraram que José Jackson não possuía condições ideológicas necessárias para prosseguir como professor, o que gerou a não renovação de seu contrato e consequente afastamento. Para evitar as punições, os OIs afirmaram que o investigado havia negado o suposto apoio prestado às manifestações estudantis, e que apenas acompanhava assistindo, juntamente a outros padres. Todavia, para os órgãos de informações, “outras fontes idôneas, ouvidas a respeito da conduta do Pe. JACKSON, confirmam que o mesmo é esquerdista” (ARE_ACE_6366). Sobre os dados existentes nos arquivos da ASI/UFPB, se tem:

Intellectual, apoia integralmente todo movimento esquerdista, ora em ação em todo Brasil. Disse em um Colégio de Freiras que o Julião devia ser condecorado como herói nacional. Está afastado da Universidade. Há notícias de que solicitou afastamento do clero e vai casar-se em São Paulo. Deu demonstração de apoio aos esquerdistas, por ocasião das crises na Fac. de Filosofia. O Reitor nunca lhe ofereceu função na Universidade após o seu afastamento. Impedido de lecionar no Inst. Central de Filosofia e Ciências Humanas/UFPB.
1980: Afastado por ato da Reitoria e revertido ao cargo de Professor Titular pela própria, em 1979. (ARE_ACE_6366 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

O trecho exposto confirma o afastamento de José Jackson de suas funções de professor, reforçando a perspectiva ideológica como motivadora de tal ato, ao mencionar que o alvo de vigilância era apoiador integral do movimento esquerdista presente no país. Após mostrar as informações as quais estamos nos referindo, consta no prontuário uma comunicação entre a ASI/UFPB e a Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Sergipe (ASI/UFS) sobre José Jackson, onde aparece que este foi posto à disposição da referida universidade durante o prazo de um ano, em 1980. Em resposta à ASI/UFPB, a ASI/UFS comenta dos cargos que o investigado ocupou, mas sempre enfatizando a justificativa pela qual foi afastado da UFPB: a suposta “falta de condições ideológicas para continuar exercendo o magistério” (ARE_ACE_6366). Neste e em outros casos, a “falta de condições ideológicas” para exercer magistério era clara: a ausência da total disposição em seguir a cartilha imposta pelos militares, que não deixava ser ideológica.

O documento também traz informações pertinentes à escolha de José Jackson para compor a lista sêxtupla de candidatos a vice-reitor da UFPB, evidenciando o controle sobre os processos de eleição que as assessorias desempenhavam nas universidades. A partir do momento em que passa a ocupar o cargo de vice-reitor, alguns pontos positivos começam a aparecer nos registros da ASI/UFPB, visto que se revelou um brilhante administrador, tanto na UFPB quanto na UFS, o que contribuía para a “feliz escolha” do governador Wilson Braga ao escolher o vigiado para a pasta de Educação e Cultura do estado e seu auxiliar direto. Novamente, a produtividade daquele que ocupava cargos no ensino superior aparece como algo positivo. É curioso como as descrições acerca de José Jackson foram ganhando pontos positivos; passando de uma figura desqualificada ideologicamente para um excelente administrador.

Em relação a 1984, ano em que foi eleito como reitor, o prontuário diz o seguinte:

No dia 04 abr 84, nos sete campi da UFPB, foi feita uma consulta da comunidade universitária para escolha do Reitor da UFPB, cujos resultados finais da votação confirmaram JOSÉ JACKSON CARNEIRO DE CARVALHO (3.188 votos) como cabeça da lista sêxtupla que será encaminhada a BRASÍLIA, para escolha do sucessor de BERILO RAMOS BORBA.

No dia 13 abr 84, na Reitoria da UFPB, os 80 integrantes dos órgãos Colegiados I da UFPB ratificaram a lista sêxtupla para escolha do sucessor do reitor BERILO RAMOS BORBA. A votação da lista sêxtupla foi realizada em seis escrutínios, onde os conselheiros sufragaram os nomes dos seis reitoráveis escolhidos pela comunidade universitária, cujos resultados coincidiram com a ordem da lista que foi escolhida pela comunidade universitária, cabendo ao nominado o primeiro lugar para compor a lista. (ARE_ ACE_6366 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

O controle das ASI sobre os detalhes da vida acadêmica é percebido através do trecho exposto, em que tanto o referido processo quanto outros que ocorreram durante a atuação da ASI na UFPB estiveram sob vigilância. Assim, além de remeterem à DSI/MEC boletins acerca da “subversão” nas universidades, as listas sêxtuplas ou trípticas eram enviadas ao órgão, voltando aprovadas ou não. Logo, através de ofícios confidenciais, a DSI/MEC informava o ministro o resultado de sua “investigação”, assinalando um “nada consta” ou um “não é conveniente” ao lado dos nomes dos docentes indicados (MANSAN, 2014, p. 101).

Registros da vida de José Jackson também foram vistos em outros ACEs, como foi frisado, a exemplo do de número 1630/81; onde o nome do vigiado consta como

assunto principal novamente. Neste ACE, se tem o INFORME Nº 007/740/81, de origem da Agência Recife. Não diferindo muito do ACE há pouco exposto, o informe desse material faz um apanhado sobre a vida, especialmente das ligações políticas do vigiado. No entanto, chama atenção a estrutura do informe, que está dividido da seguinte forma: Qualificação; Posição Político-Ideológica; Posição na Universidade e fora dela; Conceito profissional; Capacidade administrativa e principais ideias defendidas. Neste tipo de documento, a qualificação se refere a dados de filiação, cargo que ocupa no momento da produção do informe, etc. Naquilo que toca à posição ideológica, são levantados dados que também estão presentes no prontuário da ACE anterior, contudo, o destaque vai para o seguinte:

Atualmente mantém um estreito relacionamento com os setores esquerdistas da UFPB, a exemplo da ADUFPB, do qual recebe apoio quando por ocasião de greves e protestos contrários aos interesses do sistema. Geralmente é visto em companhia de elementos contrários à Revolução de Mar 64, como JOSÉ CHASIN e RUBENS PINTO LYRA, que o consideram um aliado dos professores esquerdistas na cúpula universitária (ARE_ACE_1630/81 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A afinação com a esquerda permanecia presente na vida do vigiado, que de acordo com os OIs, se aliava aos esquerdistas que compunham a “cúpula universitária”. Embora “esquerdista”, o mesmo informe, na parte que descreve o “conceito profissional”, comunica que José Jackson possui prestígio na reitoria em função da boa amizade que construiu com Berilo Ramos Borba. Claramente o trecho ressalta a relevância que a associação com os “nomes certos” dentro da universidade poderia ser vantajosa.

Segundo o informe, em virtude de ter estado desempenhando um cargo importante na UFPB, se manteve discreto em relação a revelar publicamente suas tendências esquerdistas, porém, existiam outros informes que provavam que o investigado permaneceu com a prática de encontros em “pequenas reuniões sociais”, compostas de ex-padres que atuavam no meio universitário com o intuito de criticar o sistema que era vigente e as instituições, debatendo o papel da Igreja na atualidade, “com ênfase ao desempenho de DOM JOSÉ MARIA PIRES, a quem sempre cita elogiosamente em suas palestras” (ARE_ACE_1630/81). Em caso de as afirmações serem verdadeiras, aparentemente parecia mais vantajoso ao reitor esconder suas “tendências esquerdistas”.

Por fim, quanto à capacidade administrativa, o informe considera positiva e satisfatória e sobre as principais ideias defendidas, se alega que o vigiado defendia princípios de uma universidade aberta e renovada, admitindo a integração e participação de vários setores universitários. Com isso, nota-se que nem mesmo ao final do regime alguns dos reitores, especialmente aqueles que possuíam registros negativos nos OIs, escapam dos olhos vigilantes do “monstro” chamado Serviço Nacional de Informações¹⁰⁶.

A vigilância dos OIs não se restringiu aos reitores, sendo estendida também àqueles que eram indicados ao cargo de Pró-Reitor. Para compreendermos como se deu o monitoramento a este setor, começemos pelo ACE 6521/84, em que se consta a INFORMAÇÃO Nº 38/34, de 02 de outubro de 1984. A referida informação, cujo título é: “Dirigentes Universitários”, foi produzida pela ASI/UFPB, difundida pela DSI/MEC e aparece como resposta a um Pedido de Busca anterior (Nº 473/19/93), solicitado pela Agência Recife. Ainda na informação, são expostos os nomes dos mais novos pró-reitores indicados por José Jackson Carneiro de Carvalho. No entanto, na cópia do prontuário anexado à informação, consta apenas dados de Rui Gomes Dantas (Pró-Reitoria para assuntos comunitários – PRAC) e uma Ficha Individual com informações de Lenilda do Nascimento Melo (Pró-Reitoria da Graduação – PRG); os únicos indicados, de acordo com a informação, que foram encontrados registros negativos.

Quanto a Lenilda do Nascimento Melo, além do histórico onde se evidencia a trajetória da professora, a ficha a qual nos referimos traz afirmações do tipo: “Seu nome consta da relação nominal dos elementos mais atuantes nos movimentos subversivos realizados nesta capital e em Campina Grande” (ARE_ ACE_6521_84), e que dados sobre a investigada constam em relação enviada ao DOPS/PB; deixando claro mais uma vez a intensa comunicação entre os órgãos da comunidade de informações. Já acerca de Rui Gomes Dantes, este foi afastado de suas funções em 1968, retornando por intermédio da Lei de Anistia em 1979. Em 1984, a partir da nomeação feita para o cargo de Pró-Reitor, circulou relatos pelos órgãos de informações acerca das ações do vigiado

¹⁰⁶ Em entrevista ao Projeto História da UFPB, feito pelo NDIHR, José Jackson comentou sobre seus posicionamentos e o fato de ter sido considerado “subversivo” em alguns momentos pelos OIs, mesmo ocupado a função de reitor: “Primeiro, eu nunca me considerei subversivo, eu nunca tive uma atuação política mais forte, nem no meio da universidade, nem fora da universidade. Eu acho que eu me considero, me considerei e me considero, uma pessoa, vamos dizer assim, que tem uma percepção, um certo compromisso com os movimentos sociais e jamais na minha vida eu assumi posições ao lado de quem oprimia. Eu tenho essa consciência” (FERREIRA; FERNANDES apud NUNES, 2018, p. 28).

no âmbito da UFPB e em outros espaços públicos (NUNES, 2018, p. 29). Assim, encontramos os seguintes relatos:

1969: Em resposta ao Ofício n° 01/69-GAB/UFPb, de 04/01/69, o Cmt do 1º Gpt: informa ao Magnífico Reitor o seguinte: "julga Comando da Guarnição, após criterioso trabalho de nossa Seção de Informações, que o professor em pauta não possui condições ideológicas para continuar como principal responsável pela formação de nossos jovens, além de haver contribuído consideravelmente para a agitação estudantil no meio universitário no ano recém findo.

1969: Em resposta ao Ofício nº 39-SNI/NAJP, de 12/02/69, informa o seguinte: professor contratado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPb. Seu contrato foi rescindido em 31/dez/68, por motivos de ordem política e falta do cumprimento do dever, no Magistério.

1971: Subscreveu, juntamente com outros elementos, um manifesto do "Ação, Justiça e Paz": Seção de João Pessoa, condenando a prisão dos estudantes em SÃO PAULO e manifestando solidariedade ao movimento estudantil. (Artigo publicado no jornal "CORREIO DA PARAÍBA", edição de 16 Out 68)

1978: Comunica ao Reitor da UFPB que existem restrições quanto ao aproveitamento do epigrafado.

1978: Afastado por ato da Reitoria e revertido ao cargo de Professor Titular pela própria em 26.11.79.

1980: Participou ativamente dos debates realizados no dia 11 jul 80, nesta UFPB, por ocasião do "DIA NACIONAL DE PROTESTO DA ADUFPB-JP", sendo um dos articuladores do movimento de paralisação das aulas.

1983: Coordenador de Mestrado em Filosofia e Integrante da Comissão Organizadora do 1º SEMINÁRIO DE FILOSOFIA DO NORDESTE, que será realizado no auditório do Espaço Cultural "JOSÉ LINS DO REGO", nesta capital, no período de 13 a 16 de outubro de 1983. A promoção do seminário, que discutirá o tema: MARX - Uma Avaliação Contemporânea, é da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Regional-Nordeste) e do Mestrado em Filosofia da UFPB, com apoio da CAPES, CNPq e Reitoria da UFPB. No dia 16, como coordenador, participará da Mesa Redonda sobre Dialética e Teologia da Libertação. (ARE_ ACE_6521/84 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

O tipo de documento que estamos examinando reúne dados colhidos nos variados OIs, para que dessa forma, fosse construído um longo histórico do investigado. Assim, esse prontuário produzido em 1984 reuniu dados que já haviam sido levantados em outras ocasiões, por diferentes órgãos da comunidade. Por este motivo, o prontuário faz questão de lembrar que o professor vigiado não portava condições adequadas para continuar exercendo a tarefa de formar jovens, visto que havia contribuído para a agitação no meio estudantil no ano de 1968. No caso em específico, um outro ACE encontrado, de número 1236/80, onde se tem presente informes, informações e

prontuários que tratam do professor, traz as justificativas que levaram ao afastamento do investigado em 1969.

De acordo com as informações contidas neste outro ACE, em dezembro de 1967, o professor Rui Gomes Dantas havia, supostamente, liderado “um grupo de civis” que atacou violentamente o Exército por ocasião de uma discussão havida entre um tenente e um civil. Embora o documento não mostre comprovação, este fato aparece como bastante relevante na tarefa de desqualificar o professor. Já sobre a conduta enquanto professor do curso de Filosofia, havia promovido em 1968 apresentações cujo tema era: “Implicações Socioeconômicas da Guerra do Vietnã”. Ainda em 1968, o professor havia levado solidariedade aos estudantes que haviam invadido a Faculdade de Filosofia, e teria feito discurso criticando as autoridades constituídas. Rui Gomes Dantas aparecia, então, entre os professores “comprometidos com a subversão no meio estudantil da Paraíba”, o que se configurava como justificativa plausível para o afastamento do professor de suas funções, como de fato ocorreu por motivos de ordem política e suposta falta de comprometimento com o magistério.

Como foi lembrado, Rui Gomes Dantas retornou às funções em 1979, todavia, consta que existiam “restrições” quanto ao “aproveitamento do epígrafe”. Com a volta, a vigilância permanece, sendo as ações do investigado registradas nos OIs, sobretudo aquelas que envolviam pretensões de órgão de representação docente e a organização de eventos e seminários que apresentassem temas suspeitos. É interessante perceber como os OIs se encontravam cientes dos detalhes ocorridos em encontros de professores, bem como das ações futuras, como traz o prontuário: “No dia 16, como coordenador, irá participar da Mesa Redonda sobre Dialética e Teologia da Libertação” (ARE_ ACE_6521).

Sobre a postura que manteve em depoimento concedido em Audiência Pública à CEVPM-PB, que tratou da “Demissão de professores na Paraíba”, Rui Gomes Dantas diz:

Durante o período de 66 a 68 sempre mantive uma posição crítica em relação ao regime militar que se instaurou no país desde 1964. No exercício da cátedra, exerci sempre com ousadia, até demasiada por vezes, a liberdade de pensamento inerente e essencial à atividade acadêmica, sobretudo na minha área de docência, a Filosofia. Opondo-me à então vigente ideologia da segurança nacional que vigorou durante todo o período do regime militar, ideologia de segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra sob inspiração do

General Golbery, famoso General Golbery. Durante este período todo, claro que eu era bem mais jovem e, portanto, muito mais ousado do que ainda sou hoje, pronunciei conferências, participei de debates públicos e de manifestações públicas nos quais expressei meu pensamento crítico em relação ao regime político que vigorava (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 492).

Além de comentar sobre o que acreditava no período em que o regime recrudescia, Rui Gomes Dantas também comentou a respeito da cassação ocorrida no final de 1968:

Bem aconteceu que, no dia primeiro de fevereiro, [...] eu li nos jornais a minha expulsão da Universidade Federal da Paraíba. Fui tomar café no Ponto de Cem Réis e li pelo jornal. Nada havia ainda de oficial, a minha atitude foi de viajar para Recife, onde residia os meus pais e irmãos, e embora todos paraibanos, mas meu pai quando se aposentou, como desembargador, passou poucos meses foi morar em Recife por conta da educação dos demais irmãos meus, acontecendo inclusive a coincidência de que dois deles tinham sido presos, um terminando o curso de Medicina e o outro terminando o curso de Engenharia (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 492).

Ainda segundo o Relatório Final da CEVPM-PB, após afastado, o professor Rui Gomes Dantas enfrentou dificuldades para encontrar emprego, situação que foi alterada a partir do momento que recebeu ajuda de amigos para começar a lecionar em outras instituições. Com isso, fica evidente que a interferência militar nas universidades gerou prejuízos de diversas naturezas às instituições e àqueles que eram afastados delas. Ademais, os docentes que costumavam se posicionar em apoio à luta estudantil poderiam receber severas penas através dos mecanismos de coerção existentes; sendo vigiados até mesmo após retornarem às atividades via Lei de Anistia.

Um outro caso que chamou atenção é o do professor Itan Pereira da Silva, também indicado ao cargo de Pró-Reitor (para Assuntos do Interior), e nomeado em 30 de novembro de 1984. Neste ACE (Nº6584/84), que novamente traz o assunto “Dirigentes Universitários”, se apresenta em anexo o PRONTUÁRIO Nº 38, que versa exclusivamente sobre o professor mencionado. De forma semelhante aos casos expostos anteriormente, a trajetória do professor indicado foi exposta em detalhado histórico, que vai de 1968 a 22 de novembro de 1984, momentos antes de ser nomeado. Conforme o prontuário, Itan Pereira da Silva teria prestado apoio às manifestações estudantis e operárias ocorridas em 1968 na cidade de Campina Grande, idealizadas pelo clero, pela

Ação Popular (AP) e pelo Comitê Municipal do Partido Comunista. Juntamente com outros padres, Itan Pereira havia liderado o movimento: “Ação, Justiça e Paz”¹⁰⁷, iniciativa lançada pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, figurando então como “Padre da linha avançada no Vaticano II” (ARE_ ACE 6584/84). Tais ações foram registradas como negativas nos OIs, o que prejudicou o ingresso do professor na UFPB em 1971:

Candidatou-se a uma cadeira de professor no Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH). A diretora do Instituto, tendo em vista seus antecedentes, procurou manter um entendimento com o mesmo para comunicar que iria indeferir seu requerimento. Na oportunidade, o Padre ITAN solicitou um prazo de tolerância, com a finalidade de ir a CAMPINA GRANDE solicitar a seus amigos militares uma neutralização de seus antecedentes (ARE_ ACE_ 6484/84 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Este é um dos exemplos encontrados nos arquivos examinados onde percebemos a importante função que os antecedentes elaborados pelos OIs desempenhavam quando um portador de registros negativos tentava candidatar-se a vagas no ensino superior. Contudo, apesar da dificuldade, Itan Pereira teve a “chance” de negociar a decisão, solicitando “a seus amigos militares uma neutralização de seus antecedentes” (ARE_ ACE_ 6484/84). Assim, o vigiado apresentou uma exposição de sua “vida pregressa”, como colocou o agente do Serviço, com o objetivo de esclarecer fatos, “de modo a ficar isento de qualquer suspeita de atividades contrárias ao regime ou aos princípios da Revolução de Março de 1964” (ARE_ ACE_ 6484/84). Caso, de fato, esta tentativa tenha ocorrido, isto evidencia que dependendo da situação e dos esforços do candidato em recorrer a negociações, os registros negativos poderiam ser anulados, facilitando, desse modo, o ingresso como professor ou estudante. Entretanto, mesmo nas situações em que havia “acordos”, isto não significava necessariamente a anulação da vigilância.

Ainda sobre este caso, compreendemos que situações como a descrita, em que possíveis acordos foram feitos visando a permanência de personalidades consideradas

¹⁰⁷ Movimento lançado em 1968 no Estado de Alagoas, que teve como objetivo lutar contra estruturas arcaicas, principalmente na área agrária e educacional. Teve como líder Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Além de ter sido um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve uma trajetória pautada pela luta em prol dos direitos humanos, sobretudo durante a Ditadura Militar. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helder-pessoa-camara>. Acesso em: junho de 2020.

subversivas no meio acadêmico, ocorreram não apenas na UFPB, mas em outros centros universitários, como destaca Rodrigo Patto Sá Motta (2014) ao tratar sobre o regime militar e as universidades. O autor propõe destacar a influência de características da cultura política brasileira em determinados comportamentos como forma de evitar grandes conflitos dentro do âmbito universitário, dando ênfase, por exemplo, ao personalismo, “entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais” (MOTTA, 2014, p. 13). Dessa forma, acontecimentos em que relações pessoais foram privilegiadas não era uma prática incomum nas universidades no período analisado, visto que a tendência à “acomodação”, esteve presente como um dos “traços tradicionais” da cultura política brasileira. Considerando o conceito de cultura política, este é mais um dos casos que vimos como as relações pessoais, acordos e conciliações poderiam servir para mudar situações de figura, como foi para Itan Pereira. Apesar de todos os históricos negativos, os contatos provenientes de amizades se mostraram mais relevantes.

Voltando ao caso em específico, no prontuário consta que apesar de ter tido o requerimento indeferido pela direção do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Itan Pereira foi aprovado para ministrar aulas referentes ao Ciclo Básico no Departamento de Ciências Sociais na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) em Campina Grande no ano de 1972. Entretanto, os registros negativos serviram de empecilho novamente, mesmo após a aprovação. Uma solicitação de informações havia sido feita a AESI/UFPB pelo diretor da FACE acerca do vigiado em função dos seus antecedentes, e com isso, foi decidido manter a posição de “restrição” ao professor. Diante desse caso, vemos que duas faces existiram no processo analisado: uma que favorecia os acordos feitos em nome de amizades e outra que não permitia que os antecedentes do vigiado fossem esquecidos.

Ainda em 1972, o reitor da UFPB, “considerando os termos do Ofício nº 87-E/2-Confidencial, do Cel. Gentil Nogueira Paes, Chefe do Estado Maior/1º Gpt [...] pela predisposição declarada pelo Pe. Itan de trabalhar afinado com os ideais da Revolução/64” (ARE_ ACE_ 6484/84), resolveu dar uma oportunidade ao professor, mas para que isso ocorresse, deveria ser exercida “total fiscalização no desempenho de suas atribuições” (ARE_ ACE_ 6484/84). Assim, após todo o processo exposto, Itan Pereira foi contratado para exercer função de professor na FACE/CG; mas, como pretendido, o

monitoramento às ações do professor se estendeu até o momento que foi indicado ao cargo de Pró-Reitor.

Por fim, consideramos relevante uma outra informação, dessa vez dando nota acerca dos processos de eleições para cargos de direção no Campus II da UFPB, localizado na cidade de Campina Grande. A proposta da informação é de expor a influência que o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) ainda tinham nos sindicatos e nas universidades. Para isso, é evidenciado o caso do “Sindicato dos Empregados no Comércio” e o da Universidade Federal da Paraíba. Conforme o raciocínio da informação, as três organizações citadas procuravam pontos de apoio em alguns dos segmentos mais significativos da sociedade paraibana; dentre estes, o Campus II da UFPB.

Nesse sentido, o MR-8 teria “ao seu dispor do Departamento de Economia e o Mestrado em Economia Rural, chegando, juntamente com o PCB – Ala Prestes, para eleger o Sr. REINALDO CARCANHOLO¹⁰⁸, conhecido terrorista na década de 70” (ARE_ACE_6629). Embora a produção deste ACE date de janeiro de 1985, o tom conspiracionista em relação à influência da esquerda no ambiente acadêmico aparece do início ao fim. Um exemplo claro disso se refere à forma como as eleições para cargo de direção foram narradas na informação, onde estas estariam fugindo do modelo da lista sêxtupla em razão de atender os interesses de militantes e simpatizantes de organizações subversivas. Dentre os simpatizantes estariam:

- SEBASTIÃO VIEIRA GUIMARÃES, segundo colocado na lista, foi eleito Vice-Reitor com o apoio das diversas Organizações esquerdistas que atuam dentro da Universidade. Recebe o apadrinhamento de LYNALDO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, atual Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – (CNPQ).
- ITAN PEREIRA DA SILVA, ex-Padre, foi eleito, diretamente, sem lista sêxtupla, pró-Reitor da PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS DO INTERIOR (PRAT). Trata-se de um elemento liberal e comprometido com a esquerda. Em sua carta à COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA da UFPB, já defende a existência dentro da própria Universidade, de espaços para as diferentes concepções de ordem política, ideológica, etc., de grupos ou pessoas, sem distinções ou preconceitos que obstruam posições ou ideias.
- Para o CENTRO DE HUMANIDADES, foi eleita ALBANITA DE TAL para DIRETORA e CRISTINA DE TAL para Vice-DIRETORA,

¹⁰⁸ Professor da Universidade Federal da Paraíba (Campus II – Campina Grande) entre 1982 e 1991. Disponível em: http://carcanholo.nuevaradio.org/?page_id=4. Acesso em: junho de 2020.

a qual também comprometida com as Organizações Subversivas, com probabilidade, inclusive, de ditar normas e impor condições dentro do referido CENTRO.

- LENILDA NASCIMENTO, ex-Diretora do CENTRO DE HUMANIDADES, esquerdista, foi nomeada para PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO da já referida Universidade, o que facilitará em muito a atuação das Organizações Subversivas (ARE_ACE_6629 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

As acusações acima foram expostas com o objeto de nomear quem eram os funcionários que, supostamente, serviam de “agentes de influência” das organizações já mencionadas, quais cargos ocupavam e quais as formas que agiam. Como é percebido, a noção de “guerra interna” aparece de forma direta em muitos dos documentos produzidos entre anos de 1984 e 1985, como se o “perigo” proveniente das esquerdas estivesse altamente presente na sociedade. Além das acusações já comentadas, a informação continua a expor que em razão da militância de esquerda no Campus II da UFPB, as eleições para a coordenação do Mestrado de Economia e Sociologia Rural haviam sido fraudadas; estando previstas para este curso, a substituição de algumas disciplinas optativas “por aulas de doutrinação marxista” (ARE_ACE_6629). Do mesmo modo, concursos ocorridos com objetivo de suprir a necessidade de pessoal nos quadros da UFPB/CAMPUS II, organização e permanência em greve por parte dos docentes, também receberam a influência dos elementos que agiam em favor de grupos subversivos.

É importante não esquecer que as ASIs existiam para assessorar os reitores, estando submetidas à reitoria, no entanto, o que vimos até aqui foi a predominância da lógica da troca de informações ente OIs, em que por vezes, os próprios reitores e demais dirigentes eram tidos como “corruptos”, “esquerdistas” e “subversivos”; inclusive aqueles que estavam em consonância com as forças conservadoras, como foi o caso de Guilardo Martins Alves. Portanto, percebemos que em variadas ocasiões, a lógica do “inimigo interno”, o temor ante o suposto perigo vermelho e as perseguições pautadas por motivações pessoais predominaram no processo de coleta, envio e posse de informações.

2.4 Contratações

Na Universidade Federal da Paraíba, a intervenção militar ganhou força não somente com presença de um reitor alinhado com os interesses do regime, mas também com a formação de uma comissão que objetivou proceder com as investigações sumárias entre docentes e servidores técnicos que eram acusados ou suspeitos de terem atentado contra a segurança do país (CEVPM-PB, 2017, p. 484). Nesse sentido, aqueles professores e servidores que eram suspeitos de “atentar contra a probidade administrativa pública” também poderiam ser alvo da comissão montada¹⁰⁹.

De forma semelhante ao que havia ocorrido em outras universidades federais, onde professores pagaram com a perda de seus cargos a acusação de serem “comunistas” ou adeptos de “ideias exóticas” e “alienígenas” (CUNHA, 2007, p. 39), na UFPB, foram realizados, ao todo, 35 expurgos de docentes pela Comissão de Investigação Sumária (ZENAIDE, 2012, p.368). Além dos expurgos definitivos ou temporários, pagamentos de professores, que estiveram sob suspeita, também foram sustados de forma temporária (CEVPM-PB, 2017, p. 487).

Como já foi frisado, após ser finalizada a onda de demissões de discentes e afastamento de estudantes, a vigilância permaneceu como prática. Embora os expurgos tenham sido interrompidos ou diminuídos, a vigilância exercida pelas ASIs no processo de contratação de professores se configura como um exemplo do controle exercido pelo SNI nas instituições de ensino. Acerca disso, a jornalista Ana Lagôa (1983, p. 22) relata que o SNI era acionado para o controle da contratação de pessoas nos órgãos que estivessem sob a responsabilidade do governo federal, e dessa forma, cada candidato que pleiteasse vaga em algum cargo tinha ficha submetida ao crivo do sistema.

Conforme a autora, o SNI não possuía poder de veto, apenas emitia parecer sobre a contratação; assim, cabia a autoridade decidir sobre a contratação, seguir ou não o parecer. Com isso, um tipo de documento que aparece de forma bastante recorrente entre os materiais do SNI é o Levantamento de Dados Biográficos (LDB), que seguia uma lógica parecida com o a do “juízo sintético” e da “ficha conceito”. Esse tipo de ficha foi utilizado nos processos de contratação de discentes nas universidades e bastante útil durante a existência das ASIs.

¹⁰⁹ De acordo com relatório da CEVPM-PB, a comissão citada foi formada pelos professores José Flóscolo da Nóbrega (presidente), Paulo de Moraes Bezerril e José Ferreira Ramos.

Ao analisar um dos manuais de informações do SNI, presente no acervo histórico-documental da ASI que funcionava na Universidade Federal Fluminense (UFF), o professor Rodrigo Freire de Carvalho e Silva disserta acerca do funcionamento da estrutura documental que integrava o SNI, destacando a relevância do LDB. De acordo com o autor, “os LDBs eram um instrumento importante para o combate à ‘subversão’, promovida pelo ‘inimigo interno’ que, infiltrado na sociedade e até nos organismos governamentais, corroía suas bases e buscava destruir a ordem política instituída” (SILVA, 2020).

Como exemplo, a jornalista Ana Lagôa mostra em seu livro: “SNI: como nasceu, como funciona”, um tipo de ficha LDB que foi obtida na Universidade Federal da Bahia.

FIGURA 3: “FICHA SINTÉTICA – LDB”

Ficha sintética de apreciação sobre o levantamento de dados biográficos efetuados	
L D B N.º _____ Nome _____ Cogitação _____	
1 Posição ideológica	☐ Democrata ☐ Comunista ☐ Esquerdista ☐ Sem posição definida ☐ Não há registros ☐ Os registros não permitem opinião conclusiva
2 Atitude com relação à Revolução de 31/mar/64	☐ Integrado ☐ Adesista ☐ Contrário ☐ Contra-revolucionário ☐ Sem posição definida ☐ Não há registros ☐ Os registros não permitem opinião conclusiva
3 Atividades subversivas	☐ Atuante ☐ Simpatizante ☐ Não há registros ☐ Os registros não permitem opinião conclusiva
4 Probidade administrativa	☐ Há registros positivos ☐ Há registros negativos ☐ Não há registros
5 Eficiência funcional ou profissional	☐ Há registros positivos ☐ Há registros negativos ☐ Não há registros
6 Conduta civil	☐ Há registros positivos ☐ Há registros negativos ☐ Não há registros
7 Observações	
Apreciação final ☐ Não há restrição ☐ Os registros existentes não contra-indicam o aproveitamento ☐ Não existem elementos de convicção que contra-indiquem o aproveitamento ☐ Não há registros ☐ Não deve ser aproveitado	

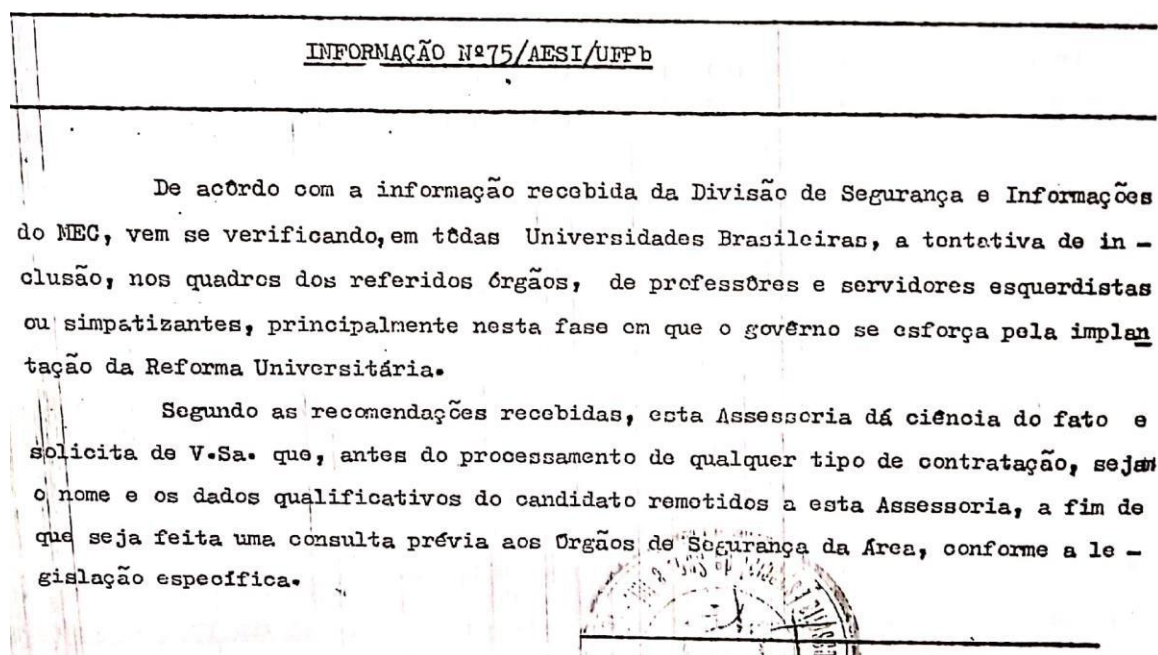
Fonte: LAGÔA, Ana. SNI: como nasceu, como funciona. São Paulo. Brasiliense, 1983.

A exemplo do que ocorreu na Universidade Federal da Bahia, nos arquivos que tratam da UFPB também constam fichas do tipo LDB, em que, além de exporem perguntas semelhantes as que foram mostradas na ficha acima, por vezes, traziam longos históricos daqueles que pleiteavam cargos na instituição, como veremos adiante.

Dando prosseguimento à análise dos materiais produzidos pelos OIs em relação à UFPB, situaremos nesse momento alguns dos documentos produzidos diretamente pela ASI/UFPB quanto à contratação de professores. Ao analisarmos esses documentos, foi possível perceber a intensa comunicação que havia entre uma assessoria e outra, bem

como a preocupação em seguir as recomendações da DSI/MEC. O SSI que existiu na UFPB antes mesmo da criação das AESI, mediante comunicados remetidos aos diretores de centro, cobrava o envio de dados necessários ao SSI/UFPB “para efeito de contrato”. A documentação disponível evidencia um número maior de comunicados no sentido de levantamento de informações para ação de contrato após 1971, momento em que as assessorias começaram a se consolidar nas universidades. Com isso, atentemos agora para um comunicado, cuja origem é do MEC (DSI/MEC):

FIGURA 4: INFORMAÇÃO Nº 75/AESI/UFPB



Fonte: INFORMAÇÃO Nº 75 – Assessoria de Segurança e Informações (ASI/UFPB) – Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

O conteúdo dessa informação (Nº 75) tem como assunto: “Contratação de professores e inclusão de funcionários”, a data da informação consta ser de 5 de novembro de 1971, e foi difundido para os Diretores de Unidades, Departamento de Pessoal, Vice-Reitor e Prefeitura Universitária. De acordo com o comunicado, percebemos a comunicação entre um órgão superior: DSI/MEC, visto que se tratava de uma recomendação desse órgão, a comunicação entre órgãos da própria UFPB e a preocupação relativa ao envio de dados daqueles que tentassem ingressar na instituição. Para que o controle acontecesse de forma organizada e monitorada, antes que houvesse o processamento de qualquer tipo de contratação, deveriam ser “o nome e os dados qualitativos do candidato remetidos a esta Assessoria, a fim de que seja feita uma

consulta prévia aos Órgãos de Segurança da Área” (ASI/UFPB – INFORMAÇÃO Nº 75). Chama atenção também a preocupação quanto à Reforma Universitária, sendo necessário o levantamento de dados para que profissionais portadores de “tendências subversivas” não gerassem empecilhos quanto à implementação das reformas.

Seguindo a mesma lógica, a Assessoria da UFPB produziu, em 20 de junho de 1974, um ofício de número 156/74, que buscou alertar, novamente, os diretores de centro em relação à contratação de pessoal para o magistério e para a função de monitor. No caso do ofício em específico, o que tivemos acesso foi enviado do assessor da AESI para o diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

No que se refere ao arquivo onde constam os documentos produzidos diretamente pela ASI/UFPB, as recomendações relativas à contratação de professores quase sempre aparecem direcionadas ao diretor ou diretora do centro onde estão reunidos os cursos de filosofia e de humanidades, isto porque a documentação recebida para análise diz respeito apenas a este centro, o que não isenta a possibilidade de outros centros também terem sofrido vigilância com a mesma intensidade. Assim, não foi incomum encontrarmos materiais direcionados ao centro em questão que evidenciavam solicitações do tipo:

Nos termos do expediente da Comunidade de Informações, recentemente elaborados, alertando as Universidades Brasileiras para não ter acesso a elas, pessoas portadoras de antecedentes político-ideológicos contrários ao regime vigente ou que professem ideologias espúrias às instituições nacionais, e, devidamente autorizado pelo Magnífico Reitor, encareço o especial obséquio de V. Exa. no sentido de remeter a esta AESI o nome, a filiação, a data e o local de nascimento das pessoas abaixo, pretendentes a:

- 1 – participar de concurso para o Magistério, instituído pelos departamentos integrantes desse Centro;
- 2 – ingressar, de forma interina e temporária, no Magistério para atender necessidades eventuais dos departamentos e
- 3– competir em concurso de monitores. (Ofício Nº 156/74 – ASI/UFPB).

Novamente, o documento, assinado por Ediláudio Luna de Carvalho, evidencia a necessidade de controle sobre o processo de contratação de professores, deixando claro o alerta expedido pela DSI/MEC para que pessoas “portadoras de antecedentes político-ideológicos contrários ao regime vigente” ou que professassem ideologias “espúrias às instituições nacionais” não tivessem acesso às universidades. Para que isso acontecesse,

os órgãos de informações, começando pela ASI, deveriam se manter alertas e vigilantes quanto aos processos de concurso e indicação de professores, para que adeptos de ideologias contrárias não adentrassem às instituições. Caso fosse identificado registros suspeitos nos OIs, a contratação estaria sujeita a passar por uma série de dificuldades, podendo até mesmo não ocorrer.

Um caso envolvendo empecilhos no processo de contratação de professores foi o da professora Ângela Maria Bezerra de Castro, que fez concurso para ocupar a função de professora assistente na UFPB na disciplina de Teoria da Literatura, em 1973. De acordo com o depoimento concedido pela professora à CEVPM-PB, mesmo sendo aprovada com nota máxima, não foi contratada, chegando, inclusive, a dar aula por seis meses sem a efetiva contratação. Enquanto aguardava o processo, fez denúncia ao Ministério da Educação, sem sucesso; além disso, descobriu que o reitor Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega¹¹⁰, bem como outros professores não tinham interesse em sua contratação, o que só foi ocorrer em 1976, na gestão de Lynaldo Cavalcanti.

Ainda em relação ao caso, é importante ressaltar que Ângela Maria Bezerra Castro, em momentos anteriores da trajetória docente, havia sido denunciada por uma colega de profissão, o que levou a professora a responder inquérito podendo perder o emprego. Como os OIs mantinham registros dessa natureza, o ocorrido pode ter contribuído para dificultar a contratação da professora na UFPB¹¹¹.

Todas as solicitações levantadas a respeito daqueles que tentavam ingressar, e até mesmo sobre aqueles que já ocupavam cargos, tinham por objetivo montar um Levantamento de Dados Biográficos semelhante ao que foi mostrado na Figura 3. Nos arquivos analisados, esse tipo de exposição foi encontrado de maneira recorrente, visto que se configurava como uma maneira de manter os órgãos de informações cientes dos posicionamentos políticos e ideológicos daqueles que se tornavam alvos. Assim, o Arquivo Cronológico de Entrada Nº 2022/81 mostra um exemplo de Levantamento de Dados Biográficos de um funcionário da UFPB: o professor Luiz Dias Rodrigues,

¹¹⁰ Reitor da UFPB de julho de 1971 a agosto de 1975. Na UFPB, exerceu os cargos de Catedrático de Higiene da Faculdade de Medicina; vice-diretor das Faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia; diretor da Faculdade de Medicina e Escola Anexa de Enfermagem e vice-reitor; todos durante a década de 1950. Além disso, foi diretor do Museu da Imagem e do Som da UFPB, em 1967. Disponível em: <http://www.ufpb.br/antigo/content/humberto-carneiro-da-cunha-n%C3%B3brega>. Acesso em: junho de 2020.

¹¹¹ Sobre este caso, ver: Depoimento da professora Ângela Maria Bezerra de Castro na Audiência Pública da CEVPM-PB “Demissão de professores da Paraíba”, ocorrida no dia 27/03/2015 In: CEVEPM-PB, 2017, p. 491.

tratado como “Padre Luizito” ao longo do documento. O material analisado foi produzido pela Agência de Fortaleza e provavelmente encaminhado para Agência Recife. Como o vigiado era natural do estado do Ceará, muitas das informações contidas no ACE são provenientes deste estado.

A INFORMAÇÃO Nº 080/740/78, mostra um resumo das ações do professor no estado do Ceará, onde este costumava praticar reuniões de cunho subversivo na cidade de Sobral/CE. As reuniões eram pautadas por métodos “esquerdizantes”, onde aspectos sociais negativos e tendenciosos em relação ao governo apareciam. Essas informações também estão presentes de forma mais detalhada em cópia de inquérito prestado a SR/DPF/CE, por um dos frequentadores das reuniões lideradas por Luiz Dias Rodrigues, que havia sido preso e prestado esclarecimento “por atividades subversivas”, em 1969. Em razão disso, já no estado da Paraíba, o “ex-padre, atualmente professor da UFPB”, teve que prestar esclarecimentos a SR-DPF/PB, onde confirmou parcialmente os métodos e assuntos abordados nas reuniões, negando, contudo, a intenção de gerar um espírito de revolta entre os participantes das reuniões. Diante das informações levantadas em conjunto pelos OIs do Ceará e da Paraíba, foi gerado um LDB (Nº 32615/78) que apresentava dados do tipo:

Caracterização da conduta do epigrafado quanto aos três primeiros itens da Ficha Sintética de Avaliação –

Os registros existentes sobre o nominado permitem assim apontá-lo:

- Posição ideológica: Esquerdista
- Atitude face à Revolução de 31 MAR 64: Contrário
- Atividades subversivas: Atuante, por volta de 1969 (ARE_ACE_2022/81 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Nesse mesmo sentido, a ASI/UFPB também contribuiu na produção e divulgação de documentos em que constavam o tipo LDB, como é o caso da INFORMAÇÃO Nº 90/80 que versa sobre o professor Júlio de Melo Teixeira. Por já ter registros negativos enquanto exercia função de professor em São Paulo, sendo acusado de “incentivar a intranquilidade” na Faculdade de Estadual de Filosofia, Ciências, Letras e Artes de Araraquara, tendo, inclusive, o contrato de trabalho não renovado, a ASI/UFPB cuidou de divulgar como resposta a um Pedido de Busca (Nº 1932/740/80), o seguinte:

Em resposta ao documento referência, esta ASI informa:

- a. Posição ideológica: Sem posição definida, mas de oposição ao regime
- b. Atividade com relação à Rev. 31 Mar 64: Contrário
- c. Atitudes subversivas: Não há registros
- d. Probidade administrativa: Não há registros
- e. Eficiência funcional ou profissional: Regular
- f. Conduta civil: Há registros negativos

Dessa maneira, vimos que as fichas do tipo LDB não serviam apenas para cumprir burocracias e formalidades, mas também para manter os OIs informados de possíveis registros negativos e associações com ideologias tidas como contrárias. Em caso positivo, o candidato a uma vaga de trabalho poderia sofrer consequências e até não alcançar o posto o qual se candidatou. Além disso, a comunicação entre assessorias e demais OIs foi notória e indispensável nesse período.

2.5 Professores

Fez parte do sistema de vigilância montado o acompanhamento das atividades de “professores estrangeiros”, em cumprimento às solicitações da DSI/MEC. Ressaltamos anteriormente, as acusações feitas pelos OIs ao reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque referente às contratações de professores portadores de registros negativos e estrangeiros. Embora tais contratações estivessem inseridas no projeto de expansão e melhoramento da universidade, a vinda de professores de fora do Brasil e de fora do estado da Paraíba se tornou um problema que se fez presente de forma recorrente nos OIs.

Ao analisar os documentos referentes a este assunto, foi possível perceber que havia, por parte dos órgãos de informações, preocupação excessiva quanto ao levantamento de dados dos recém ingressos na UFPB vindo de outros estados e países. Essa preocupação, entre outras causas, residia no cuidado para que não houvesse o risco de influências estrangeiras de caráter subversivo corromperem o bom funcionamento acadêmico e os objetivos do regime. O chamado Movimento Comunista Internacional (MCI), bem como as estratégias subversivas presentes em outras partes do Brasil, poderia, mediante ingresso na UFPB, cumprir as metas de influenciar e propagar ideias contrárias ao regime entre a comunidade acadêmica.

Conforme mostra a INFORMAÇÃO Nº 027/119/82¹¹², existiam 141 professores estrangeiros na UFPB até fevereiro de 1982¹¹³, sobretudo nas áreas de tecnologia e

¹¹² Presente no ACE Nº 3203/82.

¹¹³ De acordo com a INFORMAÇÃO Nº 03/82/ASI/UFPB, estes eram os nomes e as respectivas funções dos 141 professores estrangeiros na UFPB: Adrianus Cornelius Van Haandel – Assistente; Alberto Luís Francisco Cignoli – Visitante; Alberto Ruben Barrera Munoz – Visitante; Alfredo Langguth – Adjunto; Aluísio José Maria de Sousa – Adjunto; Amar Nath Chaba – Titular; Arthur Jakob Jabs – Adjunto; Barryllewellyn Blose – Visitante; Benjamin Fernandez Medina – Visitante; Bruno René Roger Muget – Assistente; Carmem Beatriz Milidoni – Visitante; Cavan Michael Mccarthy – Assistente; Chang Il Yang – Visitante; Charles Michel Marie J. Beylier – Adjunto; Christiane Dricot D'ans – Adjunto; Cornelis Joannes Van Der Poel – Titular; David Harden Barlow – Titular; Dietmar Klaus – Visitante; Eduardo Artigas Zaffaroni – Assistente; Egor Figueira Hidalgo – Visitante; Elbio Troccoli Pakman – Adjunto; Elida Eduarda Fama Gomez Brizuela – Visitante; Fernando Canella Pedemonte – Colaborador; Flora Nelly Bravo Morales – Assistente; Francisco Enrique Pino Kokisch – Visitante; Franz Josef Moonen – Titular; Freddy Arsênio Rivera Carbajal – Assistente; Gerard Hostein – Visitante; Grislaïne Duque – Adjunto; Gian Mario Giuliani – Assistente; Giuseppe Mongiovi – Adjunto; Glenn Walter Erickson – Visitante; Gnanavathy Prakasan – Assistente; Guillermo Campos Perez – Visitante; Guillermo Nahui Palomino – Assistente; Gurdip Singh Deep – Titular; Gustavo Gines De Paco De Gea – Assistente; Hans-Dieter Schuster – Assistente; Hans Raj Gheyi – Adjunto; Hans Hermann Weber – Visitante; Hector Jorge Rossi – Assistente; Harendra Singh Teotia – Visitante; Heinz Johann Holschuh – Assistente; Hugo Enrique Ratier – Visitante; Hugo Orlando Carvallo Guerra – Adjunto; Hukun Rathor – Visitante; Idelette Rosette Santos – Adjunto; Jacques Marie Jean Chestem – Visitante; Jacques Ramondont – Assistente; Jambunatha Jayaraman – Adjunto; Jean Marie Jules Dricot – Adjunto; Jean Pierre Demartinecourt – Adjunto; Jean Robert Weissaupt – Visitante; Jerki Valderrama – Assistente; Jesus Roland Roza, Perez – assistente; Jnanabrata Bhattacharyya – Visitante; Johannus Cornelius – Assistente; John Andrew – Assistente; Jorge Erich Werth – Visitante; Jorge Hebert Silva – Assistente; José Arthur de Jesus Rodrigues da Costa – Assistente; José Walter Raunelli Sander – Visitante; Juan Carlos, Ceballos – Assistente;– Jurgen Wolfgan. – Visitante; Kandar Vallipuram – Adjunto; Krisnahma Narain Saksena – Visitante; Laurence Hallewell – Adjunto; Leôncio Camino – Titular; Lia Monica Rossi – Assistente; Lucette Raymonde Roucou – Adjunto; Luiz Alfonso Diaz Bernal – Assistente; Luiz Aristides Campos Guevara – Visitante; Luiz Martinho Ferreira Maia – Titular; Malwila Gamini Dissaneyke – Visitante; Manuel Juan Rojas; Manoel Eduardo Lopez – Visitante; Manuel Salomon Garcia Martinez – Visitante; Maria Antônia Alonso de Andrade – Visitante; Maria Carmela Buonfiglio – Assistente; Maria Carmela Papariello – Assistente; Maria Graciela Cannella Pedemonte – Assistente; Maria Thereza Vaz Calvet De Magalhães – Adjunto; Mário Eduardo Rangel Moreira – Assistente; Martine Droulers – Visitante; Max Hans Karl Liebig – Colaborador; Michael Harold Smith – Adjunto; Michel François Fossy – Visitante; Milva Barreto – Assistente; Mourad Belaciano – Assistente; Nabil Joseph Eid – Assistente; Narendra Narain – Adjunto; Narpal Singh Gehlot – Adjunto; Natarajan Subramanian – Titular; Nelson Umberto Campos Videla – Assistente; Norma Emilia Romano de Paco de Gea – Visitante; Norma Montalvo de Soler – Assistente; Odelsia Leonor Sanchez De Alsina – Assistente; Omar Emir Alvarez – Assistente; Paul Hing Lim – Visitante; Panet Fernand Jean-Marie – Assistente; Pedro Enrique Pinto Rojas – Visitante; Pierre Louis Dekeyser – Assistente; Pio Caetano Lobo – Visitante; Pushkar Singh Bora – Adjunto; Rafael Fernando Garcia Saavedra – Assistente; Ramdayal D. Swarnakar – Adjunto; René Phillippus Vandezande – Titular; Ricardo Alfredo Scaricabarozzi – Assistente; Roberto Carlos Di Leo – Visitante; Robert Edmund House – Assistente; Roberto Ricardo Jarry Richardson – Adjunto; Said Rahnamaye Rabbani – Assistente; Samuel Arnaldo Espínola Calvez – Visitante; Sami Louis Salhab – Assistente; Santiago Andres Aldana – Visitante; Sebastian Sanchez Martin – Assistente; Seemanapalli Sarma – Adjunto; Seyyed Said Dana – Assistente; Shilaja Surramanian – Assistente; Silvestre Fernandez Vasquez – Assistente; Simin Javali Rabbani – Assistente; Sirkka Lisa Salo – Assistente; Sreeramulu Raghuram – Adjunto; Sukaram Ran Patel – Adjunto; Suresh Ramnatilaw – Visitante; Teobaldo Gonzaga Pereira – Visitante; Thomas George – Visitante; Thomas Joseph Marie Van Dijck – Assistente; Timothy Denis Ireland – Assistente; Tumkur R. Gopinath – Adjunto; Ulrike Margot Wech Dankesreiter – Visitante; Vijayalakshmy Srinivasan – Assistente; Vishwambhar Nath Agrawat – Adjunto; Wilhelmus Maria Johannes Gerardus Ruberg – Assistente; Wolfango Eloy Sanchez Lemos – Adjunto; Wolfgang Otto Groth – Visitante; Wolfgang Kaiser – Adjunto; Wosciech Kulesza – Assistente; Wolf Dietrich – Visitante; Yvan Labelle – Visitante; Yerko Pinto Tabilo – Visitante.

ciências humanas. Dos 141, nove desempenham função de direção¹¹⁴, espalhados entre os cargos de coordenadores e chefes de departamento. Além disso, cerca de 90% haviam sido contratos durante o reitorado de Lynaldo Cavalcanti (CEVPM-PB, 2017, p. 499). No arquivo analisado existem listas de nomes de professores tidos como estrangeiros de outras universidades do Nordeste, como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o que mostra que essa problemática não foi exclusiva da UFPB, e que o cuidado com a influência estrangeira fazia parte dos OIs como um todo em relação ao ensino superior.

Voltando ao caso da UFPB, a informação analisada dá nota de que não existe um clima generalizado de descontentamento entre os docentes quanto ao assunto, já que os professores estrangeiros estariam desempenhando funções de direção em razão de terem sido escolhidos entre os mais capacitados e qualificados. Apesar da afirmação, a informação traz o nome de dois professores que portavam registros negativos:

MICHEL MARIE JOSEPH BEYLIER

- Em 03-03-79 tomou parte no lançamento do livro “A SENTENÇA – CASO HERZOG”, ocorrido em Campina Grande/PB;
- Em 1980 tomou parte na criação do Centro de Estudos para Ciências Interdisciplinares, em Campina Grande/PB, Órgão que pela sua constituição visava a divulgação da dialética marxista na UFPB;
- O nominado chegou ao BRASIL em 1965 e tem permanência definitiva.

THOMAS JOSEPH MARIE VAN DIJCK

- Em 1981 esteve envolvido em movimento contestatório na UFPB, quando estudantes e professores protestaram contra ato do Ministro da Educação que nomeou um Diretor “Pró-Tempore” para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB, preterindo um outro professor que já havia sido escolhido pelos corpos docente e discente (ARE_ACE_3203/82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Quanto ao segundo professor citado, encontramos dois ACEs que tratam exclusivamente de sua atuação. Por ser considerado, segundo o LDB, de posição

¹¹⁴ De acordo com a INFORMAÇÃO Nº 027/119/82/ARE: Amar Nath Chaba – Subchefe da coordenação do curso de Pós-Graduação em Física; Cornelis Joannes Van Der Poel – Chefe da coordenação do curso Pós-Graduação em Ciências Sociais; Hugo Henrique Ratier – Subchefe da coordenação do curso de Mestrado em Sociologia Rural; Heinz Johann Holschuh – Subchefe da coordenação de Engenharia de Alimentos; Jacques Ramondont – Assessor Para Assuntos Internacionais; José Artur de Jesus Rodrigues da Costa – Chefe da Coordenação do curso de Nutrição; Juan Carlos Ceballos – Chefe do Núcleo de Meteorologia Aplicada; Silvestre Fernandes Vasques – Chefe da Coordenação do curso de Engenharia Florestal; Ivan Labelle – Subchefe da Coordenação do curso de Pós-Graduação em Serviço Social.

ideológica esquerdista, contrário ao movimento de 1964, por participar ativamente de movimentos promovidos por docentes e estudantes e ser estrangeiro, Thomas Joseph Marie Van Dijck figurou entre os documentos da vigilância. Em julho de 1982, a Assessoria de Segurança e Informações da UFPB envia resposta¹¹⁵ a um Pedido de Busca (Nº 236/740/82), solicitado pela Agência Recife sobre o professor. Na resposta, foi enviado um prontuário (Nº 242) contendo descrições das ações do vigiado do ano de 1980 até 1982. As descrições se concentram em narrar atividades em que o professor se mostrou um forte apoiador do movimento grevista docente e das reivindicações estudantis. Junto a isso, descreve a participação do investigado em eventos promovidos por entidades “comprometidas com a subversão”, a exemplo do “Comitê de apoio às lutas populares”.

Um outro ACE (Nº5553/83), dá nota sobre o Campus II da UFPB, sendo o objetivo do Relatório Especial de Informação (Nº 022/16/83) comentar das “atividades subversivas em Campina Grande”, onde contém um tópico falando da associação entre professores brasileiros e estrangeiros no desenvolvimento de intenso trabalho de doutrinação no campus:

[...] a maioria dos cargos docentes e de chefia encontra-se ocupado por professores brasileiros e estrangeiros de comprovada militância esquerdista, os quais desenvolvem intenso trabalho de doutrinação no seu meio e, até, entre os alunos, ação que se estende desde a elaboração de programas de Cursos, até as salas de aula, onde são apresentadas e discutidas questões previamente escolhidas, sempre em proveito da difusão da ideologia marxista, na busca de novos adeptos.

b. Apesar do trabalho de proselitismo e doutrinação alcançar ressonância em, apenas, uma pequena parcela do público-alvo, muitas são as dificuldades enfrentadas pelos que discordam da orientação vigente, sejam eles professores ou alunos, em face de se tratarem de pessoas isoladas e sem nenhum nível de coordenação, o que só tem concorrido para a marginalização dos mesmos, em proveito da ação dos ideólogos de esquerda, ora detentores de absoluto controle na maioria dos Departamentos daquela Universidade, principalmente dos ligados às Ciências Sociais, a exemplo dos Departamentos de ECONOMIA e SOCIOLOGIA, onde a quase totalidade dos seus docentes professam o credo marxista (ARE_ ACE_5553/83 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Devido à influência do “credo marxista” nos departamentos citados, o relatório expressa preocupação e propõe que haja: “um trabalho para neutralizar a ação desse

¹¹⁵ INFORMAÇÃO Nº 47/82/ASI/UFPB, presente no ACE Nº 3487/82.

grupo atuante de nacionais e estrangeiros, militantes do PCB, PC do B, MR-8 e PARTIDO DOS TRABALHADORES (Trotskistas)” (ARE_ACE_5553/83). Mais do que expor casos relatados em documentos da vigilância, é indispensável compreender as razões pelas quais houve monitoramentos a departamentos específicos e seus integrantes nas universidades. A vigilância não se dava sem uma razão, e para os OIs, como se vê no relatório, a razão de se propor um trabalho de neutralização de ações era a suposta presença e hegemonia de professores que disseminavam teorias e pensamentos próprios do campo marxista. Com isso, percebemos que apesar de ter havido uma repressão notória para com os estudantes, professores também eram tratados como ameaças ao bom funcionamento das universidades.

Através desse mesmo relatório, compreendemos que os órgãos de informações estabeleciam relações entre a presença de professores estrangeiros e a influência da esquerda nos departamentos de determinados cursos, como se vê:

QUADRO 2: PROFESSORES ESTRANGEIROS E MILITÂNCIA NO CAMPUS II

NOME	CARGO	CIDADE NATAL	MILITÂNCIA
Élbio Troccoli Pakman	Membro do Colegiado do Mestrado de Economia	Montevideu/Uruguai	PCB
Ademir Alves de Melo	Coordenador do Mestrado em Economia Rural	Parnaíba/PI	PCB
Claudete de Mix Toro	Chefe do Departamento de Economia	Brotas de Macaúbas/BA	PCB
Manuel Buvinich	Professor Assistente	Punta Arenas/Chile	Esquerdista
Ramón Penna Castro	Professor Visitante	Madri/Espanha	PCB
Jurandir de Souza	Diretor de Núcleo de Estudos	Guararapes/SP	PT (Trotskista)
Constantino Soares Souto	Professor de Economia e Administração	Unaí/MG	Esquerdista
José Roberto Pereira Novaes	Professor da UFPB	São Paulo/SP	PT (Trotskista)
Nilson Araújo de Souza	Professor da UFPB	São João dos Patos/MA	MR-8
Paulo Ortiz de Aragão	Professor da UFPB	Fortaleza/CE	Esquerdista
René Louis Lauzeris	Professor Visitante	Toulouse/França	PCB

Fonte: ARE_ACE_553/83 -Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo. Elaboração nossa.

Além de expor a militância e dados acerca de cargo e cidade natal, o relatório, produzido pela Agência Recife, descreve no tópico “outros dados” informações importantes acerca da trajetória de cada professor citado, dando ênfase, como era típico, nas ações de cunho político. Como exemplo, temos o caso do professor Claudet Coelho Guedes de Mix Toro, que, conforme o relatado, foi para o Chile no ano de 1968, onde ficou até 1973, ano que partiu para a Alemanha Oriental, lugar que ficou até 1979. Ao retornar para o Brasil, principalmente em Campina Grande, passou a atuar no setor acadêmico, nos bairros e sindicatos; participando ativamente na organização de movimentos sociais na área do campo.

De forma semelhante, no caso do professor Élbio Trocolli Pakman, natural de Montevideu, no Uruguai, também foram relatadas informações acerca de lugares onde o vigiado teria passado antes de atuar na UFPB. Dentre os lugares citados, estão Cuba e Tchecoslováquia. Por ser, supostamente, filho de um dos antigos “altos dirigentes” do Partido Comunista no Chile e burocrata do governo cubano, participava, junto a outros professores e alunos, da organização do “Partido” na Paraíba.

Algo comum que foi observado a quase todos os professores citados, além da militância política classificada como esquerdista, diz respeito a passagem por países fora do Brasil e, junto a isso, uma forte atuação política fora da universidade, no cenário urbano e do campo, como forma de prestar apoio a movimentos sociais que se articulavam na década de 1980.

A questão da presença estrangeira na UFPB não se limitava aos órgãos de informações e à preocupação em relação à influência de esquerda possivelmente trazida com os de fora. Um outro ACE (Nº 015/79/001), relata, dentre outras coisas, conflitos havidos no Departamento de Matemática no ano de 1979. Conforme o relato, havia um clima de hostilidade entre os professores integrantes deste departamento envolvendo possíveis irregularidades em concurso para a área de Matemática. Os conflitos que foram gerados em função de questões internas se intensificaram, segundo o relato, a um ponto que “[...] a hostilidade se revela nas manifestações de xenofobia de certos professores, que chegam ao ponto de chamar de ‘estrangeiros’, aos novos professores do D.M.; em geral, egressos do sul do país” (ARE_ACE_015_79_001).

De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB, em meados de 1980, três professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB tiveram contratos finalizados sob a justificativa da não revalidação de diplomas estrangeiros no Brasil, a

saber: Sônia Taddei Ferraz, Juarez Torres e Alberto Cignoli. No ano de 1982, o professor Daniel Silveira Sánchez, do Departamento de Artes e Comunicação (DAC), enfrentou dificuldades com o visto de permanência no Brasil por conta da nova lei de estrangeiros¹¹⁶, o que afetou, por consequência, sua esposa, Zélia Maluza Stein, do mesmo departamento, que não teve condições de permanecer na universidade.

É importante ressaltar que, por muitas vezes, questões internas falaram mais alto, causando situações embaraçosas em vista da presença dos considerados estrangeiros. A cultura “provinciana” do estado, que respingava na universidade, certamente potencializava os conflitos, gerando temor em relação a permanência dos cargos ocupados na instituição. Todo esse contexto, aliado ao terror fabricado pelo regime em relação a influência comunista, resultou em diversas situações conflituosas conforme narrado.

Nos manuais produzidos pelos órgãos de informações continham recomendações referentes as possíveis táticas utilizadas pelos subversivos no campo da educação, incluindo professores. Segundo Motta (2014), um dos manuais produzidos pela DSI/MEC de maior repercussão foi *Como eles agem* – um informativo sobre as estratégias comunistas nas universidades, que vazou no ano de 1974, servindo de motivo para matérias jornalísticas ironizarem o tom altamente conspiratório do material. Além desse manual, o autor ainda cita outros, cujos nomes são: “Manual sobre guerra psicológica”, “Manual de Informações e Contrainformações”, “Manual de segurança das comunicações” e “Como identificar um possível usuário de drogas”.

Parte considerável dos manuais eram voltados para a compreensão e identificação das táticas utilizadas pelo movimento estudantil no campo do ensino superior e secundarista. Todavia, no manual: “Como eles agem”, conforme a análise feita pela pesquisadora Ludmila Gama Pereira (2016), foi possível identificar trechos voltados à “subversão no magistério”. A autora informa que uma citação, supostamente atribuída a Mao Tsé Tung foi escolhida para introduzir o assunto, a saber: “Um simpatizante pode valer mais que uma dúzia de militantes comunistas. Um catedrático de universidade que, sem ser membro do Partido, presta-se a servir a URSS, vale mais pela influência que exerce entre os estudantes, do que cem comunistas que pregam

¹¹⁶ Lei Nº 6.964, de 09 de dezembro de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6964.htm. Acesso em: junho de 2020.

cartazes” (Aviso Reservado nº 873/73/ASI/UFF, p. 5 apud PEREIRA, 2016, p. 151). Se tratando da atuação docente, se tem ainda:

Procurando reestruturar o movimento estudantil, os subversivos tentam entendimentos com personalidades que repudiam a política do atual governo. Muitos professores, cassados ou não, que tenham suas ideias concomitantes ou não com as do inimigo, aparecem em primeiro plano. [sic] Daí a explicação de muitos professores universitários preferirem o cargo de chefes de departamentos ao de Reitor ou Diretor, pois assim poderão ter um contato com os alunos. Outra arma dos subversivos é a posse dos professores cassados ou esquerdistas, de cadeiras nas diversas Universidades Brasileiras, dos cursos de Pós-Graduação, cuja temática esteja dentro do ramo da Antropologia Cultural ou de chefias que proporcionem uma ação mais eficiente na base [...] (Aviso Reservado nº 873/73/ASI/UFF, p. 6 apud PEREIRA, 2016, p. 152).

Na citação acima, o manual reforça as possíveis táticas aplicadas pelos inimigos em relação à propagação da subversão entre professores e alunos. Ao afirmar que existia uma preferência por parte de “muitos professores” em ocupar cargos de direção, o manual também reforçava a necessidade de vigilância que deveria ser adotada como meio de neutralizar ações. Como vimos no caso da UFPB, muitos dirigentes foram de fato vigiados em cumprimento às recomendações dos materiais direcionados pela DSI/MEC. Junto a isso, o monitoramento a professores da área de Antropologia, destacado pelo trecho, atesta que o caráter questionador que as ciências humanas possuem era visto como uma ameaça.

Ademais, o estímulo ao consumo de drogas, caracterizado por “toxicomania” como coloca Pereira (2016, p. 152), fazia parte da realidade presente nos meios universitários de acordo com o manual. O objetivo do uso de drogas, especialmente da maconha, era de manter o estudante dependente, para que se acatasse de forma mais rápida os ditames comunistas. Para reforçar o perigo, o manual afirmava que existia a comprovação de danos cerebrais decorrentes do uso da maconha (PEREIRA, 2016, p. 153).

As recomendações expressas pelo manual quanto ao consumo de substâncias ilícitas se referiam aos estudantes universitários, no entanto, ao analisar os arquivos do Fundo SNI – Agência Recife, encontramos documentos que acusam professores de fazerem uso de drogas, o que agravava a condição de vigiado. O ACE que traz este assunto é o mesmo que trata de professores estrangeiros; porém, a relação agora é entre militância política e uso de drogas. No documento, aparecem nomes de professores

pertencentes aos departamentos de Economia, Administração e Ciências Sociais. Todos os citados, além de serem acusados de possuírem vícios em tóxicos, aparecem como atuantes em partidos de esquerda e movimentos sociais.¹¹⁷

Conforme foi frisado, existia uma nítida necessidade de desqualificar aquele que era vigiado; por causa disso, acusações que iam além da típica classificação “subversivo” e “esquerdista” também eram recorrentes em documentos produzidos pelos OIs quanto à comunidade universitária em todo o Brasil. Nesse sentido, encontramos acusações que claramente buscavam reprovar moralmente o vigiado, refletindo, com isso, traços de uma cultura conservadora, que estimulava determinados costumes e reprovava outros. Além do típico autoritarismo, o governo dos militares também refletiu de forma nítida o moralismo presente em muitos dos setores da sociedade brasileira daquele momento.

Esses traços se expressavam na medida que os órgãos de informações atribuíam como negativas determinadas características, vigiando, “na mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente ‘desviantes’ – usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais” (MOTTA, 2014, p. 202). Logicamente, as acusações as quais identificamos nos documentos produzidos poderiam ser falsas ou baseadas em informações não comprovadas. Sendo comprovadas ou não, as afirmações eram utilizadas como meio de agravar ainda mais a situação e imagem do vigiado, fornecendo justificativas adicionais para que o monitoramento ocorresse.

Entre os materiais produzidos pelo SNI que tivemos acesso, encontramos os nomes de alguns dos professores que foram excluídos da UFPB em diferentes momentos. Inicialmente, analisaremos os ACEs que fazem menção a professores afastados logo após o golpe. Os nomes identificados foram os de: Francisco de Assis Lemos de Souza, Juarez de Paiva Macêdo, Ronaldo Queiroz Fernandes e José Florentino Duarte. Os nomes de alguns destes professores aparecem em prontuário já mencionado (Nº 00038), que versa sobre Guilardo Martins Alves. Em registro do SNI do ano de 1965, consta que uma grande oposição foi feita à “ação moralizante” do reitor em questão, sobretudo pelo “bando subversivo” que acompanhava o reitor deposto,

¹¹⁷ Os partidos citados pelo documento foram: Partido Comunista do Brasil (PCB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Já os movimentos sociais e associações estiveram ligados ao meio artístico, movimentos sociais do campo e movimento de mulheres.

Mário Moacyr Porto; que era composto pelos professores: Otávio Sá Leitão Filho, Osvaldo Trigueiro do Vale, Juarez de Paiva Macêdo e Ronaldo de Queiroz Fernandes.

Começando pelo ACE Nº 4084/83, que versa sobre Francisco de Assis Lemos de Souza, o foco do arquivo é apresentar um prontuário, onde não foi possível identificar a qual órgão foi remetido, apenas que foi produzido pela Agência Recife como indica o cabeçalho. Antes de destrinchar a trajetória do vigiado, o INFORME Nº 61/16/ARE/83 já caracteriza Francisco de Assis Lemos de Souza como o “maior responsável pelas agitações no interior da PARAÍBA, especialmente em SAPÉ e MARI. Participou ativamente do movimento subversivo estudantil naquele estado”.

O prontuário, embora dê ênfase logo no cabeçalho à condição de “engenheiro agrônomo e professor universitário” exercida pelo vigiado, traz detalhes da trajetória política de Francisco de Assis Lemos de Souza, visto que este teve seu mandato de deputado cassado pela Assembleia Legislativa da Paraíba em 1964, sendo inclusive “capturado e conduzido para a Ilha de Fernando de Noronha”, como aponta o documento. Apesar do campo político se encontrar ligado ao campo da educação, especialmente neste caso em que o professor afastado também exercia função de parlamentar, sendo afastado de ambas por razões políticas, procuramos nos ater neste momento às informações que estiveram direcionadas à vigilância no setor educacional.¹¹⁸

No que se diz respeito à trajetória como professor, o prontuário destaca o vigiado como “muito ligado” ao ex-Reitor Mário Moacyr Porto, sendo este o responsável pela entrada de Francisco de Assis na Faculdade de Ciências Econômicas. Ainda é posta em evidência uma suposta “distribuição de panfletos e livros de sentido marxista entre os alunos da Faculdade” (ARE_ACE_4084/83). Sobre o afastamento das atividades como professor, o material informa, mediante trecho retirado do Diário Oficial da União de 28 de setembro de 1964, que “este foi atingido pelo Art. 7º do Ato Institucional com demissão do cargo de Professor Catedrático da Universidade Federal da Paraíba, do Ministério da Educação e Cultura”. Além disso, o prontuário deixa claro que a demissão ocorreu “por força da Revolução”.

De forma semelhante ao ACE anterior, em que o vigiado consta como assunto principal, aparece o ACE Nº 3605/82 que trata do início ao fim do professor Juarez de

¹¹⁸ Sobre a atuação do SNI na esfera política da sociedade paraibana, ver: SOARES, Maria Tereza Dantas B. **A política paraibana vigiada políticos e militantes sob os olhos do SNI**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

Paiva Macêdo. Neste caso, temos um encaminhamento (Nº 06/750/ARE/82), o qual foi remetido prontuário (Nº 00015) à comunidade de informações. Logo na capa do encaminhamento, o professor e advogado é descrito como “um dos teóricos marxistas mais adiantados. Elemento declaradamente comunista, perseguia seus alunos quando faziam oposição a sua ideologia” (ARE_ACE_3605/82). Caracterizado como subversivo, fazia proveito da cadeira de “História das Doutrinas Econômicas” para divulgar materiais como o Manifesto do Partido Comunista. Novamente um caso em que foi alegado pelos OIs perseguição a estudantes que faziam oposição à ideologia professada pelo docente, servindo de motivo para que o professor fosse visto como perigoso. Além dessas suposições, o professor figura como um dos “apoiaadores exalados” dos movimentos grevistas e camponês.

Diferente do que costumava ser narrado acerca de outros docentes, os OIs deveriam se manter vigilantes quanto a este professor, não pela sua participação em movimentações de massa, mas sim, pela sua capacidade esquivar-se da exposição. A estratégia utilizada por este agente da subversão era de limitar suas atividades entre os alunos da FACE; o que o tornava um elemento perigoso “devido à sua ação indireta; muito hábil e inteligente [...] pertence ao chamado grupo dos teóricos” (ARE_ACE_3605/82). Logo após o prontuário, se tem em anexo uma ficha com antecedentes políticos e ideológicos do vigiado; esta ficha, de acordo com a data (02/09/1971) e com as informações presentes no prontuário, foi produzida pela Delegacia Especial de Ordem Política Social e Econômica da Paraíba.

A produção de antecedentes desta natureza era uma prática recorrente no período, podendo ser remetido a algum outro órgão de informação ou repartição pública. Como Juarez de Paiva Macêdo exerceu cargos em companhias elétricas, tanto na Paraíba como em Pernambuco¹¹⁹, é provável que os antecedentes tenham sido remetidos a alguma das companhias que o investigado atuou. Os antecedentes anexados repetem algumas das informações já presentes no prontuário acerca da atuação deste como vinculado à subversão; no entanto, o que chama atenção é o tom ameno da ficha, ao incluir que, apesar das acusações, foram “apresentadas provas abundantes e irrefutáveis de sua inocência” (ARE_ACE_3605/82).

¹¹⁹ Segundo o prontuário, em 27 de dezembro de 1966, Juarez de Paiva Macêdo foi nomeado pelo Governador João Agripino Filho como Diretor de Assuntos de Eletrificação da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA). Em 1973 atuava como Superintendente de Planejamento e Controle da Companhia e Eletricidade de Pernambuco – SELPE.

Mais uma vez identificamos os OIs relatando a presença de acordos para melhorar a situação de determinado vigiado. O documento não evidencia quais provas abundantes foram as que atestaram irrefutavelmente a inocência do docente, contudo expressa que o vigiado saiu de uma condição bastante difícil para uma em que a inocência foi provada. Apesar do relato não mostrar o que foi feito para que a condição do vigiado se tornasse mais favorável, compreendemos que as práticas de acordos e conciliações podem ter contribuído para uma mudança tão brusca.

Seguindo a mesma lógica de remeter antecedentes, o ACE Nº 2128/81, cujo assunto da INFORMAÇÃO Nº 82B/E-2 é: “Antecedentes políticos-sociais de empregados da SAELPA”, versa, juntamente com outros funcionários, sobre o professor José Florentino Duarte. A informação comenta que foi feito um levantamento de dados pelos órgãos de informações acerca de funcionários da Saelpa e que, dentre os nomes solicitados, o único que acusou registros negativos foi o de José Florentino Duarte. No seu LDB, consta ter sido nomeado pelo reitor Mário Moacyr Porto; ser influente entre os estudantes, difundido ideias marxistas; esquerdista e ter feito curso da Alemanha Oriental. Além disso, em 1974: “Teve seu nome vetado pela UFPB quando pretendia ingressar no quadro docente, mediante concurso, por registrar antecedentes negativos naquela Universidade” (ARE_ ACE_2128/81). Como já identificado anteriormente, a comunidade de informações sobrevivia à base da troca de dados, mesmo que remeter antecedentes negativos a determinado órgão não fosse necessariamente implicar em demissão ou não contratação.

Nem sempre a ASI/UFPB e outros órgãos da comunidade de informações traziam o nome dos vigiados como assunto principal das informações, aparecendo esses nomes, muitas vezes, em prontuários/informes/informações de outros vigiados ou de assuntos que buscavam evidenciar determinadas temáticas. No caso do professor Ronald de Queiroz Fernandes, conseguimos identificar dados mediante prontuário do professor Rui Gomes Dantas; embora o objetivo fosse expor as ações deste último. Por se tratar de um extenso histórico, permeado de informações pertinentes à época, o nome do professor Ronald de Queiroz acaba sendo mencionado e sua pessoa caracterizada como comunista. Isto porque, em 1968, supostamente prestou apoio a manifestações estudantis, proferindo palestra crítica em relação à política educacional do governo.

O vigiado figurou também em outro documento, do tipo informação (Nº 040/80/ASI/UFPB)¹²⁰ de assunto: “Infiltração esquerdista no setor universitário”. Esta informação foi difundida pela Agência Recife em resposta a um Pedido de Busca (Nº 655/119/ARE/79). Como resposta, a ASI/UFPB remeteu dados do professor Ronald de Queiroz como integrante de uma lista de professores que professavam ideologia esquerdista.

A análise do ACE 3734/82, exposto anteriormente, nos faz atentar também para outros pontos, como a repressão e vigilância praticada em relação a outras instituições de ensino superior na Paraíba, como foi o caso da Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE)¹²¹, atual Universidade Estadual da Paraíba. Embora não seja o foco de nossa pesquisa, nomes de integrantes da referida universidade aparecem nos arquivos do Fundo SNI – Agência Recife, como foi o caso de Edvaldo de Souza do Ó. Edvaldo, “homem que contribuiu significativamente para o desenvolvimento industrial e intelectual, dentre outros setores desenvolvidos em Campina Grande” (RAMOS, 2015, p. 62), assumiu a reitoria da URNE no ano de sua fundação, em 1966, onde exerceu reitorado até 10 de abril de 1969, momento da intervenção militar na URNE.

Diante da intervenção, Edvaldo de Souza do Ó, teve seu mandato de reitor e de professor cassado, por força do 4º Exército de Recife (CEVPM-PB, 2017, p. 490). Se tratando da questão da intervenção militar nessa universidade, a pesquisadora Érika Lins Ramos (2015, p. 96) afirma: “A intervenção militar de 09 de abril de 1969 desestabilizou as estruturas da recente universidade. Valendo-se de muitos decretos, o Comando Militar iniciou sua interferência na URNE um pouco antes do dia 09 de abril, principalmente através do cancelamento de algumas matrículas e da punição de vários estudantes”.

Acerca das informações que tratam de Edvaldo de Souza do Ó, foram encontrados dois ACEs que abordam de forma direta e um outro que o menciona de maneira indireta. Começando pelo ACE 3734/82, que já foi exposto, o prontuário presente em anexo caracteriza o investigado ao longo de todo o material como um “elemento de péssimos antecedentes” e “esquerdista”. Tal caracterização, que fazia

¹²⁰ Informação presente no ACE Nº 979/80/001.

¹²¹ Criada através da Lei Municipal nº 23, de 15 de março de 1966, a Universidade Regional do Nordeste se estabeleceu em Campina Grande. Após tentativas, a estadualização da universidade ocorre em 1987, mediante a Lei nº 4.997, sancionada pelo então governador, Tarcísio Burity. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/>. Acesso em: junho de 2020. Ver também: PARAÍBA, **História da Universidade Regional do Nordeste**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Educação e Cultura, vol. II, 1994.

parte da lógica de desqualificar aquele que era alvo, é exposta logo no cabeçalho do prontuário, como é visível:

FIGURA 2: PRONTUÁRIO SOBRE EDVALDO DE SOUZA DO Ó

P. n.º 003734/82
(Cont. - Fla. 2)

NOME - EDVALDO DE SOUZA DO Ó
FILIAÇÃO - Isaias Souza do Ó e Alice Souza do Ó
NATURAL DE - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA.
PROFISSÃO - Professor CAMPINA GRANDE /Pb
Corrupto-Esquerdista

DATA	FONTE	HISTÓRICO
------	-------	-----------

Fonte: ARE_ACE_3734_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Retratado como praticante de irregularidades nos cargos em que ocupou, o histórico presente no prontuário foca em acusações de corrupção ao investigado durante o período de 1965 a 1981. No que se refere ao ano em que assumiu o reitorado da URNE, afirma-se que a atuação política de Edvaldo de Souza do Ó é marcada por contradições, sendo notório no trecho a seguir, uma forte tentativa de desqualificar política e moralmente o vigiado:

1968: Profissão: Professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande—Pb. Reitor da Universidade Rural de Campina Grande—Pb. Ideologia: Elemento de esquerda. Residência: Granja Solidão— Campina Grande—Pb. Indiciado no IPM, da Comissão de Centenário de Campina Grande. Tem grande atuação política na referida cidade, marcada de contradições. Em passado não distante, manteve fortes ligações com elementos de esquerda em Campina Grande. Corrupto. Emprega na Reitoria jogadores do Treze de Campina Grande, de cujo clube é Presidente. Consta ser homossexual. A corrupção que o Sr. Edvaldo vem implantando na Fundação Universidade Regional do Nordeste, tem sido objeto de algumas informações por parte deste núcleo. Complementando-as, segue mais e seguinte: O engenheiro Linaldo Cavalcanti de Albuquerque comentou inclusive através da imprensa que poderia provar que Edvaldo do Ó era ladrão (ARE_ACE_3734/82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

No histórico presente no prontuário, se reforça a perspectiva de que aqueles envolvidos com OIs eram conscientes do “esquema revolucionário”, ou seja, das intenções do governo em relação ao meio universitário, que havia sido implantando nas universidades com o golpe. Para que esse esquema de fato vigorasse, era necessário que

os agentes que estavam a serviço permanecessem vigilantes quanto as tentativas de reintegração de indivíduos afastados por motivos de subversão e corrupção. Um desses indivíduos era Edvaldo de Souza do Ó. Nesse sentido, é alegado que Edvaldo de Souza do Ó buscava maneiras de ser reintegrado nas funções de Presidente da FURNE via mandado de segurança. Em seguida, no mesmo trecho, é reconhecido embora “forçosamente” que, juridicamente, o decreto de exoneração de Edvaldo do Ó é, “a priori destituído de fundamentação legal, o que pode determinar, logo e através de medida liminar pelo Juiz uma reviravolta da atual situação com sérios e irreparáveis prejuízos moral e cívico para a Revolução” (ARE_ACE_3734/82).

Com isso, entendemos que a figura de Edvaldo Souza do Ó gera problemas para os OIs, visto que este poderia retornar para as funções as quais foi destituído. Contudo, a volta de Edvaldo não era algo bem-visto pelos órgãos de informações. Para reforçar a imagem de perigo, os documentos que tinham por função de desqualificar o vigiado o colocam como uma figura de trajetória política controversa. Uma das contradições relatadas nos próprios documentos se tratou do compartilhamento de informações sobre Lynaldo Cavalcanti, onde o acusava de ser comprometido com elementos de esquerda e contrário à Revolução de 1964, como já tratado em outro tópico. Embora Edvaldo seja muitas vezes taxado como esquerdista, alguns relatos evidenciam contradições em relação às crenças e posicionamentos políticos. Mais uma vez vemos que o conceito de cultura política é pertinente para compreender os acordos e conciliações ocorridas no período, considerando que as relações entre indivíduos pertencentes a campos políticos opostos nem sempre se distanciaram de forma absoluta.

Outro ponto que não pode deixar de ser discutido diz respeito a Edvaldo de Souza do Ó ser tratado como corrupto frequentemente. Um dos traços mais pontuados nos documentos produzidos pelos OIs era a quase automática associação entre um elemento de destaque vigiado e a prática de corrupção. Para provar as acusações em relação a Edvaldo, algumas informações a respeito de atos corruptos são levantadas em alguns dos informes. Contudo, mais do que perceber as acusações, é necessário compreender que o combate à corrupção foi uma das armas utilizadas pelos OIs para promover acusações sérias contra alvos. Dentro da perspectiva de práticas políticas presentes, associar inimigos ou esquerdismo com corrupção não foi algo incomum. Ainda sobre acusações, Edvaldo também é colocado como homossexual de forma intencionalmente ofensiva, visto que o moralismo presente nos relatos dos OIs não se limitava ao campo político, mas também pessoal.

A INFORMAÇÃO Nº 023/76, cujo título é: “Elemento punido pelo AI-5 continua atuando”, expõe os passos do investigado que estava a elaborar seminários na cidade de Campina Grande, mesmo após punição. Nesta informação, a lógica da desqualificação, permanece e aparece de forma direta. Essa informação faz referência a outra (Nº 031/75), em que se acusa Edvaldo do Ó de ser um elemento “altamente nocivo”, atrevido e corrupto, causando seu retorno à vida pública “várias implicações, inclusive em termos de desprestígio para a própria Revolução” (ARE_ACE_373482).

Em ambas as informações constam recortes do jornal “Diário de Borborema”, onde mostra imagens dos seminários elaborados por Edvaldo do Ó, seguido de uma “Folha Registro”¹²², local onde eram preenchidos dados acerca da filiação, endereço, atividades criminais e os principais registros encontrados daquele que era investigado. No entanto, para além dos recortes de jornais, chama atenção nas informações os seguintes trechos:

Foi indiciado em IPM, por ter, em 7 a setembro de 1956, em praça pública, durante Desfile Escolar-militar, desrespeitando o Exército e autoridades militares, inclusive com palavras de baixo calão.

Não possui condições morais compatíveis com os cargos que ocupa, correndo fortes indícios, sendo mesmo público e notório que é pederasta passivo, tendo ligações suspeitas com um jogador de futebol, de nome José Luiz Junior.

Como Presidente da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE (FURNe-), no fim do primeiro semestre de 1967 criou ambiente propício à agitação da classe estudantil, que chegou a deflagrar movimentos grevistas, ao investir contra a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande que, no final, se desligou da FURNe, em 12 de junho de 1967, por decisão de sua Congregação de Professores (22 votos contra apenas 2).

Ainda em 1968, praticamente todos os estudantes da Escola Politécnica de Campina Grande, requereram ao Diretor da Escola o imediato afastamento do Professor EDVALDO DE SOUZA DO Ó, sob a acusação de não preparar as aulas ministrar um curso fora da realidade, realizar exercícios escolares mal feitos e mal redigidos, ou quais não aquilatam o nível verdadeiro dos alunos, agir com parcialidade na realização e julgamento dos exercícios, externar predisposição de reprovar os alunos em massa, não se dedicar à Escola e tudo fazer para atrasar o seu desenvolvimento.

Considerando a gravidade dos fatos, solicito—vos seja, como medida paralela a outras providências a serem tomadas por esta Comissão, feito expediente por esse Comando, dirigido à Reitoria da Universidade Federal da Paraíba no sentido do afastamento imediato e

¹²² Também chamada de “Ficha-Conceito”, este tipo de documento apresentava o nome do indivíduo investigado e nela “[...] eram analisados seus antecedentes políticos e criminais, serviço de proteção ao crédito, endereço residencial e informações funcionais, além de informações a respeito de sua postura profissional e ideológica no trabalho. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 21” (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 146).

em caráter definitivo, do professor EDVALDO DE SOUZA DO O da ESCOLA POLITÉCNICA e da FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (FACE), ambas da cidade de Campina Grande e pertencentes à UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nas quais ensina as matérias ECONOMIA e FINANÇAS E ANÁLISE MACRO-ECONÔMICA, respectivamente.

(ARE_ACE_373482 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

O trecho exposto já inicia ressaltando que as autoridades militares permanecem vigilantes quanto às atividades do investigado, e novamente a desqualificação acompanha a lógica da informação, ao caracterizar o investigado como alguém ausente de condições morais compatíveis com os cargos que ocupava naquele momento. É interessante perceber que informações de um fato ocorrido em 1956 também são integradas ao ACE examinado, reforçando a ideia de que anterior à montagem do SNI e da comunidade de informações, já constavam detalhes importantes da trajetória daqueles que se envolviam com a vida pública ou que eram considerados subversivos.

Todavia, procuramos focar nas informações relativas ao campo da educação que, neste caso, detalha a suposta atuação de Edvaldo do Ó durante o período que esteve à frente da FURNE e como professor da UFPB. A informação destacada afirma que o investigado promovia agitações no meio estudantil, fazendo disso, um ponto relevante a ser destacado, juntamente com as acusações de que “praticamente todos os alunos” da Escola Politécnica requereram o afastamento do professor em razão de “ministrar um curso fora da realidade” e “agir com parcialidade”. Ambos os motivos, dentre as muitas acusações, foram considerados razões para que fosse solicitado à Reitoria da UFPB o imediato afastamento, em caráter definitivo, de Edvaldo de Souza do Ó de suas funções como professor da referida instituição.

Ao se analisar documentos produzidos pela repressão, é necessário atentar que as afirmações contidas neste tipo de material nem sempre refletem a realidade do que havia no período. Como foi dito, as tentativas de desqualificar aquele que se encontrava na condição de vigiado eram inúmeras. Nesse sentido, no caso da informação há pouco exposta, as acusações presentes não devem ser encaradas como verdade absoluta, considerando que mesmo no próprio ACE não contém provas que ajudem a verificar as acusações feitas e apontá-las como verdadeiras. Além disso, motivações pessoais poderiam estar e estiveram inseridas no processo de levantamento de informações no caso de integrantes do campo da educação superior na Paraíba, bem como justificativas

administrativas “por denúncias de ausência do professor na sala de aula ou mesmo questões de divergência entre pares e dirigentes das unidades acadêmicas” (CEVPM-PB, 2017, p. 488).

Novamente sobre o Campus II da UFPB, em Campina Grande, encontramos documento semelhante, onde são levantados dados do professor Hermano Nepomuceno Araújo por meio da ASI/UFPB. A respeito do professor, consta que este esteve envolvido com a promoção de greves no Campus II, bem como incentivando movimentos grevistas fora da UFPB. Além disso, era integrante do “Centro de Estudos Para Ciências Interdisciplinares (CECI)”, segundo o documento, órgão comprometido com a divulgação da dialética marxista-leninista na UFPB, especialmente na área de humanidades. Sobre o vigiado, se tem:

HERMANO NEPOMUCENO ARAÚJO

Posição político-ideológica: Oposição

- Atitude *com* relação à Ver 31 Mar 64: Não há registro

- Atividades subversivas: Não há registro

- Eficiência funcional ou profissional: Regular

- Ligado à Associação de Docentes da UFPB, Seção de CAMPINA GRANDE (ADUFPB-CG) e ao PMDB (ARE_ACE_1205/80 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Assim como ocorreu em outras universidades, na UFPB alguns professores foram reintegrados aos quadros da instituição após a Lei de Anistia (1979). Como vimos, alguns dados sobre os professores que mencionamos há pouco se referem a um contexto após 1979, momento em que alguns deles retornaram à UFPB. Com o retorno dos docentes, a comunidade de informações não deixou de emitir e remeter listas contendo os nomes dos reintegrados; e não apenas isso, os OIs não cessaram de vigiar aqueles que retornaram à instituição.

QUADRO 3: PROFESSORES REINTEGRADOS NA UFPB

NOME	CARGO	DATA DA REVERSÃO	REINTEGRAÇÃO ATRAVÉS DE
Agassiz Amorim de Almeida	Professor Titular	20/05/1980	Lei de Anistia
Pedro Moreno Gondim	Professor Titular	20/05/1980	Lei de Anistia
Luiz Hugo Guimarães	Professor Titular	20/05/1980	Lei de Anistia
Edvaldo de Souza	Professor Titular	20/05/1980	Lei de Anistia

do Ó			
Maria Tereza Ribeiro da Costa	Professor Titular	20/05/1980	Lei de Anistia
Ronald de Queiroz Fernandes	Professor Titular	20/09/1979	Decreto Judicial
José Florentino Duarte	Professor Titular	20/11/1979	Ato da Reitoria
Sílvia Pelico Porto	Professor Titular	10/09/1979	Ato da Reitoria
Juarez Benício Xavier	Professor Titular	14/01/1980	Ato da Reitoria
Rui Gomes Dantas	Professor Titular	20/11/1979	Ato da Reitoria
José Jackson Carneiro de Carvalho	Professor Titular	1979	Ato da Reitoria
Jomard José Muniz de Britto	Professor Titular	1979	Ato da Reitoria

Fonte: ARE_ ACE_1488_80 – Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo. Elaboração nossa.

Conforme ressaltamos, a UFPB se destacou no que diz respeito ao afastamento de docentes, fruto do reforço às perseguições que foi iniciada logo após o golpe. Assim, “outras exonerações foram realizadas, começando com a do diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, professor Paulo Pires, e uma lista de 17 professores com contratação não renovada” (CEVPM-PB, 2017, p. 486). De acordo com o Relatório Final, o ato veio do reitor da época, Guilardo Martins Alves e foi homologado pelo Conselho Universitário, em reunião no dia 13 de março de 1969¹²³.

2.6 ADUF/PB

Entre os vigiados que mais figuraram de forma recorrente entre os documentos produzidos pela ASI e SNI estão aqueles que possuíam vínculos com a Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUF/PB). A criação da associação está inserida em um contexto em que, no final da década de 1970, o Movimento Docente passou a se organizar de forma mais expressiva nas instituições de ensino superior. A explicação para o surgimento das Associações de Docentes no campo da educação se

¹²³ Conforme consta no Relatório Final da CEVPM-PB (2017, p. 487), na lista de contratação não renovada estiveram os professores: Beatriz Maria Soares Pontes, Célio Di Pace, Enoque Gomes Cavalcanti, Gerard Camille Prost, Hercules Gomes Pimentel, Heronildes Dias de Barros, Joost Van Dome, José Jackson Carneiro de Carvalho, José Kehrle, Marcelo Renato Arruda, Maria Thereza Ribeiro Prost, Nakais Hiorshi, Oswaldo Trigueiro do Vale, Raimundo Adolfo, Roberto Navarro de Oliveira, Ronald Queiroz Fernandes e Rui Gomes Dantas.

encontra no processo de paulatina mobilização por parte da sociedade civil contra o regime militar, que deu origem ao chamado “novo sindicalismo”.

A conjuntura política que foi se estabelecendo a partir da abertura, proporcionou o surgimento de organizações sindicais de caráter combativo, em oposição ao que havia até o momento após o golpe. Conforme o que Nunes explica sobre as origens do novo sindicalismo:

O movimento sindical brasileiro parecia “adormecido” no início dos anos 70, após toda repressão que se abateu sobre ele, a partir do golpe militar de 1964. Todavia, no interior das fábricas existia pequenas mobilizações por melhores condições de trabalho, reajustes salariais, etc. que levava a realizações de “operação tartaruga”, pequenas greves de algumas horas, recusa a fazer hora extra, etc., não visíveis para a sociedade como um todo, mas que serviu para manter a identidade dos trabalhadores enquanto grupo social. (NUNES, 1999, p. 288).

Ainda segundo o autor, no momento que começam a surgir as primeiras oposições sindicais na cidade de João Pessoa, todos os sindicatos eram caracterizados por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras. A única entidade que divergia desse padrão era a ADUF/JP, “fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo” (NUNES, 1999, p. 295). Inicialmente, a entidade constava de uma seção localizada em João Pessoa, no Campus I e outra localizada em Campina Grande, no Campus II.

Ao ser criada a Associação, ao mesmo tempo em que surgiam Associações semelhantes em outras universidades, a ADUF da Paraíba já possuía um duplo caráter: a defesa de questões relacionadas aos valores universitários, como a liberdade acadêmica e a democracia; e a defesa de interesses trabalhistas dos associados e demais docentes, como a luta por salários dignos e estrutura de carreira (ADUFPB-JP, 1999, p. 55). Essa dupla dimensão permeou as primeiras ações e mobilizações lideradas pela entidade.

Com a proliferação das Associações de Docentes nas universidades, a nível nacional, se estrutura a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – ANDES, que posteriormente, na tentativa de aglutinar professores da educação básica que atuavam no ensino superior, passa a ser chamada Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, preservando a sigla anterior. Nesse sentido, a ANDES “conforma-se, desse modo, como entidade nacional proto-sindical, de trabalhadores intelectuais de camada média” (NÁDER, 2001, p. 25), fundada no início da década de 1980, a qual a ADUF/PB se associou.

A organização das ADs foi um passo de grande importância para a comunidade docente, tendo em vista que o direito à sindicalização era vetado, dado o caráter autárquico das universidades (ADUFPB-JP, 1999, p. 17). A respeito da importância das Associações docentes e da ANDES, o professor Rubens Pinto Lyra, em seu livro “Universidade e Movimento Docente”, publicado no ano de 1982, evidencia que apesar da juventude o movimento nacional de professores já havia conquistado lugar de destaque entre os movimentos sociais do país. Isto porque “desde suas origens, o movimento docente assume a vanguarda da luta pela transformação estrutural da universidade brasileira ao colocar, entre as suas principais reivindicações, a democratização e a autonomia desta instituição” (LYRA, 1982, p. 47).

Questões ligadas ao autoritarismo de um regime que se encontrava em crise, bem como problemáticas próprias da profissão que atingiam os docentes como um todo, a exemplo da busca pela recuperação do poder de decisão dos professores, contribuíram para a emergência de uma entidade que representasse os interesses dos docentes que integravam a comunidade acadêmica da UFPB:

O crescimento quantitativo da UFPB, a partir de 1975, fizera aflorar deficiências que já existiam, assim como criara outras deficiências. Evidenciava-se a necessidade de discussão desses problemas, mas faltava um canal democrático que encaminhasse a discussão. O autoritarismo político havia cerceado qualquer possibilidade de na sociedade brasileira. Os focos pensantes da sociedade, tais como as entidades artísticos-culturais e as universidades, foram impedidas, dentro desse autoritarismo, de bem desempenhar uma de suas principais funções: a de pensar.

A ditadura, àquela época completando quinze anos, não administrou politicamente o crescimento das universidades, permitindo a permanência de distorções já existentes e criando outras, tais como a existência de professores horistas, o atrelamento ao MEC e ao governo nas questões de partilha e repasse de verbas do Orçamento da União, a omissão dos dirigentes quanto aos desníveis salariais do pessoal administrativo, a defasagem salarial do corpo docente. Essas questões aflorariam com a desmoralização das políticas econômicas da ditadura e com os primeiros acenos de reorganização da sociedade civil, a partir de 1978 (ADUPB-JP, 1999, pp. 19–20).

Como posto, muitas queixas próprias do fazer docente impulsionaram a criação da ADUF/PB enquanto entidade representativa, a exemplo da situação docente que refletia os frutos das reformas empreendidas pelo regime. Até 1978, a situação do corpo docente era bastante problemática, sendo composto de: a) professores assistentes, adjuntos e titulares (professores de carreira); b) professores colaboradores; c) professores visitantes; d) auxiliares de ensino e e) professores horistas, pagos por hora-

aula ministrada. Na UFPB, cerca de 49% do corpo docente era formado por professores colaboradores, que desempenhavam atividades de didática e pesquisa (ADUFPB-JP, 1999, p. 17).

O professor colaborador era contratado para atender eventuais necessidades acadêmicas, mediante análise de currículo. Por se tratar de contratos, os vínculos de muitos docentes estavam sujeitos a não renovação, o que gerava apreensão. Além das questões contratuais, os professores colaboradores se encontravam na dependência das “fichas de segurança”, examinadas pelas ASI infiltradas nas instituições federais (ADUFPB-JP, 1999, p. 19).

Assim, na tentativa de lutar em favor de melhores condições de trabalho e contra o arbítrio das decisões estabelecidas pelo autoritarismo, o Movimento Docente da UFPB começa a se organizar. No livro “Memória ADUFPB-JP: 20 anos – 1978 – 1998”, o professor Sílvio Frank Alem relata que sobreviventes das lutas estudantis dos anos 60, ao chegarem na UFPB, compartilhavam memórias semelhantes. Dessa forma, ao compartilharem histórias e objetivos em comum, como a luta pela conquista do Estado de Direito, de liberdades democráticas e o exercício pleno da cidadania, as bases para a Associação foram lançadas.

Escrevo sem consultar documentos: creio que no 25 de outubro de 1978 éramos 85 professores no Auditório do Centro de Tecnologia, deliberando a fundação e aprovando os Estatutos da ADUF-JP. Nascida como “Seção João Pessoa”, uma vez que não se descartava a possibilidade de uma breve fusão com a AD criada em Campina Grande. Tanto eram os dispositivos “caça-pelegos” que inseríamos na proposta estatutária, tamanho nosso jejum democrático e ânsia de participação que teve de ser retomada e concluída dois dias após. Cerca de 400 foram considerados “sócios fundadores”, esgotado o prazo estabelecido nas disposições transitórias. Percalços, tivemos. A administração exceto ações isoladas de uns poucos energúmenos cevados pela ditadura, nenhuma dificuldade criou à formalização da criação da AD (ADUFPB-JP, 1999, p. 32).

Nas próximas linhas do texto de memórias, o autor continua descrevendo o que caracterizou a formação da entidade, destacando a concepção sindical assumida pela Associação e pelo Movimento Docente, já que se tratava de uma organização representativa de um segmento de assalariados, “destinada a defender o preço pago pela força de trabalho deste coletivo, preservar e obter cada vez melhores condições de trabalho e desempenho profissional” (ADUFPB-JP, 1999, p. 33).

Por defender os interesses da categoria docente e da comunidade universitária, ao mesmo tempo que se posicionava contra o autoritarismo do regime, as atividades da ADUF/PB foram acompanhadas pelos OIs. Em nossa pesquisa, foram encontrados 30 ACEs que versam sobre a entidade ou sobre aqueles que a ela eram ligados. Nesse sentido, ao tratar especificamente da ADUF/PB, tanto em relação à seção de João Pessoa, quanto à seção de Campina Grande, os documentos produzidos buscaram manter sob vigilância os processos de escolha de diretoria, reuniões, possíveis articulações de greves e atividades realizadas pela entidade dentro e fora da universidade. Nos prontuários, informações e informes, caso o indivíduo vigiado possuísse ligações com a ADUF/PB ou supostamente tivesse comparecido a reuniões, este fato, em boa parte dos documentos analisados, era considerado negativo.

Como foi dito, os processos eleitorais envolvendo escolhas relativas aos cargos de diretorias figuraram bastante entre os documentos produzidos. Ao analisar a documentação até o ano de 1985, encontramos documentos que relatam, de forma detalhada, processos eleitorais ocorridos a partir de 1978¹²⁴. A maioria dos relatos não

¹²⁴ Diretorias da ADUF/PB/JP entre 1978 a 1985: **Comissão Provisória (1978)**: Presidente: Sandro Meira; Secretário: Paulo Ignácio Fonseca de Almeida; Tesoureiro: José Ronald Farias de Lacerda, Maria Tereza de Mello B. Campello; Mourad Ibrahim Belaciano; Paulo Ramos Coelho Filho; Vanderlei Américo Amado. **1ª Diretoria (1978-1979) - Chapa Consolidação**: Presidente: Sílvia Frank Alem; Primeiro Vice-Presidente: César Augusto Bonato; Segunda Vice-Presidente: Cláudia Marina V. Bravo-Villalba; Primeira Secretária: Maria Tereza de Mello B. Campello; Segunda Secretária: Maria Emília Mendonça de Moraes; Primeira Tesoureira: Paula Frassinete Lins Duarte; Segundo Tesoureiro: João Batista Freire da Silva. **2ª Diretoria (1979 – 1980) - Chapa Participação**: Presidente: Paulo Ignácio Fonseca de Almeida; Primeiro Vice-Presidente: José Carlos da Silva; Segundo Vice-Presidente: Paulo Ramos Coelho Filho; Primeira Secretária: Joana Neves; Segundo Secretário: Paulo José Adissi; Primeira Tesoureira: Neiliane Maia; Segundo Tesoureiro: Ricardo Rosas. **3ª Diretoria (1980-1981) - Chapa Construção Democrática**: Presidente: José Chasin; Vice-Presidente: Rubens Pinto Lyra; Diretor de Assuntos Jurídicos: Francisco Foot Hardman; Diretor de Assuntos Culturais: Carlos Alberto Jales da Costa. Diretora de Imprensa e Divulgação: Mirian Moema F. Pinheiro; Secretária Geral: Rosa Maria Nader Veronese; Tesoureiro: Laércio Losano; Assessoria: Luís Carlos Rocha de Almeida, Juarez Torres, Maria de Fátima Maroja e Antônio Moacyr Madruga. **4ª Diretoria (1981 – 1982) - Chapa Unidade na Ação**: Presidente: Francisco de Assis F. de Carvalho; Vice-Presidente: Wojciech Kulesza; Diretor de Assuntos Jurídicos: Carlos Fragozo Filho; Diretor de Assuntos Culturais: José Arlindo Soares; Diretor de Imprensa e Divulgação: Alberto Kioharu Nishida; Secretária Geral: Joselita Rodrigues Vieira; Tesoureiro: Mário Duayer de Souza; Assessoria: Severina Ilza do Nascimento, Nivaldo Nordi, José Arnaldo Tavares de Melo e Francisco Pontes de Carvalho. **5ª Diretoria (1982 – 1983) - Chapa Atua Ação**: Presidente: Pedro Antônio Cecato; Vice-Presidente: Lindoya Martins Correia; Diretor de Assuntos Jurídicos: Sílvia José Rossi; Diretor de Assuntos Culturais: Maria de Fátima Gomes de Lucena; Tesoureiro: José Raimundo Sobrinho; Assessoria: Zélia Maria de Almeida, Carlos Augusto P. Ceneviva, Maria das Graças Freire de Oliveira e José Ribamar Ribeiro. **6ª Diretoria (1983 – 1984) - Chapa Articulação**: Presidente: Paulo Ramos Coelho Filho; Vice-Presidente: Rubens Freire Ribeiro; Diretor de Assuntos Jurídicos: José Iremar Alves Bronzeado; Diretora de Assuntos Culturais: Laís Fontoura Aderne; Diretor de Imprensa e Divulgação: Elpídio da Silva Navarro; Secretária Geral: Rosa Maria Godoy Silveira; Tesoureiro: Mauro Kiotoku; Assessoria: Maria Ignez Novais Ayala, Elisa Bezerra Mineiros, Florisval Lúcio Pereira e Lauro Carlos Witmann. **7ª Diretoria (1984 – 1985) - Chapa Avançando a Luta**: Presidente: Natanael Rohr da Silva; Vice-Presidente: Maria Aparecida Silva; Diretor de Assuntos Jurídicos: Aluisio de Lucena Beltrão; Diretora de Assuntos Culturais: Maria Ignez Navarro de Moraes; Diretor de Imprensa e Divulgação: Ivo

apresentou nada além dos nomes, dados pessoais e cargos que viriam a ser ocupados pelos integrantes da Associação. No entanto, em alguns documentos, foi possível encontrar descrições acerca dos objetivos e posicionamentos ideológicos da entidade. Um exemplo disso se encontra no ACE Nº 3623/82, que reúne informes e informações sobre os processos eleitorais ocorridos em João Pessoa e Campina Grande, bem como fichas de professores ligados a associação.

Ao relatar a escolha da nova diretoria que assumiria a gestão entre 1982 e 1983 no Campus I, a INFORMAÇÃO Nº 234/119/ARE/82 expõe que não divergindo das gestões anteriores, a diretoria empossada: “Atua Ação” adotava uma linha de ação de “contestação à política educacional do Governo. Sua posição ideológica é esquerdista” (ARE_ACE_3623/82).

Um outro ACE (Nº 5553/83), que versou sobre a presença de atividades subversivas em Campina Grande, ressalta uma possível ligação entre a ADUPB-CG e o trabalho de subversão política que, conforme o relatório, estava ocorrendo no Campus II por elementos de esquerda. Os elementos aos quais o material se refere atuavam diretamente na Associação e nos “partidos de oposição”, desenvolvendo “ações de panfletagem, promovendo Atos Públicos e mobilizando a classe estudantil – inclusive a secundarista – em torno das atuais bandeiras de luta apregoadas pelas organizações subversivas atuantes na área” (ARE_ACE_5553/83).

A ADUF/PB também foi descrita como uma entidade esquerdista no ACE Nº 1630/81, onde consta um informe produzido acerca de José Jackson Carneiro de Carvalho, que diz que o então professor: “mantém um estreito relacionamento com os setores esquerdistas da UFFB, a exemplo da ADUFPB, do qual recebe apoio quando por ocasião de greves e protestos contrários aos interesses do sistema” (ARE_ACE_1630/81). Com isso, é possível perceber a forma negativa como a entidade era vista e retratada pelos órgãos de informações.

Seguindo o mesmo raciocínio, o ACE Nº 3382/82 relata que a ADUF/PB, em sua seção localizada no Campus II, tinha como finalidade: “união de classe, além de defesa de seus interesses e direitos, bem como prestar assistência a seus associados. É uma ameaça a autoridade da reitoria” (ARE_ACE_3382/82).

Já ao final do regime, a INFORMAÇÃO 035/19/ARE/84 relata, mais uma vez, o monitoramento a processos de escolha de diretoria da entidade, dando ênfase ao posicionamento ideológico na nova diretoria. A informação a qual nos referimos versa sobre o processo de eleitoral correspondente à gestão de 1983 e 1984:

2. A chapa “ARTICULAÇÃO” foi a única concorrente ao pleito, que contou com apenas 360 votantes dos 815 associados, numa demonstração evidente do desinteresse da classe pela escolha de seus dirigentes.

3. A posição ideológica da nova Diretoria é esquerdista e reúne diferentes tendências políticas. Apresentou como uma das principais bandeiras de luta: “o compromisso com uma Universidade voltada para a transformação estrutural da sociedade” (ARE_ACE_035_19_ARE/84 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

O ACE (Nº 6060/84) onde se encontra a informação acima, traz em anexo três prontuários e oito fichas individuais sobre todos os onze integrantes da chapa “Articulação”: Paulo Ramos Coelho Filho, Rubens Freire Ribeiro, Rosa Maria Godoy Silveira, Mauro Kyotoku, José Iremar Alves Bronzeado, Elpídio da Silva Navarro, Laís Fontoura Aderne Faria Neves, Maria Ignêz Novais Ayala, Elisa Bezerra Mineiros, Florisval Lúcio Pereira e Lauro Carlos Wittman. Nas fichas individuais são trazidas informações acerca de dados pessoais e participação em reuniões promovidas pela ADUFPB/JP. Contudo, nos prontuários dos professores Paulo Ramos Coelho Filho, Rosa Maria Godoy Silveira e Elisa Bezerra Mineiros são detalhadas informações acerca da trajetória docente e envolvimento político dos professores em questão.

Começando pelo prontuário do professor Paulo Ramos Coelho Filho (Nº 227), mostra que este, já no ano de 1978, foi eleito membro da Comissão Provisória da ADUFPB/JP, sendo o encarregado de promover as eleições. No registro deste mesmo ano, o prontuário caracteriza a entidade como tendo a função de unir a classe docente, prestando assistência a seus associados, sendo, portanto, “uma ameaça à autoridade da Reitoria” (ARE_ACE_6060/84). Mais do que tecer comentários sobre a ADUFPB/JP, o prontuário também evidencia a participação do professor em organização de eventos encarregados de discutir problemas da educação brasileira através de uma perspectiva crítica, e em evento promovido pela ADUFPB/JP acerca do “controle ideológico da universidade”, onde “usaram da palavra diversos professores da UFPB, cassados pelo movimento revolucionário de 1964”.

O próximo prontuário (Nº 224) diz respeito à professora Rosa Maria Godoy Silveira, onde se tem um histórico com informações que vão de 1978 a 1983. Um dos primeiros registros destacados é do ano de 1979, que dá nota do seguinte:

A nominada pertence ao Setor Jovem do MDB de JOÃO PESSOA, sendo encarregada do fornecimento de transportes e de ligação entre universitários. Sua atuação é a mais discreta possível, não aparecendo, até o momento, em nenhum movimento, mantendo ligação apenas por telefone. Atualmente exerce o cargo de coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB. Tem estreita ligação com SILVIO FRANK ALEM, ex-presidente da ADUFPB. Participou da Reunião da SBPC, realizada em FORTALEZA-CE, e X Simpósio da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História), realizado em Niterói-RJ, no período de 22 a 27 jul 79, onde proferiu uma conferência sobre o título “Um movimento Social na Paraíba: A Greve do Magistério na Paraíba” (ARE_ ACE_6060_84 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Novamente temos o caso de docente ligado à ADUFPB/JP que possuía suas atividades vigiadas e detalhadas e registradas nos documentos produzidos pelos órgãos de informações. No ano seguinte, a professora Rosa Godoy, que exercia cargo de coordenação no Departamento de Pesquisa e Documentação Histórica da UFPB, teve novamente suas atividades vigiadas, desta vez ao participar de um seminário na cidade de Cajazeiras/PB, onde, de acordo com o prontuário, “criticou o fornecimento de verbas para o ensino, como também o governo e o regime, sendo considerada muito avançada em suas ideias” (ARE_ ACE_6060/84). Registros desse tipo são expostos durante todo o prontuário, dando ênfase nas reuniões e eventos em que a docente participou e organizou na UFPB. Todavia, atividades desenvolvidas ou apoiadas por vigiados fora da UFPB também poderiam ser alvo dos OIs, como mostra o relato a seguir:

Vem dando apoio ao movimento dos agricultores moradores na Fazenda CAMUCIM, no interior deste Estado, que desde o dia 14 dez 81 continuam postados em vigília na calçada do PALÁCIO DA REDENÇÃO, sede do Governo Estadual, onde pretendem que o Governo do Estado resolva incontinenti uma pendência agrária afeta ao Poder Judiciário e ao INCRA: como seja a desapropriação das terras por eles habitadas (ARE_ ACE_6060/84 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Da mesma forma, no prontuário (Nº 222), da professora Elisa Bezerra Mineiro, destacamos nesse mesmo sentido:

1980: Participou do Ato Público denominado “19 DE MAIO UNIFICADO”, realizado no dia 19 de maio de 1980, no adro da Catedral, nesta Capital, onde foram feitas severas críticas ao Governo.
1980: Compareceu ao ATO PÚBLICO realizado no dia 04 nov 80, no centro da cidade, promovido pela ADUFPb-JP, cujo objetivo foi denunciar à população a situação em que se encontram magistério universitário e, junto aos trabalhadores de um modo geral, encampar uma luta por melhores condições de vida.

1981: Esteve presente ao debate sobre o tema “DAS LIGAS CAMPONESAS AO SINDICATO”, realizado no dia 09 fev 81, no Auditório da antiga Faculdade de Direito, promovido pelo COMITÊ DE APOIO AS LUTAS POPULARES, que teve como objetivo estimular as discussões em torno das organizações dos trabalhadores a partir de 64 e sua evolução durante os últimos 17 anos. O principal debatedor foi Gregório Bezerra, antigo líder político do extinto Partido Comunista (ARE_ACE_6060/84 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Ainda sobre a professora Elisa Bezerra, o registro buscou, antes de qualquer coisa, caracterizar a docente como “professora de tendência esquerdista”, levantando, a partir disso, informações relacionadas à participação de Elisa em movimentos tidos como subversivos, a exemplo de reuniões organizadas pela ADUFPB/JP, cuja pauta era, supostamente, a organização de greves na UFPB. Do mesmo modo, o prontuário cuidou de dar nota sobre a participação da professora em debates, apresentação de peças teatrais e lançamentos de livros na UFPB.

Além dos informes e informações que buscaram expor a imagem que os órgãos de informações tinham da Associação de Docentes criada em 1978, alguns daqueles que de alguma forma eram a ela ligados também figuraram entre os documentos. Este é o caso da INFORMAÇÃO Nº 04/80/ASI/UFPB, cujo assunto é: “Infiltração esquerdista no setor universitário”, do ano de 1980. Nesta informação contém uma lista com dados pessoais de professores tidos como esquerdistas.

Dentre os nomes listados, aparecem os de: Paulo Ignácio Fonseca de Almeida, Rubens Pinto Lyra, Vanderlei Américo Amado, Sílvio Frank Alem, Neiliane Maia, Paulo Ramos Coelho Filho, Elisa Bezerra Mineiros, Joana Neves, Maria Tereza de Mello Campello, Sandro Meira e Paulo José Adissi; todos ocupantes de cargos de direção na ADUFPB-JP. Logicamente, ocupar cargos na diretoria da ADUFPB não tornava, necessariamente, o docente vigiado. Quase sempre, aqueles vigiados carregavam

registros negativos anteriores à criação e atuação na entidade. Entretanto, estar associado aparecia como uma razão a mais para figurar entre as fichas.

Em fichas que tratam de determinados professores de maneira individual, é possível perceber de maneira mais clara como os OIs faziam uma total associação entre vinculação ao movimento docente e subversão, como é o caso do INFORME Nº 68/85-E2, que trata, entre outros informes, sobre Cláudio Antônio Gonçalves Egler, onde se tem que este era subversivo e participante ativo de movimento contestatório, compondo o Grupo de Polícia Revolucionária (GPR). Com o desmembramento deste grupo, “surgiu a LO (Liga Operaria), da qual o nominado fazia parte da direção. Em 1983, constou de uma relação como delegado da ADUFPB, para o III Congresso da ANDES” (ARE_ACE_6698/85).

Na informação (Nº 213/79/ASI/UFPB) produzida pela ASI/UFPB, em que o assunto é o professor Clóvis Peppe, um levantamento de dados biográficos é remetido à Agência Recife, no qual segue a mesma perspectiva dos documentos já evidenciados:

- 1) Esquerdista.
- 2) Contrário.
- 3) Membro do 1º Conselho de Representantes da Associação dos Docentes da UFPb (ADUFPb), entidade de tendência esquerdista.
- 4) Não exerceu função administrativa.
- 5) Exerce com eficiência o cargo de professor colaborador do Departamento de Química.
- 6) Tem boa conduta civil, comprovada pelo atestado de antecedentes passado pela Secretaria da Segurança do Estado (ARE_ACE_479/79 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Da mesma forma, os registros negativos da professora Maria Ignês Novais Ayala são expostos na INFORMAÇÃO Nº 144/80/ASI/UFPB e remetido à Agência Recife em função de um Pedido de Busca (Nº 2504/740/ARE/80), em que chama atenção pela seguinte descrição:

Em 05 dez 78 foi eleita integrante do 19 CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – SEÇÃO JOÃO PESSOA (ADUFPB-JP), na qualidade de REPRESENTANTE junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. (INFÃO N9 11/79-ASI/UFPB, de 04/01/79).

Participou da reunião realizada no dia 18 jun 80, no Campus JP, promovida pela ADUFPB-JP, onde foi discutido o problema de eleições diretas para escolha do novo Reitor da UFPB. (INFÃO N9 93/80 -ASI/UFPB, de 20/06/80).

No dia 25 jun 80, no auditório da Reitoria, participou ativamente do tumulto promovido pela ADUF/UFPB, em protesto pela realização das eleições para escolha da lista sêxtupla dos candidatos a Reitor da UFPB (ARE_ACE_1220/80 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A informação, além de expor dados da professora, também diz respeito às ações da ADUFPB/JP no que concerne a necessidade de se haver eleições diretas para o cargo de reitor. Como já foi posto, existia um controle por parte do regime quanto à escolha de reitores nas instituições federais de ensino superior. Diante desse cenário, as entidades de representação docente desempenharam papel importante para que houvesse maior autonomia no processo de escolha. Mais do que o registro da existência de reuniões com o objetivo de ampliar a autonomia da comunidade universitária, a informação examinada também relembra uma ação, ou melhor dizendo, uma reação, promovida pela ADUFPB/JP em função do processo de eleição para direção do CCHLA.

Conforme o Relatório Final da CEVPM-PB, no dia 4 de junho de 1980, eleições foram realizadas para a direção do centro; sendo elaborada e remetida a lista sêxtupla para o MEC. Os mais votados haviam sido os professores Francisco Pereira Nóbrega, Aluísio José Maria de Souza e Pedro Pereira dos Santos. Os dois primeiros eram integrantes do Departamento de Filosofia e o último do Departamento de Arte e Comunicação.

Como de costume, as fichas e informações contidas nos órgãos de vigilância foram analisadas antes da nomeação, no entanto, apesar de ocorrido o processo de escolha, registros negativos sobre os mais votados haviam sido encontrados, sobretudo em relação ao professor Francisco Pereira Nóbrega. Em depoimento, o reitor da época, Berilo Ramos Borba, explica o aconteceu para que o pedido de nomeação não tivesse sido atendido pelo MEC:

[...] eu estava em audiência com o ministro quando ele me falou: “Olhe, tem umas listas que vieram da universidade e que tem problema”. Eu: “Excelência, que tipo de problema?”. Ele: “Não, Medeiros disse tem um deles aí que não pode absolutamente ser escolhido”. Medeiros, evidentemente, que ele se referia, era o chefe do Serviço Nacional de Segurança e Informação, era o homem forte do regime, nesse aspecto. Na hora eu disse: “Ministro, eu conheço todos esses professores e não tem nenhum subversivo, não. Conheço todos, são professores na universidade. Inclusive, alguns dele foram meus professores no Seminário”.

Quando foi um mês depois, eu voltei a Brasília, ele me disse: “Olhe, aquelas fichas eu mandei para Medeiros, Medeiros já me devolveu. Agora tem um problema. Tem um professor aí que não vai poder ser nomeado”. Eu: “Não é possível. Quem é?”. Ele: “Um tal de Francisco Pereira da Nóbrega”. Era o padre. Eu: “Ministro, esse camarada foi meu professor de Seminário, conheço demais, ele não tem nenhum problema assim”. Ele: “Reitor, é o seguinte, a ficha dele lá em João Pessoa não tem, mas a ficha dele aqui em Brasília é muito carregada”. Eu disse: “Bom, Ministro, o que que eu vou fazer?”. Ele: “O senhor utiliza a solução que tem no estatuto na universidade”. Eu: “Certamente eu vou ter que nomear um professor *pro tempore*, um diretor *pro tempore* enquanto se prepare uma nova lista e isso evidentemente não será fácil”. Ele: “Mas a solução vai ter que ser essa” (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 496).

A atitude do Ministro da época, Rubens Ludwig, como lembra o professor Rubens Pinto Lyra (1982, p. 17), foi de ignorar as listas sêxtuplas remetidas ao MEC, mesmo estas se referindo a um processo legal e legítimo. Assim, a explicação para tal gesto esteve relacionada ao fato de os eleitos não rezarem a cartilha do governo, fazendo o Centro ter que lidar com a nomeação de um diretor “pró-tempore” até que nova lista fosse elaborada. O escolhido pelo reitor para assumir o cargo temporariamente foi o professor Arael Menezes da Costa.

A movimentação em torno desses processos, bem como a insatisfação do Centro foi registrada pela ASI/UFPB. Um exemplo disso é o ACE Nº 3488/82, onde constam informações e prontuários com registros negativos de professores como: Thomas Joseph Marie Van Dijck, Pedro Pereira dos Santos e Francisco Pereira Nóbrega. É possível ver no depoimento exposto do então reitor, Berilo Ramos, que os antecedentes negativos do professor Francisco Pereira Nóbrega pesaram na decisão de não reconhecimento das eleições por parte do Ministro da Educação.

Logo na introdução da INFORMAÇÃO Nº 453/82/-E/2, se tem que a participação do professor no pleito contou com o total apoio da ADUF/PB, por este ser “esquerdista e responsável por manifestações estudantis em CAJAZEIRAS/PB. Além disto, neste ACE também é registrado que o processo de escolha foi feito de forma direta, porque este era o objetivo da Associação dos Docentes.

Como reação diante da nomeação do reitor “pró-tempore”, professores do CCHLA, com apoio da ADUF/PB, se articularam para que um novo processo e uma nova escolha fossem feitos. Dessa forma, houve paralisação das atividades do Centro, assim como um “cortejo fúnebre” e enterro simbólicos do diretor temporário,

culminando em nova lista sêxtupla, onde foi nomeada a professora Otília Idalina Maria, do Departamento de Letras (CEVPM-PB, 2017, p. 498). Acerca dessas reações e das ações de Francisco Pereira Nóbrega, o PRONTUÁRIO Nº 115, diz o seguinte:

1981: Um dos professores que mais se destacaram nas discussões das propostas apresentadas na Assembleia Geral realizada no dia 20 mai, no CCHLA, em repúdio à nomeação pelo MEC do Diretor “Pró-Tempore do Centro, prof. ARAEL MENEZES DA COSTA. Na oportunidade, fez uma exposição sobre o processo legal da eleição realizada no Centro e repudiando a nomeação. Na exposição, afirmou que não retrocederá de ser candidato da lista sêxtupla para Diretor do CCHLA, no que foi aplaudido de pé pelos presentes.

1981: No dia 20.05.81, compareceu ao gabinete desta ASI, a fim de comunicar que não aprovava as atitudes radicais que estão sendo tomadas por alguns elementos, no movimento que ora se processa nesta Universidade, contra o ato de nomeação do Diretor “Pró-Tempore” do CCHLA. Declarou, ainda, que as lutas que participa são sempre dentro da legalidade, sem infringir as leis. Mostrou-se apreensivo com a marcha dos acontecimentos, que o seu poder de liderança não é capaz de conter. Entretanto, na manhã do mesmo dia, havia proferido um inflamado discurso, insuflando seus companheiros à luta contra o ato do MEC.

1981: No dia 27.05.81, por ocasião da paralisação geral das atividades escolares da UFPB e do enterro simbólico do Diretor do CCHLA, esteve presente à concentração que antecedeu o início do deslocamento do “cortejo fúnebre”, constituído somente por estudantes, como prova de apoio ao ato. Acompanhou o “enterro” até o prédio da Reitoria, onde foi simulado um ofício fúnebre (ARE_ACE_3488/82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Mais do que dar nota acerca das movimentações relacionadas à nomeação do professor Areal Menezes da Costa, no prontuário do professor Francisco Pereira Nóbrega também constam diversos registros negativos encontrados desde o final da década de 1960; a exemplo de textos escritos com temáticas subversivas, atividades desenvolvidas junto a elementos esquerdistas e palestras conferidas em igrejas, cujo conteúdo colocava a figura de Jesus Cristo como um representante da subversão e da revolução, estimulando que fiéis católicos aderissem ao discurso revolucionário da luta de classes. Além dos registros organizados no prontuário citado, o nome de Francisco Pereira Nóbrega aparece em uma lista de infiltração comunista “nos diversos setores de atividade”, presente no ACE Nº 979/80.

Na INFORMAÇÃO Nº 097/17/ARE/84, presente no ACE Nº 6162/84, o nome de Francisco Pereira Nóbrega mais uma vez aparece. Essa informação, que foi produzida ano de 1984 pelo SNI, trouxe como assunto: “Fatores que influem na

formação da moral social e da opinião pública brasileira”. Os fatores aos quais o material se refere estão relacionados ao desenvolvimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade e o modo como algumas condições podem influenciar a dinâmica da formação moral da sociedade. As condições em questão se mostravam mais propícias de exercerem influência nos “meios de condição de massa, nas organizações sociais (profissionais, religiosos, políticos, etc) e dos intelectuais na formação cívica do homem brasileiro, em particular da juventude” (ARE_ACE_6162/84). Aqui, mais uma vez, vemos como questões morais, advindas de uma perspectiva conservadora, pareciam relevantes aos meios de vigilância da ditadura.

Nesse sentido, o meio universitário aparece como lugar onde fatores negativos poderiam corromper moralmente a juventude e, para que isto não ocorresse, se fazia necessário saber quais meios e quais indivíduos eram utilizados como agentes da corrupção. É em razão disso que algumas informações sobre Francisco Pereira Nóbrega são novamente expostas. De acordo com o documento, o professor continuava a escrever artigos, principalmente no jornal “O Norte”. A função desses artigos girava em torno de: “denegrir a imagem de autoridades e órgãos governamentais e do próprio Presidente da República. Procura incutir no seio da opinião pública o sentimento de repulsa às atuais estruturas, econômicas e políticas vigentes no País” (ARE_ACE_6162/84).

Já os nomes dos outros dois professores mais votados após o processo eleitoral direto constam no PRONTUÁRIO N° 23. O prontuário versa sobre Pedro Pereira dos Santos, indica que este participou ativamente das movimentações de contestações levantadas pelo CCHLA, constando ainda como antecedente negativo uma demissão que ocorreu em 1964 por motivações ideológicas, onde o vigiado foi excluído do cargo que exercia no Governo do Estado.

Em função desta demissão, o prontuário ainda ressalta que o professor possuía planos para atuar no exterior, no entanto, “o nominado possui antecedentes comprometedores que desaconselham sua indicação para curso no Exterior do País” (ARE_ACE_3488/82). Quanto ao professor Aluísio José Maria de Souza, não foram encontrados registros negativos por razões ideológicas, todavia, “constava havia tido um fraco desempenho em cargos que havia ocupado anteriormente (CEVPM-PB, 2017, p. 497).

Ainda constam nos registros dos OIs a participação de outros professores e estudantes nos “tumultos liderados pela ADUFPB” em relação à reação causada pela nomeação de um diretor temporário, como os nomes de José Chasin, Thomas Joseph Marie Van Dijick, Rui Gomes Dantas, Francisco Foot Hardman, Rubens Pinto Lyra, Eleonora de Oliveira, Maria Tereza de Mello Barreto Campello, Walter de Oliveira Dantas e Washington Alves da Rocha.

O monitoramento às atividades da Associação de Docentes se deu em função do envolvimento com as lutas do campo docente, bem como em razão dos antecedentes considerados negativos de membros associados à entidade, o que servia de justificativa para que processos eleitorais, reuniões e ações fossem mantidos sob constante vigilância.

O Movimento Docente, através de organizações representativas, desempenhou papel importante em prol de demandas próprias do ensino superior, assim como em relação à promoção de debates que considerassem a situação política e social que o país se encontrava no momento. Em decorrência da preocupação do Movimento Docente com questões que extrapolavam o campo acadêmico, os órgãos de informações mantiveram ativa a produção de informes, informações, envio de prontuários e relatórios sobre as articulações das Associações de Docentes nas universidades brasileiras.

2.7 O caso da professora Maria Salete Van Der Poel

Para finalizar a exposição e análise dos materiais produzidos pelos OIs acerca do campo docente da UFPB, trataremos de documentos que são organizados de forma que o nome do docente vigiado tenha figurado como o assunto principal. Alguns desses casos já foram expostos, a exemplo dos documentos que trouxe como assunto principal as ações e histórico dos professores Rui Gomes Dantas e Francisco Pereira Nóbrega. De forma geral, os docentes que apareciam nos documentos produzidos pelos OIs como assunto principal, costumavam figurar também em outros documentos e de forma recorrente. Este é o caso da professora Maria Salete Van Der Poel, que iremos analisar agora.

Sobre a professora Maria Salete Van Der Poel encontramos dois ACEs, trazendo um desses o nome da docente como assunto principal. Ao decorrer das descrições contidas em ambos os Arquivos Cronológicos de Entrada, percebemos os motivos pelos

quais Maria Salete ganhou atenção dos OIs. No ACE Nº454/79, cujo assunto é: “Curso de Educação de Adultos – Dinâmica da Comunicação – UNICAP”, a professora foi acusada de proferir palestra na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), nos dias 27 e 28 de agosto de 1979. Maria Salete, que de acordo com o INFORME Nº 10/X, de origem do IV Exército, exercia cargo de professora da UFPB e ocupava a cadeira de História da Educação, era “radicalmente contra o atual regime do BRASIL e o método de alfabetização do País, citando como pontos negativos os projetos Minerva e Mobral” (ARE_ ACE_454/79).

O informe registra algumas das supostas palavras e ações da professora Maria Salete, que, de acordo com o documento, defendia posições contrárias ao método de ensino empregado e propagado pelo regime¹²⁵, dando ênfase na palestra proferida em soluções baseadas no método Paulo Freire de ensino. Em função de sua defesa a um método elaborado por um dos muitos perseguidos pela ditadura, bem como a exposição de uma experiência baseada em tal método, suas ações no período que passou em Pernambuco para a conferência ocorrida em auditório da UNICAP foram descritas, como se pode ver:

Declarou que a experiência foi vivida na Penitenciária Modelo de JOAO PESSOA/PB, quando empregou o sistema de alfabetização “PAULO FREIRE” naquele estabelecimento penal, é que segundo ela, o método de alfabetização por ele idealizado é perfeito, “sendo o mais eficiente do mundo”. Convidou os elementos presentes para a chegada de PAULO FREIRE, que ocorreu dia 29 Ago 79, às 21:00 hs e solicitou a presença de todos no Aeroporto dos Guararapes, para receber aquele “insigne homem, que é mais uma vítima do regime de opressão que se instalou no BRASIL, em 64” [...]

No dia 29 Ago 79, no período de 19:00 hs às 20:30 hs, a Professora MARIA SALETE VAN DER POL proferiu nova conferência, no auditório da UNICAP, nesta capital, voltando a abordar o sistema de alfabetização de adultos PAULO FREIRE, por ela aplicado na Penitenciária Modelo de JOÃO PESSOA/PB e cujos resultados foram a conscientização política dos presos (ARE_ ACE_454/79 – Fundo

¹²⁵ Entre as supostas críticas que a professora investigada levantou em palestra estão os projetos Minerva e Mobral, que foram projetos elaborados durante a ditadura militar e voltados para a educação Básica. O Projeto Minerva teve início na década de 1970, se estendendo até a década de 80 e consistiu na propagação do ensino à distância através da transmissão via rádio. Em linhas gerais, o objetivo das transmissões era de complementar o trabalho desenvolvido nas instituições de ensino básico, tendo o público alvo jovens e adultos, preparando este público para os eventuais exames supletivos. Já o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, com o robusto objetivo de alfabetizar 11, 4 milhões de adultos até 1971. Disponível em: <http://memoriasdeditadura.org.br/programas/projeto-minerva/> e <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em julho de 2020.

SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Mais do que expor o conteúdo da palestra, o informe também descreve a recepção empreendida pela professora quanto à chegada de Paulo Freire em Pernambuco. Tal preparação e incentivo se deu pelo fato de Maria Salete, ao que consta no informe, nutrir admiração pelo educador que havia sido exilado e perseguido desde os primeiros momentos após o golpe. Por se tratar de uma professora que seguia e defendia os métodos de alfabetização elaborados por um perseguido da ditadura, o ACE reúne também um prontuário (Nº 0454/79) com dados que vão de 1962 a 1979. Através deste prontuário, mais uma vez percebemos que já constavam dados em órgãos de informações de determinados indivíduos antes mesmo do surgimento e instalação do SNI.

No que se refere aos primeiros dados descritos da educadora, consta que esta, no ano de 1962 fazia parte do grupo de redatores do boletim “Centelha”, órgão informativo da Paróquia do Rosário. Já em 1964, Maria Salete Van Der Poel foi identificada como integrante da Campanha de Educação Popular – CEPLAR e indiciada “no IPM por subversão na Paraíba”.

A CEPLAR se consistiu em um movimento criado no ano de 1962 por estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com apoio do Governo do Estado e da Arquidiocese da Paraíba; contando com jovens das Faculdades e Escolas de Engenharia, Direito, Serviço Social e da Juventude Universitária Católica (JUC). A Campanha teve uma grande aproximação com os movimentos sociais do campo, a exemplo das Ligas Camponesas (CEVPM-PB, 2017, p. 433).

No livro CEPLAR – “História de um sonho coletivo”, as autoras: Dorinha de Oliveira Porto e Iveline Lucena da Costa Lage comentam que a campanha surgiu no ano de 1961 da união de dois fatores: o projeto pensado pelo Governo do Estado de elaborar um movimento voltado para a educação popular e “a procura, por um grupo de pessoas da Faculdade de Filosofia, membros da JUC, de uma estrutura de base para um trabalho em educação popular” (PORTO; LAGE, 1995, p. 29).

Desse modo, os objetivos da Campanha de Educação Popular, no que diz respeito à sociedade, teve como objetivo:

[...] atuar junto às camadas mais desfavorecidas, o que deveria ser feito com elas e não para elas. Partia-se do princípio de que o povo tem um saber, tem um potencial a serem aproveitados e

desenvolvidos. A atitude da CEPLAR era de valorizá-lo, de capacitá-lo para ampliar seu nível de cultura e de consciência política, de mobilizá-lo para uma participação consciente nas pressões sociais para o desenvolvimento (PORTO; LAGE, 1995, p. 31).

As autoras ainda comentam que em razão do apoio do Governo do Estado no que diz respeito à disponibilização de materiais didáticos, e da cooperação dos envolvidos na Campanha, foi possível atuar junto à população, levando alfabetização e conscientização política às classes populares. Com o golpe, a sede da CEPLAR, situada na Praça do Bispo, em João Pessoa, foi invadida no dia 4 de abril de 1964, com o objetivo de apreender documentos e materiais didáticos. Com a invasão, a equipe que formava a coordenação foi indiciada em Inquérito Policial Militar (IPM)¹²⁶.

No Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade, se tem a reprodução do relatório do IPM no qual os integrantes da CEPLAR foram indiciados. Dentre os nomes citados, está o da professora Maria Salete Van Der Poel, que à época portava seu nome de solteira: Maria Salte Agra Ramos. Parte do trecho que corresponde à vigiada também consta no prontuário elaborado pelo SNI.

Maria Salete Agra Ramos, brasileira, com 28 anos, filha de Herotides Ramos e Esmeraldina Agra Ramos, professora, nascida em Campina Grande, residente à Avenida Getúlio Vargas, 1012, em João Pessoa. Esta denunciada participava da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) em Campina Grande, responsável pela elaboração das “fichas-roteiro” de politização, de teor subversivo (fls 819, 1457, 1463, 1464 e 1465). Integrava o Movimento de Ação Popular no Estado. (fls 820, 1459 e 1496). Era uma comunista atuante. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 435).

Mais do que ser acusada de elaborar “fichas-roteiro” de teor político e subversivo, a educadora também foi acusada de ser comprometida com a subversão no meio estudantil e na cidade de Campina Grande, dando ênfase, repetidas vezes, ao período que atou na CEPLAR e no fato de constar seu nome em IPM. Como foi dito, foram levantados dados sobre Maria Salete até o ano de 1979, ano da produção do informe mais prontuário que estamos a examinar. Neste ano, foram descritas as seguintes informações:

¹²⁶ O Inquérito Policial Militar (IPM) que consta a coordenação da CEPLAR foi encarregado pelo Major Ney de Oliveira Aquino e foi instaurado para “apurar responsabilidades de ligados à ideologia comunistas ou viessem praticando atos atentatórios à Segurança Nacional”. A cópia do IPM encontra-se no arquivo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB). Dentre os nomes ligados à CEPLAR que constam no IPM, estão: Maria das Dores Oliveira, Iveline Lucena Costa, Lígia das Mercês Macêdo, Heloísa Helena Cavalcanti de Albuquerque, Maria Salete Agra Ramos e Leopoldo Batista de Lima Filho.

Participou como comunicadora do Ciclo de Debates Sobre Educação Brasileira, realizado no período de 24 a 31 Jan do corrente ano, numa promoção da Coordenação de Cursos de Extensão da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC), que teve como Coordenador o professor SEVERINO ELIAS SOBRINHO e como expositores entre outros, DARCY RIBEIRO e DEMEVAL SAVIANI, da PUC/SP (ARE_ ACE_454/79 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Já no ano de 1981, um outro Arquivo Cronológico de Entrada (Nº 3132/81) foi produzido, desta vez, trazendo como assunto exclusivamente a professora Maria Salete Van Der Poel. O objetivo do INFORME Nº167/119/ARE/81 foi de comentar que a professora teria lançado nas cidades de João Pessoa/PB e Recife/PB o livro de sua autoria, chamado: “ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS – SISTEMA PAULO FREIRE: ESTUDO DE CASO NUM PRESÍDIO”. Além de trazer o informe com dados descritos acerca do livro lançado por Maria Salete, no ACE também consta em anexo cinco páginas contendo recortes do jornal “A União”, em que traz matéria sobre a perspectiva da professora quanto ao método Paulo Freire de ensino, bem como a aplicação do método para a população carcerária em João Pessoa.

Neste caso, notamos que o recorte de jornal em anexo é evidenciado como forma de comprovar a veracidade do que contém no informe, prática recorrente entre os OIs, visto que não foi incomum encontrarmos informes e prontuários que estão acrescidos de recortes de jornais que tratam do indivíduo vigiado.

Como aponta Carla Longhi (2014, p. 105): “A informação jornalística era parte importante desse processo, pois se mostrava como uma forma de controle, de reverberar ações, [...] uma forma de agilizar a circulação da informação, tornando-se a mídia impressa uma importante fonte documental aos órgãos de informações”. Assim, no anexo são expostas imagens do tipo:

FIGURA 5: ANEXO SOBRE MARIA SALETE VAN DER POEL

A UNIÃO 3132/81
João Pessoa, 15 de novembro de 1981

É possível aplicar, com resultados positivos, o Sistema Paulo Freire de Alfabetização em uma penitenciária? A professora Maria Salete Van Der Poel afirma que sim, e comprova por um trabalho feito por ela própria, junto aos encarcerados da Penitenciária Modelo. Segundo ela, a questão é entender o

Sistema Paulo Freire, "porque ele pode ser aplicado em qualquer lugar". O sistema declarou, é dirigido principalmente para as pessoas oprimidas, marginalizadas e exploradas, sem uma conscientização. Na entrevista, Salete Van Der Poel fala de sua experiência no presídio, que resultou na alfabetização de mais de 20 detentos.

[Maria Salete:]

ALFABETIZAR OPRIMIDOS NÃO É SÓ ENSINAR A LER

Espero ver todo mundo fora desta gaiola desumana que é a gaiola dos oprimidos



Os presidiários foram submetidos a experiência com o método Paulo Freire

Fonte: ARE_ACE_3132_81. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Vimos, através dos arquivos do SNI que tratam da professora Maria Salete Van Der Poel, que aqueles que participaram da Campanha de Educação Popular e que figuraram em IPM elaborado pelas forças apoiadoras do golpe, não deixaram de ser vigiados, carregando sempre nas fichas, como ponto negativo aos olhos dos OIs, a participação na CEPLAR. A Campanha, assim como as ações descritas em relação a Maria Salete, procurava seguir um modelo baseado em uma educação que gerasse conscientização política e emancipação, razões pelas quais muitos foram perseguidos. Como deixou claro em depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade, a professora Ângela Maria Bezerra de Castro: “nós não fomos perseguidos por acaso. Nós fomos perseguidos pelo que nós éramos realmente, uma organização que tinha uma ideologia, e que tentava modificar o mundo” (CEVPM-PB, 2017, p. 438).

2.8 Funcionários

Entre os documentos examinados, nos deparamos com alguns relatos que tratam sobre funcionários da UFPB. A maior parte desses relatos é de cunho burocrático, já que a ASI/UFPB também dava nota sobre processos burocráticos e administrativos. Todavia, um Arquivo Cronológico de Entrada chamou atenção por seu conteúdo e narrativa. O informe (Nº 354/80) produzido no ano de 1980 traz o título: “Impresso subversivo. Envolvimento de funcionário da UFPB”.

O funcionário em questão, chamado por Francisco Ilzon Ribeiro, foi flagrado no dia 23 de outubro de 1980 enquanto grampeava nas paredes do prédio da Reitoria páginas de folheto mimeografado cujo nome era: “A PRESA”. De acordo com o informe, o panfleto trazia como conteúdo apologia ao socialismo vigente na Albânia e visões notadamente antagônicas ao regime militar então vigente. Além disso, o documento relata como ocorreu a abordagem ao funcionário:

Quando surpreendido e interrogado pelo Assessor de Segurança e Informações da UFPB, Gen. R/1 NOGUI VILLAR DE AQUINO, o epigrafado declarou que a autoria do trabalho impresso pertencia a um elemento conhecido por “CHICÃO”, professor da Escola Técnica Federal da Paraíba. Posteriormente, desmentiu tal informação, assumindo a responsabilidade, como autor do impresso, ressaltando, ainda, que teria incinerado os demais exemplares existentes ARE_ACE_1481/80 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Atentando primeiramente para o fato de se estar grampeando páginas de folheto na universidade, concluímos que a atividade por si só não era algo ilegal. No entanto, o conteúdo trazido pelo folheto tornou a situação desfavorável para o funcionário, que foi obrigado a se justificar diretamente ao Assessor de Segurança e Informações da época. Embora este tenha sido o único relato encontrado que vemos a atuação mais direta de um funcionário a serviço dos OIs, é provável que outras situações semelhantes, em que integrantes da universidade tiveram que prestar esclarecimentos, tenham ocorrido.

Além de relatar a abordagem, o informe traz em anexo cópia do panfleto, que de fato fazia apologia ao socialismo e críticas às estruturas capitalistas. Com isso, é pertinente questionar se caso o panfleto não tratasse do conteúdo em questão, o constrangimento o qual o funcionário passou seria tamanho. Como autoritarismo e combate ao inimigo socialista ainda vigorava por parte dos OIs, mesmo no início dos anos 1980, a situação passada pelo funcionário da UFPB não deixou de constar nos

registros dos OIs, até como forma de alertar aos demais funcionários a serviço da vigilância sobre esse tipo de atividade praticada por membros da universidade.

Seguindo a mesma lógica, o ACE 1827/81, onde contém a INFORMAÇÃO Nº 161/117/81, traz por completo dados sobre o então Diretor Superintendente do Hospital Universitário. Em fevereiro de 1981, Luiz Lindberg de Farias assume o cargo nomeado pelo reitor da UFPB. Como de costume, toda uma investigação nos OIs foi feita para se ter informações acerca do novo diretor. Não diferente de muitos, registros negativos foram encontrados. A não ser que a informação conste de erro de digitação, o primeiro relato negativo trata-se do ano de 1958, onde o funcionário assinou nota publicada no jornal “Correio da Paraíba” intitulada “Contra a fome e a carestia”. Como se vê, chama atenção não apenas o esforço feito para levantar dados, mas também aquilo que os OIs consideravam como subversivo, a exemplo da nota publicada.

Outros dados sobre relações do vigiado com a UNE, ligação com o movimento estudantil e viagens feitas para países do bloco socialista também são colocadas como pertinentes. Apesar das informações obtidas serem apresentadas como indícios de subversão, ao que tudo indica, o vigiado foi conduzido para o novo cargo sem empecilhos. O fato de os OIs juntarem e encaminharem informações para outros órgãos a respeito de algum professor ou funcionário nem sempre significava que o alvo da vigilância teria problemas a lidar, contudo, a informação era o oxigênio dos OIs, portanto, tê-las era imprescindível.

A exposição feita até o momento tratou de casos em que o monitoramento ocorreu de maneira pontual e direcionada a nomes específicos. Os documentos da vigilância mostram que esse tipo de monitoramento nem sempre era o padrão, como foi possível observar ao analisar os casos das associações que estiveram sob constante vigilância. Semelhante ao que ocorria com a ADUF, a Associação dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba (ASUFEP) também esteve entre as organizações observadas. Isto é visível de constatar quando examinamos documentos como o ACE Nº1612/81, em que os OIs demonstram conhecimento acerca de reuniões ocorridas a nível nacional, a exemplo do V Encontro Nacional das Associações dos Servidores das Universidades Federais, ocorrido em João Pessoa/PB, em 1981. A princípio, a Informação Nº 040/19/81 não passa de um relato semelhante a tantos outros encontrados, contudo, ressalta a importância de se estar atento ao perigo que as organizações de caráter sindical representam no cenário da década de 1980, com reivindicações precisas e grandes possibilidades de greves.

Sabendo disso, os processos de eleição não passavam despercebidos, a exemplo da escolha da diretoria ocorrida em 1983, onde concorreram as chapas “Consolidação”, representante da situação, e “Reconstrução”, representando a oposição, sendo esta última a vencedora do pleito. No ano de 1984, novamente eleições acontecem, concorrendo desta vez três chapas: “Participação direta”, “Atuação” e “Alternativa Democrática”, tendo sido vencedora a chapa “Participação direta”, representada por José Edvaldo Rosas. Por ser agora o presidente, os antecedentes de Edvaldo Rosas foram expostos, sobretudo as informações que o colocavam como uma figura comprometida com a subversão, sendo caracterizado como um dos principais agitadores grevistas da UFPB, representando através de cargos de liderança as reivindicações dos funcionários da instituição.

Além de Edvaldo Rosas, os nomes de outros funcionários foram levantados entre os ACEs que discorrem sobre a vigilância ao setor na UFPB, destacando sempre as vinculações com partidos, a exemplo do PT, e ideologias de esquerda. A rearticulação das entidades de representação de professores e funcionários da UFPB evidenciam que a década de 1980 guarda importantes feitos para as organizações de trabalhadores no estado, o que deixava os OIs em alerta.

Através dessa exposição, constatamos que, apesar da expansão de quadros de funcionários, vagas para discentes e demais alterações feitas no ensino superior, que de alguma forma beneficiaram a sociedade, o autoritarismo se fez presente no campo da educação desde o momento que o golpe passou a fazer oposição à democracia. Vistas como alvos das propostas de esquerda, as universidades estiveram na mira dos militares, que não deixaram de perseguir, prender e até mesmo torturar e assassinar membros da comunidade universitária.

O nosso foco, até o momento, esteve em observar o modo como as Instituições Federais de Ensino Superior figuraram nos muitos e variados documentos produzidos pelos órgãos de informações a serviço da ditadura, sobretudo no que concerne à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que sofreu com a intervenção autoritária dos agentes a favor do regime.

Concluimos que, em relação ao campo docente da UFPB, o Serviço Nacional de Informações (SNI), por meio dos seus principais braços no campo da educação – as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), manteve professores sob constante

monitoramento, podendo interferir no andamento de contratações e permanência na instituição.

Através dos arquivos que sobraram da própria ASI/UFPB e do arquivo do Fundo SNI – Agência Recife, vimos que informes, informações, pedidos de busca, encaminhamentos e longos prontuários acerca de docentes fizeram parte do cotidiano e das atividades do OIs, sempre exercendo comunicação uns com os outros para manter a comunidade de informações operante.

Apesar do tom conspiracionista que por vezes percebemos nos documentos, através do exame destes, pudemos compreender o importante papel que os OIs, especialmente a ASI/UFPB, desempenharam durante todo o regime, na coleta de informações, serviço à censura e demais formas de repressão a ideias e movimentos políticos percebidos entre os docentes da UFPB.

CAPÍTULO 3 – ESTUDANTES SOB A VIGILÂNCIA DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

Os estudantes eram muitíssimos visados pelos órgãos de informações do regime militar. Ao aspecto político da atuação oposicionista do movimento estudantil, juntava-se a dimensão moral da educação dos jovens, tido como vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos. [...] Se, em alguns momentos, os jovens e estudantes eram entendidos como passíveis de serem manobrados, em outros eram vistos como capazes de elaborar estratégias sofisticadas, com o fim de engrossar as fileiras das organizações clandestinas [...] (FICO, 2001, p. 187-189)

3.1 O golpe e a repressão ao setor estudantil

Ao analisarmos os documentos expostos no capítulo anterior sobre docentes que sofreram com algum tipo de controle e vigilância, percebemos que alguns desses já haviam sido monitorados ou punidos enquanto eram estudantes. No Brasil, após o golpe, muitos discentes secundaristas e universitários foram submetidos à repressão que se deu através de prisões, torturas e intensa vigilância. Na Paraíba, se assemelhando ao caso de outros estados, jovens foram impedidos de continuar seus estudos, proibidos de desempenharem atividades contestatórias e vigiados durante um longo período.

Para compreendermos como estudantes vinculados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apareciam nos documentos da repressão, se faz necessário situar a produção e circulação de documentos referentes ao setor em questão no contexto que deu origem às discussões aqui tratadas. Como é sabido, o golpe dado em 1964 trouxe consigo os mais variados dispositivos repressivos em formas de decretos e leis. Tais dispositivos atingiram pessoas e grupos em todo o país. No campo da educação, os dispositivos acionados visaram eliminar visões e atividades políticas contrárias ao regime, impondo uma série de alterações no funcionamento das instituições de ensino.

Ainda nos momentos iniciais do regime, lideranças estudantis, articuladas politicamente, foram atingidas de imediato com a operação que visava eliminar o perigo comunista das universidades. A depredação do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1º de abril de 1964, a proibição do funcionamento da entidade, bem como a nomeação de interventores para ocuparem órgãos estudantis, figura como símbolo da repressão aos estudantes e da “limpeza” ideológica. Dessa forma, o setor estudantil passou a ter uma das relações mais tensas com o governo, passando a ser

tratado no âmbito da segurança e seus problemas encarados como questão militar (VALLE, 2008).

Segundo o que expõe o autor Luiz Antônio Cunha, em seu livro: “A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior”, o primeiro efeito do golpe de Estado no campo da educação foi a desestruturação do movimento estudantil. Fugindo das prisões e da repressão, alguns líderes estudantis refugiaram-se em embaixadas ou seguiram para o exílio. Não parecendo suficiente, lideranças do movimento estudantil também sofreram com a perseguição dentro da própria universidade por parte de dirigentes que os consideravam incômodos (CUNHA, 2007).

Assim, professores e estudantes se tornaram alvos de vigilância, podendo sofrer punições em caso do não alinhamento e cumprimento das novas regras. Alguns dos decretos e leis tiveram como objetivo manter os estudantes afastados de atividades consideradas subversivas, e, para isso, agiram de forma a coibir a organização de movimentos estudantis verdadeiramente combativos. Dessa forma, proibir a participação de alunos portadores de registros negativos em cargos de liderança de Diretórios Estudantis, monitorar viagens e eventos promovidos pela e na universidade se tornou uma prática bastante comum.

No capítulo anterior, estive em destaque alguns dos instrumentos que serviram para alterar a forma como a universidade era conduzida, a exemplo da Reforma Universitária, os acordos MEC-USAID e os relatórios Acton e Meira Matos. Estes instrumentos foram indispensáveis para que os militares pudessem atuar no campo da educação superior. No entanto, alguns dos dispositivos implementados pela ditadura atuou mais diretamente em relação ao corpo estudantil.

De acordo com Justina Iva de A. Silva (1989), além do ataque ao prédio da União Nacional dos Estudantes e prisão de inúmeros estudantes, os poderes Executivo e Legislativo não tardaram em elaborar medidas voltadas para o setor estudantil. Como exemplo desse contexto, temos a chamada Lei Suplicy de Lacerda¹²⁷, instaurada pelo então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, e surgida como um elemento repressor logo nos primeiros momentos após o golpe. A lei, que dispunha sobre os

¹²⁷ Lei de número 4.464, criada em 9 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm. Acesso em maio de 2020.

órgãos de representação estudantil, atingiu diretamente entidades que representavam demandas de estudantes universitários e secundaristas, lançando, na clandestinidade, organizações como a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), criando, além disso, órgãos de representação vinculados ao governo.

De acordo com a lei, a discussão política não deveria integrar as pautas estudantis, e os órgãos de representação deveriam deliberar somente sobre assuntos ligados ao caráter cívico, social, cultural e desportivo da vida universitária. Percebe-se, com isso, que as recomendações exigidas mediante a lei ambicionavam alterar o funcionamento das entidades de representação estudantil em “espaços de apoio ao regime ditatorial, locais de preservação do ‘patrimônio moral’ das instituições de ensino superior, de estabelecimento de ‘harmonia’ no interior da universidade, de aprimoramento as ‘instituições democráticas’” (MANSAN, 2009, p. 158).

Para manter controle sobre as entidades, foi criado o Diretório Nacional de Estudantes (DNE). A criação do novo órgão fazia parte da tentativa do regime de manter uma aparente legalidade. No entanto, a liberdade e a autonomia da representação estudantil foram retiradas, já que o órgão agora estava atrelado ao Estado. Segundo a Lei, o Diretório Nacional possuía caráter coordenador, tendo por função a promoção de reuniões estudantis no período de férias escolares de reuniões para debates de cunho técnico.

Além disso, a Lei Suplicy, “no seu artigo 14 vedava aos órgãos de representação estudantil, ‘qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares’” (SILVA, 1989). Assim, fica nítido que os instrumentos criados para o campo da educação tinham como objetivo afastar os estudantes de ideias e práticas contrárias ao regime e, como consequência, aproximar da ideologia tecnicista que estava sendo imposta às universidades.

Ainda em resposta à atuação e força das entidades estudantis que se articulavam mesmo na clandestinidade, foi sancionado o Decreto-Lei nº 288¹²⁸, em 28 de fevereiro de 1967, revogando a Lei Suplicy de Lacerda. O decreto promulgado por Castelo

¹²⁸ Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0228.htm#:~:text=Reformula%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20estudantil%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs> Acesso em fevereiro de 2021.

Branco e Raymundo Moniz de Aragão, Ministro da Educação à época, ampliou de forma significativa as limitações já existentes. Desse modo, com o Decreto foram extintas oficialmente todas as entidades em nível nacional e estadual. Ao fazer um estudo acerca da legislação educacional no período da ditadura, o pesquisador Alexandre Tavares do Nascimento Lira, expõe:

O decreto manteve a restrição às formas de representação estudantil, entendendo que os órgãos de representação dos estudantes de estabelecimento de nível superior aceitos eram apenas o Diretório Acadêmico (DA) em cada estabelecimento de nível superior e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) em cada universidade como na Lei Suplicy, entretanto apertou o cerco contra as entidades estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado, podendo o Ministério Público Federal promover a dissolução das entidades entregando o patrimônio dos referidos órgãos à Universidade Federal do respectivo Estado, para a utilização do DCE (LIRA, 2010, p. 132).

Tempos depois que a Lei Suplicy de Lacerda foi revogada, dando lugar ao Decreto-lei nº 228, o DNE foi extinto, sendo substituído pela Conferência Nacional dos Estudantes (CNE). Apesar da mudança na nomenclatura, o objetivo continuava muito semelhante: reunir-se sob convocação do ministro da Educação, sendo vedada a discussão de temas de natureza política, religiosa, partidária e racial (SILVA, 1989). Junto a isso, o decreto trouxe o aumento das restrições e do aumento de coações previstos pela Lei Suplicy (CUNHA, 2007).

Apesar dos dispositivos repressivos agirem de forma a desorganizar o movimento estudantil, a ditadura dos militares também pensou em como canalizar a energia dos jovens estudantes para projetos que os mantivessem física e mentalmente ocupados. Desse modo, as próprias universidades, o empresariado e o governo trabalharam iniciativas que pudessem, além de direcionar os estudantes para o objetivo proposto de afastá-los de ideias e práticas políticas subversivas, fazer com que uma mão de obra especializada pudesse ser formada, como discute Cunha (2007).

Dessa maneira, o Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo, fundado uma semana antes do golpe por empresários, e que serviu de modelo para outras capitais, teve a função de “levar às empresas a contribuição teórica dos estudantes universitários, e às escolas superiores e de nível médio o espírito prático das empresas, assim como as mudanças que a produção estaria imprimindo no perfil desejado para o formando” (CUNHA, 2007, p. 63). O ingresso de jovens em estágios proporcionados

pelos CIE-E não se tratou apenas de contribuir na formação profissional de jovens estudantes, mas também de reforçar a dimensão ideológica presente nos projetos do regime para o campo da educação brasileira.

Outros dois projetos também estiveram inseridos na lógica de direcionar a disposição de estudantes para iniciativas que os fizessem permanecer longe de práticas políticas contrárias, e que, em contrapartida, contribuísse para a construção de uma imagem positiva para o regime: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) e o Projeto Rondon. Ambos os projetos estiveram centrados na ideia de que a universidade deveria colocar seus recursos materiais e humanos à disposição da população de forma direta (CUNHA, 2007). Dessa forma, os Crutacs e o Projeto Rondon se configuraram como projetos de extensão que levariam pesquisa e prática para áreas carentes de assistência.¹²⁹

O Crutac, criado em 1966, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), objetivou ofertar para estudantes da área de biomédica, oportunidades de atuarem em treinamento em um hospital no interior potiguar, ampliando posteriormente suas atribuições. De acordo com Luiz Antônio Cunha (2007), o que se buscava ao patrocinar iniciativas desse tipo, era mostrar o quanto os militares se interessavam pela população pobre e desassistida de áreas distantes. Anos depois o Ministério da Educação passou a incentivar ainda mais o Crutac, oferecendo verbas para que o programa alcançasse outras regiões nordestinas (MOTTA, 2014).

Criada sob a tutela dos militares, a Operação Rondon, que homenageava o marechal do Exército Cândido Mariano Rondon, tencionava desmobilizar o radicalismo dos estudantes e atrair alguns de seus líderes para os valores do regime militar, apelando para o idealismo e patriotismo, e ainda beneficiando as metas nacionalistas dos militares (MOTTA, 2014). Assim, a iniciativa visava integrar os jovens para evitar que a repressão direta fosse a única alternativa.

¹²⁹ Segundo Motta (2014), antes da Operação Rondon, que ganhou destaque em relação a iniciativas semelhantes, outros projetos existiram, servindo até mesmo de inspiração para a Operação, a exemplo do programa Corpos de Paz (Peace Corps), criado durante o governo Kennedy em 1961 e o Rural Industrial Technnical Assistance (Rita), apoiado pela USAID e levado para o Nordeste brasileiro. Outra iniciativa de destaque diz respeito ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes), que contava com a mesma intenção de mobilizar estudantes universitários para participarem de projetos sociais. No caso do Mudes, este foi criado pela iniciativa privada, em 1966, todavia, firmou parceria com o Estado e participou da Operação Rondon, sobretudo em áreas da região amazônica.

Aqueles que eram integrados à Operação Rondon tinham a oportunidade de levar assistência a áreas distantes e carentes de recursos. Se tratava de aplicar o conhecimento adquirido nas universidades na prática. Embora o projeto tenha alcançado frutos ao levar atividades de assistência para áreas interioranas, a criação da Operação Rondon esteve centrada no propósito político e ideológico de afastar estudantes de movimentações coletivas contrárias aos valores do regime.

De acordo com Motta (2014), o sucesso da Operação era importante e estratégico para a imagem e ambições da “Revolução”, por esta razão, a comunidade de informações trabalhou de modo a não permitir que oponentes sabotassem o projeto. Para isso, se tornou constante o monitoramento aos estudantes recrutados. O autor ainda lembra que devido ao grande número de estudantes participantes, nem sempre era possível vigiar em grande escala, mas nem por isso o monitoramento deixou de ocorrer. Assim, os OIs procuravam evitar a infiltração de ideias esquerdistas e, ao mesmo tempo, preservar a imagem da Operação ao se preocupar também com determinadas condutas morais que viessem a ser praticadas pelos jovens, como o consumo de drogas.

Sobre a preocupação e monitoramento feito pela comunidade de informações:

[...] em outubro de 1974, a Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi/USP) enviou para o SNI informe contendo a lista dos estudantes da instituição que iriam em breve para Marabá, para checarem. Em 1978, a agência congênere da Universidade Federal Rural de Pernambuco (ASI/UFRPE) enviou informação aos órgãos superiores sobre aluna selecionada para a operação regional de julho daquele ano. A jovem seria militante de esquerda. No ano de 1980, quando muitas universidades já haviam fechado suas agências de informação, a ASI da Universidade Estadual de Londrina continuava vigilante em relação às atividades do Rondon, pois acreditava na existência de orientação da UNE (então reativada) para que militantes entrassem no projeto e fizessem proselitismo de suas ideias (MOTTA, 2014, p. 94).

Com isso, se vê que apesar da tentativa de incorporar os estudantes à iniciativa elaborada pelos militares, a vigilância para aqueles que portavam registros suspeitos e negativos continuava a ocorrer. O “perigo vermelho” ainda merecia ser combatido como forma de não permitir que infiltrações pudessem afetar os propósitos dos programas criados ou apoiados pelo governo.

Ademais, é importante perceber que o regime trabalhou com duas vias no que se refere ao combate de ideias tidas como radicais no meio estudantil: utilizou da repressão ao mesmo tempo que buscou integrar jovens em iniciativas que pudessem mantê-los

ocupados e próximos dos valores propagados pelos militares. Assim como ocorreu em relação aos docentes, nem sempre as relações se pautaram pela repressão irrestrita daqueles que eram considerados inimigos.

Como Motta (2014) sugere, alguns aspectos tradicionais do comportamento político brasileiro se reproduziram durante o regime militar, sobretudo a tendência à conciliação e à acomodação como tentativa de evitar conflitos agudos. No caso em específico, vimos que a integração de jovens aos programas dirigidos ou apoiados pelo regime era uma forma de alternar, de evitar que a “solução” fosse sempre a repressão escancarada.

O sociólogo José Willington Germano (1992) ressalta que os estudantes não ficaram inertes em relação às medidas aplicadas pelos militares, reagindo ao autoritarismo e às políticas educacionais do regime. Houve reação à Lei Suplicy de Lacerda, bem como aos acordos MEC-USAID, à privatização do ensino e lutas em favor da ampliação do número de vagas nas universidades e mais verbas para a educação.¹³⁰

Contudo, o ano de 1968 se torna emblemático para a luta estudantil no Brasil. Grandes manifestações que contaram com a presença de outros segmentos da sociedade ocorreram em capitais brasileiras, fazendo de 1968 um ano marcante no que se refere à presença de manifestações. Quanto aos estudantes, estes protestavam contra a repressão da ditadura, mas também colocavam em pauta demandas específicas, já que as universidades e a educação como um todo haviam sofrido o impacto ocasionado pelo golpe.

Na verdade, 1968 foi um ano particularmente agitado desde o início. Em 09 de janeiro realiza-se a primeira passeata do ano: a dos estudantes do Restaurante Calabouço. Em fevereiro tem início as manifestações dos excedentes do vestibular que realizaram, a partir daí, passeatas em quase todas as principais cidades do país. Em março a polícia invade o Restaurante ‘Calabouço’ e mata o estudante Edson Luiz. No dia seguinte (28.03.1968), 60 mil pessoas comparecem ao seu sepultamento na primeira grande manifestação do ano.

¹³⁰ Um dos exemplos é o ano de 1966, que evidencia a luta estudantil momentos antes de 1968. Neste ano, segundo a autora Maria Ribeiro do Valle (2008), ocorreram manifestações de março até setembro, incluindo protestos estudantis, como o movimento que ficou conhecido como “setembrada”. Tal evento se tratou de protestos protagonizados por estudantes em virtude da invasão do Congresso da UEE paulista pela Polícia Militar. O episódio ganhou repercussão nacional e os estudantes protestaram contra a dissolução do Congresso da UEE e a prisão de seus integrantes, que veio a culminar no Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura.

Sucederam-se mobilizações no país inteiro. Não existe, praticamente, nenhuma semana sem que ocorra uma passeata, uma mobilização, um acontecimento de grande repercussão (GERMANO, 1992, p. 160).

O autor prossegue lembrando que uma parte dos professores e de outros intelectuais prestaram apoio aos estudantes, sobretudo quando a polícia desorganizou o XXX Congresso da UNE em Ibiúna/São Paulo, em 1968, prendendo cerca de 800 estudantes. Além disso, a repressão aos estudantes também ocorreu em razão da associação de alguns deles com a luta armada contra a ditadura. Desse modo, a violência utilizada encontrou “justificativas”, o que fazia do setor um dos alvos mais vigiados pelos órgãos de vigilância e repressão.

Em razão do recrudescimento do regime, proveniente do AI-5, a emergência do Decreto-Lei nº 477¹³¹, não diferente dos outros dispositivos mencionados, representou um símbolo das práticas autoritárias oriundas do regime militar. Contudo, o DL-477 merece destaque face a sua repercussão. Tal decreto tencionava, de forma geral, afastar os estudantes considerados subversivos e incentivadores de agitações, com o propósito de desorganizar e sufocar o movimento estudantil — que havia dado provas de seu poder de contestação e manifestação em 1968 —, evitando, assim, que este movimento tomasse proporções maiores. Além disso, definia as infrações disciplinares praticadas também por professores e demais funcionários de estabelecimentos voltados para o ensino, fosse público ou privado.

Dessa forma, o Decreto 477 se configurou como um instrumento eficaz no que diz respeito a refrear a influência da esquerda, pressionar as universidades a excluir alunos, atemorizar os contestadores e coibir manifestações contrárias ao regime. Desse modo, expurgos a docentes e afastamento de estudantes por meio de atos repressivos se afirmou como uma dura e prejudicial realidade para a academia durante esse período.

[...] o instrumento mais violento no combate ao ME foi o Decreto-Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, criado por Costa e Silva com vistas a reprimir qualquer foco de resistência contra o AI-5 no âmbito das Universidades. O Decreto 477 foi um dispositivo de caráter repressivo extremo. Através dele, qualquer manifestação de caráter reivindicatório, grevista ou político em geral, praticado por alunos, professores ou funcionários da rede pública ou particular de ensino, seria punida por penas que variavam da dimensão ou proibição de contratação por 5 anos, expulsão e impedimento de nova matrícula por

¹³¹ Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em fevereiro de 2021.

3 anos, ao banimento do país, no caso de estrangeiros. (CITTADINO, 1993, p. 10).

Como exposto pela autora, o decreto possuía um caráter repressivo extremo e direto. A emergência do novo dispositivo atestava que os decretos que vieram anteriormente não foram suficientes para sufocar as movimentações estudantis ao modo desejado pelo governo, considerando que os estudantes continuavam se organizar apesar das tentativas de silenciamento. A elaboração do decreto evidencia que havia temor por parte de lideranças do regime em relação à capacidade de organização, mobilização e atuação dos estudantes.

Segundo Justina de A. Silva (1989), entre as principais infrações para o DL-477 estavam: praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, guardar ou distribuir material subversivo; usar dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou prática de atos contrários à moral e à ordem política etc. Além disso, as punições seriam: demissão ou dispensa e a proibição de ser nomeado ou contratado por qualquer estabelecimento de ensino durante cinco anos no caso dos professores, e desligamento e proibição de se matricular no caso dos alunos (SILVA, 1989). Além de afastar lideranças e desorganizar o movimento estudantil, o Decreto 477 também serviu para desestimular o aparecimento de novos grupos e lideranças.

O movimento estudantil se notabilizou com os eventos ocorridos em 1968, e para diminuir a organização e atuação de estudantes, o Decreto 477 funcionou como uma espécie de legislação quase que voltada exclusivamente para os estudantes, se tornando símbolo do caráter repressor que os militares utilizaram em relação ao campo da educação. Os órgãos de informações e repressão demonstravam ansiedade quanto à aprovação e funcionamento do decreto, como forma de evitar uma possível continuação da onda de protestos havidos em 1968. De acordo com Motta (2014), tal ansiedade foi demonstrada nos documentos circulados pelos órgãos de informações, onde existia, inclusive, sérias recomendações aos dirigentes universitários sobre o cumprimento do decreto.

Apesar do Decreto 477 ter se tornado um dos maiores símbolos da repressão do período, os estudantes de algumas universidades sofreram penalidades advindas de outros instrumentos, que atuaram impedindo e excluindo anteriormente à edição do

decreto. Dessa maneira, como afirma Motta (2014), logo após o AI-5, entidades como DAs e DCEs sofreram intervenções, lideranças foram presas e novos representantes foram nomeados. Em instituições como a UFPB, UnB e UFMG, estudantes foram afastados temporária e definitivamente, o que atesta que reitores possuíam meios próprios para afastar estudantes e professores considerados incômodos, sem a necessidade de uma lei específica.

Em razão da tendência à acomodação e ao personalismo, o decreto, apesar de autoritário e extremamente prejudicial às instituições de ensino superior, não foi sempre que o dispositivo cumpriu com toda as possibilidades punitivas que nele havia. Como mencionado, as universidades utilizaram de outros meios para punir e “limpar” as universidades de estudantes indesejáveis. Além disso, após 1974 não houve mais a aplicação do 477, diminuindo a potencialidade que o decreto poderia ter tido.

Junto a isso, durante a existência do decreto, críticas foram feitas, o que levou lideranças moderadas do governo a não compactuarem em absoluto com o caráter repressivo e punitivo do instrumento. Motta (2014) ressalta que até mesmo o próprio ministro da Educação à época, Jarbas Passarinho, possuía ressalva quanto à aplicação do instrumento, e que opiniões contrárias levaram dirigentes a adotarem medidas menos enérgicas em relação ao decreto, com o objetivo de evitar conflitos maiores e reações prejudiciais. Mais uma vez, a tentativa de evitar conflitos maiores do que os já existentes, mostra que os traços provenientes de tradições políticas estiveram presentes e foram acionados durante o período aqui analisado.

Todavia, por mais que os dispositivos repressivos não tenham alcançado tudo aquilo que poderiam, isto não limita os danos causados às universidades brasileiras e àqueles que a integraram. Se assim fosse, não existiria a preocupação por parte dos OIs universitários em tentar barrar e manter sob controle a volta de estudantes punidos pelo 477 durante a década de 1970, como evidencia o Pedido de Informação Nº 16 AESI/UFPB. Neste Pedido, difundido entre as ASIs, uma grande preocupação e certeza são demonstradas acerca da existência de um movimento de âmbito nacional que visava a revogação do DL e a volta dos estudantes punidos. Para evitar maiores estragos na condução das universidades, os OIs, bem como os colaboradores do regime nas universidades, deveriam estar atentos, pois a partir daquele momento, haveria orientação de caráter nacional, para que determinados elementos buscassem “galgar os

primeiros lugares em seus respectivos cursos [...] e também retornar à direção dos Diretórios Acadêmicos mesmo indiretamente” (INFORMAÇÃO Nº 16 AESI/UFPB).

Para além dos instrumentos limitadores das liberdades políticas em forma de decretos e leis, a luta estudantil também se pautou pela defesa do ensino público. Com a ascensão dos militares e os acordos e reformas para o ensino que se sucederam, o destino de verbas para as universidades e gratuidade do ensino superior se encontravam ameaçados. Sabendo disso, a luta contra a privatização das universidades fez parte do movimento estudantil durante o período que abarca a ditadura militar.

Acerca disso, Justina Iva de A. Silva (1989) relembra que apesar dos acordos MEC-USAID terem sido formalmente suspensos em dezembro de 1968, as recomendações por eles feitas continuaram a ter efeitos sobre o Estado em relação ao ensino superior. Um dos efeitos provenientes dos acordos e reformas refletiu no estímulo que o Estado deveria fornecer ao ensino privado, que a partir daquele momento deveria receber apoio técnico e financeiro. Nesse sentido, “ocorreu um vertiginoso processo de privatização do ensino superior, de modo que, em 1985, aproximadamente 75% dos estudantes de cursos superiores estavam matriculados em instituições particulares” (SILVA, 1989, p. 140).

Como se vê, havia um projeto de estímulo ao processo de privatização do ensino superior no Brasil, que era cada vez mais sentido através do envio de recursos para instituições privadas, enquanto que as instituições públicas, apesar das melhorias alcançadas com a Reforma Universitária, tinham que lidar com a possibilidade de se tornarem fundações privadas, o que não ocorreu “graças à resistência organizada de estudantes e professores das autarquias, notadamente a partir da década de 1980, com a criação das associações de docentes e do recrudescimento do ME” (SILVA, 1989, p. 141).

Ainda sobre a possibilidade de privatização do ensino superior, José Willington Germano (1992) afirma que havia uma espécie de “consenso” entre os setores dirigentes das comissões e grupos que elaboraram relatórios e reformas para as universidades, a exemplo das comissões responsáveis pelo Relatório Meira Mattos, MEC-USAID, GTRU, e também do Relatório Acton. Esse “consenso” dizia respeito ao projeto político e econômico dos militares para a área da educação.

Para confirmar sua argumentação, o autor relembra falas do economista Roberto Campos, figura importante para os militares, acerca do estímulo à privatização do ensino superior, onde o ministro afirma que não existe nenhuma relação visível entre gratuidade e acessibilidade; portanto, a eliminação da gratuidade para as classes de renda alta e média seria uma forma de aumentar a acessibilidade da educação superior para maiores parcelas da população. Esta era uma visão que tinha como proposta a divisão dos custos relativos à educação; não seria o Estado somente que arcaria com as despesas. O objetivo dessas reformulações esteve centrado em estimular cada vez mais a produtividade e a eficiência das instituições de ensino superior.

Cunha (2007), ao comentar sobre as opiniões do autor do Relatório Acton, destaca que o impulso modernizador levado a cabo pelo regime, articulou-se com a ideologia tecnocrata do planejamento e da busca por mudanças que permitissem o controle das chamadas “irracionalidades”, termo usado para definir as movimentações políticas de estudantes e professores, bem como os “desvios” curriculares presentes nas instituições de ensino. Dessa forma, quanto mais alinhados docentes e alunos estivessem da ideologia tecnocrata defendida pelos teóricos da reforma universitária, mais distante estariam de ideias e práticas políticas consideradas prejudiciais.

Para Acton, como ressalta Cunha (2007), as universidades, sobretudo as federais, necessitavam de autonomia, que seria alcançada somente a partir do momento que o Estado não mais interferisse na administração financeira, acadêmica e científica das instituições. Para tanto, o implemento de um modelo administrativo baseado nos princípios da eficiência de empresas privadas seria indispensável para o progresso e sucesso das universidades.

Rudolph Acton, ao que consta, dedicou bastante tempo em estudar os problemas das universidades situadas na América Latina e dar soluções para os impasses existentes. Como assinala Cunha (2007), Acton acreditava que as universidades cubanas contribuíram com uma revolução sangrenta e destrutiva na medida que o Estado se omitiu de tornar as instituições de ensino um lugar de criação e oportunidades. Para evitar que em outros países da América Latina se repetisse o que houve nas universidades cubanas, era necessário:

Primeiro, a universidade deveria ser legalmente independente e privada, livre do controle e interferências estatais, completamente dissociada das regulamentações do serviço público, financiadas por

donativos governamentais não especificados, e, em contrapartida, politicamente neutra. Segundo, retirar os estudantes dos conselhos universitários, submetê-los a uma disciplina acadêmica rigorosa [...] Cortadas as interferências do Estado, enfim, seria possível promover, de modo eficaz, as reformas estruturais que ela carecia (CUNHA, 2007, p. 198).

Diante disso, se vê de forma nítida que a neutralidade estudantil em assuntos políticos era desejada. Assim, o caminho para o implemento das políticas educacionais do Estado militar se daria de forma bem menos tempestuosa. A busca pelo afastamento de estudantes da política e o consequente silenciamento daqueles que não caminhavam conforme o esperado era algo estimulado pelos teóricos que elaboraram a forma de administrar as universidades a partir de 1964. Desse modo, fez parte do movimento estudantil a luta e posicionamento contra os instrumentos repressores e contra os projetos de privatizações.

Ainda em relação às alterações projetadas e feitas no campo da educação, é pertinente a compreensão da institucionalização da moral e cívica¹³², assinado pela Junta Governativa Provisória, nos currículos do nível superior e básico como uma das formas utilizadas pelo regime para exercer controle ideológico. A implantação da disciplina ocorreu durante a vigência do regime militar, todavia, valeu-se de tradições anteriores a 1964, assim como de iniciativas semelhantes postas em práticas antes do golpe (MANSAN, 2014).

O implemento da moral e cívica encontrava apoio na justificativa de que, ao entrar em contato com os valores propagados pela disciplina, os estudantes não cederiam ao avanço do comunismo internacional. A urgência em incluir a disciplina no campo da educação é percebida após a edição do AI-5, onde, como se sabe, não poupou as universidades e os demais segmentos da educação. Ao analisar o decreto, fica evidente que a disciplina deveria ser propagada em todos os níveis e sistemas de escolaridade presentes no país. Assim, os estudantes, desde muito cedo, entrariam em contato com os valores cívicos e religiosos difundidos mediante a disciplina, e por conseguinte, não seriam atraídos pelas propostas da esquerda.

No ensino superior, a moral e cívica esteve presente na disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), inclusa tanto nos níveis de graduação quanto de pós-

¹³² Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em fevereiro de 2021.

graduação. Já no nível médio deveria ser ministrado, além da moral e cívica, curso curricular de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Os propósitos da inclusão da moral e cívica, de acordo com o decreto-lei que a estabeleceu, estiveram pautados por preservação de valores espirituais cristãos, valorização aos símbolos, família, tradições e instituições nacionais, assim como a obediência às leis e culto ao trabalho.

Sobre esse assunto, Motta (2014) destaca que no texto que decretou a disciplina de moral e cívica havia noções de republicanismo autoritário, patriotismo conservador e catolicismo tradicional. Contudo, noções não autoritárias como democracia e liberdade também aparecem, ao menos no sentido formal. Para o autor, o mais importante para os entusiastas da moral e cívica eram os valores tradicionais e conservadores, a exemplo da defesa da nacionalidade, da pátria, dos símbolos e tradições. Desse modo, a inclusão de uma mescla de valores que pareciam antagônicos entre si, quando comparamos, por exemplo, democracia e republicanismo autoritário, também pode ser compreendida como forma de agradar tanto os segmentos mais autoritários, quanto os moderados que formavam o regime.

Sobre o funcionamento da disciplina no ensino superior, Motta (2014) destaca o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que a educação moral e cívica encontrou resposta positiva entre as faculdades que portavam maior tradição conservadora, enquanto que em outras o entusiasmo com a disciplina era quase nulo, como foi o caso do curso de História da UFMG, em que os estudantes fizeram protestos contra a permanência da disciplina. Já em relação ao ensino médio, o autor destaca que alguns professores se utilizaram do ensino da moral e cívica para fazer o contrário do esperado: expor aos alunos às mazelas sociais do país, ao passo que não enalteciam os heróis da pátria como se desejava.

De qualquer forma, existiu uma tentativa de controle do que era exposto nos componentes curriculares, como evidencia um dos documentos da ASI/UFPB. Se trata da Informação Nº 37, onde o aviso foi repassado da DSI/MEC para todas as ASIs universitárias. A intenção era deixar avisado para os chefes das unidades departamentais das universidades acerca das providências em relação ao livro: “História Militar do Brasil”, do autor Nelson Werneck Sodré. Considerado material subversivo, de fundo inteiramente político, de base marxista e preocupado em “perturbar a ação esplêndida das Forças Armadas”, a leitura do livro foi considerada desaconselhada para os jovens.

Mais do que desaconselhada, o implemento da leitura dentro da moral e cívica foi proibido:

FIGURA 6 – CONCLUSÕES SOBRE O LIVRO: HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

co. Como o objetivo desta Comissão é animar, por todos os meios ao seu alcance, a Educação Moral e Cívica nas Escolas, o presente livro, ovidentemente, contraria aqueles fins, razão porque consideramos de todo desaconselhável a sua difusão. Acresce a circunstância de haverem sido livros anteriores do autor considerados condenáveis e recolhidos, tendo tido o próprio escritor seus direitos civis cassados por suas atitudes contrárias à democracia. Pelas considerações expostas, o parecer desta Comissão é que o livro em causa tenha sua divulgação proibida." "Conforme se depreendo, não é conveniente a utilização do referido livro para fins didáticos, particularmente na disciplina "Educação Moral e Cívica" ou "Estudo do Problemas Brasileiros"

Fonte: Informação Nº 37/AESI/UFPB. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Isto posto, percebemos que as ferramentas utilizadas no que se refere ao controle ideológico de estudantes foram muitas e variadas. Todas elas tencionaram, de uma forma ou de outra, alterar em favor dos ditames ideológicos do regime o funcionamento das instituições de ensino superior. Manter os jovens estudantes afastados da influência do “perigo vermelho”, impondo decretos limitadores, restrições a movimentações e ideias políticas, censura, perseguição e vigilância. Dessa maneira, diversos estudantes do país sofreram com a realidade de viver sob o regime de um governo autoritário e vigilante; onde, por muitas vezes, perderam a voz e o direito de prosseguir com os estudos e sonhos.

3.2 Vigilância aos estudantes da UFPB

Uma das formas de visualizar o que foi vivenciado pelos estudantes universitários é analisar a documentação produzida pela própria repressão. Nestes documentos, se é possível verificar quais as estratégias utilizadas pelos órgãos de informações, o que era considerado subversivo, quem eram os estudantes que mais figuraram nos documentos produzidos e até mesmo algumas das formas de resistência utilizadas por aqueles que eram alvos.

Como já posto, nos arquivos do Fundo SNI – Agência Recife foram encontrados informes, informações, juízos sintéticos, Levantamentos de Dados Biográficos e outras tipologias documentais que tratam da comunidade acadêmica da UFPB durante o período em que o Serviço Nacional de Informações funcionou. Tal qual como os docentes, os discentes da universidade também foram alvos dos monitoramentos executados pela ASI/UFPB em conjunto com os demais órgãos de informações. Em relação a esse segmento, foram encontrados documentos referentes ao ingresso de estudantes; troca de informações sobre registros e antecedentes daqueles que eram considerados subversivos ou que estivessem participando de algum processo seletivo; extensas notas sobre eventos organizados pelo movimento estudantil, bem como a rearticulação política dos estudantes em prol de demandas presentes na sociedade.

O objetivo das ASIs, no caso da educação superior, como se constatou através dos arquivos já expostos até o momento, era de manter toda a hierarquia que formava a comunidade de informações ciente de tudo aquilo que ocorria nas universidades. Desse modo, dirigentes, professores, estudantes e entidades de representação tinham seus passos monitorados, transformados em informações e direcionados para a DSI/MEC. Durante a existência das assessorias nos campi universitários, centenas de documentos foram produzidos, solicitados e enviados. Neles, foi predominante a perspectiva anticomunista, inclusive após os grupos comunistas apresentarem um declínio no que se refere à atuação no Brasil, como constata Motta:

A documentação produzida por tais agências, previsivelmente, revela a motivação anticomunista de muitas atividades dos órgãos de informação, quase uma obsessão. Enxergavam comunistas por toda parte e qualquer movimento de contestação era atribuído aos desígnios do “Movimento Comunista Internacional”, expressão que originou uma das siglas tão ao gosto da comunidade de informações, mci. Mesmo com os expurgos de 1964 e 1969, quando ocorreu a maior parte das demissões e aposentadorias de servidores públicos, entre eles os docentes, o ânimo vigilante dos membros da comunidade de informações não arrefeceu.

Essa insistência na “tecla” do anticomunismo pode gerar estranhamento, pois, além da repressão ter sido forte o suficiente para desbaratar os grupos revolucionários, nos anos 1970 os Partidos Comunistas estavam em declínio, superados por novos grupos e lideranças de esquerda. Pode-se dizer que, nesse momento, como em épocas anteriores, vigorou estratégia de industrialização do anticomunismo, ou seja, de mobilização oportunista do medo ao “perigo vermelho”. Entretanto, a motivação oportunista não é suficiente como explicação, pois em muitas ações e discursos os agentes da repressão mostravam-se convictos, e alguns até hoje permanecem ativos em sua luta. Para compreender esse quadro deve

se levar em conta que o anticomunismo forneceu um ethos combatente aos integrantes das agências de repressão e informação, uma razão de ser que justificava sua existência e missão. Sobretudo, ele fornecia a imagem do inimigo a vigiar e reprimir. (MOTTA, 2012, p. 138).

A “obsessão” exposta pelo autor em relação à motivação anticomunista está presente na documentação analisada, onde por vezes, os investigados, mesmo não compartilhando de ideais socialistas, eram tratados como tal. E isto não ocorria por acaso, visto que as agências de seguranças e informações contaram com funcionários treinados pela EsNI que buscavam aplicar os pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional.

Chama atenção nos arquivos examinados, o constante monitoramento à comunidade universitária, tendo por base a motivação anticomunista e a produção de informações sobre estudantes mesmo após 1979, onde a lógica, em razão do processo de abertura, seria de diminuir a vigilância. Porém, como já discutido, os órgãos de informações precisavam se apoiar em alguma razão para continuar existindo e atuando, e permanecer batendo na tecla do “perigo vermelho” era bastante conveniente, embora seja possível que muitos daqueles que trabalharam para a repressão, de fato, acreditassem na ameaça comunista e na consequente necessidade de defender as universidades daquilo que representava perigo.

Por outro lado, em relação ao refreamento da atuação de partidos portadores de inclinações comunistas, “observando a situação de acordo com a perspectiva dos militares, eles tinham alguma razão na sua ansiedade em relação à influência da esquerda nas Universidades, mesmo no contexto da repressão, não obstante sua compreensão de que tudo derivava das ações do MCI fosse equivocado e, por vezes, ridícula” (MOTTA, 2012, p. 138).

O tom conspiracionista esteve presente na maioria dos documentos examinados, e para visualizarmos como isso ocorria, citaremos dois deles. Começando pelo documento Informação Nº 137/74/AESI/UFPB, cujo título é: “1ª exposição de livros soviéticos”, vemos descrita uma situação em que a livraria “Importadora e Científica LTDA”, se aliou a representantes da subversão da UFMG para propagar ideologias espúrias entre os jovens universitários. Sabendo disso, a informação afirma que o Reitor tomou atitudes enérgicas em relação ao inconveniente armado, e para evitar que outras universidades passassem pela mesma situação, a informação é incisiva ao alertar que se recomenda a não permissão em qualquer das unidades departamentais em exposições desse teor, para que não se ganhe vida tais caminhos dentro das universidades.

Considerando o que foi dito pelo autor em relação ao anticomunismo presente na lógica de produção e busca por informações das assessorias, o PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 29, enviado por intermédio da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFPB, em 03 de julho de 1972, evidencia o assunto: “Aproveitamento de intercâmbio cultural pelos países participantes da ‘cortina de ferro’ (URSS e Satélites), para infiltração ideológica”. A origem desse pedido de informações consta ser da DSI do MEC, e foi difundida para os Diretores de Unidades, para o Diretor da Biblioteca Central e para o Diretor da Cooperativa Cultural. Sobre o assunto, o pedido ressalta e solicita o seguinte:

1. Dados Conhecidos:

Foi observado nas diversas unidades que integram as universidades brasileiras, que mantém correspondência com organizações soviéticas satélites, visando a aquisição de material didático e cultural, passam a receber, além daquilo que solicitaram; as mais diversas formas de artigos de propaganda do Movimento Comunista Internacional.

2. Dados Solicitados:

A gentileza de informar, dentro da maior urgência possível os itens que seguem:

- a. Veracidade do informe dentro da área dessa Unidade.
- b. Caso positivo, remeter a esta AESI, a título de empréstimo, qualquer publicação que se enquadre no espírito deste expediente.
- c. Outros dados julgados úteis e oportunos. (Pedido de Informação Nº 29 – ASI/UFPB)

De acordo com a DSI/MEC, nas universidades brasileiras, o contato mantido entre as instituições e organizações soviéticas contribuía para a propagação do Movimento Comunista Internacional – movimento que é largamente citado em outros documentos como nocivo e digno de ser combatido. A suposta possibilidade da interferência do MCI nas instituições de ensino superior via propaganda gerou a criação de variados pedidos de informações que tinham como objetivo a busca de materiais que comprovassem o que já era encarado pelos OIs como certeza.

Nesse sentido, a AESI/UFPB também solicitou à comunidade universitária informações sobre o caso. Era indispensável que os órgãos de informações mantivessem comunicação e consonância, para que, dessa forma, as intenções pretendidas fossem alcançadas. Sem isso, a tarefa de manter sob vigilância o que era tido como subversivo, assim como os estudantes e professores suspeitos, não seria realizada com sucesso. Por esta razão, muitos dos documentos examinados trazem uma clara comunicação com

outras agências e o cumprimento de solicitações feitas por outros órgãos de informações.

Como resposta ao Pedido de Informações Nº 29 exposto anteriormente, a diretora do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), Vilma Cardoso dos Santos Monteiro, em 11 de julho de 1972, remeteu ao assessor da AESI esclarecimento em que evidencia o fato de não ter conhecimento da presença de materiais os quais o pedido se refere:

Senhor Assessor:

Em atenção ao pedido de informação Nº 29/AESI/UFPB informo a V.S. que, verificado o expediente da Biblioteca Central deste ICFCH, nos últimos meses, bem assim como da Secretaria Geral, que centraliza toda a correspondência chegada, antes da distribuição com o pessoal da Casa, nada pude constatar sobre a existência de material didático e cultural inconveniente ao espírito da Revolução de 1964. Ressalvo, porém, a V.S. ter estado afastada das minhas funções durante largo espaço de tempo, por motivo de saúde; no entanto, ouvido o Sr. Vice-Diretor que me substituiu, nada acrescentou sobre um conhecimento à matéria solicitada. (Resposta ao Pedido de Informações Nº 29 – ASI – UFPB).

A UFPB contou com um serviço de segurança logo nos primeiros momentos após a intervenção, porém, foi apenas após a reformulação e transformação do SNI no Sistema Nacional de Informações (SISNI) que as universidades existentes passaram a contar com os serviços das AESI. Isto posto, vemos que o documento acima data do ano de 1972, momento em que as assessorias estavam se consolidando nas instituições de ensino superior. No que se refere à resposta ao pedido de informações citado, se vê mais uma vez que a consonância entre agências e demais órgãos de informações era recorrente e intensa.

Além disso, o elemento anticomunismo, um dos principais traços aprofundados com a chegada dos militares ao poder, aparece, dando destaque para a inconveniência que o material buscado representava para a “Revolução de 1964”. Em relação ao modo como a diretora de centro responde, é possível que esta realmente comungasse com o pensamento dos agentes da informação, ou que apenas estivesse seguindo o padrão de respostas imposto pelas agências.

Retomando a discussão em relação aos estudantes da UFPB, cabe dizer que as demandas e lutas estudantis no Brasil não se iniciaram com o golpe. É evidente que a

instauração da ditadura promoveu e estimulou que os jovens estudantes se organizassem diante das arbitrariedades cometidas pelo regime. No estado da Paraíba, os anos que antecederam o golpe de 1964 foram marcados pela presença de movimentos sociais urbanos e também no campo. A luta de setores da Igreja Católica, imprensa, sindicatos e marcante atuação das Ligas Camponesas são exemplos de como no estado os movimentos sociais se fizeram presentes. Desse contexto não se pode excluir a participação de estudantes universitários e secundaristas, que apesar das demandas específicas que circundavam o campo da educação naquele momento, a exemplo do processo de federalização da UFPB, não deixaram de prestar forte apoio às movimentações que ocorriam.

A União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), fundada em 1951, que teve como seu primeiro presidente o estudante de agronomia Francisco Assis de Lemos de Souza pra conduzir a gestão 1951/1952, foi uma organização que aglutinou as entidades estudantis universitárias e dirigiu as lutas específicas e gerais do movimento estudantil paraibano das décadas de 50 e 60. Analisando as principais exigências e conquistas dos estudantes do ensino superior da Paraíba, no período de 1958 até o golpe de civil-militar de 1º de abril de 1964, chega-se a um inventário histórico no qual gerações posteriores seriam beneficiárias dessas batalhas que, de reivindicações, foram transformadas em políticas públicas (SILVA, 2017, p. 55).

Logo, se percebe que a luta estudantil já antes do golpe foi pautada pelo enfrentamento e busca por resoluções de problemáticas específicas, mas também pelo apoio e envolvimento com pautas políticas no estado. Os anos que antecederam ao golpe foram marcados por um cenário de radicalização política, em que o posicionamento de estudantes ao lado de outros movimentos sociais foi bastante significativo.

No imediato pós-golpe, de acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB (2017), a Polícia Militar e o Exército iniciaram uma série de ações registradas nos autos de busca e apreensão nos diretórios estudantis e em diversos espaços públicos e privados, conforme o Inquérito Policial Militar intitulado de “Atividades Subversivas”, cujo responsável foi o Major Ney de Oliveira Aquino. Neste Inquérito, foram mencionadas, em meio a atividades encabeçadas por outras entidades consideradas subversivas, a invasão da Faculdade Direito, ocorrida em 3 de março de 1964. Ainda segundo o

Relatório, o pós-golpe foi marcado pela dissolução dos diretórios estudantis¹³³ e nomeação de interventores, ocorrendo, na UFPB, a elaboração de um novo Estatuto do DCE.

Dessa forma, é notório que a trajetória de apoio e luta dos estudantes não passou sem ser notada; levando o setor a sofrer com as consequências do regime autoritário. Como posto, uma das justificativas levantadas para a aplicação de penalidades foi a invasão da Faculdade de Direito. Organizado por estudantes secundaristas, o evento logo reuniu também estudantes universitários. O evento ocorreu em protesto à visita do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN) alguns dias antes do golpe dado em 1964. O governador aparecia no cenário político como um dos mais fortes adversários do governo João Goulart; o que levou ao protesto dos estudantes.

A ocupação da Faculdade repercutiu nos meios de comunicação da época de maneira controversa. Os estudantes foram acusados pela imprensa local de fazerem uso de maconha e armazenarem coquetéis molotov nas dependências da faculdade, além de causarem terror. Sobre o evento e a repercussão da invasão, José Tarcízio Fernandes, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito em 1964, em depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), relembra como foi o momento de organização do protesto:

Na verdade, neste auditório se instalou um punhado de jovens adolescentes e deram início a uma manifestação contrária, como muitos já sabem, a vinda do Governador Carlos Lacerda à Paraíba [...]. Esta ocupação da Faculdade de Direito na realidade se deu pelos estudantes secundaristas, sobretudo secundaristas do Lyceu Paraibano. Foi até uma surpresa para nós universitários de Direito naquela época tendo à frente como presidente do diretório a minha pessoa, e diante da ocupação da faculdade pelos estudantes secundaristas nós fomos advertidos para este momento, e eu reuni rapidamente membros do diretório que estavam naquela manhã aqui e todos foram unânimes em dizer que o diretório iria assumir ou tentar assumir o comando da manifestação, e não ficar a reboque da manifestação, que era praticamente criação dos estudantes do Lyceu Paraibano. E foi o que fizemos. A partir desta decisão do diretório, nós tomamos o empenho de assumir o comando da manifestação e providenciamos então o que estava faltando, sobretudo os serviços de som, para que as nossas manifestações tivessem eco lá para fora (Relatório Final da Comissão

¹³³ Dentre as entidades invadidas estiveram: Diretório Estudantil do Colégio Estadual de João Pessoa (Lyceu Paraibano), Diretório Estudantil da Faculdade de Direito, a sede da CEPLAR e a Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP) (CEVPM-PB, 2017).

Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 439).

Ao longo do relatório, outros participantes do protesto também esclarecem suas versões de como o evento ocorreu e de como a imprensa local deu nota sobre a manifestação, da existência de apoiadores e opositores, bem como da maneira como se findou o movimento: todos levados para depor no Comando da Polícia Militar. De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB (2017), além de exposta a notícia que havia a presença de coquetéis molotov, foi publicada no jornal A União, no dia 6 de março de 1964, uma lista contendo fotos dos jovens e 29 nomes.¹³⁴

Sobre isso, o saldo da ocupação protagonizada pelo movimento estudantil, envolvendo universitários e secundaristas em manifestação, resultou na exclusão¹³⁵, como forma de punição, dos alunos responsáveis pelo ocorrido¹³⁶. Apesar do evento ter ocorrido antes do golpe de 1964, o clima de repressão já se fazia presente na capital paraibana, e o movimento estudantil já se configurava como alvo suspeito de provocar insubordinações. As punições ocorridas apenas evidenciam o que estaria por vir com o avanço do autoritarismo.

O pós-1964, em relação aos estudantes universitários e secundaristas na Paraíba, segue o mesmo ritmo, e diante do novo cenário que estava posto, os estudantes tiveram que passar por mudanças que buscavam alterar a organização e propósito de suas lutas.

¹³⁴ No livro do autor Paulo Soares, “Nos tempos do Pedro Américo”, a lista transcrita e exposta do Relatório Final da CEVPM-PB contém os seguintes nomes: Antônio Augusto Arroxelas (vereador e dentista), Severino Elias Sobrinho (universitário), Rubens Pinto Lyra (universitário), Carlos Alberto Farias (universitário), Carlos Augusto de Carvalho (universitário), José Rodrigues Lopes (universitário), Evandro Ferreira dos Santos (universitário), José Tarcízio Fernandes (universitário), Inocêncio Nóbrega Filho (secundarista), Aderbal Vilar Sobrinho (secundarista), Heloísio Jerônimo Leite (secundarista), Wills Leal (jornalista e funcionário público), Zita Moreno Marinho (universitária), João Torres de Oliveira (secundarista), João Lucena Montenegro (secundarista), Walter Luís do Rego Luna (secundarista), José Ferreira da Silva (universitário), José Iremar Bronzeado (secundarista), Breno Andrade Matos (secundarista), Carlito Silveira (sem profissão), Luiz Gonzaga Barbosa (secundarista), Sérgio Tavares de Melo (secundarista), F.U (menor secundarista), F.A.F.A (menor secundarista), C.A.A.M (menor secundarista), P.M.C.C (menor secundarista), S.B.P (menor secundarista) José Humberto Espínola Pontes (universitário), F.U (menor secundarista).

¹³⁵ Decisão tomada pelo Conselho Universitário da UFPB, em reunião ocorrida no dia 8 de maio de 1964, mediante a Resolução nº 18, conforma inquérito instaurado. (CEVPM-PB, 2017).

¹³⁶ Ainda de acordo com Relatório Final da CEVPM-PB, os estudantes que sofreram com as punições foram: Aderbal Vilar Sobrinho (curso de Ciências Econômicas); Antônio Sérgio Tavares de Melo (curso de Direito); Carlos Augusto de Carvalho (curso de Direito); Evandro Ferreira dos Santos (curso de Direito); Inocêncio Nóbrega Filho (curso de Ciências Econômicas); José Ferreira da Silva (curso de Ciências Econômicas); José Humberto Espínola Pontes de Miranda (curso de Direito); José Iremar Alves Bronzeado (curso de Ciências Econômicas e História); José Rodrigues Lopes (curso de Medicina); José Tarcízio Fernandes (curso de Direito) e Rubens Pinto Lyra (curso de Direito). É importante ressaltar que uma liminar foi concedida para alguns dos estudantes que entraram com Mandado de Segurança, contudo, a liminar foi suspensa, fazendo com que os estudantes aguardassem julgamento definitivo.

Uma das transformações vivenciadas no período em questão diz respeito à constituição de uma comissão de trabalho¹³⁷ que teve como objetivo elaborar um novo estatuto para o Diretório Central dos Estudantes da UFPB¹³⁸. Este fato não esteve isolado de uma conjuntura maior que se desenhava; as entidades estudantis em todo o Brasil tiveram que se adequar ao novo. E é sobre esse contexto de mudanças, adequações e resistências que nos debruçamos a observar e analisar os registros deixados pelos OIs da época.

Entre os Arquivos Cronológicos de Entrada (ACE), encontramos os nomes de alguns dos estudantes que sofreram com as penalidades impostas em razão do evento ocorrido na Faculdade de Direito. É interessante observar que mesmo após o ocorrido, os órgãos de informações permaneceram monitorando alguns daqueles que constaram como envolvidos, sobretudo quem optou e conseguiu permanecer na universidade, seja como aluno ou como docente, posteriormente. Como exemplo, temos o caso do estudante e professor Rubens Pinto Lyra, nome bastante frequente nos ACEs examinados referentes à Universidade Federal da Paraíba.

No tocante à produção feita pelos órgãos de informações, encontramos cerca de 20 documentos¹³⁹ que tratam direta e indiretamente sobre antecedentes e atividades desenvolvidas por Rubens Pinto Lyra. De forma geral, os documentos encontrados enfatizam negativamente as atividades descritas, como é possível perceber por meio do documento Arquivo Cronológico de Entrada nº 2875_81. Neste ACE, contém um documento do tipo informação, de nº 13219/ ARE/ SNI, cujo título é: “Estudantes brasileiros residentes na casa do Brasil, Paris – França”, produzido no ano de 1981, mas que, no entanto, traz dados referentes do ano 1964 até o ano de 1970. Além de Rubens Pinto Lyra, o documento evidencia informes de outras pessoas.

FIGURA 7 – INFORMAÇÃO Nº 13219/ARE/SNI

¹³⁷ A comissão foi formada pelos estudantes: Adauto Ramos (odontologia); José Marinetti Bezerra (Medicina); Cristobal Paulino Fernandes (Farmácia); Euclides de Carvalho Neto (presidente do DCE da UFPB) e Ediláudio Luna de Carvalho (Farmácia).

¹³⁸ Ofício nº 3 - SEC-DCE, 7 de abril de 1965. Arquivo da Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS/UFPB). Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB (apud Relatório Final da CEVPM-PB, 2017, p. 418).

¹³⁹ Em relação à quantidade de documentos que tratam diretamente de Rubens Pinto Lyra ou que apenas mencione o mesmo, não se há uma estimativa exata devido ao fato de alguns dos documentos presentes no Fundo SNI, que tratam da UFPB, apresentarem rasuras, não sendo possível, portanto, identificar o assunto principal do documento nem os nomes citados no informe.

1 - Oriundos da área desta Agência

a - RUBENS PINTO LYRA

1) Qualificação: ✓

Nome : Rubens Pinto Lyra
 Filiação: José Carlos de Souza e Maria Elizabeth Pinto
 Lyra.
 Data de nascimento: 16 de outubro de 1945
 Residência: Av. Pedro I, 433- J.Pessoa/PB

2) Outros Dados:

1964 - Estudante de Direito da UFPB. Participou da bader na promovida em 03 mar 64, sendo envolvido em IPM.

1965 - Foi excluído da Faculdade de Direito da UFPB, por resolução do Conselho Universitário.
 Indiciado no IPM-UNE/UBES, foragiu-se, sendo incur so no art.11 letras "a" e "b" da Lei 182 de 05 jan 53.

1966 - Participou ativamente de movimentos estudantis articuladores de greves, no período de 21 a 27 set.

1967 - Participou do Juri Simulado por estudantes para - julgamento do conflito EEUU/VIETNAM, onde fez figura de Promotor, realizado no Restaurante Universitário da UFPB.

1968 - Prêso em S. Paulo, quando participava do Congresso da ex-UNE. Participou de agitação estudantil em - João Pessoa-PB.

Fic
 em 10/4/72 [assinatura]

CONFIDENCIAL

MALOTE N - 10716
 DE 07/21/1972

Fonte: Fundo SNI- Agência Recife - ARE_ACE_2875_81. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

O primeiro ponto a ser ressaltado na informação é a importância que foi dada à participação da invasão da Faculdade de Direito; exposta como um acontecimento negativo perante os OIs. Esse registro também evidencia que mesmo após o ocorrido, aqueles envolvidos com a “baderna” poderiam ser alvos de monitoramento em razão dos registros considerados subversivos, sobretudo aqueles que foram excluídos do ano letivo. Seguindo a lógica de outros exemplos de antecedentes que aqui foram expostos, a desqualificação do vigiado é notória.

Além das questões conhecidas sobre a funcionalidade dos OIs no que se refere à exposição daquele que era alvo, não podemos deixar de destacar a luta estudantil durante os primeiros anos que sucederam o golpe, como evidencia a própria informação. Este dado é importante para que se perceba que mesmo anunciada a ditadura e postas

em prática as primeiras medidas autoritárias, o movimento estudantil não permaneceu apático, organizando manifestações e apoiando greves.

Na página seguinte desse mesmo documento, se tem a continuação da relação de antecedentes do vigiado, até chegar ao ano de 1970, como destaque para as consequências da participação no movimento estudantil e detalhes dos passos que foram dados pelo vigiado até 1970:

1969 - Punido com impedimento de matrículas nas diversas unidades da UFPB, pelo período de um ano por haver participado de movimentos estudantis na área daquele Estado.

1970 - Viajou para a França em outubro, com bolsa de estudo adquirida pela Cultura Francesa da Paraíba. Esteve na cidade de Nancy-França, onde fez um curso de Direito e atualmente ainda se encontra naquele País. (ARE_ ACE_2875_81 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Nos documentos aqui expostos e na documentação analisada, de forma geral, nota-se que em alguns casos a vigilância exercida através dos órgãos de informações e segurança era contínua, como foi o caso do estudante e depois professor. Mesmo após a revogação do AI-5 e o aparente afrouxamento da repressão, os antecedentes do indivíduo vigiado eram apontados, bem como qualquer tipo de atividade compreendida como suspeita. Devido ao fato de Rubens Pinto Lyra ter mantido vínculo com a comunidade acadêmica da UFPB, a partir de 1979, desta vez, na condição de professor, e anterior a isso, como professor da Universidade Regional do Nordeste (URNE), os órgãos de segurança continuaram a produzir informes e informações, levantando dados e mencionando o professor sempre que julgassem necessário.

Dessa forma, temos o ACE 004/79 (Informação Nº 1091/ 116/ ARE/ 8), de título: “Atividades Subversivas – Rubens Pinto Lyra – Campina Grande”, que data do ano de produção de 1979:

1 RUBENS PINTO LYRA, atualmente lecionando e dirigindo um Departamento da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE (FURNE), CAMPINA GRANDE/PB, vem expondo, em várias reuniões, suas idéias “socialista e marxista”, aperfeiçoadas, em Universidades Francesas, onde teve ampla convivência com comunistas brasileiros e franceses.

2 Anteriormente, o nominado teve sua contratação vetada para a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), por motivos ideológicos. O Reitor da FURNE, por desconhecer os antecedentes do epigrafoado, efetivou a sua contratação por indicação do médico

FIRMINO BRASILEIRO DA SILVA, da Faculdade de Medicina de CAMPINA GRANDE.

3 Atualmente difunde, em papel timbrado da FURNE, a venda de um livro em que analisa o comportamento dos Partidos Socialista e Comunista da FRANÇA.

- Filiação: JOSÉ CARLOS DE LYRA E MARIA ELIZABETH LYRA

- Registra antecedentes negativos nesta Agência. (ARE_ACE_004_79 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Na informação exposta anteriormente, vimos que os OIs deram nota sobre a presença de estudantes brasileiros residentes na França, dentre eles o então estudante Rubens Pinto Lyra. Já nesta informação, conta que o agora professor vem expondo suas ideias socialistas e marxistas aperfeiçoadas nos meios acadêmicos da França. Nesse sentido, a ida de estudantes para outros países ou universidades consideradas focos da propagação marxista nem sempre era bem-vista, contribuindo, assim, para que tal informação constasse como relevante.

Contudo, os pontos que mais chamam atenção na informação dizem respeito ao processo de contratação. Assim como em outros casos já expostos, a motivação ideológica aparece como destaque. De forma direta, o documento expõe que a entrada do vigiado na UFPB foi vetada em razão das inclinações ideológicas que o candidato possuía. O mesmo não ocorreu na FURNE devido ao suposto desconhecimento do reitor acerca dos antecedentes negativos do professor e da indicação de alguém já presente nos quadros de funcionários.

Os órgãos de informações mantinham intensa comunicação, especialmente no caso de alguém que teve um número relevante de registros negativos, participação em eventos tidos como subversivos e matrícula cancelada por motivações ideológicas. Diante disso, é possível que o reitor tivesse conhecimento dos registros negativos do candidato, todavia, optou por aceitá-lo na universidade ao considerar a indicação a qual o documento informa que ocorreu. Casos como o exposto ocorreram por vezes nas universidades no período analisado; apesar da presença de registros e ligações suspeitas, o acordo prevalecia em algumas das situações. Entretanto, é sempre válido ressaltar que o monitoramento aos portadores de registros negativos nos OIs não deixava de acontecer, e em alguns casos, como no do professor Rubens Pinto Lyra, foi constante.

Além dos documentos já citados, foram encontrados mais dois informes que mencionam Rubens Pinto Lyra. O primeiro é o documento ACE 8147/88 (Informação

Nº 00179/ 120/ B2R/88), que versa acerca de um seminário sobre a atualidade do Manifesto Comunista, que teve por função, segundo o que expõe o documento, relembrar os 140 anos de lançamento da obra. O evento ocorreu sob a responsabilidade do Centro de Estudos e Pesquisa Sociais (CEPS) e contou com a participação, como um dos palestrantes, de Rubens Pinto Lyra. Detalhes do evento foram expostos nos documentos produzidos pelos OIs, o que era comum em relação a eventos ocorridos na UFPB. No entanto, o conteúdo do seminário apareceu como uma razão de maior preocupação, visto que relembrar a importância de uma obra considerada perigosa despertava a atenção dos agentes do monitoramento.

Já o segundo, se trata de documento tipo informação, presente no ACE 8136/8 (Informação Nº 00062/ 120/ B2R/88), e aponta o nome de Rubens Pinto Lyra em uma lista de indiciados em Inquérito Policial, incurso em Artigo da Lei de Segurança Nacional (LSN), por ocasião de visita presidencial em João Pessoa, no qual teria participado de manifestação contra o presidente José Sarney. O principal órgão de vigilância nas universidades eram as ASI, todavia, a ASI/UFPB já havia sido desativada no ano de 1984. Com isso, era esperado que a vigilância aos membros da comunidade universitária deixasse de ocorrer e que estes não figurassem mais como alvos dos órgãos de informações.

O fim do regime autoritário já estava posto, contudo, sabemos que o Serviço Nacional de Informação continuou a atuar mesmo após concluído o governo dos militares. Desse modo, nos arquivos da Agência Recife foram encontrados documentos produzidos pelo SNI após 1985, onde a herança autoritária é percebida através dos contínuos monitoramentos, o que nos leva a concluir que, a produção dessas informações, bem como a menção dos eventos do período pós-ditadura militar, atestam que a desativação total dos órgãos de informações e segurança ocorreu após um lento processo.

Retomando a discussão que abarca o período de vigência do regime, voltemos à informação 13219/ARE/SNI, que trata de Rubens Pinto Lyra, especificamente ao trecho que diz: “1968 – Preso em S. Paulo, quando participava do Congresso da ex-UNE. Participou de agitação em João Pessoa-PB” (ARE_ACE_2975/81). A informação enfatiza o ano de 1968, onde o protagonismo estudantil causou incômodos aos órgãos a serviço da ditadura. Assim como neste documento, outros informes e informações

destacam as manifestações e contestações ocorridas em 1968, assim como os nomes dos supostos participantes das lutas ocorridas nesse período.

Nesse sentido, na Paraíba, logo no início de 1968, o resultado do vestibular para a UFPB leva à agitação dos estudantes, compreendendo que uma problemática antiga persiste: a questão dos excedentes. As universidades brasileiras seguiam um ritmo de expansão e as vagas ofertadas não acompanhavam o mesmo ritmo, com isso, surgia a figura do “excedente”.

De acordo com Maria Ribeiro do Valle (2016), em 1968 estaria de volta à cena das discussões políticas a crise do ensino superior brasileiro, inflamada pelos protestos relacionados aos excedentes, que embora aprovados em vestibular, não conseguiam ingressar nas universidades.

O estudantado, solidarizando-se com os “excedentes”, promoverá greves e manifestações reivindicando mais vagas nas universidades. A crise da universidade por causa da oposição estudantil às medidas governamentais para a educação, soma-se o repúdio à política repressiva do regime, desgastando ainda mais as relações do ME e o governo Costa e Silva (VALLE, 2016, p. 35).

Com isso, o movimento estudantil se articula em protesto contra o modelo presente nas universidades que não contemplava os aprovados em totalidade, bem como contra as arbitrariedades do governo e a influência imperialista na educação que estaria colocando em risco o ensino público e gratuito através da transformação das universidades em empresas, adaptando-as à nova fase do desenvolvimento capitalista (VALLE, 2016, p. 36).

Ainda sobre o contexto referente aos desafios enfrentados pelos estudantes de forma geral e em todo o Brasil, Pelliciotta afirma:

Em reação, as movimentações estudantis devem agora responder a outros desafios trazidos pela elaboração e implantação do projeto tecnocrático e autoritário de Universidade, pela privatização e rebaixamento qualitativo da rede de ensino, pela repressão dos movimentos políticos e culturais em curso, ou ainda, pela massificação da produção da cultura. Em sentido semelhante, a partir de 1968, é a reforma tecnocrática desta instituição (associada à implantação do AI-5 e decreto lei nº477) que concentra as tensões e perspectivas de luta política no espaço acadêmico, enquanto as ações coletivas no espaço público são severamente punidas. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 24).

Na Paraíba, protestos em solidariedade aos excedentes do vestibular de 1968 ocorreram com o apoio do movimento estudantil, que diante da situação, organizou acampamento na reitoria e em frente à residência do então reitor, Guilardo Martins Alves (CEVPM-PB, 2017). Como resultado da organização estudantil, foi criada na cidade de Campina Grande uma Faculdade de Medicina que absorveu os estudantes excedentes, enquanto os que desejavam entrar no curso de Direito permaneceram em João Pessoa.

Além das questões relacionadas aos excedentes, a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, provocou a organização de protestos marcantes na Paraíba. As manifestações ocorridas contaram com o apoio de entidades como a União Estadual dos Estudantes na Paraíba (UEEP), a Associação Estadual dos Estudantes Secundaristas (AESP), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), os Diretórios Acadêmicos (DA's), e dos Grêmios Estudantis dos colégios secundaristas. Diante da situação, as entidades mencionadas decidiram elaborar uma paralisação geral das aulas em 1º de abril de 1968, e realização de ato público no dia 4 daquele mês em João Pessoa e Campina Grande (CEVPM-PB).

Junto a esse contexto de paralisação e organização, missas foram realizadas em memória do estudante morto no Rio de Janeiro. Em João Pessoa, além da homenagem religiosa, houve a articulação de protestos. Com isso, agentes da Polícia Militar se utilizaram de “caminhões com fuzis e baionetas caladas e bombas de gás. Em marcha forçada, passam a espancar os estudantes que reagem com vaias e pedradas. Manifestantes são presos, alguns dentro de casas comerciais onde procuravam se refugiar” (RODRIGUES, 2000, p. 254).

A partir desse momento, diversas outras manifestações organizadas pelo movimento estudantil ocorrem na Paraíba, pondo em evidência a não omissão de estudantes universitários e secundaristas diante das problemáticas ligadas ao cotidiano acadêmico, bem como perante a perseguição aos setores que se posicionavam contra o autoritarismo do regime. Dessa forma, o movimento estudantil seguiu organizando manifestações de enfrentamento, greves por contratação de professores, protestos visando a melhoria da qualidade da comida servida no Restaurante Universitário¹⁴⁰ e contra os acordos MEC-USAID.

¹⁴⁰ De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB (2017), a manifestação ocorrida no RU resultou no arrombamento da porta do depósito do Restaurante e retirada de alimentos para distribuição entre os estudantes. Com isso, a pedido do Reitor Guilardo Alves Martins foi aberto um inquérito pelo

O ME na Paraíba não se solidarizou apenas com a morte do estudante Edson Luís, mas também com a prisão do líder estudantil da União Estudantil do estado da Guanabara, Vladimir Palmeira. Diante desse fato, estudantes saíram em manifestação pela cidade, terminando na ocupação da antiga Faculdade de Filosofia – FAFI. Sobre isso, a estudante Maria de Lourdes Meira, em depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, relembra:

... eu era da Faculdade de Filosofia, que se tornou um centro político cultural da cidade, todo mundo ia para lá, a gente tomava o prédio, ocupava o prédio, greve, tudo era lá, onde hoje é o Olivina Olívia era ali. Então, ali se tornou um centro e esses movimentos contra a ditadura que a gente fazia na rua, queima de bandeira, no Mercado Central, em cima do que tivesse a gente fazia uns comícios relâmpagos, a gente participou muito (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 453)

Dias antes da implantação do Decreto 477/1969 a Reitoria da UFPB, por meio de decisão do reitor e aprovação do Conselho Universitário, já havia punido uma quantidade considerável de estudantes com o impedimento de matrículas.¹⁴¹ Com isso, alunos figuraram como impedidos definitivamente, alguns por dois anos e outros por um. Toda essa articulação foi fruto do recrudescimento do regime, que em todo o Brasil buscou maneiras de desorganizar o movimento estudantil.

Os órgãos de informações e segurança trabalharam antecipadamente para que os estudantes envolvidos com os últimos acontecimentos fossem punidos. A participação

Departamento da Polícia Federal para apurar a situação. Foram intimados e ouvidos o presidente do DCE, José Ferreira da Silva; Francisco de Paula Barreto Filho, vice-presidente do DCE e presidente da Executiva Nacional dos Estudantes de Direito (ENED); Germana Correia Lima, vice-presidente da ENED; e Wladimir Martins de Sousa, presidente do Clube dos Estudantes Universitários.

¹⁴¹ De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB, esta decisão foi aprovada pelo Conselho Universitário em 14 de março de 1969, por meio do Processo 31260/1964, e os alunos punidos com o impedimento definitivo, foram: Aderbal Villar de Carvalho (FACE - JP); Alzenir Rodrigues dos Santos (FACE - JP); Arnaldo José Delgado (Escola de Engenharia - JP); Brígida Nóbrega (FAFI - JP); Dinalva Navarro (Escola de Ciências Sociais - JP); Djamil de Holanda Barbosa (Escola Politécnica - CG); Edite Maria de Oliveira (FACE - CG); Emilton Amaral (Faculdade de Direito - JP); Germana Correia Lima (Faculdade de Direito - JP); Heloísio Gerônimo Leite (FACE - JP); Iêdo Martins Marcondes da Silveira (Escola Politécnica - CG); Ivanise de Souza (Faculdade de Direito - JP); Jäder Carlos Coelho da Franca (Faculdade de Direito - JP); Jaerson Lucas Bezerra (FACE - CG); João Lacerda Lima (FACE - JP); José Fernandes Neto (FACE - JP); José Ferreira da Silva (FACE - JP); José Tadeu Carneiro da Cunha (Escola de Engenharia - JP); Jurandir Cardoso de Alcântara (FACE - CG); Leda Rejane Pereira do Amaral (FACE - JP); Luiz Carlos Soares (Escola de Engenharia - JP); Maria Auxiliadora Rosas (FACE - JP); Maria da Penha Ribeiro (Formada pela Escola de Serviço Social - JP); Maria de Fátima Mendes da Rocha (FAFI - JP); Maria Neiva Gadê Negócio (Faculdade de Direito - JP); Maria Teixeira (Escola de Serviço Social - JP); Paulo José de Souto (Escola de Engenharia - JP); Simão de Almeida Neto (Curso de Engenharia - CG); Terezinha do Vale (Escola de Serviço Social - JP); Wilma Batista de Almeida (FAFI - JP) e Zenóbio Toscano de Oliveira (Escola de Engenharia - JP).

de estudantes nas manifestações do ano de 1968 foi algo largamente registrado nos OIs. Aqueles que ganharam registros negativos, por vezes foram monitorados em outros momentos da caminhada enquanto estudantes ou docentes, no caso daqueles que passaram a integrar os quadros da UFPB.

Acerca dos registros nos órgãos de informações sobre manifestações estudantis nesse período, destacamos o Arquivo Cronológico de Entrada 1236/80, que traz a Informação Nº 142/80/ASI/UFPb. Esta, já exposta no capítulo anterior, trata essencialmente do levantamento dos antecedentes considerados negativos do professor Rui Gomes Dantas, entretanto, é possível perceber no material registros referentes a movimentações estudantis de cunho contestatório no ano de 1968:

Congresso da UEEP: Realizou-se nesta cidade nos dias 10 e 12 o Seminário da UEEP (União dos Estudantes do Estado da Paraíba). O Seminário foi aberto no dia 10 de jun, às 10 hs, no Auditório da Faculdade de Filosofia, sendo posteriormente transferido para o Colégio Pio X [...]

Um dos implicados no movimento estudantil de João Pessoa, em Ago 68, em prisão do líder estudantil WLADIMIR PALMEIRA, resultando na ocupação da Faculdade de Filosofia pelos estudantes [...]

MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ESTADO DA PARAÍBA – Out 68, em protesto pela prisão da ex-UNE em IBIÚNA, resultando em grande perturbação da ordem pública. No dia 15 Out 68 várias ruas amanheceram pichadas e continua a distribuição de boletins. Várias reuniões realizaram nas Faculdades, notadamente na de Filosofia. Comícios relâmpagos se realizou em vários pontos da cidade. [...] No dia 17 Out 68 continua a pregação subversiva no meio universitário, agora contando com a participação dos professores universitários que se aliam aos estudantes e promovem Assembléia Geral na Faculdade de Filosofia decretando greve parcial de advertência por 48 hs e de lá pretendem sair em passeata não concretizada devido à ação preventiva da Polícia. No dia 23 Out 68 a partir das 15:00 hs o público começa a se concentrar em frente à Catedral Metropolitana e às 16:00 hs já é grande o número de pessoas naquele local. Líderes estudantis e professores se revezam em discursos inflamados contra o regime [...] Cerca das 16:00 hs os manifestantes, portando bandeiras da ex-UNE, cartazes ofensivos às autoridades e um grande retrato de CHE GUEVARA, tentam iniciar a passeata sendo impedidos pela Polícia que dissolveu a manifestação, resultando um certo tumulto entre policiais e manifestantes, com tiros para o alto de ambas as partes registrando-se ferimentos leves em 5 praças da PM, um professor universitário e seu filho. [...] (ARE_ACE_1236_80; Informação Nº 142/80/ASI/UFPB - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A informação exposta acima relata de forma detalhada a visão que os OIs carregavam sobre as manifestações ocorridas ao longo do ano de 1968. Como se vê, o

relato não buscou apenas dar nota do ocorrido, mas colocar a participação de alunos e professores como uma expressão da subversão existente nesse meio. No relato encontrado no ACE, é mencionado a existência de protestos ocorridos em razão de prisões efetuadas em congresso da UNE na cidade de Ibiúna/São Paulo. O XXX Congresso da UNE, marcado para 13 de outubro de 1968, terminou com a prisão de quase todos os estudantes presentes. Tal feito partiu da organização e esforço conjunto dos órgãos de segurança e informações no propósito de desarticular o evento considerado portador de intenções revolucionárias, bem como de orientações comunistas e terroristas.

Com isso, jovens de todo o Brasil que estavam presentes em Ibiúna para o Congresso acabaram presos e marcados negativamente nos registros dos OIs. Sobre a imediata consequência proveniente da queda do Congresso, Maria Ribeiro do Valle destaca:

Entre os 720 estudantes presos, encontram-se 10 jornalistas [...], agora assim já reconhecidos [...] são encaminhados para o DOPS, onde é proibido o acesso da imprensa. Os três líderes estudantis estão com prisão preventiva decretada pelas autoridades de Guerra de São Paulo e Rio de Janeiro. Os demais estudantes ficam no presídio Tiradentes, cuja população sobe de 500 para 1216 presos em apenas uma hora. A primeira providência da polícia é revistá-los para averiguar se estão portando armas. Em frente ao presídio, inicia-se uma mobilização da União das Mães de São Paulo contra a Violência, impedidas de manter qualquer contato com os estudantes (VALLE, 2016, p. 237-238).

O Congresso também contou com a presença de estudantes do estado da Paraíba¹⁴², que igualmente foram presos e indiciados no DOPS-SP. Acerca do

¹⁴² De acordo como Relatório Final da CEVPM-PB, foram presos os seguintes estudantes: Aloisio Muniz de Aquino (Ciências e Letras - URNE); Antônio José de Lima (Presidente do DA Farmácia e Bioquímica - UFPB, JP); Cacilda Filomena Castro (Serviço Social - URNE); Carlos Alberto Nunes Marinho (Engenharia - UFPB, JP); Cláudio Américo de Figueiredo Porto (Ciências Econômicas - UFPB, CG); Eraldo Fernandes dos Santos (Medicina - UFPB, JP) Everardo Nóbrega de Queiroz (Presidente do DCE - UFPB, JP); Getúlio Bezerra Castro (Medicina - UFPB, JP); Heloísio Jerônimo Leite (Ciências Econômicas - UFPB, JP); João Roberto Borges de Souza (Presidente do DA de Medicina - UFPB, JP); José de Arimatéia Bezerra de Lima (Letras- UFPB, JP); José Ferreira Lima (Ciências Econômicas - UFPB, JP); Jureni Bittencourt Pereira (Direito - URNE); Kennett Talis de Borja Jaguaribe (DA de Enfermagem - UFPB, JP); Leda Rejane Pereira Amaral (Ciências Econômicas - UFPB, JP); Luiz Sérgio Gomes de Matos Silveira (Escola Politécnica – UFPB, CG); Maria de Fátima Mendes da Rocha (DA de Filosofia - UFPB, JP); Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Serviço Social - UFPB, JP); Maria do Socorro Pessoa (Educação - UFPB, JP); Maria Nazaré Coelho (Filosofia - UFPB, JP); Maura Pires Ramos (Letras - URNE); Rubens Pinto Lyra (Direito - UFPB, JP); Silvio Roberto Teixeira Barreira (Química - URNE); Vicente Antônio da Silva (Engenharia - UFPB, JP) e Williams Capim de Miranda (Escola Politécnica - UFPB, CG).

Congresso da UNE em Ibiúna, destacamos trecho da audiência realizada pela CEVPM-PB, com Rubens Pinto Lyra:

[...] as instalações do congresso da Une na verdade era um buraco cavado com degraus que serviam de arquibancada, mas parte dele desabou com as fortes chuvas. Tais instalações se reduziram, na verdade, a um lamaçal. A comida era praticamente inexistente. Me lembro de raros grãos de feijão e era a única composição do prato, nenhum prato secundário, era o que tinha, quem quisesse, tudo bem. Uns grãos de feijão e mais nada, muito pior que a péssima comida que depois nos foi servida no Presídio Tiradentes, para onde fomos encaminhados, mas lá pelo menos havia comida. Também, como estávamos amontoados uns em cima dos outros, uma parte tinha que sair à noite para que a outra pudesse dormir. Tivemos então todo o tempo sono, frio e fome. Quem pretendesse sair não o faria, porque a entrada do sítio estava guardada por integrantes armados da organização do congresso. Tudo indica que a intenção era o adestramento dos participantes, do mal logrado congresso para a guerrilha, sem que eles, dentro de uma visão vanguardista exacerbada que tinham, tenham antes perguntado aos interessados se eles desejam tal adestramento. Depois de cinco dias por aí de privação de liberdade, o governo federal resolveu nos entregar às polícias estaduais, mas pelo menos no caso da Paraíba fomos libertados ainda em São Paulo. Graças a um acordo que teria sido firmado com o governador João Agripino, aliás que tinha um filho preso [...]. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 468).

Além dos detalhes fornecidos acerca da abordagem e trato policial para com os estudantes, chama atenção a postura do governador do estado, João Agripino, diante do ocorrido¹⁴³. Como consta no relato, este contava com um filho preso, o que pode ter contribuído para que acordos fossem feitos com a intenção de resolver a situação. Todavia, apesar disso, alguns daqueles presos e indiciados sofreram penalidades e passaram por contínua vigilância, como foi o caso do autor do depoimento concedido. Em virtude do AI-5, e por sua participação no Congresso da UNE, teve pela segunda vez o direito de estudar interrompido; além disso, foi demitido do cargo de professor de Língua e Literatura Francesa, do Colégio Estadual de João Pessoa (Lyceu Paraibano).

Casos de impedimento atingiram outros estudantes que participaram do Congresso, marcando de forma negativa registros nos órgãos de informações. Em relação a esse contexto, o caso do então estudante de Letras da UFPB, José de Arimatéia Bezerra de Lima, reflete bem as consequências decorrentes da participação

¹⁴³ Para compreender os acontecimentos durante o governo de João Agripino e sua trajetória, ver: CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965–1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.

no evento. Além de expor em depoimento as variadas condições precárias e maus tratos na prisão em Ibiúna, José de Arimatéia relembra as perseguições sofridas em face da sua ida ao Congresso, como a dificuldade em dar prosseguimento ao curso de Letras, considerando que foi impedido por um ano, os problemas em conseguir emprego na área e a perseguição sofrida enquanto exercia trabalho nos Correios.

a perseguição foi tão grande que ele me tirou da seção, me rebaixou, e me botou num serviço totalmente contrário ao que eu vivia desempenhando, que era recursos humanos e passou para contabilidade. E mandou eu fazer a contabilidade diária da empresa e me colocou num birô defronte do birô da chefe da seção, eu não podia sair, não podia fazer nada, que esse cara me perseguiu muito. Bom, então [...] esses são fatos em consequência do fato de eu ter participado do Congresso da UNE, veio essa represália todinha e, por conseguinte, minha família aqui sofreu muito (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 469).

De forma semelhante, o então estudante, Jader Nunes de Oliveira, natural da Paraíba e estudante de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), passou por dificuldades em decorrência dos momentos vividos em Ibiúna. Dentre as adversidades vivenciadas e relatadas em depoimento, estiveram problemas relacionados a continuar a lecionar e à presença de registros de suposta participação em movimentos de luta armada, fato que foi negado.

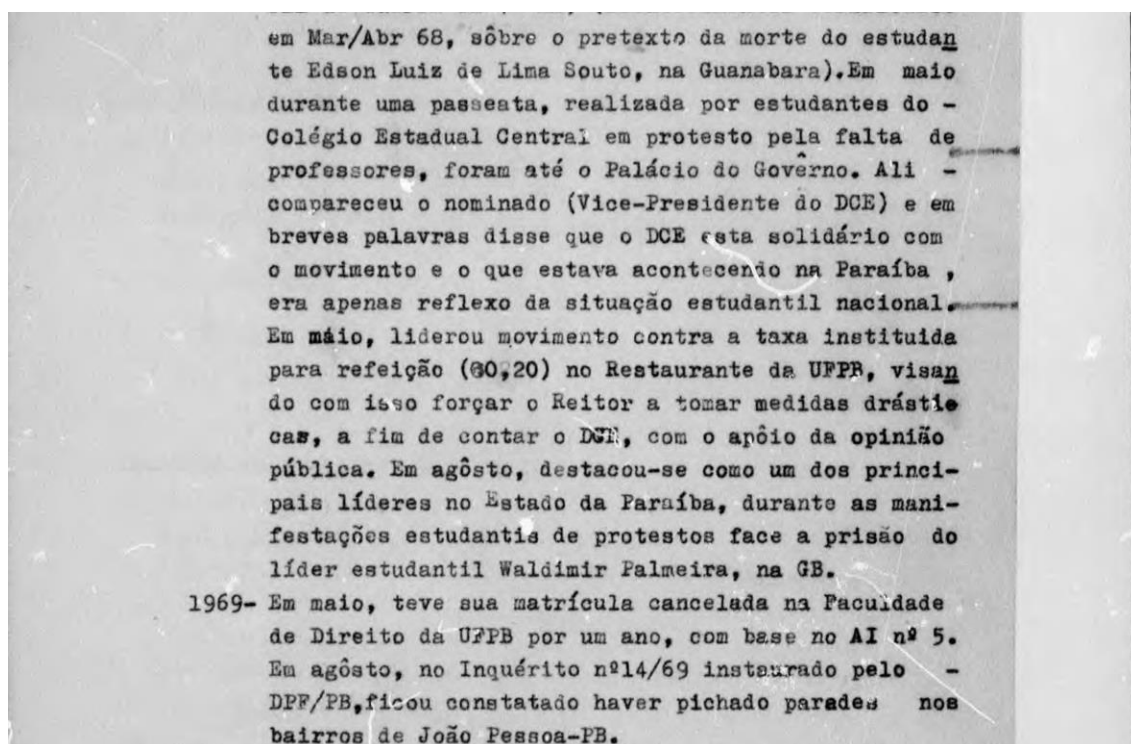
Nos documentos presentes nos arquivos da Agência Recife, foram encontrados alguns ACEs em que consta o nome de Jader Nunes de Oliveira, a exemplo do ACE 6643/85, produzido em 1985. A ficha produzida ao final do regime direcionou aos órgãos de informações o interesse de Jader Nunes de Oliveira em ocupar o cargo de direção do Centro de Tecnologia da UFPB¹⁴⁴. Seguindo o protocolo ideológico, o registro negativo foi detalhado. Apresentando lógica parecida, o nome do agora funcionário da UFPB, também foi exposto em ACE (Nº 8676/90), em que consta

¹⁴⁴ Além do cargo de Diretor do Centro de Tecnologia da UFPB, Jader Nunes de Oliveira também ocupou em sua trajetória na UFPB os seguintes cargos: Professor do Departamento de Tecnologia Química e de Alimentos - 1978/1983; Professor do Departamento de Engenharia de Produção - 1984; Coordenador do Mestrado em Engenharia de Produção - 1981/1984; Chefe do Departamento de Engenharia de Produção - 1984/1985; Diretor do Centro de Tecnologia - 1985/1989; Presidente da ADUFPB - 1990/1991; Pró-Reitor Administrativo - 11/1992 a 12/1994 e Reitor por dois mandatos - 15/10/1996 a 14/10/2000, e 15/10/2000 a 07/11/2004. Ver mais em: < <http://www.ufpb.br/antigo/content/jader-nunes-de-oliveira> > Acesso em março de 2021.

informações sobre o processo de eleição da Associação de Docentes da UFPB no ano 1989, no contexto pós-ditadura, mas ainda presente a atuação do SNI.

Ainda em relação às ações estudantis, muitos dos documentos examinados trazem dados importantes sobre acontecimentos ocorridos antes e depois do AI-5. Na maior parte dos ACEs contêm levantamentos de antecedentes sobre estudantes ou ex-estudantes que se tornaram professores na UFPB. Nesse sentido, o já citado ACE 3875/81 expõe com detalhes o que aconteceu ao estudante Francisco de Paula Barreto Filho. Indiciado no IPM que apurou o arrombamento do Restaurante Universitário da UFPB, teve requerida a prisão preventiva. Como consequência de seu envolvimento com o movimento estudantil, a exemplo de outros, teve matrícula impedida posteriormente. Além desse fato, participou das manifestações ocorridas em 1968, descritas no documento da seguinte forma:

FIGURA 8 – ANTECEDENTES DE ESTUDANTE VIGIADO



Fonte: ARE_ ACE_3875/81. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo. – Fundação Casa José Américo.

Seguindo a mesma configuração no que se refere ao cancelamento de matrículas, temos o caso do estudante Saulo de Tarso de Sá Pereira. No ACE 2045/81 consta o Informe nº 092/ B-E/2, produzido no ano de 1978, de origem do IV Exército e difundido para a Agência Recife, DPF/PB e INPS/RJ. O informe discorre inteiramente

sobre Saulo de Tarso de Sá Pereira, em virtude da aprovação em concurso do INPS do Rio de Janeiro. O relato levanta importantes informações acerca dos antecedentes do investigado, que solicita à SSP/PB (DOPS) declaração de bons antecedentes políticos e sociais. Apesar do pedido, o informe não deixa de mencionar dados considerados negativos, expondo, dessa forma, informações relacionadas a atividades de protesto referentes ao ano de 1968, como se vê:

2. O nominado foi preso, na madrugada de 31 Mai 67, pela /SSP/PB, quando efetuava pichamento em ruas da cidade de JOÃO PESSOA/PB, com dizeres “VIVA A UNE” – “ABAIXO O ACORDO MEC-USAID”. Por esse motivo foi processado pela SSP/PB como incurso no Art 33, inciso II da LSN. O processo em questão foi remetido à 7ª CJM, em 23 Ago 67, sendo mandado arquivar em 25 Set 67 conforme Of nº 1412, de 26 Set 67 da 7ª CJM.

3. Em 19 Jan 68, como representante da faculdade de Medicina, compareceu a uma reunião do DCE, como finalidade de organizar o trote dos calouros de 1968, o qual foi considerado caráter subversivo, dado os cartazes e faixas apresentados. Em Abril 68 participou das manifestações estudantis havidas em JOÃO PESSOA/PB com grave perturbação da ordem pública. Tendo em vista suas atividades julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária, foi punido pela Reitoria da UFPB como impedimento de matrícula por 02 (dois) anos, da Faculdade de Medicina (Df. nº 05 Gab Res, de 25 Fev 69, da UFPB).

A medida da UFPB, à época repercutiu negativamente entre os alunos da Faculdade de Medicina de vez que o nominado “rompeu completamente com os movimentos e manifestações contrários ao regime atual (ARE_ACE_2045_81 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Ao dar continuidade sobre o caso do estudante, o informe evidencia que antes da punição completar dois anos, seu pai tentou reverter a situação direcionando carta à direção da Faculdade de Medicina, na qual constava desconhecer as razões do cancelamento da matrícula e, junto a isso, demonstrar o bom conceito que desfrutava em suas relações e a isenção de ideias esquerdistas ou subversivas. Dessa forma, apresentou declarações ao “1º Gpt E Cnst assinadas pelas seguintes pessoas: JOÃO JUREMA, Procurador da República; ATTILIO LUIZ ROTTA, Diretor da Faculdade de Medicina da UFPB; DANTE ZACCARA, Comerciante e ROMILDO DOMINGOS DE MELO, estudante” (ARE_ACE_2045/81).

Isto posto, vemos mais uma vez que nem sempre uma decisão tomada pelas autoridades era cumprida de maneira irredutível. As tentativas de romper com o que já havia sido decidido, bem como o direcionamento em busca de pessoas que poderiam

colaborar no sentido contrário de decisões já estabelecidas, não foi algo incomum no período, e os documentos produzidos pelos OIs atestam este fato. Todavia, chama bastante atenção a postura do redator do informe ao dar o parecer da Agência de Informação sobre o caso. De acordo com o documento, os registros existentes sobre qualquer pessoa não deveriam ser excluídos mediante acordos; sobretudo aqueles originários dos órgãos de informações, que além de serem avaliados de forma criteriosa, eram colhidos entre pessoas do próprio convívio do investigado e ligados a ele por meio de “laços de parentesco e afetividade e até mesmo interesse, o que frequentemente ocorre”.

Diante disso, a conclusão é que o vigiado cometeu atos graves e plenamente comprovados, e que declarações favoráveis não invalidam o que ocorreu. Sendo assim:

Tendo em vista as circunstâncias atuais, quando os OI tentam de todas as formas, impedir a infiltração de subversivos, simpatizantes e suspeitos, nas administrações federal, estaduais ou municipais, pelos graves riscos que daí resultam, esta AI é de parecer que os registros existentes não devem ser cancelados, nem o atestado fornecido, mas que o INPS seja totalmente esclarecido sobre os fatos e decida pelo aproveitamento, ou não, do nominado, tendo em vista a sua capacitação profissional (ARE_ACE_ 2045_81 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A declaração dada via informe mostra que nem sempre as tentativas e acordos eram bem-vistos por todos aqueles que integravam os quadros dos órgãos de informação e segurança. Por parte daqueles que realmente encaravam a subversão como algo real, existia empenho em tentar impedir a infiltração daqueles considerados prejudiciais ao bom funcionamento dos órgãos e entidades públicas.

Em razão do objetivo de “limpar” as universidades das ameaças subversivas, muitos dos vigiados ganhavam destaque pela suposta ou real aproximação com movimentos e partidos de esquerda, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Ação Popular (AP) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Sobre a aproximação de membros da comunidade acadêmica da UFPB com a militância de esquerda e a vigilância decorrente disso, a autora Maria Tereza Dantas Bezerra Soares analisou os diversos casos em que estudantes figuram como vigiados, impedidos e considerados “infiltrados” em razão de sua militância. Nesse sentido, dois estudantes ganham destaque na análise feita pela autora: Washington Rocha e Simão Almeida Neto. O nome de ambos aparece por diversas vezes nos documentos produzidos pelos órgãos de informações nos arquivos do Fundo SNI – Agência Recife. Sobre o primeiro, destacamos que a sua trajetória enquanto militante do movimento estudantil secundarista e do PCBR resultou em frequentes e duras perseguições, que o levaram à clandestinidade, impedimento de matrícula e a não conclusão do curso de Medicina.

A trajetória político-social de Washington Alves Rocha, iniciada em sua juventude, o manteve próximo dos debates das esquerdas durante a ditadura militar. Sua militância política nascida no movimento estudantil secundarista, ampliou-se em um partido comunista revolucionário onde, devido à ditadura militar, atuava na clandestinidade e foi alvo da repressão política do regime. Percorrendo um caminho comum a muitos membros da esquerda, Washington Rocha passou a atuar politicamente em um comitê pelos direitos dos perseguidos pela ditadura. Os círculos de amizade continuaram os mesmos e, na visão do regime, sua luta política continuava a ser um “perigo” (SOARES, 2020, p. 169–170).

O caso de Washington Alves Rocha é importante de se ressaltar por diversos motivos, a começar pela repressão voltada com força e empenho em relação a estudantes; as suspensões de matrículas que geraram consequências psicológicas nos muitos atingidos com tal punição, que nem sempre conseguiram retornar; a “escolha” pela clandestinidade e o sentimento constante de ser alvo dos órgãos a serviço do regime.

Já sobre o estudante Simão Almeida Neto, que de forma semelhante a Washington Rocha prestou depoimento à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, relatando o que vivenciou do período da repressão, observamos que seu nome esteve presente entre os muitos vigiados. Simão Almeida Neto deu início a sua trajetória de militância ainda no movimento estudantil secundarista, na cidade de Campina Grande/PB. Os estudantes ligados à Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e à Ação Popular, como foi o caso de Simão Almeida Neto, poderiam facilmente ser tidos como alvos e

vivenciar, ainda no início da década de 1960, a repressão já existente. Com o golpe e as consequências da militância, foi processado na Lei de Segurança Nacional, sendo condenado à prisão. Recorrendo à clandestinidade, foi impedido de forma definitiva de efetuar matrícula na UFPB por motivações políticas. No ACE 4799/83, citado por Soares (2020, p. 176), é evidenciado o seguinte: “estudante da Escola Politécnica de Campina Grande-PB. Faz parte da base de Ação Popular e do Partido Comunista na escola”. Além disso, o documento caracteriza o então estudante como subversivo, participante de comícios em Campina Grande e impedido de se matricular na UFPB.¹⁴⁵

Ainda em relação aos casos de militância e vigilância, destacamos agora o estudante Eraldo Fernandes dos Santos. Eraldo fez parte do curso de Medicina e possuía envolvimento como PCBR. O Partido Comunista Revolucionário Brasileiro, fundado em 1968 e fruto de dissidência no PCB, contou, no estado da Paraíba, com base de apoio formada por estudantes, sobretudo secundaristas.¹⁴⁶ Entre os nomes que aderiram ao PCBR na Paraíba, estiveram: Eduardo Ferreira Lima, Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eric Jenner Rosas e Emilson Ribeiro (NUNES, 2015, p. 36).

Após o envolvimento com o PCBR de Pernambuco, desentendimento entre as duas seções, tentativas frustradas de assaltos e a descoberta de um aparelho¹⁴⁷ do partido no bairro de Tambaú, em João Pessoa, alguns dos integrantes que não conseguiram fugir acabaram presos. (NUNES, 2015). E é sobre este acontecimento que parte significativa dos documentos a respeito o PCBR na Paraíba trata, dando ênfase nos estudantes que ficaram marcados negativamente. Assim destacamos que, além dos IPMs “da subversão”, outros IPMs foram instaurados na Paraíba, sendo um deles sobre o PCBR. Diante disso, concluímos que para os OIs do estado, era indispensável que

¹⁴⁵ Mais sobre a trajetória de militância dos vigiados e a vigilância empreendida a estes e outros militantes do período, ver: SOARES, Maria Tereza Dantas B. **A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020. Ainda sobre a trajetória de estudantes, ver: SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958–1969)**. Dissertação de Mestrado (PPGDH-UFPB). João Pessoa: 2017.

¹⁴⁶ Apesar da base secundarista, o PCBR exerceu inserção também no movimento estudantil universitário, enviando representantes para congresso regional da UNE em Salvador em 1968 (NUNES, 2015).

¹⁴⁷ Mais sobre a trajetória do PCBR na Paraíba, bem como outras tentativas de luta armada, a exemplo “Guerrilha do Catolé do Rocha” que contou com a participação de estudantes, ver: NUNES, Paulo Giovani Antonino. As experiências de “luta armada” na Paraíba. In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTÓIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos) 29-50. Ainda sobre o PCBR, ver: W. Porfírio. *Ação do PCBR na Paraíba*. João Pessoa: mimeo, 2013.

aqueles envolvidos com PCBR e citados em IPM permanecessem monitorados. O empenho para desarticular tentativas e movimentos revolucionário era nítido em toda a comunidade de informações e segurança.

Isto posto, Soares (2020) analisa detalhadamente o caso da vigilância ao PCBR. Para a autora, o monitoramento não ocorria apenas na esfera individual, mas também às organizações de esquerda enquanto grupo, já que a vigilância a um militante “conduzia o sistema de informações e de segurança à organização de esquerda, seja a aparelhos utilizados pela mesma, onde eventualmente podiam ser apreendidos material com informações do grupo político, nomes e endereços, planejamento de ações futuras entre outras” (SOARES, 2020, p. 179).

Com isso, a autora identificou a existência de dois documentos que tratam do PCBR enquanto organização e que trazem dados sobre os membros integrantes. O primeiro é o ACE Nº 2952/81, que expõe a INFORMAÇÃO Nº 213-E/2, cuja autoria do é do 1º Grupamento de Engenharia, de 20 de agosto de 1969, e o segundo é o ACE Nº 2951/81, onde consta ENCAMINHAMENTO Nº 452/SNI/ARE, de 25 de novembro do mesmo ano. Em ambos os documentos se é relatado o caminho percorrido para a descoberta do aparelho localizado na Avenida Olinda nº 400, descobertas importantes sobre os materiais a respeito da organização, situação dos integrantes e detalhada apuração sobre o andamento da investigação como bem pontua a autora. As informações colhidas e prontamente comunicadas, eram distribuídas entre as demais agências de informações¹⁴⁸, e essas ações serviam a seguinte lógica presente no SNI:

primeiramente o encaminhamento rotineiro de informações consideradas de Segurança Nacional à AC; em segundo lugar, o trabalho desenvolvido pela polícia política na Paraíba podia auxiliar em outros casos semelhantes; e por fim, estabelecer e divulgar a “caça” nacional aos indiciados foragidos [...] ele opera como distribuidor das informações oriundas de atividades de repressão que, por sua vez, possibilitaram mais repressão aos militantes citados no documento, uma vez que o Serviço e demais órgãos de informações se empenharam em alcançá-los (SOARES, 2020, p. 182).

Todo esse contexto foi exposto para que possamos situar as motivações que estiveram por trás de todo o monitoramento feito em relação ao estudante citado

¹⁴⁸ Como é evidenciado no documento, dados sobre os integrantes, informações sobre o PCBR na Paraíba e em outros estados, listas de materiais encontrados foram comunicados aos setores das Forças Armadas, Secretaria de Segurança Pública/PB, Política Militar/PB, o próprio SNI e a então Secretaria de Segurança e Informação da UFPB (SSI/UFPB) (SOARES, 2020).

anteriormente: Eraldo Fernandes dos Santos. Dentre os muitos ACEs, escolhemos analisar o de número 4945/83. Este é um dos Arquivos Cronológicos de Entrada que se destaca por trazer em seu conteúdo extensas informações e históricos de jovens estudantes que foram impedidos de prosseguir com os estudos. Sobre Eraldo Fernandes dos Santos, a intensa comunicação entre os OIs permitiu que fosse anexado ao ACE informações pertinentes acerca do vigiado.

Como de costume, o estudante é caracterizado ao longo da descrição como subversivo e agitador, e além das informações já citadas, a exemplo da condenação por dois anos em razão da militância no PCBR, o dossiê levantado ressalta a participação do estudante no Congresso de Ibiúna que o levou ao impedimento de matrícula no curso de Medicina da UFPB. Ao longo do histórico percebemos que alguns anexos não existem mais no ACE, e o próprio documento atestada que tais anexos constam como destruídos. Contudo, do que sobrou em anexo, um longo termo de declarações prestadas por Eraldo a Delegacia de Segurança Social do estado de Pernambuco chama atenção.

Trata-se de um relato detalhado escrito por um escrivão, onde concluímos que uma série de perguntas foi feita ao estudante; desde seus primeiros contatos com o movimento de esquerda, contatos dentro da UFPB e fora, até conclusões a respeito da “Revolução” de 1964, AI-5, acordos MEC-USAID e sequestro de embaixadores.

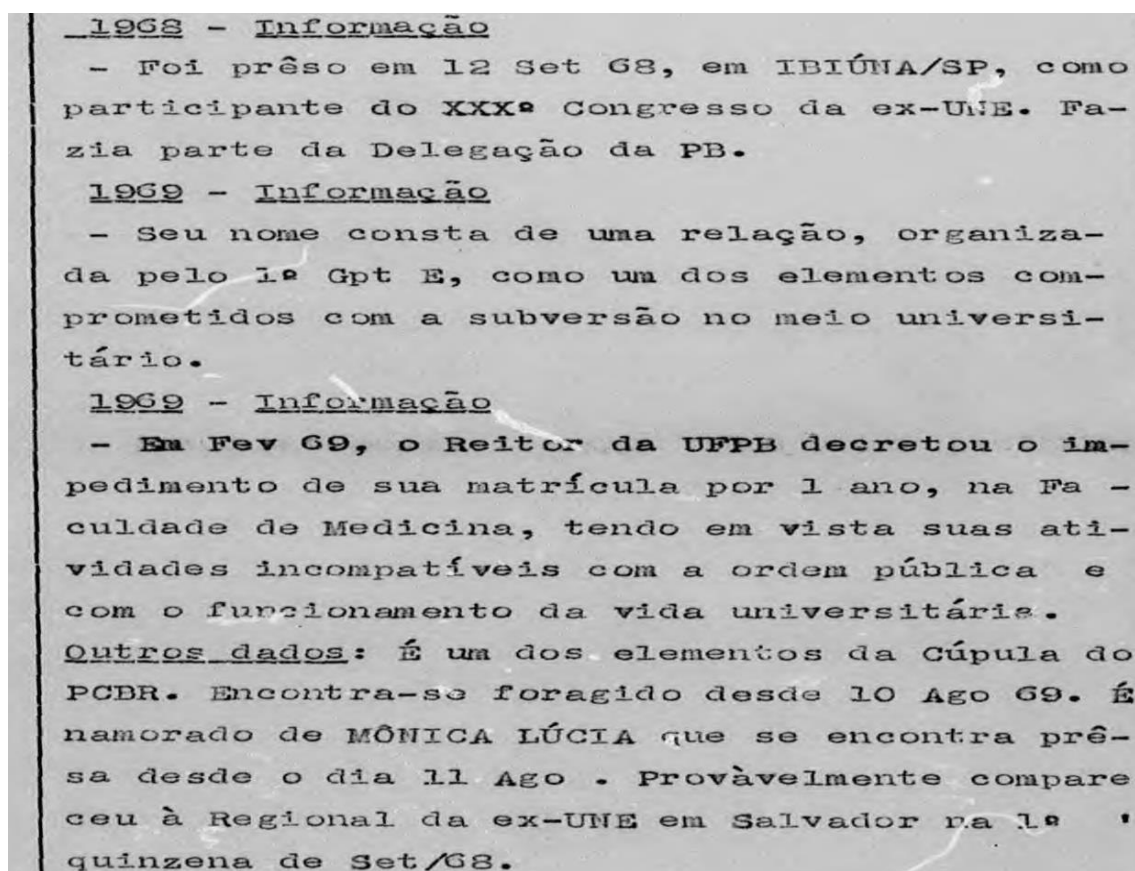
... indagado pelas autoridades presentes o que achou da revolução de 1964 respondeu: que achou ter sido necessária uma vez que veio acabar com o caos e com a anarquia reinante no Brasil; que sobre o Ato Institucional Cinco, afirmou que não tem opinião certa formada ainda; que quanto ao sequestro do embaixador norte-americano em resgate a quinze presos políticos, respondeu: que considerou um ato de completa violência contra a pessoa humana, achando que se poderia fazer oposição ao governo, porém dentro das metas democráticas e pacíficas e não fazendo violência (ARE_ACE_4945/83 – Fundo SNI - Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Com isso, percebemos que muitos daqueles que se encontravam em posse dos órgãos de segurança eram obrigados a ter cuidados redobrados no momento de serem interrogados. A possibilidade de torturas físicas e psicológicas era real para os estudantes que se envolviam com a militância contrária ao regime, e defender publicamente determinados posicionamentos poderia custar um preço muito alto para quem se encontrava em situações desfavoráveis, como era o caso do ex-estudante de

medicina. Todavia, apesar de tentar se esquivar dos questionamentos feitos pelas autoridades pró-regime, Eraldo Fernandes não deixa de revelar em declaração críticas sutis ao regime, ao expor, por exemplo, que o regime cometia excessos ao perseguir alguns dos movimentos sociais e a prender um grande número de pessoas inocentes.

Em relação a sua atuação no meio estudantil, os OIs o tinham como um “elemento altamente perigoso”, sempre destacando sua atuação no movimento estudantil, como consta na imagem a seguir:

FIGURA 9 – DADOS SOBRE ERALDO FERNANDES DOS SANTOS



Fonte: ARE_ ACE_4945/83. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Além de sua trajetória enquanto estudante, ressaltamos o trecho em que a informação presente no ACE afirma que Eraldo procurava dados sobre o SNI, utilizando da seguinte prática: “pedia a sua namorada, Mônica Lúcia Rique de Carvalho, que fornecesse dados sobre o serviço de seu pai que era colaborador do SNI” (ARE_ ACE_4945/83). Caso nessa informação contenha veracidade, percebemos que o Serviço montou de fato uma gigante estrutura, contando com colaboradores dos mais variados tipos e lugares. Apesar de tentar amenizar suas crenças em determinados

momentos que foi interrogado, para os órgãos de informações, o vigiado acumulou um extenso histórico de registros negativos, sendo visto pelos OIs como um adepto da luta armada, agitador estudantil, fabricante de bombas, elemento de liderança, participante de roubos e assaltos, bem como outros muitos adjetivos.

Da mesma forma, o também ex-estudante de Medicina da UFPB, Eric Jenner Rosas, também foi caracterizado como agitador e teve matrícula impedida. Ligado a Eraldo Fernandes e aos demais integrantes do PCBR na Paraíba, teve prisão preventiva decretada, participou do movimento estudantil secundarista, e é apresentado no ACE Nº 2951/81¹⁴⁹ como um integrante de grande relevância no que se refere à propagação de panfletos e organização de palestras, sendo inclusive sua casa utilizada para reuniões do PCBR.

Diante disso, vemos que a participação na militância e estudantil e partidária trouxe consequências marcantes na vida de Jenner Rosas e dos demais estudantes que se posicionavam contra as arbitrariedades do regime. Apesar de terem as vidas poupadas, diferente de muitos outros estudantes no Brasil, os estudantes em questão tiveram que lidar com as consequências negativas e empreendidas através de um gigante aparelho de segurança e informações.

Ainda sobre o caso de estudantes envolvidos com militância, temos o ACE Nº 5037/83. O documento por completo versa sobre a atuação do então estudante de Medicina da UFPB, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho. No prontuário presente, logo de início é exposto o registro da suposta relação do estudante com pessoas ligadas ao Consulado Russo e participação em atos de panfletagem de materiais subversivos. Como participante do PCBR na cidade de João Pessoa, foi acusado de ser o responsável pelo transporte de materiais roubados, a exemplos de mimeógrafos e máquinas de escrever para os aparelhos ligados ao partido. Em razão do seu envolvimento com movimentos de esquerda, semelhante aos casos já relatados, foi indiciado em Inquérito Policial Militar.

¹⁴⁹ Este ACE se trata de uma cópia do Inquérito nº 14/69, de 12 de agosto de 1969, instaurado pela Polícia Federal a fim de investigar a atuação de elementos subversivos. A cópia presente foi encaminhada da Agência Recife para a Agência Central. Além do nome de Eric Jenner Rosas, conta nome e dados dos seguintes vigiados: Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eduardo Ferreira Lima, José Emilson Ribeiro da Silva, Newton Veloso Pimentel, Ronaldo Dutra Machado, Juliano de Siqueira, Antônio Soares de Lima Filho, Marcos Guilherme de Miranda Batista, José Maria Gomes da Silva, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, João Baltan, Severino Gomes da Silva, Mário Alves, Francisco de Barreto Filho e José Vasconcelos.

Como vimos, aqueles envolvidos em inquérito por ligações partidárias poderiam chegar ao ponto de cumprir pena ou permanecer foragido em caso de fuga; assim foi com os estudantes ligados ao PCBR. Ao que consta no prontuário de Eduardo Jorge, o mesmo não ocorreu para ele, visto que foi sem demora absolvido das infrações. Apesar de envolvido em inquérito, juntamente com “outros 21 subversivos”, tendo prisão preventiva decretada, conforme sentença remetida pela 7ª Circunscrição Judiciária Militar, “o Conselho Permanente de Justiça do Exército, resolveu, por maioria de votos, julgar procedente em parte a denúncia, para absolver por uma unanimidade de votos, o acusado Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho” (ARE_ACE_5037/83).

Em anexo, o Informe Nº 01/E/2, de origem do IV Exército, explica com mais detalhes a situação do estudante de medicina. Consta no informe que o pai do vigiado, o Reitor Guilardo Martins Alves, agiu em favor do filho, elaborando manobra para que absolvição ocorresse de maneira rápida:

Preso por ordem do Delegado Regional da Polícia Federal, Eduardo Jorge teve sua prisão preventiva decretada [...] mas o Dr. Procurador, durante a audiência de julgamento, pedia sua absolvição. Foi absolvido por unanimidade. Consta, ainda, que quando ERNANI SÁTIRO¹⁵⁰ vinha a João Pessoa, o Magnífico Reitor colocava à sua disposição um carro oficial da Reitoria. Consta mais, pelo interesse demonstrado pelo Ministro ERNANI SÁTIRO – em favor de absolvição de EDUARDO JORGE MARTINS SOBRINHO, o Magnífico Reitor teria feito a nomeação de dois dos três “afilhados” do Ministro, para a Reitoria (ARE_ACE_5037/83 – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Segundo o que foi exposto no prontuário, a absolvição ocorreu em 02 de março de 1970, pouco tempo depois de decretada a prisão. Mais do que absolvição em si, chama atenção o caminho feito para livrar o estudante da prisão. Como consta, Guilardo Martins Alves recorreu ao então Ministro do Tribunal Superior Militar (STM), propondo “favores” em troca da absolvição do filho. Sobre o caso em questão, a discrepância com a situação dos demais estudantes, que não estavam inseridos em uma posição favorável – ser filho do Reitor, por exemplo – é evidente. Enquanto outros

¹⁵⁰ Ernani Sátiro, em abril de 1969 foi nomeado pelo então presidente Costa e Silva para o cargo de Ministro do STM, permanecendo neste até abril de 1970, pouco tempo após a absolvição do estudante de medicina, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho. Isto ocorreu pelo fato de Ernani Sátiro concorrer ao governo do estado da Paraíba (1971-1975), cargo assumido em 1971. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-satiro>> Acesso em: março de 2021.

estudantes tiveram que lidar com as consequências do envolvimento político de maneira muito mais problemática, Eduardo Jorge, logo de imediato obteve a absolvição.

Além disso, os traços de personalismo, acordos, favoritismo e renúncia de maiores conflitos estiveram presentes na situação. Embora o estudante se encontrasse perante os OIs em posição desfavorável, possuindo variados registros negativos, a intervenção junto a autoridades importantes da época alterou o curso do implemento das penalidades que certamente seriam aplicadas em outro contexto.

No já apresentado ACE Nº 4945/83, dados sobre estudantes impedidos de efetuarem matrícula são expostos, como foi ressaltado. Entre as informações colhidas e direcionadas a outros OIs, chama atenção o caso da economista, já formada, Maria Auxiliadora Rosas. Devido ao fato de ser estudante de Direito, de acordo com o documento, seu nome figurou entre aqueles que foram impedidos definitivamente de possuir matrícula em qualquer das unidades integrantes da UFPB a partir de 1969. O motivo para tal proibição teve relação com a suposta participação de Maria Auxiliadora no movimento estudantil, tendo a vigiada, inclusive liderado “o movimento contra o Restaurante Universitário, com o fito de serem as refeições gratuitas” (ARE_ ACE_4945/83).

No ano de 1973, Maria Auxiliadora Rosas exercia o cargo de Assistente Administrativo da Secretaria de Finanças do Estado da Paraíba, e se encontrava inscrita em concurso para o cargo de Promotor Público do estado. Em razão disso, a economista teve os antecedentes levantados como era de costume. Por ter sido considerada subversiva e participante das agitações estudantis de 1968, a vigiada cuidou de buscar entre as autoridades do período declarações que atestassem sua boa conduta e a livrasse das acusações de subversão. As declarações foram feitas e assinadas por profissionais de destaque da área da Justiça, da Administração Pública e da própria UFPB.

Em anexo, o documento expõe as cópias das muitas declarações entregues aos OIs sobre a economista. Todas as declarações, em conformidade, alegam que Maria Auxiliadora é uma excelente profissional, tendo sido aluna exemplar e livre de qualquer ligação com movimentações de caráter político-partidária. Isto posto, acreditamos que certamente a vigiada conseguiu ser conduzida sem maiores problemas ao cargo desejado. Entre as declarações assinadas por desembargadores e juízes, temos como exemplo o seguinte trecho, exposto pelo presidente da Ordem dos Advogados da Paraíba:

Atesto, por ser a expressão da verdade, que conheço a bela Maria Auxiliadora Rosas como sendo portadora de excelente conduta moral e civil, desconhecendo quaisquer implicações político-subversivas em suas atividades profissionais. Atesto ainda ter sido *seu* professor na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, onde a mesma manteve boa conduta estudantil (ARE_ACE_4945/83).

Sobre o caso exposto, algumas possibilidades podem ser levantadas. A primeira, leva em consideração as muitas declarações em favor de Maria Auxiliadora Rosas, o que contribui para a crença de que, certamente, os OIs tenham levantado informações falsas acerca do envolvimento da vigiada com as movimentações estudantis. A exposição de informações não comprovadas poderia causar uma série de problemas e embaraços imediatos e posteriores para aqueles que ganharam registros negativos. Outra possibilidade diz respeito ao envolvimento comprovado da vigiada com as atividades tidas como subversivas. Nesse caso, vemos mais uma vez o esforço que os vigiados, por vezes, tiveram que fazer para “limpar” a imagem construída pelos órgãos de informações. Além disso, a busca por declarações entre pessoas influentes do estado confirmaria como o personalismo influenciou a tomada de decisões em favor daquele que se encontrava na situação de vigiado.

A partir da década de 1970, é percebido entre os documentos analisados que a ASI/UFPB passou a remeter informações e informes para o SNI e os demais órgãos da comunidade relativos ao ingresso de professores que já haviam atuado no movimento estudantil. Nesse sentido, encontramos o ACE Nº 2193/81, cujo título é “Movimento Estudantil na Paraíba”. A Informação Nº 1068, faz referência a uma outra (Nº 185/76), difundida entre as ASIs situadas no Nordeste, e a DSI MEC, a respeito da presença de contratados possuidores de registros negativos. Quase todos os nomes presentes tinham algo em comum: a atuação no movimento estudantil na Paraíba, o que inevitavelmente deixava os órgãos da comunidade em alerta sobre o perigo que as recentes contratações representavam.

QUADRO 4 - LISTA DE CONTRATADOS COM REGISTROS NEGATIVOS

NOME	CARGO
Carlos Alberto Pinto Mangueira	Professor Horista
Edvaldo de Goés	Economista
Francinaldo Loureiro Cavalcante	Auxiliar de Ensino
Humberto Vicente de Araújo	Professor Colaborador

José Loureiro Lopes	Auxiliar de Ensino
José Octávio de Arruda Melo	Auxiliar de Ensino
Maria Tereza de Mello Barreto Campello	Auxiliar de Ensino
Mário Gomes de Albuquerque	Professor Colaborador
Potengi Holanda de Lucena	Engenheiro
Reginaldo Fernandes de Carvalho	Engenheiro

Fonte: ARE_ACE_2193/81. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Excetuando Mário Gomes de Albuquerque e Maria Tereza de Mello Barreto Campello, que, ao menos na informação e prontuário não apresentaram ligações passadas com o movimento estudantil, todos apresentaram registros negativos em razão da militância ao lado dos estudantes. Sobre o primeiro, seu nome é mencionado como portador de registro negativo devido a ter sido preso no ano de 1969. A prisão foi efetuada por causa de suposta declaração que o professor havia feito: “a revolução está em marcha e desejo ver os membros das Forças Armadas no paredão”. Após investigações foi concluído que não havia relação entre o preso e a “subversão”. Este é um dos muitos casos em que existe a possibilidade do vigiado realmente não possuir ligações com militância de esquerda e passar por constrangimento em razão de mal-entendido dos órgãos de segurança e informações; o que evidencia a busca desfreada por subversivos.

Quanto aos demais, por apresentarem acúmulo de registros negativos, é percebido que o monitoramento às suas ações não havia iniciado com a contratação. Como exemplo, temos o caso de Edvaldo de Goés, vigiado desde 1964 por portar livros considerados subversivos, ter sido indiciado no IPM UNE/UBES, figurado como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, dentre outras situações. Seguindo a mesma tônica, o contratado para auxiliar nos Departamentos de História e Filosofia, José Octávio de Arruda Melo, apresenta um dos mais longos prontuários analisados, sendo considerado um elemento perigoso por possuir experiência na atuação entre os movimentos sociais perseguidos pelo regime. Com isso, vemos que alguns dos nomes situados na tabela continuaram a ser vigiados até a desativação da ASI/UFPB, mostrando mais uma vez que a vigilância poderia se estender por anos, mesmo se tratando apenas de monitoramentos.

3.3 Vigilância no contexto da abertura

Entre 1975/80, por sua vez, as movimentações estudantis ganham um outro perfil na medida em que se consolidam fóruns de deliberação e organização mais centralizados e fundamentados em bases político-representativas herdadas (ainda proibidas). Neste período, então, a "reconstrução" das instituições do movimento se traduz na recomposição de estruturas hierárquicas que possui como espaço de articulação os "DCEs livres", primeiro passo para a reorganização das UEEs (a partir de 1977) e da UNE, em 1979. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 96).

Como já reforçado, as Assessorias de Informações presentes nas universidades, assim como os demais órgãos de informações, não cessaram o monitoramento à comunidade acadêmica da UFPB e a outros segmentos da sociedade após 1974. Um dos fatores que possibilitam a explicação da permanência da vigilância, tem relação com o paulatino retorno de algumas movimentações consideradas subversivas pelos órgãos de informações e o contexto da distensão, seguido da abertura política.

Acerca do processo de distensão e abertura política no estado da Paraíba, Nunes (2009) aponta que os movimentos referentes aos conflitos por terra envolvendo as fazendas de Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim, o movimento sindical de caráter combativo e as movimentações organizadas e reforçadas pelo trabalho de base da Igreja Católica, aparecem entre os movimentos que começam a se articular nesse período. Além disso, no campo político, os conflitos provenientes das desarmonias no interior da ARENA que ocasionaram a vitória do MDB na eleição para o Senado, também estiveram inseridos nesse processo.

Ainda sobre as movimentações sociais, Nunes afirma:

Mas outras entidades, sem vínculo com a Igreja, também se farão presentes na luta pela reorganização dos movimentos sindical e popular, nesta conjuntura de transição do regime militar. Na área universitária, foram sendo reorganizadas as entidades estudantis, o que culminou com a recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em Salvador. Na Paraíba as comemorações dos 10 anos da morte do estudante Edson Luis consistiram num impulso importante. No setor docente, foi criada em 1978 a Associação Docente. Também surgirá neste período o Movimento Feminista pela Anistia (MFA) da Paraíba, como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. O referido Movimento, juntamente com a seção paraibana do jornal O Trabalho, se destacará pela luta de libertação dos presos de Itamaracá, onde se encontravam alguns paraibanos. Em seguida, esse papel será desempenhado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, que será criado na Paraíba no início de 1979. Ainda em 1979, na esfera da luta pelos direitos da mulher, foi criado o

Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passa a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher (NUNES, 2009, p. 80).

Sobre as movimentações estudantis, é notório que durante o período da abertura existe a presença de uma organização maior entre os estudantes, se comparado com o pós AI-5. Todavia, o processo de reorganização foi longo, dando os primeiros sinais a partir da década de 1970. Acerca desse contexto, Pellicciotta afirma:

[...] as mudanças pelas quais passam as movimentações estudantis nos anos 70 não significam o encerramento dos seus propósitos coletivos, mas pelo contrário, a emergência de respostas e projetos de cunho social que em vários aspectos começam a se diferenciar em seus ideais de sociedade, política e cultura, assim como promover uma outra aventura de criação política. A perda das bases tradicionais ocasionada pela intervenção repressiva do Estado sobre a sociedade civil e pela reforma da Universidade dá lugar a uma "reestruturação" ou "reconstrução" de movimento que desde sua origem se coloca sensível às alterações vividas pela juventude no plano da cultura e da política; alterações que se fazem presentes na esfera acadêmica na forma de um conjunto diferenciado de discussões e realizações de caráter estético, particularmente, de novas experimentações de linguagem. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 37).

Dessa maneira, a busca por novas experimentações e promoção de uma outra aventura de criação política, como assinala Pellicciotta, esteve presente entre os estudantes em todo o Brasil, que se articulavam a partir da criatividade, na tentativa de burlar a repressão. Nesse sentido, o movimento estudantil da UFPB procurou buscar maneiras de se articular gradativamente, primeiramente, através do envolvimento com práticas culturais e, posteriormente, através do envolvimento com expressões e movimentos de cunho político.

Nos documentos provenientes da AESI/UFPB, encontramos algumas informações que atestam a preocupação com as possíveis articulações do movimento estudantil, tanto a nível nacional, quanto local. O primeiro documento que destacamos diz respeito a um pedido de busca (nº 04/AESI/UFPB), em que a busca por jornais suspeitos aparece como assunto principal. A busca, de acordo com o pedido, deveria ser feita entre os discentes e docentes, sendo informado com urgência à AESI/UFPB se algum material de caráter tendencioso circulava no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Como resposta ao assessor da AESI, na época, Ediláudio Luna, o vice-diretor do ICFCH, encaminha uma lista dos nomes dos jornais produzidos entre os cursos – nenhum, aparentemente, continha indícios de subversão.

Iniciamos dando destaque a este Pedido de Busca, do início de 1972, para mostrar que a ASI/UFPB, já no início da década de 1970, se encontrava alerta sobre a produção de materiais suspeitos entre os docentes e também entre os discentes. Após as investidas na repressão via decretos, impedimentos e punições, a rearticulação do movimento estudantil não ocorreria de maneira rápida; todavia, a presença de estudantes remanescentes do movimento estudantil secundarista, na UFPB, deixava os OIs em alerta sobre as novas práticas que poderiam ser utilizadas entre os estudantes. Um outro exemplo do alerta existente na AESI/UFPB, ainda no início da década de 1970, é relacionado a um suposto “desencadeamento imediato de agitação na área estudantil, que se desenvolveria em ritmo crescente até a Semana da Pátria” (Informa N° 02/AESI/UFPB). Para conter a possível agitação, a AESI/UFPB tratou de informar o alerta para os diretores de todas as unidades da UFPB.

Os alertas, sobretudo em relação à produção de jornais e técnicas de panfletagem proveniente de grupos estudantis na universidade, não se tratavam de mera conspiração. No processo gradual de retomada e rearticulação do movimento estudantil, a elaboração de periódicos desempenhou importante função, pois proporcionou a circulação de informações entre os estudantes. No caso da UFPB, Nascimento (2014) relata que entre os periódicos produzidos estiverem o jornal *Gênese*, *Bocão*, e *O Berro*, como exemplos da comunicação organizada entre os estudantes.

Acerca das publicações feitas pelo corpo discente, a Informação n° 38/73/AESI/UFPB alerta sobre o assunto. O conteúdo da informação é concernente ao alerta emitido pelo então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, aos reitores das universidades, em 1973. O alerta diz respeito à afirmação de que as publicações estudantis se encontravam abrangidas pelos dispositivos da Lei n° 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que deixava claro que os jornais e periódicos obrigatoriamente deveriam estar devidamente registrados por órgão regulador, correndo o risco de serem considerados clandestinos em caso de não cumprimento. O cumprimento da lei em questão é colocado ainda como forma de prevenir a utilização de punições maiores provenientes do Decreto-Lei 477.

Já frisado, o envolvimento dos estudantes com práticas culturais fez parte dos primeiros passos tomados na tentativa de alterar e melhorar a realidade. As expressões artísticas serviram como meio de promover conscientização política e levantar demandas. Na UFPB, por haver entre os estudantes militantes ligados a partidos de

esquerda, os que se definiam como independentes, bem como estudantes que temiam se aliar a correntes e partidos políticos em razão da repressão, a cultura se mostrou, com isso, uma fiel aliada da luta política, sendo amplamente utilizada pelo DCE após a retomada (NASCIMENTO, 2015).

Em alerta sobre as práticas recentes dos estudantes, os OIs não tardaram em recomendar para as ASIs que atitudes fossem tomadas no que se refere às práticas culturais. No ano de 1974, ciente da utilização de práticas artísticas, a DSI do MEC direciona Informação (Nº 01/74/AESI/UFPB) para as Assessorias universitárias. Para a DSI/MEC, a utilização de atividades artísticas na área estudantil era obra da coordenação do Movimento Comunista Internacional, que vinha alimentando essa forma de subversão. Diante disso, as ASIs tinham, a partir daquele momento, um desafio, pois como evidencia a informação, nem toda manifestação artística estava, necessariamente, enquadrada nos termos ideológicos descritos.

De acordo com a informação, os objetivos do MCI giravam em torno de aliciar estudantes incautos em favor da subversão organizada, se constituindo uma das etapas da “catequização” marxista: “Vale-se do teatro, do cinema, da imprensa, da música, da pintura e dos respectivos artistas (cine-clubes, grupos de teatro, setores de imprensa, show de artistas etc)” (INFORMAÇÃO Nº 01/74/AESI/UFPB). Apesar do tom conspiracionista, a utilização de cineclubes, teatros, imprensa e shows fizeram parte da realidade estudantil a partir da década de 1970, funcionando como um espaço de conscientização e luta. Em razão disso, ainda no mesmo documento, a informação destaca que, geralmente, as apresentações culturais eram organizadas por diretórios e entidades estudantis ilegais, tendo a crença de que a renda arrecadada em tais eventos era direcionada para organizações subversivas.¹⁵¹

Outra abordagem utilizada entre os estudantes durante o processo de rearticulação do movimento estudantil foram os Encontros por Área e Congressos. Amplamente presente entre as preocupações das ASIs, os encontros necessitavam ser monitorados, tendo em vista a capacidade de organização que tais eventos possuíam. Segundo Pellicciotta (1997), os Encontros por Área, como próprio nome sugere, aconteciam em diferentes espaços, funcionando como maneira de democratizar o acesso

¹⁵¹ Entre os artistas que estavam a serviço da subversão na área estudantil, a informação destaca: Chico Buarque de Holanda, Nara Leão, Luiz Gonzaga Júnior, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

a estudantes de diferentes regiões, compreendendo que as universidades ainda se encontravam fechadas e refratárias aos próprios estudantes.

Junto a isso, a estrutura de deslocamento contribuía quanto à circulação de informações e com o envolvimento de diferentes alunos e realidades existentes no Brasil. Ainda de acordo com a autora, os encontros funcionavam como espaços de definições das linhas de atuação política, alternativas de intervenção social e profissional, e organização das políticas estudantis que tinham a universidade como objeto.

Diante desse contexto que se delineava, o Governo Federal, em consonância com as administrações universitárias, elaborou decretos (decreto-lei nº 69053/71 e portaria nº 283/72), visando condicionar, ainda mais, as atividades estudantis, e a orientar, ao menos em princípio, que as universidades negassem o espaço e proibissem a realização de tais eventos (PELLICCIOTTA, 1997, p. 87). Acerca dessas movimentações, destacamos o Pedido de Informação Nº 14/73/AESI, em que foi solicitado à AESI/UFPB, em 1973, que informações encontradas relativas a encontros, congressos e simpósios regionais ou nacionais, realizados por estudantes, fossem direcionadas a DSI/MEC. O pedido de informação ressalta que as reuniões em questão provavelmente estavam servindo aos interesses da subversão, quando não, já sendo organizadas por ela.

A legislação em vigor considerava ilegal, como destaca o pedido, todos os tipos de encontros estudantis que não se encontrassem dentro das determinações permitidas em lei. Portanto, cabia às AESIs supervisionar se os DAs e DCEs continuavam a cumprir apenas as funções de caráter assistencial e recreativo. Nesse mesmo sentido, temos o Ofício nº 182/73/GAB/AESI, direcionado da Reitoria para o diretor do ICFCH, que enfatizava mais uma vez as recomendações do MEC sobre os encontros estudantis. Além das diretrizes já conhecidas acerca do cuidado com a infiltração subversiva, destacamos que a DSI/MEC já não mais recomendava a proibição dos encontros, mas sim, um maior controle sobre os eventos e seus respectivos participantes. Sobre essa questão, o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enfatiza:

Reconheço a delicadeza do assunto, dado que não pretendemos impor silêncio aos estudantes, mas é preciso notar que, à falta de motivação para movimento de massa, as esquerdas pretendem, através da ativação aparentemente irrepreensível, dos Diretórios Acadêmicos,

chegar às reuniões de âmbito nacional onde, a par dos assuntos estritamente estudantis, se desenvolva a articulação de novas lideranças voltadas para a subversão. Natural é que essa manobra cause apreensões e vital é, para nós, que os propósitos esquerdistas sejam firmemente neutralizados (OFÍCIO Nº 182/73/GAB/AESI).

Através da fala do ministro, percebemos que manter o monitoramento constante traria menos prejuízos do que impor silêncio absoluto aos estudantes que se encontravam em processo de reorganização. Observar, monitorar, acompanhar e registrar as ações dos estudantes parecia, a partir daquele momento, uma maneira mais eficaz de neutralizar os “propósitos esquerdistas”. Apesar disso, a legislação ainda dificultava a livre participação e realização de eventos estudantis, o que vai servir de combustível para que, ao se aproximar o final da década de 1970, os estudantes se articulem cada vez mais em seus objetivos.

Além da fala do ministro, o professor Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (2020) destaca a existência de uma apostila escrita no ano de 1973, direcionada para as ASIs, que alertava para ações de caráter “predominantemente psicológico”, em que os militantes se infiltrariam nos movimentos sociais e órgãos públicos, se utilizando de propaganda ideológica e de estratégia progressiva, se distanciando do ideal da luta armada, já reprimida pelas forças do regime. Já que o modo de operação da subversão havia mudado, se tornando muito mais ardiloso, se fazia necessário que o monitoramento persistisse, que as estratégias empreendidas pelos OIs se adequassem à nova fase. A aparente “flexibilização” sentida em algumas das universidades no que diz respeito às atividades estudantis, esteve inserida em uma lógica pensada e planejada.

Cabe mencionar que foi durante o reitorado de Lynaldo Cavalcanti que houve uma parcial concessão das atividades estudantis da UFPB e a retomada do DCE-UFPB enquanto entidade representativa (NASCIMENTO, 2015). Ao atentarmos para a fala do Ministro da Educação, exposto acima, percebemos que, ao menos a intenção, era de não impor silêncio absoluto aos estudantes, mas sim controlá-los através de monitoramentos. Seguindo essa lógica, a flexibilização das atividades estudantis durante o reitorado de Lynado Cavalcanti não anularia o controle sobre os discentes exercido desde o golpe, como de fato não anulou.

Apesar da vigilância, a partir de 1975, estudantes organizados iniciaram o processo de retomada dos órgãos de representação estudantil, e com isso, as atividades acadêmicas estudantis passam a ser apoiadas pelos Diretórios Acadêmicos (DAs) e

Diretório Central dos Estudantes (DCE). Segundo Nascimento (2015), o objetivo dos estudantes era de transformar o DCE em uma entidade verdadeiramente representativa e reivindicatória. O caráter não apático dos estudantes comprometidos com a retomada é percebido através da inserção de pautas políticas e da luta em prol de demandas específicas.

Sobre isso, de acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB (2017), a inserção de questões reivindicatórias e políticas entre os estudantes, durante as décadas de 70 e 80, girou em torno da luta em prol da manutenção da meia passagem para estudantes e fim dos limites dos *tickets* por estudantes; apoio ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba em João Pessoa, criado em 1976, no que tange a denúncias de repressão e ajuda a perseguidos políticos; apoio a professores da rede pública; atos pró-Anistia e pró-reconstrução da UNE; além da elaboração de debates com ênfase em pautas políticas.

Vale ressaltar que apesar do cenário relativamente favorável, se comparado a outros momentos da trajetória estudantil pós-golpe, os órgãos de informações e a própria reitoria continuavam exercendo controle sobre os estudantes, sobretudo no que se refere ao processo de eleições, em que aqueles estudantes possuidores de registros negativos encontravam proibições e dificuldades para assumir cargos de representação em razão de envolvimento políticos anteriores.

Um exemplo da dificuldade de assumir cargos nas entidades representativas está contido no Arquivo Cronológico de Entrada N° 1217/80 (Informação N° 38/80/451/UFPB), onde encontramos registros de monitoramento a estudantes específicos de graduação, como é o caso do estudante Alberto Nunes de Oliveira. Esta Informação aborda no primeiro ponto um juízo sintético, em que aparece a posição político-ideológica do investigado, que, segundo o documento, é de extrema esquerda.

Já no segundo ponto, se tem um breve histórico da escolaridade de Alberto Nunes de Oliveira, com destaque para o fato de que este estaria cursando Psicologia da UFPB desde o ano de 1977, ocupando o cargo de professor do Colégio Municipal Ana Fonseca, em João Pessoa. Ainda se tem em registro que o estudante possui antecedentes nos OI da área, e que Alberto Nunes mantém relações de amizade com os estudantes Walter Aguiar, Washington Alves da Rocha, Carlos Alberto Dantas Bezerra e João Bosco Farias de Melo, considerados nomes suspeitos.

Em anexo, se tem um prontuário que consta um histórico com os antecedentes de Alberto Nunes, com destaque para o fato de ter tido matrícula indeferida durante sua primeira tentativa de ingresso na UFPB, em 1974, e que mesmo após ter efetivada sua entrada no ano seguinte, deveria assinar um termo, se comprometendo a não se envolver com movimentos de caráter “ilícito”:

1971: Participou do movimento grevista de 1968 do Colégio Estadual do Roger.

1973: Indiciado no Inquérito Policial nº 17/73 – DPF/PB incurso no Artigo 45 no Decreto Lei nº 898 de 1969. Integrante do Partido Comunista Revolucionário (PCBR).

Conforme declarações prestadas por JOSENALDO SILVEIRA, o epigrafado recebe jornais e panfletos, é simpatizante do PCBR.

1974: Submeteu-se ao concurso Vestibular/UFPB, conseguindo ser classificado.

Através do Ofício nº 01/GAB/AESI, o Magnífico Reitor determinou ao Diretor do D.E.G./UFPB, indeferir a sua matrícula nesta Universidade, tendo em vista esta Reitoria ter sido informada pelos órgãos de segurança da área que o nominado integrava um grupo subversivo que vinha atuando nesta capital.

Requeru ATESTADO DE CONDUTA para ingresso da UFPB, não tendo sido concedido em virtude do nominado estar indiciado em inquérito a cargo da DPF/PB e ter sua matrícula indeferida pelo magnífico reitor da UFPB.

Acusado por Mario Sergio Botelho de Araújo quando ouvido na DPF/PB, como participante de um grupo de estudos, o mesmo teria o chamado para participar.

O Conselho Permanente de Justiça da Marinha, absolveu em 19 set 74, por unanimidade os civis e Alberto Nunes de Oliveira, por não encontrar nos autos, provas suficientes para condená-los. A denúncia do procurador militar enquadrara os três em dispositivos da LSN por terem infringido o Art. 45 do diploma legal, praticando atividades subversivas em João Pessoa e serem vinculados ao Partido Revolucionário Brasileiro. No entanto, a CPJM não aceitou o entendimento e concedeu a absolvição por unanimidade de votos.

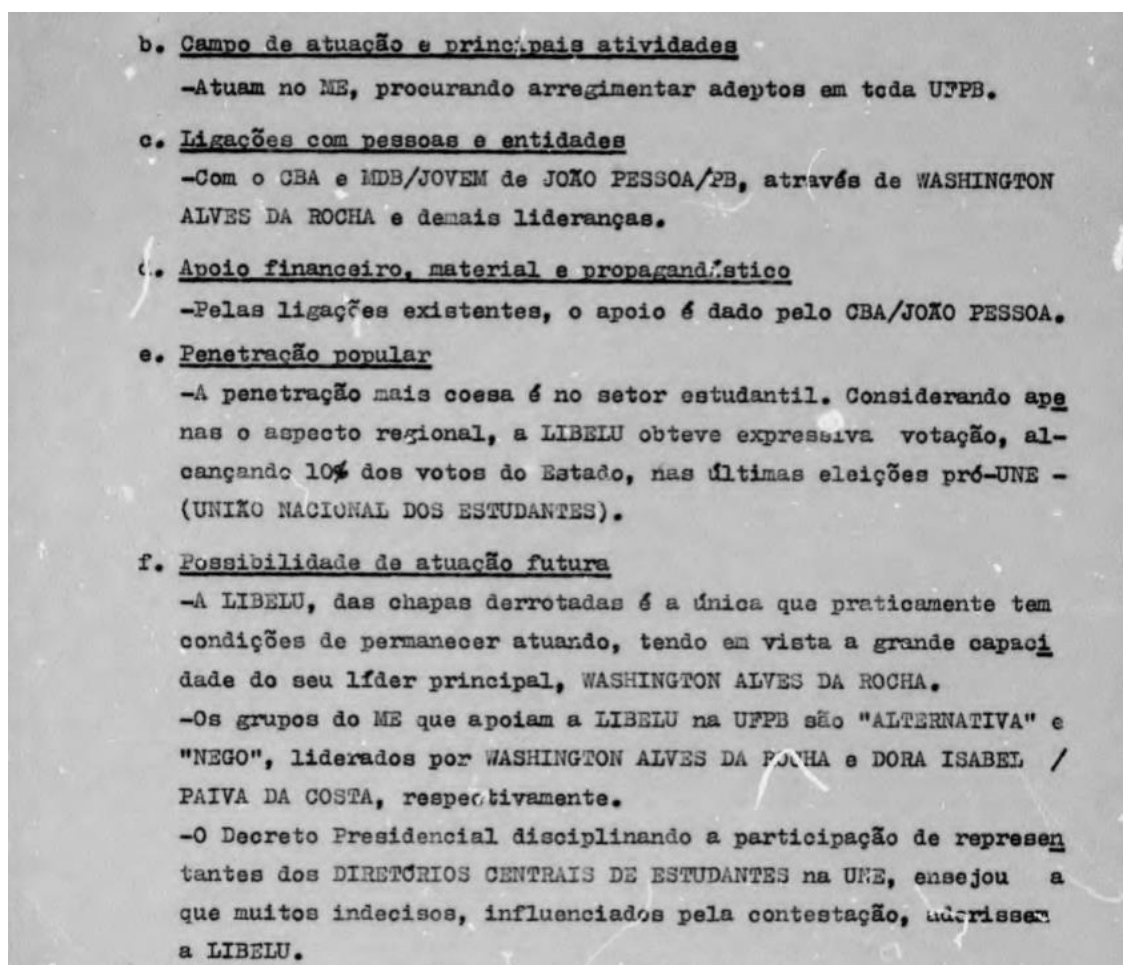
1975: Submeteu-se ao Vestibular 75 (Bacharelado Matemática), conseguindo classificar-se – período 75-1.

Nesta data assinou um termo de compromisso com esta ufpb, comprometendo-se a não participar de nenhum movimento de caráter ilícito durante sua permanência na UFPB.

1978: Esta ASI/UFPB informa a PRAC/UFPB que os registros existentes a respeito do nominado, não permite que o mesmo seja eleito para órgãos de representação estudantil. Esclarece, ainda, que no dia 29 Jan 75 o referido universitário assinou um termo de compromisso para com esta UFPB. O nominado figura como um dos componentes da chapa “ALTERNATIVA” candidato a 1º suplente do representante do Colegiado para o curso de licenciatura plena em Psicologia. (ARE_ACE_1217_80 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Ainda sobre o gradual processo de retomada, Nascimento (2014) destaca que o movimento estudantil no Brasil, a partir da década de 1970, se aliou a organizações políticas em forma de tendências partidárias, dentre algumas: a Refazendo, ligada à Ação Popular (AP), atuante na Paraíba a partir da década de 1980; a Liberdade e Luta (Libelu), associada à Organização Socialista Internacionalista (OSI), atuante em João Pessoa; a Novo Rumo, aliada à Convergência Socialista e a Caminhando, vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) – que na forma de chapa venceu as primeiras eleições diretas do DCE/UFPB, entre 1978/79. Acerca das tendências políticas inseridas no movimento estudantil, os registros nos órgãos de informações apontam informações sobre o grupo Liberdade e Luta – Libelu e as características relacionadas à atuação da tendência na Paraíba, presentes na imagem a seguir:

FIGURA 10 – ATUAÇÃO DA “LIBELU”



Fonte: Fundo SNI- Agência Pernambuco ARE_ ACE_664_79. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

As tendências políticas entre os estudantes ganharam espaço, como os OIs fizeram questão de evidenciar. Apesar de citarem os nomes e informações acerca de outras tendências, a “Liberdade e Luta” ganhou notoriedade entre os documentos examinados. A tendência em questão, de acordo com Mirza Pellicciotta (2010), possuía, desde a sua construção, um notório caráter dinâmico, e ao envolver a intersecção entre política e cultura, ganhou espaço entre os estudantes universitários. Outro ponto que o documento ressalta diz respeito aos nomes dos líderes do grupo, com destaque para Washington Alves da Rocha, atestando que os OIs estiveram informados sobre os integrantes que adotaram a referida tendência.

Ao final da década de 1970, o envolvimento com práticas políticas ganha notoriedade, e a luta estudantil é direcionada para além da universidade. Acerca disso, Nascimento aponta:

[...] é a partir de 1979 que o movimento estudantil acadêmico de João Pessoa toma a iniciativa de atuar em conjunto com outros setores da sociedade civil paraibana. O DCE-UFPB apoia os agricultores de Coqueirinho de Cachoeirinho, no município de Pedras de Fogo na Paraíba, que estavam sendo violentamente despejados pela Usina Central Olho d' Água no ano de 1979. Também foi nesse mesmo ano que há participação dos estudantes pessoense no 31º Congresso da UNE, realizado na Bahia. Evento tão aguardado pelos estudantes de todo território brasileiro: a retomada da União Nacional dos Estudantes. Seu último congresso havia sido em Ibiúna, no ano de 1968, da qual houve forte intervenção militar e vários de seus participantes foram presos. O 31º Congresso da UNE unificou ainda mais os estudantes, em se tratando do nível nacional e a inserção partidária tornou-se mais significativa. (NASCIMENTO, 2014, p. 252).

À medida que a relação com o campo político e com as lutas de trabalhadores aumentava, a vigilância aos estudantes que apoiavam as demandas de setores da sociedade civil não cessava. Exemplo disso consta no Arquivo Cronológico de Entrada Nº 786/80/002. Nele contém o Informe Nº 113/79/SR/DPF/PB, em que é tratado a greve de motoristas de ônibus da empresa RB – Transportes. O informe conta que o movimento grevista se espalhou, sendo necessária intervenção do Delegado Regional do Trabalho e do Secretário de Serviços Urbanos. De acordo com o documento, parte da agitação se deu por conta de representantes do DCE/UFPB que estavam no local apoiando os motoristas de transporte público.

Já o ACE Nº 1750/81, em que consta a Informação Nº 120/119/81, cujo objetivo foi de expor movimentos grevistas no setor estudantil no estado de Pernambuco e na

Paraíba, também evidencia o apoio prestado por estudantes às demandas de trabalhadores. No que concerne ao movimento estudantil paraibano, é colocado que este deu total apoio aos protestos e greves de professores ocorridos no ano de 1981. A greve foi considerada ilegal e subversiva, sobretudo pela participação de apoiadores fichados pelos OIs, bem como pelo apoio prestado por parte do DCE e da ADUFPB. O apoio a professores da rede estadual, que buscavam melhores condições de trabalho e reajustes salariais, mostra que o apoio às lutas dos trabalhadores se configurou como uma das pautas do movimento estudantil que gradualmente retomava suas atividades; atentando para questões que iam da própria da área.

Os estudantes que apoiaram o movimento grevista durante o final da década de 1970 e toda a década de 1980, não deixaram de ter adicionado em suas respectivas fichas informações concernentes ao apoio prestado à classe dos professores da rede estadual e demais grupos sociais, como foi o caso, por exemplo, do estudante Walter Oliveira Dantas. O prontuário referente ao vigiado está presente no ACE Nº 569/79/002; nele é informado que o DCE decidiu prestar solidariedade aos professores em greve e destaca, junto a isso, a atuação do estudante em questão. Além de tratar sobre o movimento grevista, o prontuário de Walter Oliveira Dantas também disserta sobre um ponto de grande relevância: as movimentações pró-anistia. De acordo com o prontuário, o estudante havia participado, em 1979, de mesa redonda “sobre anistia, realizada no Auditório do Centro de Tecnologia, em evento patrocinado pela ADUFPB-JP” (ARE_ACE_569/79/002), o que reforça a compreensão de que os estudantes universitários estiveram fortemente atuantes e atentos às questões política postas no país.

Sobre o registro de algumas das ações estudantis a partir da década de 1980, destacamos trecho da Informação Nº 120/119/ARE/81, presente no ACE Nº 1750/81, que versa sobre a atuação dos diretórios estudantis e movimento estudantil na UFPB, bem como em algumas das universidades e faculdades dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. A existência de documentos como este, atesta que os OIs continuaram atentos aos eventos e atividades promovidas por entidades representativas.

Os estudantes da UFPB realizaram uma Assembléia Geral no dia 06 ABR 81, que contou com a participação de, aproximadamente, 60 pessoas, entre alunos e professores. Compareceram ao evento o Presidente do DCE/UFPB, WALTER DE OLIVEIRA DANTAS, e os dirigentes da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPB

(ADUFPB), SILVIO FRANK ALLEN e RUBENS PINTO LYRA. A maioria dos estudantes não demonstrou qualquer interesse pelo movimento. O Reitor da UFPB determinou que os professores comparecessem às aulas e fizessem o registro das matérias. Em CAMPINA GRANDE, alunos da UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE (URNE) e do "Campus" de UFPB, naquela cidade, promoveram uma missa ao dia 08 ABR 81, pelas almas dos estudantes "mortos pela repressão". O ato religioso, todavia, esvaziou-se por falta de apoio (ARE_ACE_1750_81 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Sobre a afirmação de desinteresse e ausência estudantil em ambos os casos, é importante ressaltar que esteve entre os objetivos da comunidade de informações desqualificar indivíduos e movimentos sociais que fossem contrários ao regime imposto, promovendo notícias de cunho duvidoso no intuito de enfraquecer a influência dos movimentos contestatórios entre os estudantes. Apesar do corpo discente não ser associado e participante em sua totalidade das atividades promovidas por entidades representativas, não se deve desconsiderar as intencionalidades por trás das afirmações expostas pelos OIs ao comentar sobre o movimento estudantil e docente.

De semelhante modo, através dos órgãos de informações, processos eleitorais envolvendo entidades de representação docente e estudantil eram extremamente visados. Com isso, os candidatos que desejavam assumir cargos e funções na ADUFPB ou no DCE tinham seus antecedentes levantados e registrados.

Partindo desse entendimento, o ACE Nº3307/82, onde aparece a Informação Nº 18/82/ASI/UFPB, discorre acerca das eleições para o DCE/UFPB no ano de 1982. Neste documento é feita uma análise sobre as chapas concorrentes, levando em consideração as tendências políticas que norteavam as chapas, bem como os antecedentes e ligações políticas dos componentes envolvidos. A primeira parte da informação expõe dados sobre a chapa “União e Luta”, e logo abaixo, se tem as fichas dos componentes que apresentam registros negativos. Da mesma forma é feito em relação as demais chapas. Entre os detalhados dados que o documento fornece dos integrantes da chapa, podemos destacar o seguinte como exemplo:

Da chapa “União e Luta”: **Francisco Almeida Noronha** - Presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem ROSA DE PAULA BARBOSA. No período de 30/04 a 03/05/81, promoveu o II ENCONTRO PARAIBANO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM, onde foram discutidos os problemas referentes à enfermagem a nível regional com a participação dos professores

SILVIO FRANK ALEM e ELEONORA DE OLIVEIRA SOARES, da UFPB e o psiquiatra ALISSON PEREIRA DA PAZ. O evento foi realizado à revelia das autoridades universitárias, que não lhe deram apoio.

Jaldes Reis de Menezes - Compareceu ao XXXII CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), realizado PIRACICABA-SP, no período de 13 a 16 de outubro de 1980. Compareceu ao XXXIII CONGRESSO DA UNE realizado em Cabo Frio – RJ, no período de 12 a 15 de novembro de 1981.

Da chapa “Chegou a hora” **Nahya Maria Lyra Cajú** - 03/06/80 - Fez parte do grupo de jurados quando da realização do Júri simulado, no dia 30 de mai 80, como parte das comemorações do DIA ESTADUAL DE LUTA EM DEFESA DA AUTONOMIA E LIBERIDADE DAS ENTIDADES ESTUDANTIS, os réus foram a Reitoria e a Política Educacional do Governo.

04/11/80 - Compareceu ao ATO PÚBLICO realizado no dia 4.11.80, no centro da cidade, promovido pela ADUFPB-JP, cujo objetivo foi denunciar à população a situação em que se encontra o magistério universitário [...]

José Adeildo Ramos – participou ativamente da Assembleia dos professores, estudantes e funcionários do CCHLA-UFPB, realizada no dia 20.05.81, no Auditório 411, em repúdio a nomeação pelo MEC do Diretor "Pró-Tempore" do Centro, prof. ARAEL MENEZES DA COSTA. [...] (ARE_ ACE_3307_82 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Esse documento ainda informa, por fim, qual chapa foi a vencedora do processo e a orientação política apresentada, segundo o informe, pela chapa.

FIGURA 11 – PROCESSO ELEITORAL DCE/UFPB/1982

1. Foram realizadas nos dias 30 e 31 MAR 82, nos sete campi da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (I - JOÃO PESSOA, II - CAMPINA GRANDE, III - AREIA, IV - BANANEIRAS, V - CAJAZEIRAS, VI - SOUSA e VII - PATOS), as eleições para composição do DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) daquela Universidade.

Concorreram ao pleito as chapas: "ALTERNATIVA", "UNIÃO E LUTA", "CHEGOU A HORA" e "PACIFICADOR".

2. Em todos os campi votaram 8.881 estudantes, tendo-se verificado uma apreciável abstenção, considerando-se que o efetivo total é de cerca de 22.000 alunos.

Durante a campanha, a disputa maior foi travada entre as chapas "ALTERNATIVA" e "UNIÃO E LUTA", ambas de posição ideológica de esquerda radical.

O resultado do pleito favoreceu à chapa "ALTERNATIVA", que obteve 3.543 votos.

3. Dados sobre a chapa vencedora:

Nome da entidade: DCE/UFPB

Chapa: "ALTERNATIVA"

Orientação: mantém ligação com o PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Gestão: 1982/83

Fonte: Fundo SNI ARE_ACE_3307_82- Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

O DCE/UFPB passou por outros processos eleitorais durante a existência dos órgãos de informações, todavia, optamos por atentar ao processo do ano de 1982 em razão dos detalhes e do empenho dos OIs em cobrir todo o processo. É notório entre as fichas individuais dos concorrentes a preocupação em definir o perfil das chapas concorrentes e encaminhar para os demais órgãos dados acerca da orientação política da chapa vencedora. Todo o processo, como se vê, esteve em conformidade com a lógica da flexibilização acompanhada, em que parecia melhor controlar através do monitoramento a silenciar abertamente os estudantes.

Outro ponto que chama atenção diz respeito ao novo contexto que os estudantes da década de 1980 estavam vivendo, com os encontros cada vez mais frequentes, questões políticas postas em debate e a participação em eventos organizados pela UNE. Desse contexto, preocupa aos OIs não apenas a rearticulação estudantil através de encontros, mas também a associação com os partidos que emergem do contexto de distensão e aberta, como o Partido dos Trabalhadores (PT), que já dava sinais da influência que começava a ter entre determinados segmentos.

Considerando as movimentações culturais e políticas promovidas por estudantes, os órgãos de informações mantiveram-se vigilantes, monitorando os passos dos estudantes, bem como os eventos e reuniões ocorridas dentro e fora das dependências da UFPB. Dessa forma, apresentações culturais, calouradas e movimentações de caráter político eram em demasia vigiadas. Nesse sentido, o documento O ACE Nº 4751/83 traz a Informação Nº 102/19/ARE/83, que discorre acerca de uma calourada ocorrida no ano de 1983, organizada pelo DCE/UFPB e DCE/URNE, e enfatiza o teor político que permeou o evento:

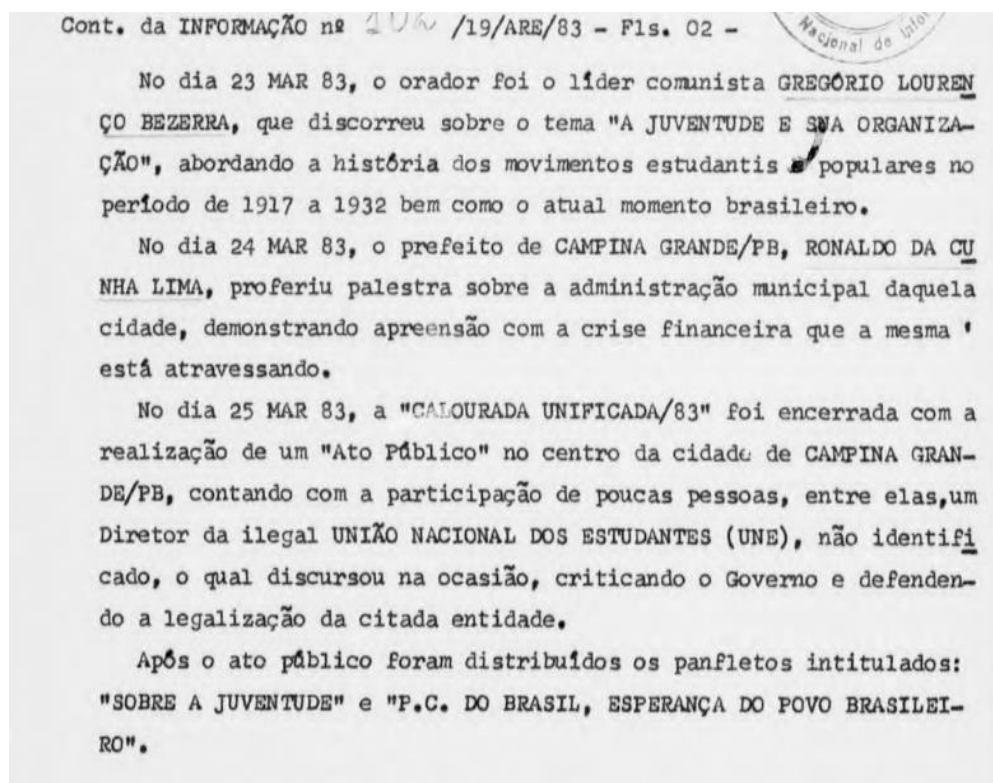
Realizou-se em CAMPINA GRANDE/PB, no período de 22 a 25 MAR 83, a “CALOURADA UNIFICADA/83”, organizada pelo DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (DCE/UFPB) e pelo DCE DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE (URNE), com a finalidade de traçar um perfil da Universidade aos novos calouros, mas que se transformou num movimento político-contestatório.

Foi cumprida a seguinte programação: No dia 22 MAR 83, no TEATRO MUNICIPAL SEVERINO CABRAL que teve suas dependências ocupadas pelo público presente, aconteceu a abertura do evento, tendo como palestrante o Reitor da URNE, SÉRGIO DANTAS que fez uma análise da difícil situação por que passa a Universidade.

Por ocasião da palestra do Reitor, duas bombas de pequeno teor explodiram nos banheiros do Teatro, porém não causaram danos. Os responsáveis pelo atentado não foram identificados até o momento. (ARE_ACE_4751_83 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Como pautado, o campo da cultura exerceu forte influência no período em questão, funcionando em parceria com o campo político, e a calourada a qual nos referimos é um exemplo disso. Em razão do caráter político que tais eventos culturais portavam, os OIs não deixavam de dar notas, fossem estas acrescidas de informações falsas e exageradas ou não. Como se vê, o caráter político dos eventos estudantis causava incômodo, se configurando como o foco da narrativa da vigilância, o que atestava que o “conspiracionismo” presente na raiz dos órgãos de informações da ditadura se perpetuava, como de fato se apresentou até os últimos momentos de existência dos OIs. Ainda sobre a calourada unificada e o caráter político do evento, a imagem a seguir ressalta a forma como os órgãos de informações narravam os detalhes dos supostos acontecimentos e intenções existentes:

FIGURA 12 – CALOURADA UNIFICADA/83



Fonte: Fundo SNI- Agência Recife – ARE_ACE_4751_83 - Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Ainda no mesmo ano: 1983, um caso narrado pelos OIs chama atenção: os estudantes Francisco Carlos Brasileiro, Luciano Romero Soares de Lima, José de Anchieta Ferreira Lopes e Manoel Donato de Almeida, da UFPB, foram presos na cidade de Campina Grande/PB por afixarem cartazes com o objetivo de divulgar o VI Congresso do PC do B. Além dos estudantes de pós-graduação da UFPB, estiveram envolvidos uma funcionária pública de nome Marly de Castro Costa, professores secundaristas e estudantes da URNE. (CEVPM-PB, 2017, p. 480). O caso teve relevante repercussão nos jornais paraibanos, assim como nos órgãos de informações que acompanharam o caso produzindo informes a respeito. Sobre este caso, de forma geral, os documentos encontrados deram as seguintes notas:

Encaminhamento Nº 67/16/ARE/83:

1. Encaminha-se o documento constante do anexo "1)", versando sobre o enquadramento de JOSE DE ANCHIETA FERREIRA LOPES, LUCIANO ROMERO SOARES DE LIMA, MARIA MARLY DE CASTRO COSTA, FRANCISCO CARLOS BRASILEIRO e MANOEL DONATO DE ALMEIDA, nas penas dos Arts. 40 e 42, inciso I, da LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN), nos autos do Inquérito nº 050/83-DPF-2/CG/PB, de 17 MAI, instaurado pela DELEGACIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO

DE POLÍCIA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE/PB (DR/DPF/CG/PB), para apurar as atividades dos nominados, militantes do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B).

2. Conforme depreende-se dos Recortes constantes do anexo "2)", a Imprensa deu ampla cobertura ao fato, sempre divulgando matéria destinada a questionar, perante a opinião pública, a legitimidade da ação da POLÍCIA FEDERAL no episódio e, até a própria LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, instrumento no qual se fundamentou a ação policial. (ARE_ACE_4747_83 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Encaminhamento Nº 076/16/ARE/83:

1. Em complemento à INFÃO referenciada, encaminham-se os Autos de Qualificação e Interrogatório Francisco Carlos Brasileiro, José de Anchieta Ferreira Lopes, Luciano Romero Soares de Lima, Manoel Donato de Almeida e Marly de Castro Costa, presos quando afixavam cartazes alusivos no PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B), em CAMPINA GRANDE/PB, e indiciados no INQUÉRITO POLICIAL.

2. Atualmente, os nominados se encontram em liberdade, aguardando a remessa dos Autos à Auditoria da 7ª CJM, em RECIFE/PE, a quem cabe o julgamento dos indiciados, em primeira instância. (ARE_ACE_4980_83 – Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Informação Nº 191/16/ARE/83:

Durante o período, foram realizadas panfletagens pelo Partido Comunista Brasileiro e do Brasil (PCB e PC do B); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Alicerce da Juventude Socialista (AJS), com vistas a sensibilizar a opinião pública para as suas atuais "Bandeiras de Luta", destacando-se a "Campanha pela Legalização do PCB", amplamente divulgada pela imprensa local. (ARE_ACE_55632_83 -Fundo SNI – Agência Recife - Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

De acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB, o ato de afixar cartazes feito pelos envolvidos, esteve inserido no processo de mobilizações dos partidos “proscritos” que objetivavam sair da clandestinidade. Buscas foram feitas nas residências dos indiciados, assim como apreensão de materiais de cunho político. Como as prisões em questão foram amplamente noticiadas nos veículos informativos, os OIs da ditadura não deixaram de cobrir e divulgar entre a comunidade de informações os acontecimentos. O enquadramento de estudantes e professores na Lei de Segurança Nacional no período em questão, chama atenção, evidenciando que as perseguições por motivações políticas não haviam cessado; não sendo este o único caso ocorrido a membros da UFPB. A

utilização da LSN no contexto descrito, o tom conspiracionista das narrativas dos OIs, mostra, mais uma vez, que as raízes e visões que fomentaram a ditadura ainda encontravam lugar em setores da sociedade brasileira.

Além de todas as questões já expostas, conseguimos observar que o monitoramento aos estudantes já começava por meio da análise prévia de alguns dos processos seletivos em forma de vestibular, bem como de provas elaboradas e aplicadas por professores. Um exemplo dessa prática consta no Arquivo Cronológico de Entrada Nº 3129/81, concernente à prova de vestibular aplicada em 1981. De acordo com a Informação nº 346/119/ARE/81, as questões relativas à área de Estudos Sociais apresentavam caráter tendencioso e de contestação ao regime vigente. Para os OIs, não restava dúvidas de que, de fato, a prova foi elaborada na intenção de fazer com que estudantes já comessem a ser influenciados com questionamentos provenientes da esquerda no momento do ingresso na UFPB. Isto porque as questões analisadas haviam sido elaboradas por dois docentes já bastante conhecidos pelos órgãos de vigilância, os professores Rosa Maria Godoy da Silveira e Francisco Pereira da Nóbrega.

Ambos os professores são tratados pela informação como influências nocivas aos jovens estudantes que estavam ingressando na UFPB, sendo aconselhados que estes professores fossem observados quanto ao perigo de permanecerem trabalhando a partir de questões semelhantes as que foram repassadas aos OIs. Tal preocupação ultrapassava os limites da desconfiança, visto que os históricos dos professores citados apresentavam fatos como: cassado pela “revolução”, defesa de ideologias espúrias e autoria de textos tendenciosos, no caso de Francisco Pereira Nóbrega; e elaboração de propostas curriculares de cunho marxista e dirigente de todos os movimentos de contestação na UFPB, no caso da professora Rosa Godoy.

Em relação ao corpo estudantil, vimos que profundas alterações e variadas tentativas de silenciamento foram impostas a partir de 1964. A atuação dos órgãos de informações e vigilância foi essencial para que, nas universidades, o controle ideológico fosse efetivado. Certamente, muitos estudantes da época nem sequer possuem conhecimento de que seus nomes constaram nos OIs por não sofrerem diretamente com a repressão, todavia, parte significativa de estudantes que tiveram os passos e atividades monitorados foram obrigados a lidar com a perseguição ideológica promovida pelos órgãos atrelados à ditadura. Mesmo com a aparente flexibilização advinda da abertura, a

vigilância ainda era frequente, o que só foi excluído da vida dos estudantes universitários com a desativação do ASI/UFPB, em 1984, e do SNI, em definitivo, em 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto dissertativo, tivemos como objetivo a exposição e análise documental referente à vigilância que se encontrava a favor da ditadura. Partindo da relação entre fontes documentais e fontes bibliográficas, buscamos a compreensão da potencialidade e prática que permearam o agir do Sistema Nacional de Informações durante toda a vigência da ditadura. A partir disso, caracterizamos a montagem, ampliação e atuação dos órgãos de informações em cada uma das etapas do regime.

Todavia, esta pesquisa, no que se refere ao objetivo principal, esteve direcionada na compreensão e análise da presença da vigilância nas universidades, especificamente, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sabemos que as universidades foram consideradas “ninhos de proselitismo à esquerda”, como pontua Rodrigo Patto Sá Motta, o que tornou o ambiente universitário alvo da triagem e controle ideológico empreendidos pela ditadura. Com isso, professores, estudantes e funcionários não foram poupados da perseguição e monitoramento promovidos pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), em articulação com os demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações.

Em relação ao corpo docente das Instituições de Ensino Superior, as consequências do golpe foram sentidas através das aposentadorias fora de tempo, exclusão por motivações políticas e constante monitoramento às atividades. Uma vez que os professores sofriam com os expurgos e com a vigilância que tolhia o livre pensamento, a pesquisa no país também era atingida, correndo sério risco de não alcançar plenamente sua capacidade. A liberdade de criar e se expressar proporcionada em sala de aula esteve, portanto, ameaçada, visto que os olhos do SNI se encontravam por toda parte. Além disso, rixas e desentendimentos internos entre os profissionais da educação serviam aos órgãos de informações importantes dados sobre os integrantes das universidades.

Os docentes da UFPB não escaparam do processo repressivo que se abateu sobre as universidades, e como vimos, semelhante às demais instituições, a Universidade Federal da Paraíba foi alvo de vigilância e expurgos, se colocando com destaque e pioneirismo nesse sentido. Ao nos debruçarmos sobre os documentos pertencentes ao Fundo SNI – Agência Recife, em consonância com a conceituação proposta para a

pesquisa, observamos que características consideradas traços de cultura política estiveram inseridas nas relações vivenciadas durante o período nas instituições de ensino superior. A conceituação utilizada auxilia a compreensão do fato em que, por vezes, professores e estudantes portadores de registros negativos ocuparam o espaço universitário, se fazendo úteis ao projeto modernizador dos militares. Em razão disso, buscamos a compreensão de que a vigilância exercida em relação a professores e estudantes foi permeada, repetidas vezes, por personalismos e acordos; o que, evidentemente, não exclui a gravidade ocasionada e aprofundada pelos mecanismos de coerção existentes.

De semelhante modo, o segmento estudantil na UFPB vivenciou momentos de repressão e silenciamento. Por serem considerados suscetíveis às propostas subversivas e canais dessa mesma subversão para outros estudantes, a maneira mais rápida de minar as organizações estudantis, encontrada pelo regime, foi de reconfigurar, mediante decretos e leis, as entidades representativas, nomeando interventores para que os órgãos em questão não ultrapassassem o limite do esperado. Ambicionando ir além no que concerne ao controle ideológico, os estudantes passaram a ser monitorados através da ASI/UFPB, que em posse de informações importantes acerca dos estudantes e suas movimentações, exercia triagem e controle. Dessa maneira, o processo de retomada do movimento estudantil universitário foi rigidamente vigiado, ocorrendo de maneira gradual e assistida.

Como exposto ao longo do texto dissertativo, o agir dos militares em relação às universidades esteve inserido na lógica da modernização autoritária, o que evidencia a relação complexa da ditadura com as universidades. Caracterizadas como locais onde a vigilância política se fizeram intensas, as instituições de ensino superior eram, ao mesmo tempo, estratégicas para os militares, dentro projeto de modernização conservadora (SILVA, 2020). Ao passo que grandes investimentos foram feitos com o propósito de expandir e modernizar, a perseguição ideológica mostrava a face conservadora desse processo. A UFPB foi destaque nesse sentido, pois ao atentarmos para a história da universidade, considerando os arquivos da vigilância, vemos que a modernização nos moldes da ditadura se fez presente.

Durante o período analisado, a figura do reitor era expressiva e relevante para a execução do projeto pretendido pelos ideólogos da ditadura. Na Universidade Federal

da Paraíba, logo de início se vê com nitidez que a intervenção de Guilardo Martins Alves, em substituição a Mario Moacyr Porto, colocava em evidência as intenções do regime para a UFPB. O projeto de modernização foi seguido pelos reitores que vieram posteriormente, com destaque para Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que ao autorizar a contratação de professores com antecedentes negativos se tornou alvo na produção e troca de informações promovidas pela ASI/UFPB. Tal exemplo é colocado para compreendermos que a atuação dos órgãos de informações era larga, não poupando nem mesmo os dirigentes, o que poderia ocasionar incômodo e servir como empecilho para projetos e melhorias na universidade.

Além de tudo o que foi exposto, não poderíamos deixar de atentar para questões que estão inseridas na atualidade. Partindo do pressuposto que se é possível, ao analisar o passado, estabelecer relações com o presente, compreendemos que, embora o regime tenha findado, o autoritarismo é remanescente, mostrando a face sempre que possível. As universidades continuam sendo colocadas à prova, sofrendo ataques e tendo suas produções deslegitimadas e desacreditadas por àqueles que negam a realidade e permanecem acreditando que o autoritarismo ideológico é a solução. Com isso, devemos lembrar para não esquecer, compreender e analisar para perceber a gravidade que resulta da perda de direitos básicos de liberdade, para que, desse modo, continuemos tendo livre acesso às universidades e tudo o que delas resulta.

REFERÊNCIAS

Fontes

Documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Disponível em Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Documentos da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal da Paraíba (ASI/UFPB). Disponíveis em acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

Depoimentos concedidos a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

Regimento Interno da AESI. Imprensa Universitária. João Pessoa- Paraíba. 1971.

Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Decreto nº 79099, de 06 de janeiro de 1977. Brasília, DF, 1977.

Bibliografia

ADUSP. **O controle ideológico na USP: 1964–1978/** Associação dos Docentes da USP. São Paulo: ADUSP, 2004

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964–1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. Dissertação (Mestrado) – UNESP/FCHS, Franca - SP, 2014.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BALMAND, Pascal. “A renovação da história política”. In. BOURDÉ, Guy.; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018

BARROS, José d’Assunção. “História social e o retorno do político.” In: **Campos da Política – Discursos e Práticas**. São Paulo, 2012.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 173–193.

BECKER, Jean-Jacques. “O handicap do a posteriori.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 13–42.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma universitária**: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto nº 62.937/68. 3. Ed. Brasília. DF: MEC, 1983.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. **Discursos**. Brasília: Secretaria de Imprensa, 1964.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização**. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 2001.

CHAUI, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária**. Comunicação & Informação, v. 15, n. 2, p.149–161, jul./dez. 2012.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 64**. João Pessoa: Cadernos da ADUFPB-SSind., nº 10, 1993.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945–1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965–1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a violência**. Psicologia em Estudo. DPI/CCH/UEM. v. 5. n. 2, p. 1–22, 2000.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final**. João Pessoa, A União, 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V. 1, 976p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2ed. São Paulo: UNESP, 2007.

D’ARAÚJO, MARIA CELINA; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DAVALLE, Regina Aparecida. **A Frente Ampla: Um fenômeno de crise e deslocamento de repressão (1966–1968)**. 1989. [90] f. Dissertação (mestrado) -

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 409–427.

DINIZ, Eli. **A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura**. Dados, Rio de Janeiro, v.28, n.3, p.329–346, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.

DREIFUSS; DULCI. **As forças armadas e a política**. In: SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132–181

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 97–138.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?** São Paulo, Alfa e Ômega, 1975.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. “Ditadura militar na Paraíba: documentos e memórias”. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.) **Golpe civil-militar e Ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. “Documentação e acesso aos arquivos da repressão na Paraíba”. In: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamar Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (Orgs.) **História e Sociedade: Saberes em Diálogo**. Campina Grande: EDUEFCG, 2014.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. “Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB”. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26.07.2013. ISBN 978-85-98711-11-9 Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364756101_ARQUIVO_Simpósio2013_LuciaGuerra_ST016.pdf > Acesso em novembro de 2019.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES David (Orgs.). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006, pp. 25–42.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERREIRA, O.L.V; NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes. O Serviço acional de Informação (SNI) e a vigilância à igreja católica e aos movimentos sociais no campo no período da transição “lenta, gradual e segura” (1975–1985). In: **II Encontro Nacional de História Política** - História, Rupturas institucionais e Revoluções, João Pessoa, 2017.

FICO, Carlos. **Como eles agiam:** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4).

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum:** Militares e Civis na ocultação dos documentos da ditadura. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio:** A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927–2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil:** 1964/1985: um estudo sobre a política educacional. São Paulo. Cortez, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOHIET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.) **Culturas Políticas.** Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 21–41.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política:** ações Estados Unidos/América Latina. São Paulo. Cortez, 1998, pp. 190 – 194.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ISHAQ, Vivien & FRANCO, Pablo E. “Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional.” IN: **Acervo.** Revista do Arquivo Nacional. v. 21. n. 2, 2008.

ISHAQ, Vivien.; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. de. (Orgs.). **A escrita da repressão e da subversão (1964–1985).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969–1975). Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 351 f. 2008

JULLIARD, Jacques. A Política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180–196.

LAGOA, Ana. **SNI:** como nasceu, como funciona. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. “A Política Será Ainda A Ossatura Da História?”. In LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso E O Quotidiano No Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221–242.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil** (1964–1979). Rio de Janeiro, Consequência, 2018.

LIRA, Alexandre do Nascimento. **A Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar** (1954–1985): Um espaço de disputas. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010.

LONGHI, Carla Reis. **O aparato Repressivo Brasileiro**. Dinâmicas Da Violência E Confrontos Pelo Poder. Projeto História, São Paulo, n. 38, jun, 2009: 119–140.

LONGHI, Carla Reis. **O Boletim Informativo**: documentação institucional ou discurso reapropriado? Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de junho de 2006.

LONGHI, Carla Reis. **Vigilância e visibilidade**. Estratégia de controle da ditadura civil-militar. Cadernos de História, Belo Horizonte. v. 15, n. 22, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. “A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político”. In. ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 09–35.

LYRA, Rubens Pinto. **Universidade e Movimento Docente**. João Pessoa, FUNPE, Editora Universitária/UFPB, 1983.

MANSAN, Jaime Valim. A formação de agentes de inteligência nos primórdios da Escola Nacional de Informações (Brasil, 1972). In: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Helder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim. **Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 79–98.

MANSAN, Jaime Valim. **A função intelectual no capitalismo**: algumas problematizações e uma primeira reflexão. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim. (Org.). História e ideologia: perspectivas e debates. Passo Fundo/RS: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 291–314.

MANSAN, Jaime Valim. **Coerção e Controle**: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964–1988). Revista Clio de pesquisa histórica: Fronteiras e Sociedades, Recife, n. 30.2, 2012.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS**: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). Dissertação (mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2009.

MANSAN, Jaime Valim. **Subversivos**: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964–1988). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2014.

MARI, Marcelo; RUFINONI, Priscila Rossinetti (Orgs.). **Ditadura, Modernização Conservadora e Universidade**: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, 2015.

MOREIRA, Ângela. **Ditadura militar e segurança nacional**: o restabelecimento da pena de morte em 1969. In: Militares e Política, Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nº 06, jan/jun 2010, pp. 50–71.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “**Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Incômoda Memória**: Os arquivos das ASI universitária. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 43–66, jul/dez 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras**. *Contemporânea*: Historia y problemas del siglo XX | Año 3, Volumen 3, 2012, p. 133–148.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi**. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.–jun. 2008, p. 30–67.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018.

NÁDER, Alexandre Antônio Gili. A ANDES-SN e a política educacional. *Saeculum* – Revista de História. Nº 6/7 – Jan./Dez./2000/2001

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI)**: o Estado de Pernambuco vigiado. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, Recife, 2013.

NASCIMENTO, Dmitri Felix. **O Serviço Nacional de Informações (SNI)**: O Sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964–1967). *Crítica Histórica*: Os 50 anos do Golpe Civil-Militar, Alagoas, v. 10, p. 113–155, 2014.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. “Construindo a importância política: (1976–1979) Movimento estudantil em João Pessoa no contexto da distensão política (1976–

1979).” In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.) **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**: História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora UFPB, 2014, p. (242–268).

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização**: movimento estudantil da UFPB (1975–1979). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**: a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976–1985). *Saeculum*: As Ditaduras Militares no Brasil e no Cone Sul: História, historiografia e memória, João Pessoa, v. 39, p.19–36, 2018.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “As experiências de ‘luta armada’ na Paraíba”. In. AVELINO, Nildo.; FERNANDES, Telma Dias.; MONTIOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras**: A desmesura do poder. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos), pp. 29–50.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975–1979)”. **Prima Facie**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. Jan./jun, 2009. pp 57–84.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação”. In. DANTAS, Eder.; NUNES, Paulo Giovanni Antonino.; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs.). **Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba**: História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 78–118.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. In: *Saeculum*: Revista de História. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Universitária, 2000.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RESENDE; Maria Esperança de. **A censura de diversões públicas no Brasil durante o Regime Militar**. Dossiê: Autoritarismo, Repressão e Memória. Dimensões, Universidade Federal do Espírito Santo, Vol. 12 – Jan/Jun 2001.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **Militares**: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Liberdade... e luta** - considerações sobre uma trajetória política (anos 1970). 2012. 511 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280283>. Acesso em novembro de 2019.

PELLICCIOTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70**. 1997. 282 p. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964–1987)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2016.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**. História de um Sonho Coletivo. João Pessoa: Secretária de Educação e Cultura, 1994.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

QUADRAT, Samantha Viz. **A preparação dos agentes de informação e ditadura civil-militar no Brasil (1864–1985)**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 28. 2012.

RAMOS, Erica Lins. **Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964–1968)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13–36.

RIDENTI, Marcelo. “1968: rebeliões e utopias”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX: o tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3. pp. 140–153.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos**. A Aventura Estudantil (1950–1999). João Pessoa: Idéia, 2000.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Sociedade e Universidade: Um estudo de caso**. João Pessoa: SEC/PB, 1986.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8º edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974–1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

SILVA, Rodrigo Freire De Carvalho E. VIGILÂNCIA PARA O ARBÍTRIO: A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA UFPB DURANTE A DITADURA MILITAR. In: Giuseppe Tosi, Maritza N.F. C. Farena, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Marlene Helena de Oliveira França, Suelídia Maria Calaça. (Org.). **Direitos Humanos: Educação, Memória e Democracia**. 1ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, v. 1, p. 144–163.

SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande-PB:**

entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60). 2014. 150 p. Dissertação apresentada através do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, Waldir Porfirio da. **Um sonho afogado**: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958–1969). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA/PPGDH, João Pessoa, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974–1975. In: **Democratizando o Brasil**. Alfred Stepan (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Maria Tereza Dantas B. **A política paraibana vigiada**: políticos e militantes sob os olhos do SNI. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

SOARES, Maria Tereza Dantas B.; NUNES, Paulo Giovani Antonino. ATUAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI) NA PARAÍBA: A VIGILÂNCIA SOBRE OS POLÍTICOS E MILITANTES POLÍTICOS NA PARAÍBA (1979–1983). In: **Encontro Nacional de História Política**, 2017, João Pessoa - PB. Encontro Nacional de História Política Edição 2017.

SOARES, Maria Tereza Dantas B. “A VIGILÂNCIA DO SNI À POLÍTICOS DA ARENA E DO PDS”. In: 30º Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História** - História e o futuro da educação no Brasil, 2019. v. 1.

SOARES, Maria Tereza Dantas B.. “O Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba”: análise de acervo documental. In: VII EPHIS - Encontro de Pesquisa em História, 2019, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos do VII EPHIS** - Encontro de Pesquisa em História - UFMG, 2019. v. 1. p. 666–673.

THIESEN, Icléa. Documentos “sensíveis”: Produção, retenção, apropriação. **Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação**, v. 6, 2013: 1–15. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/97/136>.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: **O diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

VÁRIOS. **Memórias, 20 anos** (1978–1998). 2ª Ed., João Pessoa: ADUFPB-JP/SSind., 1999.

VIANNA, Luis Werneck. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Cerifa, 1983a.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A UFPB nas Trilhas do Autoritarismo. In: FERREIRA; TOSI; ZENAIDE (Orgs.) **A formação em direitos humanos na educação superior no Brasil**: trajetórias, desafios e perspectivas. João Pessoa: CCTA, 2016.